



Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Sociologia e graduado em Ciências Sociais pela UFBA. Professor assistente do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), Campus XXI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na área de Antropologia. Pesquisador do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT-UNEB). Atua nas áreas de Antropologia, com ênfase em Antropologia da Religião; Agroecologia, com projetos em agricultura sintrópica, com ênfase em sistemas agroflorestais biodiversos; e, em Segurança Alimentar e Nutricional.

C. Lattes:
<<http://lattes.cnpq.br/1944804469761043>>. E-mail:
eaguimaraes@uneb.br



<http://eduneb.uneb.br>



Eduardo Alfredo Morais Guimarães

UMA HISTÓRIA DIFERENTE DO CACAU NA BAHIA
saga de desbravadores, quilombolas e a Revolução Verde

Eduneb
Editora da Universidade do Estado da Bahia

Eduardo Alfredo Morais Guimarães

UMA HISTÓRIA DIFERENTE DO CACAU NA BAHIA

saga de desbravadores,
quilombolas e a Revolução Verde

Eduneb
Editora da Universidade do Estado da Bahia

Este trabalho é o resultado de uma etnografia do quilombo do Empata Viagem, localizado no município de Maraú, estado da Bahia, Brasil. O Empata Viagem é uma comunidade antiga, com origem nos quilombos que surgiram nas proximidades da Barra do Rio de Contas, no período colonial, e que convive com persistentes processos de desigualdades materiais e simbólicas. Dois modos privilegiados de tecer a trajetória das comunidades: nas memórias dos quilombolas, o trabalho cativo em roças de mandioca e engenhos de farinha; e, no imaginário da elite regional, a idealização de uma sociedade que teria sido “dominada por homens que se fizeram por seus próprios esforços, sem lançar mão da exploração do trabalho escravo”. Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa seguiu uma perspectiva transdisciplinar a partir de contribuições teóricas da Antropologia, Sociologia, Epistemologia, Agroecologia e, em especial, da Etnoecologia.

**UMA HISTÓRIA DIFERENTE DO
CACAU NA BAHIA**



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

José Bites de Carvalho

Reitor

Marcelo Duarte Dantas de Avila

Vice-Reitor



Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB

Diretora

Sandra Regina Soares

Conselho Editorial

Titulares

Alan da Silva Sampaio
Antenor Rita Gomes
Darcy Ribeiro de Castro
Elizeu Clementino de Souza
Gabriela Sousa Rêgo Pimentel
Hugo Saba Pereira Cardoso
Janaina de Jesus Santos
Luiz Carlos dos Santos
Maria das Graças de Andrade Leal
Reginaldo Conceição Cerqueira
Rosemary Lapa de Oliveira
Rudval Souza da Silva
Simone Leal Souza Coité
Valquíria Claudete Machado Borba

Suplentes

Agripino Souza Coelho Neto
Ana Lúcia Gomes da Silva
Eduardo José Santos Borges
Isaura Santana Fontes
Márcia Cristina Lacerda Ribeiro
Marcos Antonio Vanderlei
Marcos Aurélio dos Santos Souza
Marcos Bispo dos Santos
Marilde Queiroz Guedes
Maristela Casé Costa Cunha
Marluce Alves dos Santos
Monalisa dos Reis Aguiar Pereira
Mônica Beltrame
Nilson Roberto da Silva Gimenes

EDUARDO ALFREDO MORAIS GUIMARÃES

**UMA HISTÓRIA DIFERENTE
DO CACAU NA BAHIA**
**saga de desbravadores, quilombolas
e a Revolução Verde**

EDUNEB

Salvador

2019

© 2019 Autor

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional.

Impresso no Brasil em 2019.

Coordenação Editorial

Fernanda de Jesus Cerqueira

Coordenação de Design, Diagramação e Capa

Sidney Silva

Revisão Textual e Normalização

Tikinet Edições Ltda

Revisão Final

Textual - Maria Aparecida Porto Silva

Diagramação - Henrique Rehem Eça

FICHA CATALOGráfICA

Bibliotecária: Fernanda de Jesus Cerqueira – CRB 162-5

Guimarães, Eduardo Alfredo Morais

Uma história diferente do cacau na Bahia: saga de desbravadores, quilombolas e a Revolução Verde/ Eduardo Alfredo Morais Guimarães. – Salvador: Eduneb, 2019.

264 p. il.

ISBN: 978-85-7887-367-7

1. Quilombola - Bahia. 2. Cacau - Aspectos sociais. I. Título.

CDD: 362.84098142

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB

Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula

41150-000 – Salvador – BA

editora@listas.uneb.br

www.uneb.br

Para Arlene, Nati, Dudi e Veri,
motivos de infindável alegria

SUMÁRIO

PREFÁCIO:	
O QUILOMBO ESTÁ NA MESA!	9
INTRODUÇÃO	13
EMPATA VIAGEM: UM QUILOMBO EM TERRAS DE MANDIOCA	23
IDENTIDADE, MEMÓRIA, HISTÓRIA E A ARTE DE LEMBRAR	41
QUILOMBO, ANCESTRALIDADE E AGRICULTURA: CENÁRIOS E ATORES	59
EMPATA VIAGEM: DÁDIVA DA MANDIOCA	77
O QUILOMBO E O CACAU: O QUASE TUDO DOS SABERES AGRÍCOLAS ANCESTRAIS E O QUASE NADA DA AGRICULTURA INDUSTRIAL	82
REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS, EPIDEMIAS, CABRUCAS E O QUASE NADA	102
CACAU E MANDIOCA EM TERRAS SEM FIM	113
HORIZONTE, “ENCLAVE” NA FAZENDA NOVA LUTA: ALGUMA MANDIOCA, POUCO CACAU E UM POUCO DE QUASE TUDO	116
RUA DE PALHA, A HERANÇA DOS MORADORES VELHOS: POUCA TERRA, NENHUMA CAPOEIRA, POUCA MANDIOCA E MUITO POUCO CACAU	137

NAS MARGENS DO RIACHO DA VELHA HONÓRIA: O QUILOMBO, O “DESEJAR POUCO”, O “VIVER FELIZ NO POUCO” E AS VONTADES ILIMITADAS DO MERCADO	151
MANDIOCA, CACAU DE BOQUEIRÃO, QUASE TUDO E TERRAS SEM FIM: TUDO POR UM FIO?	164
INDÍGENAS, AFRICANOS, JAPONESES E O MACACO JUPARÁ NA AGROFLORESTA DE QUASE TUDO	181
O MOSAICO DE PAISAGENS E A “AGROFLORESTA DE QUASE TUDO”	193
A ÁGUA E O HABITAR	199
CURUPIRAS, ENCANTADOS E OS OUTROS SERES MÁGICOS	220
CACAU EM TERRAS DE MANDIOCA? SÓ COM QUASE TUDO!	229
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A FRAGMENTAÇÃO DO PACOTE TECNOLÓGICO DA REVOLUÇÃO VERDE E A PRODUÇÃO DA DIVERSIDADE	233
A FARINHA DE MANDIOCA E IDENTIDADE: UMA COZINHA SÓ PARA A MANDIOCA!	241
REFERÊNCIAS	245

PREFÁCIO

O QUILOMBO ESTÁ NA MESA!

O brilhante e comovente trabalho do professor Eduardo Alfredo Moraes Guimarães, mais que um exemplar estudo e investigação acadêmica, é uma espécie de obra de arte, graças à beleza estética que nasce no seu texto. A inquietude que atinge os seus leitores, tamanha sensibilidade e humanismo que brotam de suas análises, nos faz melhor. Seu texto revela verdadeiras imagens da natureza, do território visitado, das conversas e do cotidiano do povo quilombola da comunidade do quilombo Empata Viagem. Eduardo tem o dom de capturar-nos a uma viagem no tempo de nossos ancestrais, ao tempo que apresenta histórias que dialogam com o presente, mas de modo tal que nos desafia a um futuro mais responsável, solidário e sábio.

A dimensão acadêmica da obra, que, certamente, encanta antropólogos, historiadores, geógrafos e pesquisadores das diversas áreas das Ciências Humanas, também convida aqueles cuja tarefa é refletir, criar e propor políticas públicas e programas sociais capazes de enfrentar os desafios das desigualdades, do combate à pobreza, da engenharia de alimentos, entre outras. Gestores e cientistas têm nas pesquisas e análises presentes no livro do professor Eduardo Guimarães uma leitura obrigatória.

A *agrofloresta de quase tudo* identificada e apresentada na obra nos dá a esperança de que os saberes e fazeres ancestrais podem ser e são uma resposta aos desafios presentes na atualidade na produção de alimentos, mas também de preservação de identidades e culturas ancestrais e sustentáveis. Nas palavras do professor Eduardo:

[...] agrofloresta de quase tudo é uma tecnologia de cultivo debitaria de saberes ancestrais, que possibilita o cultivo do cacau juntamente com “quase tudo” que as famílias agricultoras necessitam para viver e que, não obstante a utilização da coivara, a agricultura que se desenvolveu em Empata Viagem é ecologicamente sustentável.

Mas ele avança na sua análise quando, criativamente, analisa:

[...] o papel da farinha de mandioca, onipresente em todas as mesas, como símbolo de uma identidade quilombola emergente, ou seja, uma espécie de “marcador étnico”; o papel do quase tudo que produzido nas roças no abastecimento alimentar e o avanço de commodities por sobre as terras antes reservadas ao cultivo da mandioca.

Ainda considerando a dimensão acadêmica existente, o professor não economiza nas suas leituras e discussões bibliográficas com especialistas. Ele varre uma ampla bibliografia para fazer suas análises críticas de modo coerente, justo e corajoso. Mas a marca criativa e ética fica por conta do respeito às vozes dos sujeitos em suas trajetórias, valores e experiências.

A riqueza iconográfica presente no livro, mais que ilustrações, constitui quase narrativas que complementam o texto, reafirmando a força das análises e das falas.

Não menos importante é a dimensão política que perpassa todos os capítulos do livro.

Mas não é qualquer política. É uma experiência concreta e subjetiva de ética política. Primeiro pela sensibilidade e agudeza da escuta do sujeito quilombola. Escuta que revela saberes e experiências vividas e acumuladas, de forma a preservar a integridade e autonomia, garantindo a dignidade de sujeito. São homens e mulheres em seus contextos e trajetórias históricas.

Segundo, todos os capítulos contemplam processos dialéticos, quando tratam o tempo presente, carregado de passado, de modo a garantir que o futuro conserve o que há de força que persiste, resiste e valorize o que se deve preservar e aprender com a história. É assim, a tensão entre o “quase tudo” e o “quase nada” do capítulo três; ou mesmo o “desejar pouco”, o “viver feliz no pouco” e “as vontades ilimitadas do mercado” em “terras sem fim”, que traçam a trama do quarto capítulo.

O quinto capítulo, com o “Quase tudo e o mosaico de paisagem”, generosamente oferece uma espécie de viagem poética aos leitores que se fazem terra, água, índio, quilombola, bichos e encantados seres mágicos. Nesse momento, a força da cultura quilombola de gente da terra nos presenteia com uma identidade, que nos tira da *ninguendade*, como definiu o grande antropólogo Darci Ribeiro, na obra *Povo Brasileiro*, acerca do nosso *estranhamento* de tudo que é da terra. Assim, *O quilombo está na mesa* alimenta uma identidade em nós. Passamos a ser brasileiros. Obrigada, professor Eduardo Guimarães!

Petilda Serva Vazquez

PhD em Ciências Sociais pela Unicamp

Salvador, 29 de janeiro de 2019.

INTRODUÇÃO

Este livro é fruto de um trabalho científico, mas também de uma experiência vivida ao longo dos últimos 30 anos, em uma trajetória muito pessoal. Decerto não se arvora, a ser de modo algum, um estudo conclusivo sobre a história do cacau na Bahia; ao contrário, é muito mais uma narrativa diferente que busca dar voz a homens e mulheres que lutam por algo que sempre lhes foi negado: *o direito à voz*. O título remete a uma “história diferente” do cacau no sul da Bahia, o fruto que vale o ouro das *commodities* e que, por mais de um século, garantiu a felicidade da elite regional à custa da infelicidade de indígenas e quilombolas, homens e mulheres que irrigam as terras do sul da Bahia com o próprio sangue. Não teria sentido, obviamente, escrever essa história que se arvora diferente, sem dar voz aos homens e mulheres com quem convivi nos últimos 30 anos, sobretudo durante o trabalho de campo que realizei no quilombo do Empata Viagem, localizado no município de Maraú, estado da Bahia.¹ Aqui o leitor vai encontrar muitas vozes aparentemente dissonantes. E, concretamente, uma das mais significativas fluiu da sabedoria de uma das principais lideranças do quilombo do Empata Viagem – um senhor octogenário, patriarca da família dos Monteiro, ao refletir sobre o sofrimento das dezenas de famílias do Empata Viagem, expulsas de suas terras no processo de expansão das lavouras de cacau: “a terra não tem culpa! O cacau tem culpa!”

¹ Comunidade remanescente de quilombo, reconhecida pela Fundação Palmares, publicação no Diário Oficial da União em 21 de janeiro de 2006. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ba-18072019.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019

Tal conjunção faz emergir essas mesmas vozes em um subtítulo que busca atingir o centro de gravidade da sociedade regional ao referenciar à “saga dos desbravadores” de matas virgens, narrativa heroica que conta a histórica dos “pioneiros” da cultura do cacau no sul da Bahia, homens brancos “[...] que se fizeram por seus próprios esforços, sem lançar mão da exploração do trabalho escravo” (MAHONY, 2007, p. 738). E os quilombos que surgiram, teimosamente, nos limites das grandes plantações, durante o regime escravista e que, após a abolição, passaram a florescer, sobretudo, em espaços agrícolas pouco valorizados, em regiões com topografia acidentada e de difícil acesso com distribuição das habitações de maneira esparsa no território (ANJOS, 2004), detentores de sistemas agrícolas complexos e diversificados, com raízes na ancestralidade africana e indígena, por certo, irracionais para os arautos da modernização agrícola, mas ricos em outras racionalidades, que apontam para uma agricultura sustentável de baixo uso de insumos, uma agricultura para o futuro (REIJNTJES; HAVERKORT; WATERS-BAYER, 1999). Compondo uma tríade que busca, sobretudo, envolver o leitor, vozes que se desnovelam por sobre a Revolução Verde, sustentáculo dos grandes monocultivos de cacau que afrontam as roças de quase tudo da agricultura camponesa enraizada na ancestralidade indígena e africana.

De início, experiências vividas com trabalhadores e trabalhadoras da cultura do cacau, nos momentos cruciais da epidemia da “vassoura-de-bruxa”, doença causada pelo fungo basidiomiceto *Moniliophthora perniciosa*. Em um segundo momento, a partir do ano de 2003, em projetos de extensão universitária, com famílias assentadas pelo Programa de Reforma Agrária, beneficiadas, de uma forma ou de outra, pelos efeitos terríveis da epidemia, principal fator

responsável pela desestruturação da economia regional e, consequentemente, pelo abandono de grandes fazendas de cacau, desapropriadas pelo Governo Federal, para fins de reforma agrária. E, em um terceiro momento, experiências com comunidades quilombolas que suscitaram, inclusive, a necessidade de uma mudança de foco: da extensão universitária ao trabalho de campo etnográfico, realizado entre os anos de 2014 a 2016, no quilombo do Empata Viagem, que resultou na tese de doutoramento *O quilombo está na mesa*.

As vozes apresentadas aqui são de agricultores e agricultoras, de lideranças locais, de líderes religiosos, de membros da diretoria da Associação Quilombola, de servidores da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e de grandes fazendeiros e fazendeiras residentes no município de Ubaitaba. A partir dessa experiência do vivido e do trabalho de campo etnográfico realizado no quilombo do Empata Viagem, em meio a processos complexos de negociações e conflitos, foi possível avançar nas reflexões sobre o ato de o quilombo alimentar-se e alimentar o outro (a cidade), campo rico em sentidos e significados, ritos e símbolos, saberes e práticas e umbilicalmente relacionados ao processo de etnogênese da comunidade quilombola do Empata Viagem e, mais especificamente, sobre as consequências da expansão dos cultivos das *commodities* agrícolas, introduzidas no território quilombola graças aos “milagres” proporcionados pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, na produção de alimentos e nas tecnologias agrícolas ancestrais.

Para entender o vínculo entre o trabalho de campo e as experiências vividas, é preciso, ainda, retroceder no tempo e traçar relações entre as comunidades negras rurais – ou quilombolas – e o abastecimento alimentar das cidades, questão da qual me ocupei entre os anos de 2011 e 2012, quando entrei em contato, pela primeira

vez, com a comunidade quilombola de Cordoaria, localizada no município de Camaçari, Região Metropolitana de Salvador. Naquele momento, os termos da problemática eram simples, ou melhor, apresentavam simplicidade. Houve um tempo em que as comunidades negras rurais se empenhavam em abastecer as cidades. Foi assim com o quilombo de Cordoaria, por décadas grande produtor de farinha e outros derivados da mandioca – comercializados nas feiras livres da cidade do Salvador – e com dezenas e até mesmo centenas de outros quilombos existentes no estado da Bahia. A situação mudou, sobretudo na Região Metropolitana de Salvador, a partir dos anos 1970, com o advento de uma política de abastecimento que privilegiava a implantação de centrais de comercialização como a Ceasa-Bahia, central de abastecimento criada em 1973, e com o incentivo governamental ao transporte rodoviário, em detrimento dos saveiros, até a década de 1970, “[...] principal transportador de carga do Recôncavo”. (MASCARENHAS; PEIXOTO, 2009, p. 10). Compõe o mesmo cenário o afastamento dos quilombos das mesas citadinas.

Foi com a ideia de um quilombo que abastece a cidade, ou seja, que está na mesa, que entrei em contato com as famílias agricultoras do Empata Viagem. A comunidade possui uma peculiaridade interessante ao se identificar como remanescente de quilombo em uma região onde muitos acreditam que a aristocracia agrária construiu sua riqueza sem o trabalho cativo (MAHONY, 2007, p. 738). O ponto focal das primeiras observações foi a compreensão dos processos de construção da identidade quilombola, como essa identidade é intercambiada com outras comunidades quilombolas e não quilombolas existentes na região e as interfaces entre cacau, mandioca, *commodity* e abastecimento alimentar na configuração dos espaços de atuação do quilombo, no processo de formação histórica

da região cacauzeira da Bahia. É nessa esfera que a história oral, registro da memória viva, surge como uma espécie de fio condutor, utilizado na construção de percursos históricos que marcam trajetórias de vida que são elos que ligam a comunidade a um passado de resistência e que renovam no presente, disputas políticas em busca de ganhos simbólicos e econômicos.

No decorrer das andanças foi necessário discutir a literatura atual sobre quilombo, etnia, territorialidade, agricultura em climas tropicais e conhecer as origens históricas da comunidade e o processo de etnogênese quilombola. Esteve no centro de gravidade a cultura ancestral africana e indígena, especialmente nos campos da agricultura e da cultura alimentar; a importância do quilombo no abastecimento alimentar regional; a dinâmica do campo da religião, as religiões afro-brasileiras, evangélicas e a religiosidade católica. Enfim, todo um processo de produção que “[...] ultrapassa destinações que são atiradas” (INGOLD, 2015, p. 26) no percurso às famílias quilombolas.

Decerto, há poucas palavras mais usadas hoje no âmbito das discussões sobre a questão agrária no Brasil do que o substantivo *quilombo*, “[...] que em sua etimologia bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta” (LEITE, 2008, p. 965), utilizado, quando da convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1988, para designar as comunidades negras, sobretudo rurais, identificadas e relacionadas ao processo de cidadania incompleto dos afro-brasileiros. Pela academia, pelos movimentos negros e, inclusive, por instituições ou agências governamentais que atuam com pesquisa e desenvolvimento no setor da agricultura e pelos próprios latifundiários, possivelmente temerosos quanto à possibilidade de perda de suas glebas, em muitas situações, ocupadas de maneira irregular.

Não se pode negar também que o substantivo quilombo, antes praticamente “confinado” aos relatos históricos sobre a resistência negra à escravidão, ou seja, uma palavra que nomeava algo que teria existido no passado e que teria sido formalmente extinto com a abolição em 1888 (LEITE, 2008, p. 970) e cujo ícone teria sido o grande Quilombo dos Palmares; um século depois, com a promulgação da Constituição de 1988, por assim dizer, ressurgiu, conquistando espaços no âmbito das políticas governamentais voltadas à reforma agrária; da ciência antropológica; do movimento negro e dos movimentos sociais de luta pela terra. Em suma, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1988, revelou a atualidade de um quilombo que, cem anos após o término do regime escravista, ainda continua ameaçador para a agricultura comercial de exportação e desafiador para a academia e, sobretudo, para o poder público.

No foco dos estudos sobre a temática, não obstante a importância da documentação escrita, prevalece a ancestralidade, alicerçada em conhecimentos e saberes articulados aos processos de ocupação de um território comum. De acordo com Aderval Costa Filho, o reconhecimento de uma comunidade negra rural como quilombo “[...] não está relacionado com uma datação histórica específica, e não se materializa mais pelo isolamento geográfico nem pela homogeneidade biológica dos seus habitantes”. (COSTA FILHO, 2014, p. 1). Os fundamentos da argumentação de Aderval Costa Filho estão presentes no próprio artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), em seu art. 2º:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria,

dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 1988).

Em consonância com o Art. 68 do ADCT, o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em encontro realizado em outubro de 1994, detalhou aspectos importantes de um movimento de ressemantização responsável pela atribuição de “[...] novos significados na literatura especializada e também para indivíduos, grupos e organizações”. (NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE E RELAÇÕES INTERÉTNICAS, 1997, p. 81). De acordo com o documento, o termo quilombo não se refere a “[...] resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação territorial ou de ocupação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea”. (NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE E RELAÇÕES INTERÉTNICAS, 1997, p. 82). Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de uma referência histórica comum. O resultado final das análises realizadas pelo GT da ABA é a definição de quilombo como um grupo étnico, nos moldes propostos por Frederik Barth, em *Ethnic Groups and Boundaries*. De acordo com Barth (1969), a fronteira é a categoria-chave para a compreensão da identidade étnica dos grupos que se estruturam a partir da ideia de pertencimento e de exclusão de não membros.

Concentrando-se no que é socialmente eficaz, os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social. O recurso crítico torna-se item (4) na lista da página 1, a característica de auto-atribuição e atribuição por outros (tem uma associação que se identifica e é identificada por outros,

como constituindo uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem). Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e antecedentes. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizarem a si e a outros, para fins de interação, eles formam grupos étnicos nesse sentido organizacional. (BARTH, 1969, p. 13, tradução nossa).²

Após a promulgação da constituição de 1988, “tecnologias de governo” (CARVALHO, 2016) criadas no sentido de garantir a identificação e delimitação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos envolvendo, sobretudo, a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) suscitaram debates e criaram uma série de impasses que, aparentemente, só foram solucionados no ano de 2003, com a edição de três Decretos, elaborados por um grupo de trabalho composto por 14 ministérios e representantes de comunidades quilombolas (Decretos nº 4.883, nº 4.885 e nº 4.887).

O primeiro transferiu a competência para regularizar as terras quilombolas para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O segundo definiu a composição, estruturação, competências e funcionamento do

² “By concentrating on what is socially effective, ethnic groups are seen as a form of social organization. The critical feature then becomes item (4) in the list on p. 11 the characteristic of self-ascription and ascription by others (has a membership which identifies itself, and is identified by others, as constituting a category distinguishable from other categories of the same order). A categorical ascription is an ethnic ascription when it classifies a person in terms of his basic, most general identity, presumptively determined by his origin and background. To the extent that actors use ethnic identities to categorize themselves and others for purposes of interaction, they form ethnic groups in this organizational sense” (BARTH, 1969, p. 13).

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, garantindo aos quilombolas a sua participação nesse órgão colegiado de caráter consultivo sobre as políticas de promoção da igualdade racial. O último decreto regulamentou o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. (CARVALHO, 2016, p. 136).

O Decreto nº 4.887, publicado em 20 de novembro de 2003, Dia Nacional da Consciência Negra, representa um marco no processo de titulação das comunidades quilombolas “[...] ao dar o passo interpretativo importante de desessencializar as práticas socioculturais negras em sua virtualidade política como marca de distintividade”, conforme afirma Ilka Boaventura Leite (2008, p. 971), comentando a jurista Elizabeth Rocha. Em seu artigo 2º, o Decreto define as comunidades quilombolas:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003).

Foi no seio dessa gramática de pertencimentos, de territórios e de trajetórias históricas que, no ano de 2005, as famílias agricultoras de Empata Viagem se descobriram quilombolas, alertadas por um técnico do Banco do Nordeste, responsável pela implementação e pelo acompanhamento de projetos de cultivo de coco e café, financiados pelo Banco, no território do quilombo, no âmbito do programa de diversificação agro econômica, projetado pelas instituições

governamentais que atuam com pesquisa e desenvolvimento agrícola na região, como uma das saídas para a crise provocada pela epidemia da vassoura-de-bruxa. Foi pela voz de Preto, pequeno agricultor oriundo do município de Itagibá, por dois anos presidente da Associação de Pequenos Produtores do Empata Viagem – posteriormente, transformada em Associação dos Quilombos da Região do Empata Viagem – que a fala do técnico do Banco do Nordeste adquiriu significado no processo de etnogênese quilombola: “*Vocês são quilombo, aquele povo que trabalhou amarrado! Vejam isso!*”.

No cerne do alerta, as condições de isolamento, a prevalência de pessoas majoritariamente negras, a organização espacial das roças, a ausência de documentação que comprovasse a posse das terras e o processo histórico de ocupação do território. Esse mosaico de condições permitiu que o técnico do banco enxergasse ali um quilombo. Tudo isso pode indicar ainda as dificuldades enfrentadas pelo técnico na operacionalização das operações de crédito agrícola que, sem exceção, frustraram as expectativas tanto das famílias beneficiadas quanto do próprio agente financeiro.

EMPATA VIAGEM: UM QUILOMBO EM TERRAS DE MANDIOCA

A denominação Empata Viagem está estreitamente relacionada às duas estradas de terra que cortam a comunidade, que no passado compunham rotas que ligavam os sertões e as roças de cacau, localizadas no Vale do Rio de Contas, aos portos da baía de Camamu. O nome Empata Viagem define uma determinada realidade da vida de tropeiros, responsáveis pelo transporte de cargas, ao revelar como o mundo daquela época funcionava e por que as coisas funcionavam daquela forma. Teria existido, no entroncamento das duas estradas, uma rancharia utilizada pelos viajantes para o descanso, que empata-va a viagem dos tropeiros. A história registrada aqui foi contada por um comerciante de Pé de Serra, pequena comunidade do Empata Viagem, localizada nas margens de uma dessas estradas. Na voz do vendeiro estão a relação entre as estradas e a rancharia e valores não expressos no cotidiano pelos habitantes do lugar e, muitas vezes, inconscientes. Antes de adquirir o ponto comercial de Pé de Serra, ele “tocou roça” na Baixa Funda, herança deixada pelo Velho Baixa Funda, agricultor natural da cidade de Valença que adquiriu roças de cacau no Empata Viagem nos anos 1960, que teriam pertencido aos Monteiro, descendentes em linha direta de Honória, africana escravizada em plantações de mandioca. Não se sabe muito bem os detalhes da compra. Mas, de todo modo, à fertilidade das terras acrescentou-se o casamento do Baixa Funda com uma das filhas do proprietário. No decorrer da fala, o comerciante descreveu o pesadelo provocado

pela epidemia da vassoura-de-bruxa, principal motivo para a venda da roça e, conseqüente, mudança de ramo. Hoje, ele é um próspero comerciante em Pé de Serra, vende quase de tudo no seu lugar e, inclusive, negocia com cacau. A sua venda é tão sortida que acaba empatando a viagem dos tropeiros de hoje que, obrigatoriamente, param no Pé de Serra para tomar uma pinga, ou mesmo um cafezinho, e relaxar um pouco. A seguir, um pouco da história contada a partir da voz do vendeiro de Pé de Serra:

O porto daqui era Tremembé, todo produto era chegado e tirado por aqui! A mercadoria descia e subia. Quem vinha de Jequié, Ipiaú, Ubatã a estrada era uma, passava no Canal do Jequi, Tabuleiro; quem vinha de Água Preta, que era Uruçuca, Ubaitaba e aqueles meio de Aurelino Leal aí a estrada, era outra. As duas estradas se encontravam ali, naquele trevo ali, onde hoje é a roça de Preto, e dali pra lá era uma só. Aí, na hora que chegava ali, tinha um cara que vendia uma cachaca que nem eu aqui! Naquele tempo o pessoal bebia muito! Numa distância dessa o povo se encontrava ali e um contava um caso, outro contava outro e tomava uma cachacinha e se esquecia da viagem. Aí, nisso, botaram o nome Empata Viagem e pegou.

O quilombo do Empata Viagem está localizado em uma região acidentada, de difícil acesso e com uma organização espacial que lembra o sítio geográfico dos antigos quilombos (ANJOS, 2004); possui um território estimado de seis mil hectares e uma população também estimada de 250 famílias residentes. A origem do quilombo remonta ao período colonial, quando a região se destacava como produtora de farinha de mandioca, segundo Hans Staden, viajante e cronista alemão do século XVI, “alimento cotidiano do Brasil” (RIAL, 2005, p. 90) no tempo da colonização portuguesa. Como a produção comercial da farinha de mandioca estava baseada na agricultura de corte e queima – ou seja, na existência de mato grosso,

capoeiras e cultivos de mandioca em diversos estágios, enredados em um ciclo de renovação –, as roças necessariamente ocupavam grandes extensões de terras. Assim, as famílias fundadoras do quilombo detinham a posse de um grande território e se dedicavam, sobretudo, ao cultivo da mandioca e à produção de farinha em larga escala.

Enquanto estudioso da Antropologia da Alimentação, Sidney W. Mintz, conhecido por suas pesquisas sobre alimentos, comidas, *plantation*, mercados, escravidão e açúcar, colocou em evidência que no período colonial ocorreu uma transformação revolucionária dos hábitos alimentares e a comida se tornou “[...] um capítulo vital na história do capitalismo, muito antes dos dias de hoje: como alimentar pessoas, e como fazer dinheiro alimentando-as”, alvo importante do capitalismo, “no Brasil, no Caribe e mais tarde por toda parte”. (MINTZ, 2001, p. 33). É possível afirmar que as comunidades quilombolas existentes nas proximidades da região da barra do Rio de Contas – aí incluindo a comunidade quilombola do Empata Viagem – foram agentes importantes nesse capítulo da história do capitalismo, enquanto frutos de “[...] uma espantosa circulação global de comidas e a circulação paralela de pessoas” (MINTZ, 2001, p. 34), a partir da produção comercial de farinha de mandioca em larga escala com mão de obra escravizada, sobretudo de origem africana.

É longa a história do quilombo do Empata Viagem, e se inicia nos primórdios da colonização portuguesa com a produção comercial da farinha de mandioca e ganha novos contornos no final do regime escravista com a decadência da cultura da mandioca na região e posterior expansão da cultura do cacau. Nessa perspectiva, o Empata Viagem pode ser definido como uma espécie de “dádiva” da farinha de mandioca, produzida inicialmente com mão

de obra escravizada, em grandes engenhos movidos à força hidráulica. O resultado final de tudo isso é “uma história de espantar”,³ que começa com o cultivo da mandioca e produção de farinha com o objetivo não apenas de “fazer dinheiro”, mas também de “alimentar pessoas” que viviam aquilombadas em grandes plantações de mandioca que se estendiam por toda Barra do Rio de Contas e avançavam em direção aos sertões.

A mandioca, planta que possui a capacidade de se desenvolver e produzir relativamente bem em solos de baixa fertilidade (CARVALHO *et al.*, 2007, p. 379) – portanto pouco valorizados – entre outras coisas, permitiu e promoveu a ocupação do território criando as condições para o surgimento de dezenas de quilombos na região em uma conjuntura de grande demanda por farinha de mandioca que, além de atender ao abastecimento da cidade do Salvador e de outras regiões da província, era utilizada na alimentação de africanos escravizados durante a travessia do Atlântico (XIMENES, 2012, p. 65) e, em África, como mercadoria no escambo de escravizados. O término do tráfico de escravizados africanos em meados do século XIX e a posterior abolição do sistema escravista desestruturou a cadeia produtiva da farinha de mandioca, provocando queda de preços e, em algumas situações, o abandono de cultivos.

Portanto, não é exagero afirmar que o quilombo do Empata Viagem é uma espécie de “dádiva” da mandioca, planta que se situa exatamente nos limites entre o mundo mágico, ou sobrenatural, e o universo dos seres humanos. Fala-se muito que, quando da invasão europeia, a mandioca já havia sido “domesticada” pelos ameríndios

³ Expressão retirada do romancista popular e utilizada como epígrafe nas páginas iniciais do romance *Terras do sem-fim*, pelo escritor baiano Jorge Amado. “Eu vou contar uma história, uma história de espantar” (AMADO, 2008, p. 9).

há mais de oito mil anos (SILVA; MURRIETA, 2014, p. 38); mas é possível afirmar também que, quando da invasão europeia, os ameríndios estavam sendo criados pela mandioca. Há, inclusive, um mito indígena sobre a história da mandioca que também não deixa de ser uma “história de espantar”, da gravidez inexplicável de uma jovem, filha de uma liderança indígena valorosa, que não tinha mantido relação sexual com homem algum, portanto, virgem. A criança que, desafiando a genética, teria nascido completamente branca e que foi nomeada como Mani, viveu muito pouco tempo em companhia dos humanos, morrendo ao completar um ano,

[...] sem ter adoecido e sem dar mostras de dor. Foi ela enterrada dentro da própria casa, descobrindo-se e regando-se diarimante a sepultura, segundo o costume do povo. Ao cabo de algum tempo brotou da cova uma planta que, por ser inteiramente desconhecida, deixaram de arrancar. Cresceu, floresceu e deu frutos. [...] A terra afinal fendeu-se, cavaram-na e julgaram reconhecer no fruto que encontraram o corpo de Mani. (PINTO, 2002, p. 10).

O mito revela a importância da mandioca no imaginário indígena, um ser sobrenatural que renasce como planta virtuosa, alimenta e, inclusive, cria seres humanos e animais, e que, pelas mãos virtuosas dos humanos, é capaz também de criar outras plantas. Essa história revela a relação rica e complexa dos indígenas com a mandioca que, de todo modo, a partir do período colonial, acabou envolvendo o colonizador português, africanos escravizados, populações de além-mar e, de maneira muito especial, quilombolas que resistiam à dominação escravista.

Na realidade, essa relação tão próxima da mandioca do ato de alimentar e criar seres humanos e não humanos esconde uma relação rica e complexa dos saberes ancestrais com as paisagens locais. Nos anos finais do que pode ser denominado ciclo da mandioca, o cultivo do cacau, embora restrito aos boqueirões e às margens de cursos d'água, já alcançava expressão na região. Na verdade, fatores edafoclimáticos (clima e solo) impediam a expansão dos cultivos sobre os campos de plantação de mandioca. De qualquer forma, o avanço do cultivo do cacau – com seus frutos que valem mais que “ouro” – ocorreu em paralelo com o declínio da cultura da mandioca, ampliando as perspectivas econômicas de famílias agricultoras: um cacau cultivado em terras férteis e úmidas e em sistemas agroflorestais. Foi assim que o cultivo da mandioca se manteve como a mais importante atividade econômica na região, pelo menos a partir do século XIX. De acordo como as vozes dos habitantes do Empata Viagem, uma mandioca “barato de tudo”, cultivada entre pequenas roças de cacau confinadas em boqueirões. Tudo indica que até meados do século XX não tenha mudado muita coisa, a não ser uma ainda tímida expansão dos cultivos de cacau para além dos boqueirões, fato decorrente da transformação do cacau em principal produto na pauta de exportações da Bahia e, talvez mais importante, a consolidação do cacau como símbolo de poder e riqueza, indubitavelmente bastante próximo às famílias agricultoras de Empata Viagem, mas, de qualquer forma, ainda confinado em pequenas manchas de solo apropriadas ao cultivo.

Mas, como a organização espacial da agricultura e os próprios conhecimentos agrônômicos não são algo dado, definitivo, hoje, mesmo ainda identificada como alimento do cotidiano e mantendo a posição de principal produto agrícola cultivado no Empata

Viagem, a mandioca presente em todas as roças praticamente não é mais utilizada na produção de farinha para o mercado. Isto é, os cultivos não visam fazer dinheiro alimentando as pessoas, mas, sobretudo, alimentar as pessoas, quiçá um resultado importante da revolução tecnológica proporcionada pelo Centro de Pesquisas do Cacau (Cepec), da estrutura da Ceplac, responsável pela conjugação das “[...] inovações tecnológicas verticais (setor industrial agrícola) e transversais (setores da química, genética, mecânica)” (MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006, p. 268), reunidas entre os anos 1960 e 1970 e propiciadas pela Revolução Verde, que possibilitaram aumento significativo da produção do “cacau de boqueirão” e, sobretudo, o cultivo do cacau e de outras *commodities* agrícolas em solos pobres e ácidos, até então reservados quase exclusivamente ao cultivo da mandioca.

Decerto, o avanço dos cacauzeiros por sobre as “terras de mandioca”, em um movimento que visa, sobretudo, fazer dinheiro, tornou os contornos do mundo mais obscuros e até mesmo misteriosos com histórias de espantar de gente retirada a dente de cachorro de suas roças por jagunços a mando de grandes fazendeiros; de boi búfalo de grande fazendeiro comendo mandioca de posseiro; de quilombolas tomando as terras de outros quilombolas; de quilombola morto por resistir ao avanço dos grandes fazendeiros; de gente do quilombo espalhada pelo mundo; de fazendeiro morto por tentar avançar seus domínios por sobre as terras do quilombo; de quilombola acusado da morte do fazendeiro espalhado pelo mundo e até de gente que, desencantada com prejuízos obtidos no cultivo de cacau e de outras *commodities* cultivadas em terras de mandioca, atentou contra a própria vida.

É possível supor, ainda, que a baixa rentabilidade na produção de farinha de mandioca pode simbolizar uma espécie de “ato antropofágico de comer” o quilombo, na medida em que a abertura dos roçados e a produção da farinha em escala comercial consomem a força de trabalho das pessoas envolvidas nas diversas etapas, além de contribuir para exaurir a própria terra, cultivada sem descanso. Da mesma forma, ao colocar em segundo plano o fazer dinheiro, produzindo farinha para alimentar as pessoas e, ao priorizar o cultivo de *commodities* agrícolas, em particular do cacaueteiro e da seringueira, estas sim, plantadas com o objetivo exclusivo de se fazer dinheiro, persiste a simbologia do “ato antropofágico”, nos baixos preços pagos pelas *commodities* e, inclusive, no impacto ambiental. Há ainda outra conotação importante desse “ato antropofágico” que se dissipa na farinha do prato. Ao privilegiar o cultivo de cacaueteiros e seringueiras e abdicar da produção de “uma farinha barato de tudo”, as famílias quilombolas se distanciam do abastecimento alimentar das cidades e, por consequência, daquilo que possibilitou o surgimento e a própria existência do quilombo ao longo de séculos. Hoje, a pouca farinha produzida no Empata Viagem é quase exclusivamente farinha do prato, não obstante a baixa rentabilidade econômica dos cultivos das *commodities* – cacauete e látex – em algumas situações, inclusive, inferior ao cultivo da mandioca destinada à produção da farinha para o mercado.

Uma vez que a característica mais importante da mandioca é sua capacidade de produzir em profusão em solos pobres e ácidos, predominantes no Empata Viagem, não há como dissociar a mandioca do modo de vida, das tecnologias agrícolas e, sobretudo, da cultura alimentar local. Coincidência ou não, nos últimos anos, concomitantemente com o avanço das políticas públicas do Governo

Federal de apoio à agricultura familiar, inclusive alinhadas com o autorreconhecimento de Empata Viagem como remanescente de quilombo, o cultivo da mandioca e a produção de farinha têm regredido ainda mais. É importante situar aqui programas governamentais como Aposentadoria Rural, Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁴ e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf),⁵ que possibilitaram maior autonomia financeira das famílias agricultoras. Merece também destaque a resistência das pessoas que vivem no quilombo em se submeter a relações de trabalho alheias aos padrões oficiais estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exatamente o avesso do que ocorria no passado recente, quando era comum a compra do dia de trabalho pelos grandes fazendeiros por valores inferiores ao estipulado pelo salário-mínimo, e com este muito pouco valorizado. A razão para isso é que os programas oficiais garantem o mínimo necessário à manutenção das famílias.

Embora seja necessário um aprofundamento maior sobre essas questões, parece evidente que tal resistência ao cultivo da mandioca e à produção de farinha seja um ato simbólico, na medida em que o cultivo do cacau e, sobretudo, da seringueira também não garantem rentabilidade adequada. Os baixos preços pagos pelas *commodities* cacau e látex, a baixa produtividade e os custos elevados de produção nas condições de solo de Empata Viagem tornam a atividade muito pouco rentável. Nesse âmbito, é importante registrar que o objetivo

⁴ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal na modalidade doação simultânea. Os alimentos são adquiridos diretamente dos produtores com o pagamento de um preço justo – preço médio praticado pelo comércio varejista local – e distribuídos à população em maior vulnerabilidade social.

⁵ Destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos.

final, pelo menos do cultivo da seringueira, tem sido a obtenção do empréstimo bancário – um dinheiro sempre bem-vindo, pois, quando os cultivos estão em fase de produção, na maioria das roças, a retirada do látex tem sido negligenciada. Quanto ao cacauero, embora os seus frutos valham mais que ouro, a produtividade é, geralmente, muito baixa, os custos de produção altos e o preço pago pelas amêndoas secas, de maneira geral, também baixo, fatores que revelam que as coisas são mais complicadas do que aparentam, já que o cacau não é apenas mais uma *commodity* destinada ao mercado. É, principalmente, um símbolo importante de poder e riqueza e, decerto, também um símbolo de liberdade.

É verdade que o Empata Viagem, com um território de cerca de seis mil hectares, localizado nos limites das grandes plantações de cacau do Vale do Rio de Contas, é um quilombo enorme. E, dessas dimensões territoriais emerge, em profundidade, o significado da grilagem de terras e da *ludibriação* das famílias quilombolas na venda de suas posses. Há um dado que coloca em evidência a importância do processo de perdas territoriais na vida das famílias. É a referência, em praticamente todas as vozes, à ludibriação do finado Tatu – quilombola que teria plantado o cacau de boqueirão da Fazenda Nova Luta, propriedade agrícola localizada no extremo sul do território, nas proximidades do Rio de Contas que pertenceu à Cepel, construtora com sede na cidade de Salvador. No centro da fazenda há um lugar denominado Horizonte, posse encravada no cacaual do fazendeiro. Vivem em Horizonte não mais que 13 famílias de posseiros, descendentes do velho Sebastião. Segundo os habitantes do lugar, gente que é parente desse pessoal de Tatu e, muito distante, também parente do pessoal dos Monteiro. As “histórias de espantar” contadas pelos habitantes de Horizonte parecem emergir da ficção e, de certa

forma, desnudam a literatura regional. A história contada por uma das filhas da moradora mais antiga do lugar, do tempo em que uma menina com oito ou nove anos de idade “trabalhava de sol a sol nas roças do fazendeiro, carregando panacum cheio de cacau e que, por isso não teve tempo pra estudar”, é uma boa referência.

A história é recontada de outras maneiras em outros pedaços do Empata Viagem. No extremo oposto do território, nas margens do riacho da Velha Honória, há um lugar paradigmático no qual vivem: uma viúva afortunada e seu companheiro; um irmão da viúva com a esposa, filhos e netos e um agricultor que vivia “espalhado pelo mundo”, a quem a viúva afortunada acolheu e deu um pedaço de terra pra fazer roçado. Aquele é um lugar de fronteira, localizado entre dois quilombos. Talvez por isso o irmão da viúva afortunada insista em afirmar que é de “outra nação, pois, ali, depois do riacho da Velha Honória, não é mais do Empata Viagem, é do Minério!”. O lugar ainda conserva as características das antigas comunidades mandioqueiras do passado em sua contínua interação com a natureza: o mato grosso, as capoeiras, os roçados de mandioca e o cacau de boqueirão ainda dominam a paisagem. Logo nas primeiras visitas foi possível concluir que nesse lugar de fronteira os quilombolas não sofreram tanto com o esbulho do território e isso pode ter ocorrido em decorrência da predominância de solos pobres e ácidos e, quiçá, pela distância das margens do Rio de Contas, ou seja, das grandes fazendas de cacau. Obviamente, uma conclusão, de todo modo apressada, pois bem próximo daquele lugar abundam grandes fazendas cujas terras pertenceram um dia aos quilombolas. Pode-se citar a fazenda Patioba, lugar que pertenceu à família do agricultor acolhido pela viúva afortunada e que teria sido “tomada a dente de cachorro pelo fazendeiro, há trinta e poucos anos atrás, quando o povo saiu sem

direito a nada”, segundo o próprio agricultor; a firma, ou fazenda Massaranduba, que no período crucial de expansão dos cacauais pertenceu ao Paes Mendonça (sic), onde, conforme a mesma voz, “botaram o povo pra correr com boi búfalo”, hoje assentamento de reforma agrária; a fazenda Tô Contente, onde estaria o túmulo de Honória e até mesmo terras localizadas no outro lado do riacho da Velha Honória, terras “de outra nação e muita terra tomada por grandes fazendeiros”, de acordo com o irmão da viúva afortunada.

A pequena Rua de Palha, localizada no centro do território, é um lugar à parte, diferente de todos os outros pedaços do quilombo. As complexas conexões do lugar com a história de formação e de esbulho do território tornam Rua de Palha um lugar paradigmático. A região é um pedaço “invisível” do quilombo, um “sítio estratégico, de acesso restrito”, ocupando uma região de topografia acidentada (ANJOS, 2004), com predominância de solos pobres e ácidos, cercada de mato grosso e plantações de cacau pertencentes aos grandes fazendeiros, uma espécie de elo perdido que liga Empata Viagem aos quilombos do passado. A moradora mais velha do lugar é uma mulher octogenária, cega e com sérias dificuldades de locomoção. As idas e vindas dessa agricultora para o posto de saúde revelam as dimensões das barreiras geográficas que “protegem” Rua de Palha. Para sair do seu lugar, ela é carregada em um banguê, uma espécie de “[...] padiola que foi utilizada no passado para conduzir os escravos mortos para um cemitério ou para um lugar distante onde seriam enterrados” (OLIVEIRA, 2015, p. 11), por três ou quatro homens. Isso ocorre muito frequentemente, pois as trilhas não permitem o acesso de veículos motorizados e, de todo modo, em Rua de Palha não há agente da saúde contratado pela Prefeitura.

Não muito longe dali está a Baixa Funda com suas histórias, o lugar dos descendentes do Velho Baixa Funda e que um dia pertenceu ao povo dos Monteiro. A Baixa Funda é um grande boqueirão dominado por roças de cacau centenárias que se espriam até as encostas da Serra da Barriguinha. De todo modo, a região da Baixa Funda também é um lugar invisível, um “sítio estratégico, de acesso restrito”, mas com uma característica muito especial – um vale florestado e muito fértil (ANJOS, 2004). As condições ambientais do lugar foram determinantes para a virulência da epidemia da vassoura-de-bruxa. De acordo com um dos netos do Velho Baixa Funda, o vendeiro e comprador de cacau de Pé de Serra, “*ali muita gente perdeu tudo, pois a vassoura ataca mais nos melhores terrenos e mais úmidos*”. Ele mesmo, no auge da epidemia da vassoura-de-bruxa vendeu a pequena roça que recebeu como herança de seus pais para um parente próximo e mudou rápido de ramo. Chegar à Baixa Funda não é muito fácil. Não há estradas que possibilitem o acesso de veículos motorizados, exceto de motocicletas que rompem as trilhas com muita dificuldade. A grande inclinação dos terrenos impõe um grande desgaste físico aos pedestres e até mesmo aos animais de montaria.

O acesso difícil e as dimensões do ataque do fungo basidiomiceto *Moniliophthora perniciosa*, agente causador da vassoura-de-bruxa, não amedrontam os habitantes da Baixa Funda que, de maneira geral, não enxergam com bons olhos a atitude do vendeiro de Pé de Serra. Muitas famílias vivem na Baixa Funda. Falo aqui de uma dessas famílias que se destaca, principalmente, pela quantidade de filhos e filhas, pela forte relação com o território e pela resistência em deixar a roça. A terra é pouca, a casa da família é pequena, mas cabe todo mundo. Em meio às roças, aqui, ali e acolá, surgem as casas de

filhos e filhas que conquistam a autonomia, como testemunho de que a família continua crescendo e de que as pessoas se recusam a arrear o pé da ambiência da roça. Não falta trabalho, e os cuidados com as roças de cacau e quase tudo, com o roçado de mandioca e com a casa de farinha, envolvem toda a família, mas o rendimento é muito pequeno. O projeto de PAA da associação quilombola garante um rendimento extra e, quando na roça da família não há produtos suficientes para atender as entregas do projeto, os parentes ajudam com um ou dois cachos de banana-da-terra, alguns inhames, laranjas etc. Além do trabalho na roça, o pai, nos finais de semana, também exerce a atividade de magarefe. Ele já comprou um pequeno lote no centro do território, nas margens da estrada do Empata Viagem, e está construindo uma nova casa de morada para a família e um pequeno açougue. Pensa, inclusive, em se mudar para a nova morada com toda a família, mas nem esposa, nem os filhos e filhas admitem sair da Baixa Funda. A mãe, com sua voz ativa, reage aos planos do marido: *“naquele lugar não moro não, é muita gente, e não tem tranquilidade. E as pessoas tomam conta da vida dos outros”*.

Esse mosaico de paisagens está sendo também essencial no processo de construção da identidade quilombola, no qual participam ativamente, além das famílias aquilombadas, organizações governamentais e organismos ligados ao movimento negro que possibilitam às famílias agricultoras do Empata Viagem a participação em encontros e projetos voltados à valorização da identidade negra. Para entender esse movimento, que alcançou o prosclênio com a assembleia geral da comunidade, realizada no início do ano de 2015, com o objetivo de formalizar a solicitação de regularização do território ao Incra – pré-requisito para a inclusão da comunidade no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – é importante

tomar como base observações feitas por Eliane Cantarino O’Dwyer sobre a importância do conceito de grupo étnico nos relatórios de identificação. Pois, como afirma O’Dwyer (2007, p. 46), a “afiliação étnica é tanto uma questão de origem comum como de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados”.

O fato é que a ancestralidade – origem comum – é o alicerce da identidade quilombola das famílias agricultoras do Empata Viagem; uma ancestralidade presente na memória dos moradores mais velhos e ancorada em um processo histórico de formação estreitamente vinculado à pressão da empresa colonial portuguesa para expansão da produção de farinha de mandioca, nas proximidades da Barra do Rio de Contas, destinada ao abastecimento do mercado interno, à exportação e, acima de tudo, ao tráfico atlântico, tanto como alimento de homens e mulheres que viajavam amontoados em navios negreiros quanto no escambo ao compor uma cesta de mercadorias trocadas na África por escravizados e por outras mercadorias importantes ao tráfico (GUIMARÃES, 2014). De todo modo, também um alimento imprescindível ao abastecimento alimentar local, muito mais do que uma mercadoria – *commodity* – que se vende e com a qual se lucra, e talvez por isso mesmo tenha conquistado o *status* de marco definidor de fronteiras éticas, traço diacrítico que as pessoas procuram e exibem para mostrar uma identidade particular (BARTH, 1969, p. 14).

Com base nessas considerações, é importante registrar ainda que, independentemente do alerta do agente do Banco do Nordeste, Empata Viagem – como outras comunidades quilombolas e não quilombolas de Maraú – é uma comunidade muito antiga que se organiza como uma “comunidade política”, no sentido atribuído por Max Weber aos grupos étnicos: “[...] grupos que se alimentam

de uma crença subjetiva em uma comunidade de origem”. (LEITE, 2002, p. 26). Por outro lado, é importante registrar também que Empata Viagem compartilha um grande território que abriga outras cinco comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e mais de uma dezena de comunidades negras rurais, com as mesmas características de organização espacial e produtiva baseada na cultura da mandioca e do cacau.

Ainda, de acordo com um pequeno agricultor, que hoje vive na região de fronteira do Empata Viagem com o Minério, em roça herdada por sua companheira, “*ali existem diferentes nações*”. Aliás, ele mesmo é quilombola de outra nação, pois tem roça do outro lado do riacho da Velha Honória, herança deixada pelo pai. Sem minimizar a importância das fronteiras, mas antes para maximizá-las, cabe registrar também que sua irmã, não obstante ter herdado roças nos dois lados do riacho (heranças deixadas pelo pai e pelo marido), é quilombola do Empata Viagem, pois “*mora aqui no quilombo, no lugar que herdou do marido*”. Assim, é possível perceber que tal definição de fronteiras não é tão arbitrária quanto aparenta: tem a ver, sobretudo, com o processo de ocupação do território e com a consequente distribuição espacial das famílias (nações), ou seja, de diferentes ancestralidades. De fato, o que marca as fronteiras do quilombo nas proximidades do lugar da viúva afortunada é o riacho da Velha Honória, e esse é um dado importante, pois em todas as ocasiões que ultrapassei a fronteira fui informado que “*aqui não é mais o Empata, aqui já é o Arauzinho, e é do Minério*”.⁶

No extremo oposto do território, já nas proximidades das grandes fazendas de cacau do Vale do Rio de Contas, as fronteiras

⁶ Comunidade Quilombola do Minério, reconhecida pela FCP em 12 de maio de 2006.

são demarcadas pelas águas do rio Baetes. Nos limites do território quilombola, grandes extensões de terra sob o domínio de fazendeiros; no lado oposto do rio, a predominância de pequenas roças, comprimidas entre grandes fazendas e com organização produtiva semelhante às roças quilombolas do Empata Viagem, baseada na cultura da mandioca e do cacau. Como em Empata Viagem, as roças são pequenas, muito diversificadas e produzem quase tudo que as pessoas necessitam, mas, não obstante tantas similaridades, a gente do lugar, quando questionada sobre uma possível identidade quilombola, geralmente afirma: “*O Buri não? O Buri não é quilombo, não!*”. Não é difícil reconhecer as similaridades entre o Buri e as comunidades quilombolas de Maraú reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, afinal o Buri é, também, uma dessas Comunidades Negras Rurais pouco conhecidas, localizadas em locais de difícil acesso e com histórico de formação bastante similar às comunidades quilombolas de Maraú. Mas toda essa familiaridade é afetada por um estranho sentimento de não pertencimento que, ao fim e ao cabo, alimenta a identidade do outro. Ou seja, esse *mas*, ao negar a identidade quilombola do Buri, alimenta a identidade quilombola do Empata Viagem e dispersa sentimentos identitários alhures. E os dispersa duas vezes: alimentando a autoidentificação de comunidades negras rurais como quilombolas e erigindo fronteiras entre quilombolas e não quilombolas.

Há um traço que marca as pequenas comunidades negras rurais de Maraú. É um tipo todo particular de “topografia étnica” que fixa fronteiras entre grupos que se autoidentificam como do Valha-me Deus, do Pula Macaco, do Chora Menino, do São Raimundo, da Paragem, do Quitungo, do Empata Viagem etc.; lugares que são signos e emblemas de processos particulares de ocupação de territórios quase

sempre marginais, pelo isolamento, pela pobreza dos solos, pela ausência de políticas públicas e que sempre dizem algo sobre esses processos. Essa topografia étnica, como lembrou com proficiência um pequeno agricultor do Empata Viagem, é também essencialmente uma topografia de diferentes nações, com ancestralidades particulares, especificidades culturais e diferentes formas de uso e apropriação do território.

Tendo o abastecimento alimentar como pano de fundo, é possível avançar nas reflexões sobre mudanças que estão ocorrendo nas comunidades quilombolas de Maraú, especificamente em Empata Viagem, e que estão retirando os quilombos das mesas citadinas. Enquanto as roças de cacau e seringueira avançam em Empata Viagem, os roçados de mandioca encolhem perigosamente, colocando em risco, inclusive, a farinha do prato, aquela que é muito mais alimento do que mercadoria e que está presente em todas as mesas do quilombo e em todas as refeições. No entanto, tal afastamento das mesas não impede que se concretize o ato antropofágico de “comer” o quilombo, pois, se o quilombo não é “comido” diretamente nas mesas, pelo consumo da farinha de mandioca, acaba sendo “comido” – ou corroído – pelo pacote tecnológico da Revolução Verde e pelo mercado de *commodities* agrícolas. Por outro lado, essa mesma farinha do prato – alimento básico de praticamente todas as famílias – é a principal evidência de que o quilombo permanece praticamente incólume, nas mesas quilombolas. Mas apresentar as coisas assim é simplificar demais a história. Há muitas questões que interferem nessa lógica e estas serão apresentadas e discutidas ao longo desta obra.

IDENTIDADE, MEMÓRIA, HISTÓRIA E A ARTE DE LEMBRAR

A memória permite que as pessoas se lembrem de eventos do passado. De acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 23), nas sociedades, existe uma memória individual e outra coletiva ou social que ajudam a “compreender o presente e, portanto, fornece elementos para o planejamento do futuro, bem como serve para reconstruir eventos semelhantes que ocorreram anteriormente e até mesmo eventos inesperados”. Os moradores de Empata Viagem vivenciam, desde o início dos anos 2000, a emergência de uma identidade quilombola alicerçada, sobretudo, nas memórias dos moradores mais velhos do lugar, em movimentos ao longo de caminhos de vida. Tomando de empréstimo as palavras de Tim Ingold (2015, p. 38), isso leva a crer que: “ao longo desses caminhos, vidas são vividas, habilidades desenvolvidas, observações feitas e entendimentos crescem”, em um feixe de linhas cruciais que se cruzam em um jogo proteiforme de identidades que oscilam entre uma nova identidade quilombola e outras identidades oriundas de matrizes culturais, econômicas, religiosas e políticas nas quais o quilombo do Empata Viagem está imerso.

De acordo com Ingold (2015, p. 39), “[...] o mundo que habitamos nunca está completo, mas supera-se continuamente [...], na realidade, a vida continua, sempre ultrapassando os fins que possam ser realizados dentro dela”. Assim a dimensão da memória

quilombola passou despercebida por muito tempo, embora sempre tenha estado implícita ou até mesmo explicitamente presente nas mentes de homens e mulheres que conhecem a história do processo de formação da comunidade. Pode-se dizer que a crise provocada pela epidemia da vassoura-de-bruxa teve grande influência nesse processo de etnogênese quilombola que se iniciou com a chegada de dois personagens centrais dessa história de quilombo ao Empata Viagem: um casal de pequenos agricultores negros oriundos do município de Itagibá, localizado a cerca de 70 quilômetros à montante no curso do Rio de Contas. Um homem, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e uma mulher, funcionária da Prefeitura Municipal de Ipiáú, ambos, de certa forma, também vítimas da epidemia da vassoura-de-bruxa. E como o casal não era de gente “nascida na terra”, ou seja nascida no Empata Viagem, é um casal de “chegantes”.

O casal trouxe para o Empata Viagem, além da pouca bagagem, a experiência organizativa do movimento de luta pela reforma agrária e a memória das manifestações culturais afro-brasileiras, segundo os chegantes, “muito fortes em Itagibá e quase esquecidas em Empata Viagem”. A história dos dois personagens, até certo ponto, centrais dessa história de quilombo, começou em agosto de 1993. Eles haviam comprado uma pequena roça de cacau no Empata Viagem de um velho que morava em Ipiáú e que a comprou do povo dos Monteiro. Indagado sobre a vassoura-de-bruxa e sobre as dificuldades encontradas no Empata Viagem, o chegante não se calou:

O velho me falou: mudar no dia 13 de agosto é um atraso danado, não faça isso! [...] O dinheiro que eu tinha eu gastei tudo aqui! O homem falou que pegava 120 arrobas de cacau, apanhei oito quilos! Eu disse: “vou embora”! Aí foi Deus que me deu um tino! Chamei o povo e disse: “vamos criar uma associação”! Eu dizia ao povo: “vamos criar uma associação, que é um órgão

que organiza os nossos documentos”. Associação é uma boa! A gente traz o sindicato, a CUT, a Fetag, o povo da Prefeitura, Governo do Estado e até o Governo Federal.

O certo é que o casal não levou muito a sério os conselhos do velho de Ipiaú. É verdade também que os chegantes realmente tiveram um “atraso danado” nos primeiros anos no Empata Viagem. Já na primeira safra de cacau, quando a produção prometida de 120 arrobas não chegou a oito quilos, ficaram claros os problemas que iriam enfrentar, pois, além da infestação do plantio pela vassoura-de-bruxa, a roça não tinha o potencial de produzir as tais 120 arrobas. Ou seja, a roça valia bem menos do que o valor pago: o valor das roças na região cacauceira é definido, sobretudo, pelo potencial de produção de cacau. As coisas só não estavam piores porque a mulher continuava morando em Ipiaú, cuidando dos filhos e pagando as despesas da casa com o salário que recebia da Prefeitura. Sem dúvida, não se pode atribuir esse atraso danado à desobediência do casal e, por outro lado, não se pode, também, enxergar esse atraso como algo estritamente negativo, pois há algo de muito positivo no fato de o casal ter visto no atraso um grande segredo: a importância da organização. Pois bem, a sorte só mudou de lado quando veio à tona a experiência do agricultor de Itagibá no movimento de luta pela Reforma Agrária: *“no movimento tem a associação que organiza as pessoas”*, afirmou ele em vários momentos.

A criação de uma associação foi a saída arquitetada para viabilizar a permanência da família no Empata Viagem. Mesmo sem conhecer quase ninguém, o agricultor saiu de roça em roça com o objetivo de reunir as pessoas. Assim, surgiu a Associação de Pequenos Produtores da Região do Empata Viagem. No relato, o agricultor destaca que a associação *“trouxo os projetos que ajudaram o povo e, se não fosse a*

*associação, muita gente estava batendo biscó na roça dos outros até hoje”.*⁷

O primeiro presidente foi Jonas, pastor da Igreja Batista, parente desse pessoal dos Monteiro. A gestão foi importante para legalizar a associação e articular os primeiros projetos. De acordo com o atual presidente da Associação dos Quilombos da Região do Empata Viagem (AQREV), “*ele correu atrás, correu o braço debaixo da causa*”. O segundo presidente foi Preto, o próprio chegante de Itagibá, que cumpriu um mandato de dois anos. A primeira conquista efetiva da associação ocorreu na sua gestão: o financiamento, pelo Banco do Nordeste, de pequenos cultivos de café e de coco que beneficiaram 22 famílias. Os financiamentos foram concedidos no âmbito do programa de diversificação agroeconômica, projetado pelo Governo do Estado da Bahia como uma das saídas da crise provocada pela epidemia da vassoura-de-bruxa.

A segunda associação foi de Moradores e Amigos, embrião da atual associação quilombola, que foi criada logo depois. De acordo com o depoimento de Preto, o agente de desenvolvimento rural do Banco do Nordeste, em reunião na sede da associação, alertou aos presentes que, entrando em contato com o pessoal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “descobriu” que Empata Viagem era uma comunidade quilombola: “*Vocês são quilombo, aquele povo que trabalhou amarrado! Vejam isso!*”. O alerta mobilizou a comunidade em torno de um tema nunca antes discutido pelos habitantes do Empata Viagem: quilombo. Algum tempo depois, a partir dos esclarecimentos do agente de crédito do Banco do Nordeste

⁷ Biscó, ferramenta artesanal, produzida com lâminas de facões velhos, comumente utilizada na limpeza das roças. No processo de fabricação do biscó, retira-se o cabo do facão, substituindo-o por um cabo longo de madeira. O biscó pode ser considerado uma ferramenta ergonômica em decorrência do prolongamento do cabo, o que possibilita menor inclinação do corpo durante a roçagem.

sobre os benefícios que as famílias agricultoras poderiam obter com o quilombo, em assembleia geral, a Associação de Moradores e Amigos foi transformada em Associação dos Quilombos da Região do Empata Viagem. O primeiro presidente foi Jovelino, um jovem agricultor também parente desse pessoal dos Monteiro. No mês de agosto de 2005, a certidão de reconhecimento do Empata Viagem como comunidade quilombola, emitida pela Fundação Cultural Palmares, foi publicada no Diário Oficial da União. No final de uma conversa de fim de tarde, o chegante de Itagibá conclui com uma sensação de missão cumprida: *“os benefícios estão aí! É a energia! Nós pedimos a luz, mas só saiu no governo de Lula com os quilombos! O PAA só saiu por causa do quilombo e, veja ali, a escola que estão construindo, uma beleza, a Escola Quilombola e muito mais”*.

Não obstante o alerta e, sobretudo, as conquistas, essa história de “quilombola”, de “quirombola”, de “quilômetro” ou mesmo de “carambola” – expressões utilizadas como referência à identidade quilombola emergente – ainda suscita dúvidas. Em especial para o chegante de Itagibá, liderança quilombola que não nasceu em Empata Viagem e que, portanto, não tem como compartilhar as mesmas histórias dos moradores do lugar, mas que conhece muito da cultura afro-brasileira. Para ele uma questão simples: *“a identidade negra é muito forte em Itagibá e muito fraca por aqui”*. Aqui é quilombo, afirma ele, *“mas as pessoas não fazem mais as coisas de quilombo!”*. Em decorrência de discordâncias quanto à forma de gestão da associação, ele se afastou, deixou de frequentar as reuniões e, inclusive, planeja vender a pequena roça da família no processo de desintração de ocupantes não quilombolas durante o processo de regularização fundiária do território a ser realizado pelo Incra. Em segundo lugar, para alguns dos descendentes dos primeiros habitantes de Empata

Viagem que não conhecem, ou não acreditam em muitas das histórias contadas pelos moradores mais velhos, talvez em decorrência de uma identidade construída ao longo de séculos de maneira depreciativa e que relaciona a figura do negro à escravidão, à violência, ao sofrimento e à humilhação. Não passam despercebidas também as dúvidas que surgem das complexas conexões entre a identidade negra e quilombola, e as tradições culturais ancestrais, combatidas e desqualificadas pelo proselitismo das religiões evangélicas, com grande penetração no Empata Viagem e, sobretudo, na própria diretoria da associação. Assim, não há como esconder que o ataque aos símbolos da herança religiosa africana, perpetrado pelas religiões evangélicas (SILVA, 2007, p. 207), tem se constituído em barreira importante à etnogênese quilombola. O que não significa simplesmente que as religiões evangélicas sejam barreiras intransponíveis, mas que elas introduzem mudanças, de certa forma, radicais nas relações entre o que significa ser quilombola e a explicitação dessa identidade. Isso tem consequências, pois, de maneira geral, hoje os evangélicos, mesmo combatendo os símbolos das religiões de origem africana, defendem a identidade quilombola do Empata Viagem.

Por outro lado, não obstante a importância do proselitismo das religiões evangélicas, as manifestações culturais afro-brasileiras – ou seja, o penteadado afro, as danças, a capoeira e principalmente os ritos da religião ancestral, performances culturais esperadas em uma comunidade certificada pela FCP como quilombola – são importantes demais para serem negligenciadas, tanto por quem vive no quilombo quanto por quem é de fora. Afinal, essas manifestações culturais acabam sendo marcas diacríticas importantes da identidade negra (e quilombola) para os movimentos sociais negros, para a sociedade inclusiva e para muita gente que vive no quilombo (CUNHA, 2009).

É assim que a Escola Quilombola adquire importância nesse processo de etnogênese. Datas especiais como o Dia da Consciência Negra e o Dia do Folclore, símbolos da herança ancestral afro-brasileira, são lembradas pela escola quilombola e recolhidas na comunidade. Segundo uma agricultora devota de Cosme e Damião, colares e os mais diversos apetrechos utilizados nos rituais em louvor a esses santos são “estudados em sala de aula”. A agricultora, mãe de gêmeos, é uma das poucas pessoas que ainda comemora os santos gêmeos, com a realização de um grande caruru.

A etnogênese quilombola está, portanto, diretamente relacionada ao trabalho da memória na seleção de traços culturais que, embora não sejam arbitrários, são, de todo modo, imprevisíveis (CUNHA, 2009, p. 240), em um grande acervo que remonta ao tempo do trabalho cativo de homens e mulheres sequestrados em África, cujo principal expoente foi Honória, africana escravizada em plantações de mandioca. Esse trabalho da memória está ancorado no cultivo da mandioca e na produção de farinha em engenhos movidos à força hidráulica; na resistência à escravidão que culminou com a conquista do território; no cultivo da mandioca e na produção de farinha em terras livres (devolutas) ocupadas pelos quilombolas; no esbulho do território, consequência direta da grilagem e da ludibriação de quilombolas na venda de suas posses; nos saberes ancestrais presentes no cacau de boqueirão e, fechando a narrativa pelo menos provisoriamente, nas roças de cacau e de outras *commodities* em “terras de mandioca”, dádiva da agricultura da Revolução Verde. Essas memórias exercem papel de fundamental importância no processo de territorialização, ao circunscreverem as fronteiras entre o Empata Viagem, quilombo onde vivem os descendentes da Velha Honória, as demais comunidades quilombolas e não quilombolas do

entorno e a sociedade envolvente. Isso também implica reconhecer, como apontou Manoela Carneiro da Cunha (2009, p. 239), que no processo de construção da identidade étnica quilombola a tradição pode ser “[...] algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados” e, em muitos casos, “[...] um poderoso veículo organizatório”. (CUNHA, 2009, p. 237).

E não há como esconder que a própria presença de pesquisador entre eles também contribuiu para o fortalecimento dessa identidade histórica e cultural singular. As lembranças afloravam à medida que a pesquisa avançava. Nas entrevistas, agricultores e agricultoras se esforçavam para reconstruir uma história que remontava aos tempos de Honória, ao tempo do trabalho cativo; obviamente, não inteiramente vivido por nenhum deles, mas que acabava revelando o que, para muita gente no Empata Viagem deveria permanecer esquecido, um passado de trabalho escravo que exprime muitas vezes o que é inexprimível, ou seja, histórias que têm “[...] uma função propriamente política de purgação da memória, de luto” (FRANÇOIS, 2005, p. 12) e que busca a reconstrução de uma história invisível que teima em “apagar seus vestígios”. (SCHWARCZ, 2005, p. 124).

Um atributo importante dessas memórias é o da transmissão inter e transgeracional de conhecimentos e experiências vividas por moradores velhos, em especial as experiências vividas pela matriarca do quilombo, a Velha Honória. A utilização do termo “moradores velhos” suscita uma advertência importante. O termo é utilizado aqui no sentido da ancestralidade, ou seja, de primeiros habitantes do lugar. A utilização do termo privilegia nitidamente esse aspecto de conhecimento ancestral; diferentemente do termo “moradores mais velhos”, utilizado sempre no presente para designar os moradores mais velhos do Empata Viagem, homens e mulheres que detêm uma

memória ancestral singular. No trabalho da memória, os moradores mais velhos descrevem o tempo de Honória – “*quando o trabalho era cativo*” e o “*povo vivia amarrado*”: a resistência dos escravizados, a luta pela liberdade, a conquista do território, as perdas territoriais com o processo de titulação de grandes propriedades e a formação do quilombo. Há nessa memória ancestral a proeminência da mandioca e sua capacidade de sustentar a vida no quilombo. As lembranças dos moradores mais velhos englobam os grandes roçados de mandioca; a importância da farinha no abastecimento alimentar; trabalho árduo nos engenhos movidos à força hidráulica, sobretudo das mulheres; o transporte da farinha em lombo de burro até os portos da baía de Camamu e sertão adentro, e o cultivo do cacau nos boqueirões. As vozes desses mesmos moradores mais velhos revelam como ocorreu o processo de expansão e de modernização do cultivo do cacau do final dos anos 1970 e início dos 1980, que culminou com o acirramento do processo de grilagem das terras ocupadas pelos quilombolas. Há um traço que assinala essas vozes. É o uso insistente de uma sensorialidade que vai além do que pode ser designado como tempo socialmente permitido (BOSI, 1994). Em vez de uma única voz, um turbilhão de vozes que podem, inclusive, cruzar o oceano, vencendo barreiras geográficas e até mesmo historiográficas, em um movimento de todo modo inesperado, na busca de explicações sobre os porquês do trabalho cativo e do seu fim. Como a voz do mais velho dos Monteiro, possivelmente bisneto da Velha Honória, que em essência diz o seguinte:

E aí o rei de Portugal adoeceu, foi desenganado dos médicos. Aí, os cientistas daquele tempo, os curadores de hoje, descobriram que a saúde dele estava na África! O rei deveria se juntar com uma negra e passar cinco anos lá, que era onde estava a saúde dele. Você já ouviu falar da princesa Isabel, filha do rei com uma mulher africana. Eu

ainda vi o retrato dela no cinco mil réis. Ela veio pro Brasil e viu o sofrimento do povo. Foi ela que deu liberdade aos negros. Aí teve guerra!

No entanto, para os chegantes e até mesmo para muita gente que nasceu, vive em Empata Viagem e é parente desse pessoal dos Monteiro, essas referências às memórias dos moradores mais velhos não são suficientes como traços diacríticos na definição de uma identidade quilombola. Essas pessoas reclamam, portanto, a necessidade de um algo mais, que pode ser definido aqui como uma “cultura de contraste”, integrante do acervo cultural da comunidade no sentido atribuído ao termo por Manuela Carneiro da Cunha (2009, p. 237). Esse algo mais seriam as manifestações culturais afro-brasileiras, praticamente esquecidas, como o culto aos orixás, o samba de roda, o caruru de Cosme, o Bumba meu Boi etc. A história que nos relata o chegante de Itagibá é indicadora desse esquecimento:

Em Itacaré, na Casa do Boneco eu levei quase uma semana lá pela associação. O pessoal daqui da associação não conversou nada, pois na linguagem deles aqueles tambores era de curador. Eles pediram para eu falar! Eu fiz um bocado de brincadeira... A gente sabe lá de Itagibá, canta o samba na roça, tem o Bumba boi, o mês todo festa na roça... Essas são as coisas de quilombo, que aqui não tem!

Cabe destacar que a citação é o relato de um encontro entre comunidades quilombolas do baixo sul da Bahia, realizado na Casa do Boneco de Itacaré (CBI), instituição fundada em 1988 cujo objetivo é a valorização da cultura afro-indígena, por meio da promoção de encontros, cursos, apresentações culturais etc. Durante o evento, em decorrência do silêncio do pessoal da associação, o chegante de Itagibá acabou sendo uma espécie de porta-voz da cultura negra do quilombo de Empata Viagem. Não se pode deixar de apontar que, no âmbito da CBI, as manifestações culturais afro-brasileiras – as

coisas de curador – são traços diacríticos que alimentam a identidade quilombola, aquilo que o olhar de fora espera sempre encontrar no quilombo e que quem é de dentro nem sempre pode prescindir.

Nesse contexto, é importante colocar em evidência a participação do Empata Viagem no Projeto Quilombo das Américas, representando as comunidades quilombolas do Brasil. O projeto, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR-PR), teve como objetivo o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à garantia da soberania alimentar e o acesso pleno a direitos econômicos, sociais, políticos e culturais das comunidades quilombolas. A equipe do projeto permaneceu em Empata Viagem no período entre 27 de agosto e 12 de setembro de 2011, levantando dados socioeconômicos e antropológicos. De acordo com a voz do chegante de Itagibá, “um pessoal mandado por Lula para verificar se eram mesmo quilombolas”. A presença da equipe foi um acontecimento importante que repercutiu, inclusive, em outras comunidades quilombolas de Marauá e, de certa forma, contribuiu para alimentar a identidade quilombola do Empata Viagem.

No entanto, ao final dos trabalhos, a ausência do algo mais, ou seja, das manifestações culturais afro-brasileiras, deixou na equipe do projeto um vazio difícil de ser preenchido, pelo menos foi isso que uma das pesquisadoras do Quilombo das Américas deixou transparecer em uma conversa durante a cerimônia de encerramento das atividades no Empata Viagem. Mesmo reconhecendo que a busca por uma “[...] substância da etnicidade” (CUNHA, 2009) não se constitui em algo relevante, tentei mostrar que o algo mais que a equipe tanto ansiava em encontrar estava ali, mais próximo do que eles imaginavam e que, talvez, em decorrência da proximidade da

equipe do projeto da diretoria da associação, permaneceu *invisibilizado*. A tensão foi resolvida com um sussurro no ouvido de um menino presente na cerimônia, sobre a realização de algum caruru em homenagem aos santos gêmeos, Cosme e Damião, afinal estávamos no mês de setembro. A resposta foi imediata e o grupo saiu do Empata Viagem com local, dia e a hora da celebração em louvor aos santos gêmeos, Cosme, Damião e também Doum, entidade venerada e respeitada como parte da família dos Ibeji, no seio das religiões afro-brasileiras: um caruru de Cosme. Em suma, a resposta do menino recolocou o algo mais no centro do debate, afinal,

O caruru de São Cosme e São Damião é a reprodução do mundo africano. A festa de Ibeji é também um momento de inversão de ordem, daí sua ligação com Exu, o mensageiro dos orixás. Na festa dos Ibeji, os códigos de etiquetas são quebrados. As crianças comem primeiro e da maneira que quiserem. Depois é permitido que limpem as mãos na roupa de quem oferece o caruru. O evento é um grande ebó (oferenda), que traz fartura e fecundidade. (SANTOS, 2010, p. 10).

Um erro que reiteradamente se incorre é tentar analisar os remanescentes de quilombos que surgiram no país após a promulgação da Constituição de 1988 como “quilombos históricos”, ou seja, com evidente continuidade histórica com os quilombos do período da escravidão. Tal conduta acaba ignorando as características singulares do processo de ocupação do espaço rural brasileiro pelas comunidades negras, sobretudo no Nordeste, onde o campo sempre foi um espaço de exclusão, ou mesmo de segregação. Algo que começou a ser construído ainda no período colonial, quando vigorava o sistema escravista. É conveniente, portanto, um aprofundamento acerca do

processo de formação dessas milhares de comunidades negras rurais que lutam, hoje, pelo direito à cidadania, ou seja, ao acesso às políticas públicas e, sobretudo, ao reconhecimento de territórios legitimamente ocupados. Tem razão Richard Price (1999, p. 247), quando afirma que “as classes dominantes do Brasil tiveram especial sucesso na destruição das centenas (ou, mais precisamente, milhares) de quilombos históricos”, durante o período escravista. No entanto, a destruição desses quilombos históricos e a própria abolição da escravidão não significaram o fim da rebeldia, ou mesmo a abdicação do direito a terra, negado a quilombolas, libertos e descendentes dos últimos escravizados, não obstante o destino incerto dessa gente e a abundância de terras devolutas. O fato é que José de Souza Martins tem razão:

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada. Um permanente aquém em relação às imensas possibilidades que cria tanto materiais quanto sociais e culturais. (MARTINS, 2013, p. 10).

De todo modo, no Empata Viagem, não obstante a importância das igrejas evangélicas, as manifestações religiosas afro-brasileiras e do catolicismo popular não desapareceram. Se, por um lado,

muitos “pejis”, ou seja, espaços sagrados das religiões afro-brasileiras, e imagens de santos católicos foram destruídos, por outro, muitos pejis permanecem escondidos, destino igualmente reservado às imagens dos santos católicos. É evidente que muitas famílias continuam homenageando seus deuses ancestrais e, inclusive, identificando-os com santos católicos e, não raramente, quando os casais são agraciados com o nascimento de gêmeos, de forma nem sempre reservada, continuam promovendo carurus e reverenciando os santos gêmeos – uma manifestação religiosa vinculada ao catolicismo popular e, sobretudo, às religiões de matriz africana.

As histórias contadas pelos moradores mais velhos são evidências dos direitos das famílias sobre um território ancestral. Os resquícios do passado são valorizados nas vozes das pessoas idosas e também dos jovens. As referências a grandes campos de plantação de mandioca e às represas que moviam os engenhos de farinha do passado são traços essenciais nessas vozes. Foi assim quando da minha primeira visita à comunidade de Horizonte. Após uma breve conversa com a matriarca do lugar, sobre as origens da comunidade e a magnitude das roças de mandioca, que se estendem para muito além dos limites atuais de Horizonte, fui convidado a conhecer uma relíquia muito bem guardada: a represa e as ruínas de um antigo engenho de farinha, circundados de mato grosso, em terras hoje pertencentes ao fazendeiro.

Há também aquelas “histórias de espantar” do universo da ficção, que lembram os relatos dos moradores mais velhos e que desnudam na literatura a realidade concreta (CARDOSO, 2006), como a história da mata de Sequeiro Grande, contada pelo escritor baiano Jorge Amado (2008, p. 199), no romance *Terras do sem-fim*:

Começaram matando os dois irmãos Merenda, dizem que na própria vista da mãe, para dar exemplo. Depois entraram pela roça de Firmo, largaram fogo numa plantação de mandioca, e só não mataram o lavrador porque ele não estava em casa, andava por Tabocas.

As sequências narrativas lembram homens que morreram por um pedaço de terra e grandes fazendas que aumentaram com “mais um pedaço de mata”, tudo terra tomada. A seguir, três outras “histórias de espantar”, agora da realidade concreta vivida pelas famílias agricultoras do Empata Viagem. As duas primeiras contadas pelo mais velho dos Monteiro, principal liderança do Empata Viagem, um agricultor octogenário, proprietário de muitos hectares de terra, e uma terceira, contada por um daqueles agricultores que vivem “espalhados pelo mundo” e por sua companheira, gente que foi expulsa das terras da Patioba:

1. **Essa é a história de Manuel de Tatu.** Ele estava muito doente e sem condições para o trabalho. Tomou um empréstimo de um negociante de Maraú, padre Anísio. O negociante, aproveitando da situação, forçou Manoel de Tatu a vender suas roças de cacau. Manuel de Tatu reagiu: “não padre Anísio, eu não vou morrer não, não vou morrer não! Quando eu ficar bom eu vou pagar o que devo! Eu vou pagar a dívida!”. “Não, você vai morrer! É aqui e agora! O escrivão tá aí!” Pegaram no dedo do velho e colocaram no papel de venda da terra!
2. **A história de Cotó é outra.** E o que escutei dos mais velhos quando tinha uns dez anos foi isso: sempre aconteceu isso, de que o cacau tem muita culpa e muitos pais de família perderam a vida por causa de terra! É, meu

filho, eu não tenho terra porque tá tudo fechado. Cacau tem muita culpa, mas a terra não tem culpa, mas os ambiciosos... Um cara aqui chamado Cotó, um pai de família, um parente meu, mataram porque fizeram a medição, era posseiro e não saiu. O que comprou mandou matar.

3. **No terceiro relato, a figura do jagunço.** A gente era de lá, onde meu pai morou, da Patioba. Fomos tirados a dente de cachorro. Meu avô passou a terra em cavalo velho, pedaço de sabão, pedaço de fumo... aí ele veio e fez roça de cacau! Aí, quando pensou que não, ele chegou com um povo e disse que vendeu, vendeu pro Feliciano... Aí, colocaram um tal de Manoel Cara de Pau aí dentro. Até a gente, ele queria matar! Eu saí de lá corrido mesmo! O empregado saiu correndo no povo! Eu corri, mas teve gente que saiu depois. O menino que ficou, ele saiu depois, eu ouvi o tiro... O cara atrás atirando, se ele não cai na mata, ele tinha matado! **A mulher entra na conversa:** saímos tão ligeiro, todo mundo, e eu sai de lá com um barrigão, quase ganho neném na estrada. Isso tem pouco tempo, trinta e poucos anos mais ou menos!

Apesar de algumas divergências entre uma voz e outra, essas memórias mantêm muitos pontos em comum e revelam como ocorreu o processo de formação do território e as perdas territoriais. As vozes dos moradores mais velhos privilegiam nitidamente esses itinerários. Levanta-se então a pergunta: e os jovens, como se posicionam diante dessas memórias reproduzidas pelo automatismo das palavras? Dada a circularidade, que é a forma como o ritmo natural da vida se expressa, os jovens ouvem os mais velhos, se nutrem com as memórias e passam a também contar histórias. O fato é que Victor

Toledo e Narciso Barrera-Bassols (2015, p. 146-147) têm razão ao afirmarem que

[...] cada indivíduo que enfrenta o cenário que gira aperfeiçoa sua experiência a partir de três fontes de informação: o que lhe disseram (experiência historicamente acumulada), o que lhe dizem (experiência socialmente compartilhada) e o que observa por si mesmo (experiência individual).

É assim que as histórias contadas pelos moradores mais velhos sustentam a convicção de um jovem quilombola do Empata Viagem:

[...] aqui é quilombo porque está no registro da associação, foi o governo que descobriu que nós somos quilombolas, mas não é só isso! Tem também a história que [os mais velhos] contam, o procedimento de como era antes de eu nascer. Depois que eu nasci, que eu me entendi como gente, aí eu também conto essa história!

Em essência, a identidade quilombola em Empata Viagem não deixa de ser uma nova identidade que abala quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo e produz novos sujeitos que se colocam entre o passado e o futuro (HALL, 2006). É evidente também que a identidade quilombola emergente em Empata Viagem é uma daquelas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas e continuamente deslocadas, localizadas no espaço e no tempo simbólico, analisadas por Stuart Hall (2006, p. 71-72):

Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas “geografias imaginárias”: suas “paisagens” características, seu senso de “lugar”, de “casa/lar”, ou *heimat*, bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de

origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação que conectam o indivíduo a eventos históricos nacionais mais amplos, mais importantes.

QUILOMBO, ANCESTRALIDADE E AGRICULTURA: CENÁRIOS E ATORES

Este capítulo apresenta o quilombo de Empata Viagem enquanto herdeiro de uma “longa linguagem cultural” que inclui “[...] formas muito antigas, mas igualmente válidas, de conhecer e manejar a biodiversidade, tanto a silvestre quanto a domesticada” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 57), no contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental da região cacauceira da Bahia, em meio a processos que envolvem ocupação do território, tecnologias agrícolas, produção de alimentos para o autoconsumo, cultura alimentar e produção para o mercado.

Segundo as vozes dos moradores mais velhos, os quilombolas do Empata Viagem descendem diretamente de africanos escravizados em plantações de mandioca localizadas nas imediações e no próprio território ocupado hoje pelo quilombo. As referências mais remotas da presença de escravizados, libertos e foragidos de grandes plantações, no território do Empata Viagem, estão nas vozes de dois agricultores já idosos, descendentes em linha direta de Honória, africana escravizada em plantações de mandioca. De acordo com essas vozes, a fundadora do Quilombo teria sido a africana Honória, e o núcleo inicial do território, a Fazenda Tô Contente, propriedade rural com cerca de 200 hectares situada no extremo norte do território ocupado hoje pelo quilombo e os primeiros quilombolas, escravizados fugitivos de grandes plantações de mandioca. A Velha

Honória teria vivido nas terras da fazenda, ainda no “tempo do trabalho cativo” e constituído uma grande família. Seus descendentes migraram em direção às margens do Rio de Contas, ocupando uma grande extensão de terras devolutas, ou seja, terras livres, com predominância de solos com baixa fertilidade natural, utilizados, sobretudo, no cultivo da mandioca e grandes boqueirões, com terras férteis e muita umidade, aptos ao cultivo do cacau.

O processo de formação do quilombo teria sido iniciado, portanto, durante a vigência do regime escravista e, além de fugitivos de grandes plantações de mandioca e engenhos de farinha, teria contado com o agenciamento de escravizados fugitivos de grandes plantações de cacau, localizadas nos vales dos grandes rios do Sul da Bahia, em especial, no vale formado pelo Rio de Contas; africanos doentes, descartados por traficantes na baía de Camamu, cenário importante do tráfico de escravizados, mesmo após a Lei de 1850, que proibia o tráfego para o Brasil (MATTOIS; ABREU; GURAN, 2013; SANTOS, 2013; SILVA, 2007), considerados por seus algozes incapazes para o trabalho na lavoura; e indígenas, em especial mulheres capturadas a “dente de cachorro” pelos próprios quilombolas, bisavós ou até mesmo avós de muita gente que vive hoje no Empata Viagem. Nas vozes dos moradores mais velhos, há referências, ainda, à chegada ao quilombo de libertos, descendentes dos últimos escravizados e de agricultores e agricultoras sem terra, oriundos, inclusive, de outras regiões do país, em particular da região Nordeste, entre os anos finais do século XIX e os primeiros do século XX, imediatamente após o término do regime escravista, atraídos pela abundância de terras também aptas ao cultivo do cacau.

Conforme discutido anteriormente, de maneira geral, a agricultura que se desenvolveu na região da Barra do Rio de Contas, no

período colonial, integra um capítulo da história no qual o cultivo da mandioca e a produção de muita farinha visavam “[...] fazer dinheiro alimentando as pessoas” (MINTZ, 2001, p. 33). Em Empata Viagem não foi muito diferente. No período colonial, ou seja, no tempo do “trabalho cativo”, tudo era mandioca e a farinha, produzida em grandes engenhos movidos à força hidráulica, vendida quase de graça sobretudo para grandes mercadores que seguiam com suas tropas com destino aos portos da baía de Camamu e sertão adentro. As vozes dos moradores mais velhos e a documentação existente revelam que, mesmo após a formação do quilombo, ou seja, após a conquista da liberdade, a situação não mudou muito. Tal afirmação não é arbitrária e está alicerçada, inclusive, em pesquisa historiográfica realizada pelo historiador João José Reis sobre o quilombo do Oitizeiro, situado nas imediações da Vila da Barra do Rio de Contas, atualmente cidade de Itacaré, nas proximidades do território ocupado hoje pelas famílias agricultoras do Empata Viagem. De acordo com Reis (1996, p. 332), no quilombo do Oitizeiro viviam pequenos lavradores de mandioca com seus escravos, “[...] os fugitivos conviviam com, e trabalhavam para, homens livres e seus escravos, ambos assumindo o papel de protetores e empregadores de quilombolas”.

Por outro lado, estudos de cunho historiográfico, sob os mais diversos enfoques, revelam a presença de mão de obra escravizada na região, bem como a resistência dos escravizados ao trabalho compulsório nas plantações de mandioca. Há registros de uma grande revolta de escravos em Camamu, cidade localizada nas proximidades do Empata Viagem, no final do século XVII, importante centro exportador de farinha de mandioca e porto de desembarque de escravizados oriundos da África por todo período colonial (SANTOS, 2004, p. 7). Há ainda documentação que comprova a utilização dos

portos da baía de Camamu pelos navios negreiros até mesmo após a proibição do tráfico (SILVA, 2007). Diante do exposto, é importante colocar em destaque o registro da existência de quilombos na região desde o final do século XVII (REIS, 1996; SACRAMENTO, 2008; SANTOS, 2013).

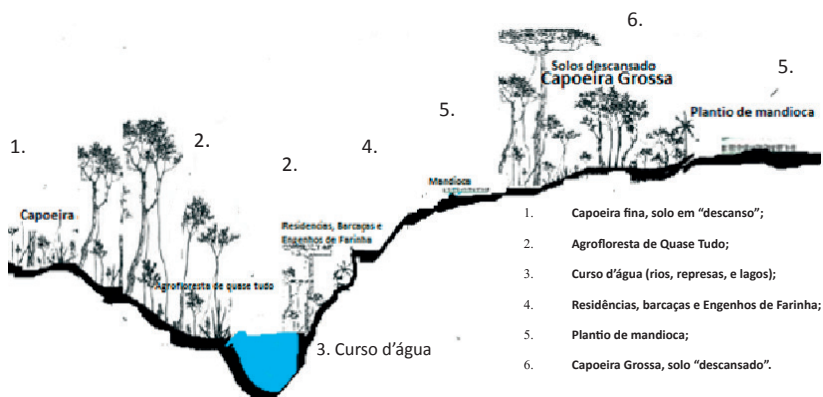
Há evidências, também, de que a cultura do cacau foi introduzida na região em pleno período colonial e que alcançou grande importância a partir de meados do século XIX, no momento em que o Brasil já se preparava para ser o maior produtor mundial. De acordo com Dan Lobão (2007, p. 5), “[...] relatos históricos apontam como provável primeira tentativa de plantio do cacau o ano de 1665, na comarca de Cairu”, com sede localizada a cerca de 50 quilômetros da cidade de Camamu, portanto, região próxima ao Empata Viagem. Segundo Marcelo Henrique Dias (2007, p. 58), Cairu teve um “[...] papel fundamental no abastecimento de víveres para a cidade de Salvador e para o Recôncavo ao longo do período colonial”, destacando-se na exploração de madeira e na produção de farinha de mandioca, atividades que contaram com a utilização de mão de obra escravizada. Considerando, ainda, a proximidade do Empata Viagem das grandes plantações de cacau instaladas no vale do Rio de Contas, a presença de fugitivos dessas plantações no quilombo e os conhecimentos ancestrais de africanos e indígenas da agricultura na floresta, nada mais natural do que a presença de grandes roças de cacau no território do Empata Viagem. O melhor indicador do que está sendo levantado aqui é a existência de roças de cacau centenárias no Empata Viagem, especificamente nos boqueirões, próximas aos cursos d’água, manchas de solo com alta fertilidade natural e propícias ao cultivo do cacau. Essa colocação nos leva a reconhecer os fortes vínculos existentes entre o cultivo comercial

da mandioca e o cacau de boqueirão ao longo do processo histórico de formação do quilombo, que favoreceram o desenvolvimento de uma agricultura que esteve presente desde a época pré-colonial, tanto em África, quanto nas Américas, em uma conjuntura de solos de baixa fertilidade natural, pobres e ácidos, entre manchas de solos com elevada fertilidade (BALÉE, 2008, 2009; BALÉE et al., 2014; DANEVAN, 2009; MAGALHÃES, 2008; TEMUDO, 2009).

Os habitantes locais cultivavam a mandioca consorciada com hortaliças e cereais nos solos pobres, localizados nas partes mais altas, e sistemas agroflorestais, aqui denominados agroflorestas de quase tudo, nas partes mais baixas, nos boqueirões e nas margens de rios e lagos, tendo como base o cultivo comercial do cacau com arranjos de espécies frutíferas nativas do lugar e exóticas, combinados com centenas de espécies vegetais e animais, a maioria das quais úteis ao ser humano: sistemas com grande produtividade e complexidade, um mosaico produtivo que garantia a base do abastecimento alimentar e protegia as famílias das flutuações do mercado de farinha de mandioca e do próprio cacau, e que tinha na diversidade sua base de sustentação, sistema que, de certa forma, ainda se mantém na atualidade. A agrofloresta de quase tudo pode ser caracterizada como um sistema sustentável de cultivo agroflorestal que alia produção e conservação dos recursos naturais. Ou seja, um sistema antropogênico que apresenta diversidade maior do que as capoeiras e florestas do seu entorno. Observando os ensinamentos de Balée (2008), é possível denominá-lo também como “Floresta Cultural”. Tal conjunção revela que, em essência, a agrofloresta de quase tudo imita a estrutura da formação florestal da Mata Atlântica, protege e enriquece a biodiversidade e evita a erosão do solo nas margens de rios e represas, facilitando a infiltração da água da chuva. A conclusão é clara:

esse mosaico permite e promove a biodiversidade, além de garantir um aumento na produtividade dos cacauzeiros e segurança alimentar e nutricional das famílias a partir da produção de alimentos diversificados ao longo de todo o ano e tudo mais que as pessoas necessitam para viver, como material de construção, proteína animal (peixes e animais silvestres) e até mesmo “medicina” (Figura 1).

Figura 1 – Principal paisagem e uso do solo em Empata Viagem



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

O processo secular de grilagem de terras, a ludibriação de quilombolas na venda de suas posses e a não menos importante reprodução social das famílias agricultoras são fatores determinantes para reduzir o espaço territorial das glebas familiares a ínfimos talhões e, conseqüentemente, para alterar o mosaico de paisagens local. Nesse contexto, destaca-se o avanço do modelo agroindustrial exportador,

patrocinado especialmente pela Ceplac a partir dos anos 1960 e ali-
cerçado no pacote tecnológico da Revolução Verde, que possibilitou
o cultivo do cacau – e também de seringueiras – em solos pobres
e ácidos utilizados até aquele momento quase exclusivamente para
cultivo da mandioca. A grilagem de terras, a ludibriação na venda
de posses e o paradoxo de tudo isso, ou seja, quando as grandes fa-
zendas de cacau geram empregos e aguentam a pobreza, podem ser
ilustrados pela voz solitária de Bonfim, pequeno agricultor que vive
em terra cedida por sua sogra, uma viúva afortunada. Nos tempos
de juventude, “de uma hora para outra”, ele percebeu que sua família

[...] não tinha mais terra, nem roça plantada, não tinha mais nada. A terra da Patioba era do meu avô. Eu era menino. Eu não sei bem qual a região da Patioba. Quando a medição veio, laçou tudo e os donos tomaram conta de tudo. Nós fomos para o lugar de liderança quilombola do Empata Viagem, perto da Serra da Barriguinha, mas não deu certo, viemos se batendo por aí. Aí eu apanhei mulher e minha sogra me deu esse pedaço de terra aqui. Aí a mulher morreu, e eu digo “pronto, agora eu vou ficar de novo no trecho!”. Aí ela [sogra] disse que não era pra eu sair [...]. E olha, quem aguentava a gente aqui era o Paes Mendonça, aguentava a pobreza. O Paes Mendonça, quando não tinha homem trabalhando, eram 40, 50 homens. Aí, quando ele vendeu, pronto! De novo acabou tudo!

Na narrativa, o agricultor faz referência ao processo de perda das terras pela família em três estágios: no primeiro, a narrativa aponta o processo de titulação de terras que ocorreu nos anos 1960, patrocinado pela Ceplac: “quando a medição veio, laçou tudo e os donos tomaram conta de tudo”. No segundo estágio, faz referência à aquisição das terras pelo Paes Mendonça (sic) nos anos 1980, quando a grande empresa “colocou o povo pra correr com boi búfalo”, mas, de qualquer maneira, “aguentava a gente aqui”. O terceiro estágio é sintetizado pelo corolário da crise provocada pela epidemia da vassoura-de-bruxa e pela queda nos preços pagos pelas amêndoas de cacau:

a desapropriação das terras pertencentes a Andrade Mendonça Agropecuária Ltda. para a reforma agrária, no ano de 2011, quando “*de novo acabou tudo!*”, ou seja, acabaram também os empregos.

É dentro desse panorama que as roças de cacau avançam sobre as terras até então reservadas ao cultivo quase exclusivo da mandioca, raiz que domina as lembranças de um passado de trabalho árduo e de crueldades que permanecem vivas nas vozes dos moradores mais velhos, como no seguinte relato, retirado do depoimento do mais velho dos Monteiro:

Uma negra parou para amamentar seu filho, o feitor arrancou a criança dos braços da mãe e jogou no forno de farinha! De outra mulher arrancaram os seios como lição, para que não interrompesse o trabalho de raspar a mandioca para amamentar o seu filho!

A inserção desse depoimento merece exame. Ele não resulta de uma simples idealização, ou mesmo de uma invenção, mas de uma imagem exacerbada de uma situação realmente vivida, sobretudo pelas mulheres, cujo trabalho sempre foi essencial na produção da farinha de mandioca. São, portanto, lembranças imprescindíveis e cruciais, transmitidas oralmente de geração para geração, como traços diacríticos que definem a identidade quilombola de Empata Viagem: “*aqui tudo era mandioca!*” e “*uma mandioca barato de tudo*”, repetem principalmente as mulheres em toda e qualquer conversa sobre a produção de farinha.

Existiam no Empata Viagem grandes plantações de mandioca e muitos engenhos movidos pela força das águas, utilizados na produção de farinha de mandioca em larga escala. Nas lembranças dos moradores mais velhos, a pujança de grandes plantações de mandioca, e nas vozes, as referências às ruínas de grandes engenhos e de

represas que continham as águas que moviam as rodas d'água que mantinham os engenhos em movimento. Uma dessas ruínas – talvez a mais importante pelo simbolismo da localização – está nas proximidades da fazenda Tô Contente. Sabe-se que existiam ali grandes roçados de mandioca e que foram substituídos por pastagens. Sabe-se também que a represa é utilizada agora na dessedentação animal e que os vestígios do engenho de farinha estão sendo rapidamente carcomidos pela ação implacável do tempo. E logo se percebe que as águas que transpõem a represa continuam alimentando o riacho da Velha Honória. No centro do território, nas terras da fazenda Serra Dourada, também há uma grande represa e as ruínas do que teria sido um grande engenho de farinha. O que muda em relação ao engenho localizado nas proximidades da fazenda Tô Contente é substituição dos roçados de mandioca por roças de cacau em terras de mandioca. Na fazenda Bela Vista não há muitos vestígios nem do engenho de farinha, nem da represa. No entanto, os dutos escavados em madeira ainda estão lá, testemunhando as dimensões do engenho e a envergadura das plantações de mandioca. É possível observar que as águas que moviam as rodas d'água estão desaguando no rio Baetés. O que muda em relação aos outros dois engenhos citados é que as terras onde existiam roçados de mandioca foram devolvidas à floresta Atlântica e estão cedendo espaço ao mato grosso.

Há ainda uma quarta represa, certamente com maiores dimensões e bem mais conservada. Ela está encravada no interior da fazenda Nova Luta, nas proximidades de Horizonte, pequena posse que abriga 13 famílias de posseiros. A voz da moradora mais velha do lugar e um olhar atento da paisagem do entorno da represa revelam um pouco da história do quilombo: o cotidiano dos moradores velhos no cultivo da mandioca, na produção e comercialização da

farinha e, sobretudo, aspectos importantes do processo de esbulho do território. Não há plantações de mandioca na fazenda, pois foram substituídas por grandes roças de cacau e pastagens para o gado. Aliás, existem pequenas roças de mandioca nas terras da fazenda Nova Luta, mas estas estão circunscritas ao território ocupado pelas famílias que vivem em Horizonte. São roças muito pequenas e toda mandioca produzida é processada na Casa de Farinha da comunidade e destinada à produção da farinha do prato.

O mosaico de paisagens do Empata Viagem formado, sobretudo, por roças de mandioca, capoeiras, mato grosso e roças de cacau integra a vida social humana à natureza. O cacau é cuidadosamente cultivado em agroflorestas de quase tudo, localizadas nos boqueirões, nas margens de córregos e represas e no entorno de olhos d'água, locais escolhidos também para a construção da maioria das residências, das barças utilizadas para secar o cacau e das pequenas casas de farinha. Essas roças estão em locais seguros e protegidos, acima de tudo, pela dificuldade de acesso, ou seja, longe dos campos de plantação de mandioca – e do fogo necessariamente utilizado no cultivo da raiz – e com acesso restrito: um espaço produzido pelas relações sociais ao longo do processo de formação do quilombo, prenhe de referências culturais e simbólicas de identidade e pertencimento (ANJOS, 2011), no qual as habitações estão dispersas, praticamente imperceptíveis e no entorno de elementos territoriais importantes: a estrada, as vendas, a escola, a sede da associação, o campo de futebol, as igrejas, os campos de plantação de mandioca, as capoeiras, os olhos d'água, o que ainda resta de mato grosso e as grandes fazendas de cacau em terras usurpadas dos quilombolas, mas que um dia aguentaram muita gente.

Uma análise mais aguda desse mosaico de paisagens permite uma visão acurada da integração das paisagens humanizadas com os elementos da natureza: a terra, a água, o ar e o fogo. Na realidade, esses elementos não são entidades que atuam, são meios materiais nos quais os seres humanos estão imersos, “[...] e são experimentados por meio de suas correntes, forças e gradientes de pressão”. (INGOLD, 2015, p. 149). Existe, portanto, sinergia entre “terras sem fim”, solos pobres e ácidos, cultivo secular da mandioca, fogo, alto índice pluviométrico e tecnologias “[...] colocadas à disposição de um agente, que almeja determinado propósito”. (INGOLD, 2015, p. 101). Essa sinergia, de fato, desempenha papel muito importante, pois o fogo, além de essencial na limpeza, “[...] é importante para reduzir a acidez do solo e disponibilizar através das cinzas produzidas, os nutrientes armazenados na biomassa vegetal, tornando o solo mais favorável ao plantio”. (MUNARI, 2009, p. 17). Enfim, se por um lado a mandioca é capaz de produzir bem em “[...] solos relativamente pobres, lixiviados e ácidos” (MURRIETA, 2001, p. 48), por outro, nessas condições os nutrientes precisam necessariamente ser repostos continuamente por meio do pousio e, de certa forma, disponibilizados com as queimadas. De qualquer forma, os resultados positivos ou negativos da utilização das queimadas estão relacionados diretamente às ferramentas utilizadas por agricultores e agricultoras que conhecem as histórias do passado e buscam melhorar, ao máximo, a qualidade do solo. Em seu ensaio sobre tecnologia e habilidade, o antropólogo Tim Ingold (2015, p. 103) afirma que “[...] cada uso de uma ferramenta, em suma, é uma lembrança de como usá-la, o que ao mesmo tempo segue as vertentes de práticas do passado e as leva adiante em contextos atuais”. Além da importância agrícola, o fogo abrandava o frio nas invernações, seca o cacau na ausência da luz do

sol, zanza (descaroça em fogo brando) e torra a farinha do prato e a pouca farinha que ainda gera alguma renda monetária direta, além de possibilitar o cozimento dos alimentos nos fogões a lenha.

E quanto à água? A agricultura e a própria vida dependem diretamente dela. Se por um lado a água trazida pelas chuvas abundantes é um fator importante na lixiviação de nutrientes, estando, portanto, em sinergia com os solos pobres, lixiviados e ácidos; por outro, garante a produção dos roçados de mandioca, das roças de cacau e das agroflorestas de quase tudo, além de abastecer a maioria das casas por meio de um complexo sistema de mangueiras, acionado pela força da gravidade, que capta a água que brota em nascentes e olhos d'água, localizados à montante dos locais de residência. Essa mesma água, quando em excesso, isola as famílias ao romper as estradas e diques, danifica as roças de cacau com a queda de árvores, lixivia o solo e aumenta a incidência de doenças fúngicas, como a vassoura-de-bruxa e a podridão-parda (OLIVEIRA; LUZ, 2005).

Onde entra o ar nesse mosaico? Os construtores conhecem bem a força dos ventos de verão que derrubam as grandes árvores, e esse, de fato, é um conhecimento importante na escolha dos locais apropriados para a construção das residências, das casas de farinha e das barcaças. No entanto, quem vive no quilombo sabe muito bem que os ventos fortes são importantes na disponibilização da lenha utilizada durante todo o ano nas cozinhas, nas barcaças e casas de farinha. Chega-se, assim, novamente às reflexões de Tim Ingold, agora citando Christopher Tilley (1994, p. 29-30 *apud* INGOLD, 2015, p. 90): “[...] as paisagens são tecidas em vida, e vidas são tecidas na paisagem em um processo contínuo e interminável”.

A agrofloresta de quase tudo ocupa uma posição de centralidade nesse contexto que integra paisagens e tecnologias agrícolas. O que caracteriza a agrofloresta de quase tudo é o reconhecimento do valor intrínseco de cada ente presente no sistema. Como afirma o conhecido agricultor Ernst Götsch (1997, p. 5), os sistemas agroflorestais são “[...] uma tentativa de harmonizar as atividades humanas com os processos naturais de vida”. O termo agrofloresta é relativamente novo no âmbito da Ciência Agronômica, no entanto, as práticas de manejar e de plantar florestas são muito antigas, estando presentes tanto nas Américas, entre as populações pré-colombianas; quanto em África, em período anterior à ocupação Europeia (BALÉE, 2008, 2009; BALÉE *et. al.*, 2014; MAGALHÃES, 2008; TEMUDO, 2009). As vozes dos moradores mais velhos revelam que a agrofloresta tem sido uma prática muito antiga no quilombo, remontando aos primeiros tempos do processo de ocupação do território, enquanto herança africana e indígena. Planta-se de quase tudo nessas agroflorestas que, embora hoje sejam pequenas em termos das posses familiares, são muito importantes quando se leva em conta a conectividade entre elas. Por outro lado, a agrofloresta

[...] contribui para a dinâmica da água por meio da evapotranspiração e redução do impacto da chuva no solo, além de manter o solo vivo e poroso, permitindo a lenta penetração da água no solo, que vai alimentar o lençol freático e as nascentes. (PENEIREIRO, 2008b, p. 7).

Uma característica essencial da criação dessas agroflorestas é o uso do fogo, ferramenta imprescindível na abertura do roçado. O fogo é uma ferramenta agrícola tão importante que é utilizada, inclusive, nas roças de “quase nada” da agricultura comercial de

exportação, a exemplo dos sistemas agroflorestais cacau-cabruca. A voz de um dos filhos da maior liderança do quilombo, agricultor que trabalhou na implantação do cacau da fazenda Massaranduba, ilustra bem como se dá a utilização do fogo nas cabruças:

Eu meto o facão de baixo e cabruco ela todinha [a mata] de fora a fora do jeito que vai plantar mandioca e, em seguida, queimo. Depois entro no raleamento, naquelas madeiras mais finas, mais finas, mais finas, e vou raleando, largando as altas e largando e largando. Naqueles lugares que abre demais, eu planto duas ou três touceiras de banana.

O relato lembra os ensinamentos de Piasentin e Saito (2014) sobre os primeiros cultivos de cacau realizados no sul da Bahia. De acordo com os autores, o método de cultivo utilizado no século XVIII, no processo de abertura das primeiras roças de cacau, foi o de corte e queima e sua utilização “[...] acarretava a destruição das substâncias húmicas do solo, importantes para o bom desenvolvimento do cacauero” (PIASENTIN; SAITO, 2014, p. 67). Os autores descrevem ainda um método sem o uso do fogo, utilizado sobretudo a partir do início do século XX e que marcou, inclusive, a implantação de grandes monoculturas de cacau em Empata Viagem, debitárias do pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec, o plantio do cacau sob mata raleada ou cabruca. Ainda conforme Piasentin e Saito (2014, p. 68), o método “[...] conferia maior estabilidade ao agroecossistema”. O notável é que o agricultor, em sua fala, faz referência à utilização do fogo nas cabruças abertas na fazenda Massaranduba, no movimento de expansão da cultura do cacau, demonstrando certo descompasso entre os argumentos, de todo modo, de teóricos como Piasentin e Saito (2014) e a prática cotidiana do cultivo.

Nas agroflorestas de quase tudo, nem “a destruição das substâncias húmicas do solo” com a realização das queimadas, tampouco

a garantia de maior estabilidade ao agroecossistema com o plantio em cabruças, tal como descritas no artigo de Piasentin e Saito (2014). Por um lado, nas agroflorestas de quase tudo o fogo, além de afastar pragas e animais silvestres e contribuir para a fertilização do solo com as cinzas e o carvão pirogênico, fruto de combustão incompleta do material orgânico, tem sido também ferramenta importante no processo de sucessão ecológica que contribui para o aumento da biodiversidade (MUNARI, 2009). Por outro lado, nas cabruças abertas em grandes fazendas de cacau, as madeiras altas, poupadas na derrubada da mata, em um primeiro momento, realmente podem ter garantido maior estabilidade aos agroecossistemas, ao dificultar a proliferação descontrolada das espécies pioneiras de crescimento rápido e possibilitar a manutenção de gradiente de umidade necessário ao desenvolvimento dos cacauzeiros. No entanto, como monoculturas de cacau planejadas e sombreadas por madeiras altas, ou seja, como agroecossistemas simples, no decorrer do tempo mostraram-se insustentáveis. De acordo com Kiuch e Shireman (2003), nos trópicos, o que realmente garante a estabilidade é a relação entre as diferentes espécies – cultivadas e espontâneas – presentes em um agroecossistema complexo. Conforme os autores, “[...] com muito poucos organismos, [...], uma única ruptura pode levar à devastação total” (KIUCH; SHIREMAN, 2003, p. 24), isto é:

Enquanto for abastecido de recursos que induzem o crescimento, como fertilizantes, esse ecossistema consegue vingar durante algum tempo e manter-se quase inalterável, a não ser no tamanho físico. Mas, se posteriormente for atacado por um fungo ou uma peste, pode ser rapidamente destruído.

Na agrofloresta de quase tudo a cooperação entre as diferentes espécies é uma consequência direta do equilíbrio dinâmico, ou seja, da especialização e da interdependência, fenômeno diretamente relacionado aos agenciamentos humanos. Tomando de empréstimo as reflexões de Willian Balée (2008, p. 9) sobre “[...] maneiras tradicionais de conhecimento do mundo”, é possível afirmar, ainda, que esses agenciamentos promovem melhorias ambientais, não degradação. Em suma, a agrofloresta de quase tudo é um sistema agrícola que depende diretamente de modos de conhecimento e de significação produzidos ao longo de séculos de convivência com os ecossistemas locais e que garante o estabelecimento de uma agricultura sustentável, adaptada às condições ambientais locais.

As pesquisas no campo da ecologia histórica de William Balée permitem aprofundar as discussões sobre esses sistemas que respeitam os padrões de adaptabilidade de diferentes plantas e animais. O autor contrapõe o conceito de transformação da paisagem ao conceito de sucessão ecológica. De acordo com Balée (2008, p. 48), as sucessões ecológicas “[...] são conceituais enquanto as paisagens são espacialmente reais. Os ecossistemas são analíticos enquanto as paisagens são unidades ontológicas e analíticas”. Ainda, de acordo com o autor, é possível afirmar que esses sistemas agroflorestais são tributários de conhecimentos ancestrais “[...] de sujeitos que têm sido historicamente alvos humanos do colonialismo europeu e neoeuropeu e, mais recentemente, da globalização econômica”. (BALÉE, 2008, p. 10).

Partindo dos ensinamentos de Darrell Posey, no campo da etnobotânica, é possível olhar as agroflorestas de quase tudo de Empata Viagem como “florestas culturais” ou “florestas antropogênicas” e os quilombolas como um povo da floresta, na medida em que as relações estabelecidas entre as famílias agricultoras e a Floresta Atlântica

são muito mais de interação do que de exploração (POSEY, 1985). É importante registrar aqui que essas agroflorestas – e as plantações de mandioca – se contrapõem ao modelo agrícola monocultural, alicerçado na eliminação da complexidade, predominante no sul da Bahia: plantações de cacau sombreadas por grandes árvores, a exemplo do cacau-cabruca; plantações planificadas de cacau a partir da derrubada total da mata e sombreamento homogêneo por *Erythras* ou seringueiras – espécies exóticas introduzidas na região pelo Cepec – e os cacauais cultivados a pleno sol.

Os ensinamentos de Darrell Posey permitem ainda a percepção de que esse “povo da floresta” possui conhecimentos altamente especializados que podem, inclusive, proporcionar “[...] atalhos ou mesmo revoluções na investigação científica” (POSEY, 2001, p. 286) ao tempo em que colocam em evidência o problema da transposição de práticas agrícolas de zonas temperadas para os trópicos, procedimento que tem resultado em degradação dos solos pela erosão, compactação, lixiviação, proliferação de pragas e doenças e concomitante decréscimo da produção agrícola

[...] justificada, correntemente, pela falácia de que o sistema de cultivo itinerante aborígene era primitivo e ineficaz. Só agora biólogos e agrônomos reconhecem que o sistema de lavoura indígena é mais complexo e, de modo geral, melhor adaptado [sic] às condições tropicais do que se supunha. (POSEY, 1985, p. 21).

Segundo Posey (2001, p. 21), os conhecimentos ancestrais podem “guiar os pesquisadores na procura de categorias ou relações desconhecidas do conhecimento, isto é, para propor hipóteses voltadas a testar os conceitos indígenas”. As abordagens representam um

deslocamento radical na medida em que redimensionam os papéis dos seres humanos no ambiente, se contrapondo aos movimentos que tornam invisíveis formas de conhecimento que não se encaixam nos modelos ocidentais; ou seja, conhecimentos tidos como irrelevantes e incomensuráveis que se encontram para além do verdadeiro e do falso (SANTOS, 2007, p. 73). O depoimento de um engenheiro agrônomo que trabalhou por mais de duas décadas na Ceplac prestando assistência técnica inclusive às famílias agricultoras do Empata Viagem é, com razão, exemplar:

O cacau está sendo manejado praticamente de forma extrativista por essas populações, eles sequer cultivam do ponto de vista orgânico [...]. Aí você tem queima de solos, solos que foram queimados e requeimados para o plantio intenso da mandioca. [...] [Nas primeiras roças de cacau, plantadas nos vales dos grandes rios] não existia agricultura, ali existia uma coisa feita a bico de facão, plantada pelo macaco, à seleção natural. O cacau era apenas roçado e colhido. Com o advento da Ceplac é que se começou a fazer agricultura.

As reflexões de Boaventura Souza Santos contribuem para a compreensão dessa diferença tão gritante nos pontos de vista. Por um lado, Darrell Posey, Ernst Götsch, William Balée, Victor Toledo, Narciso Barrera-Bassols e outros autores que colocam em evidência a importância dos conhecimentos ancestrais, capazes de gerar sofisticados sistemas de manejo agrícola, eficientes no quesito sustentabilidade e capazes de manter ao longo dos anos a produtividade da terra, da fauna e da flora. Por outro, um ponto de vista avesso aos resultados das pesquisas em ecologia histórica realizadas na região amazônica e na própria Mata Atlântica, que desqualifica esses mesmos conhecimentos. É possível afirmar que a explicação para essa diferença está na crença do entrevistado na Ciência Agrônoma que se intitula moderna, alicerçada nos poderes, até

certo ponto, “mágicos” da Revolução Verde e no preconceito diante de saberes ancestrais de negros e indígenas, fundamentais na transculturação da cultura do cacau das “[...] florestas quentes e úmidas das terras baixas do México e da América Central e das bacias do rio Amazonas e Orinoco” (NAKAYAMA; SOARES; APPEZZATO-DAGLÓRIA, 1996) para os vales dos grandes rios que cortam a Floresta Atlântica no sul da Bahia. De fato, essa é uma visão ainda predominante na região cacauceira, inclusive entre os profissionais que compõem o corpo técnico de instituições governamentais que atuam com pesquisa e desenvolvimento no setor da agricultura. O desafio é, portanto, olhar Empata Viagem e mesmo as demais comunidades da agricultura familiar da região com outros olhares que deem conta das tecnologias agrícolas ancestrais utilizadas nas agroflorestas de quase tudo e nos cultivos de mandioca; dos avanços e recuos dessas tecnologias, debitárias de modos de conhecimento e significação que em muitos aspectos divergem da Ciência Agrônômica oriunda da Revolução Verde e, para além da produção para o mercado, de vários olhares cruzados que possibilitem a apreensão de códigos de pertencimento étnico, origens ancestrais, tecnologias agrícolas ancestrais e redes de relações familiares e extrafamiliares.

EMPATA VIAGEM: DÁDIVA DA MANDIOCA

Nesse contexto, em que várias imagens se misturam, é importante retomar um tema de suma importância: o Empata Viagem é uma espécie de dádiva da mandioca. Considerando que hoje o objetivo maior é o abastecimento alimentar, os pequenos roçados se organizam como verdadeiras despensas, proporcionais, portanto,

às necessidades alimentares das famílias. O cultivo se inicia com a limpeza e queima das capoeiras e do mato grosso, nos meses quentes do ano, preferencialmente entre outubro e fevereiro. O plantio tem início nas primeiras chuvas, e a colheita, entre nove a dez meses após o plantio, com o roçado novo e a mandioca, em muitas situações, ainda verde. É importante registrar que a colheita do roçado prossegue por vários meses ou até mesmo anos. As plantas mais vigorosas são selecionadas, arrancadas e as raízes transportadas até a casa de farinha. A farinhada é sempre pequena e visa, sobretudo, atender necessidades imediatas das famílias – o preparo da farinha do prato – e com uma mandioca colhida lentamente de acordo com as necessidades do prato. A farinhada é uma atividade de toda a família que não raramente conta com o adjutório de parentes, amigos e vizinhos que recebem sempre um *quantum* de farinha como retribuição pelo trabalho. Sendo assim, agricultores e agricultoras que não possuem roçados de mandioca em ponto de colheita, ou mesmo famílias que trabalham e vivem nas grandes fazendas existentes no território do Empata Viagem e no entorno e que não possuem roçados de mandioca, comumente registram presença nessas farinhadas.

Embora a maioria dos roçados respeite o ritmo do abastecimento alimentar das famílias, existem também roçados comerciais no Empata Viagem, nos quais as raízes de mandioca são colhidas de uma única vez, levadas à casa de farinha para processamento, e a farinha é vendida no comércio local. Em ambas as situações, o trabalho de colheita da mandioca e processamento da farinha envolve primordialmente a mão de obra familiar, inclusive de crianças e pessoas idosas. Há ainda os roçados que são vendidos “em pé” ao proprietário de alguma casa de farinha, que se encarrega da colheita e transporte das raízes. Essa estratégia é geralmente utilizada quando

os roçados alcançam a maturidade e não há mão de obra disponível na unidade familiar, ou quando as famílias não possuem uma casa de farinha em condições de funcionamento. De maneira geral, os roçados de mandioca permanecem em atividade por um período de quatro a cinco anos. Ao final desse período são abandonados, ou seja, devolvidos à floresta.

No cerne desses vínculos tão fortes da mandioca com o quilombo – ou do quilombo com a mandioca, não há muita diferença – está a história, contada pelos moradores mais velhos e as evidências levantadas pela pesquisa historiográfica, de que no tempo do trabalho cativo o cultivo da mandioca e a fabricação de farinha eram as principais atividades econômicas na Barra do Rio de Contas (REIS, 1996; SACRAMENTO, 2008; SCHWARTZ, 2001). A farinha de mandioca produzida em Empata Viagem, como em toda a região, atendia à “[...] demanda da cidade de Salvador, dos engenhos de açúcar do recôncavo, das frotas que partiam para as Índias e África, das tropas e comboios que iam sertão adentro” (SOARES, 2009, p. 78) e, possivelmente, também das grandes plantações de cacau que se expandiam nas terras férteis dos vales dos grandes rios, no sul da Bahia. Como demonstrou João Reis, a expansão dos mandiocais ocorria em relação direta com a expansão do mercado internacional do açúcar, ou seja, os mandiocais alimentaram a expansão dos canaviais do Recôncavo, “[...] a monocultura da cana em uma região provocava a monocultura da mandioca em outras”. (REIS, 1996, p. 338). E por que não deduzir que esses mesmos mandiocais alimentaram também, de alguma forma, a expansão da monocultura do cacau?

É cada vez mais evidente a redução no número de roçados de mandioca e a isso se soma uma forte retração nas dimensões desses roçados, um processo que começou, na realidade, há muito tempo,

no período final do sistema escravista, em decorrência do alto custo de produção da farinha e, portanto, do baixo retorno econômico da atividade. De qualquer forma, mesmo perdendo importância econômica na geração de renda monetária direta, a mandioca permanece imprescindível ao abastecimento alimentar, pois no Empata Viagem ninguém pode ficar sem a farinha do prato. A farinha de mandioca acompanha praticamente tudo que é levado à mesa: a carne assada na brasa; o feijão cozido juntamente com carne e verduras; o Kitut ou a sardinha em lata, quando o dinheiro é curto; a jaca mole ou dura, ou mesmo o abacate, quando o trabalho na roça rouba o tempo da cozinha; a carne do porco criado preso com sobras da alimentação da família, ou seja, lavagem; quando é dia de farinhada e nas datas mais importantes do ano, como nas festas juninas, no Natal e no Ano Novo; a galinhada, quando é dia de aniversário de alguém na família; a rabada e a feijoada, quando é dia de jogo de futebol; todo e qualquer tipo de caça e, quase sempre, é uma farinha servida em prato à parte, pois cada um deve dosar livremente sua mistura. A farinha pode também ser servida sem acompanhamentos como na farofa d'água, prato rápido que pode ser servido a qualquer hora do dia. Nesse rico rol de opções há ainda a possibilidade de dar gosto à farofa d'água, ou mesmo à farinha, com adição de pimenta.

Além da farinha, dois outros subprodutos da mandioca são importantes no abastecimento alimentar das famílias agricultoras do Empata Viagem: a puba e o beiju. A puba pode ser molhada ou seca. O processo de produção da puba pode começar na casa de farinha ou nas cozinhas, onde as raízes de mandioca são selecionadas, lavadas e deixadas para “pubar”, imersas em água de cinco a dez dias. Após a “pubagem”, a massa é lavada para a retirada de fibras, prensada com um pano fino e utilizada no preparo de mingaus e bolos. Quando

se produz a puba seca, também conhecida como polvilho azedo, após a retirada das fibras, a massa é levada ao alguidar para secar (desidratar), processo que garante maior período de conservação. O beiju, por outro lado, é uma espécie de “pão da terra”, necessariamente produzido na etapa final das farinhadas. O beiju de massa de mandioca é preparado com a mesma massa utilizada na produção da farinha. Um *quantum* de massa é separado logo após a prensagem e reservado. Ao final do processo de torrefação da farinha, a massa é colocada no alguidar ainda quente e levemente prensada para a formação dos beijus.

Além do beiju de massa de mandioca, há também o de goma, com processamento mais requintado. O processo de produção começa com a retirada da goma – comercialmente também designada fécula de mandioca – atividade artesanal que cabe, sobretudo, às mulheres. Após o procedimento de ralar as raízes, a massa de mandioca é transferida para grandes baldes onde se acrescenta água. Com o auxílio de um saco de pano, a massa é filtrada lentamente até que a goma seja liberada. O líquido leitoso resultante da lavagem é colocado à parte para decantar, e a massa resultante do processo é levada à prensa para enxugar e, posteriormente, encaminhada ao alguidar para a preparação da farinha de mandioca. Ao final da farinhada, as atenções se voltam para os recipientes onde a goma decanta. Após algumas horas despreza-se a água, e a massa (goma) resultante da decantação é retirada. A goma pode ser utilizada de imediato na produção dos beijus de goma ou desidratada no alguidar para garantir maior período de conservação. Há também a possibilidade de acondicionar a goma, ainda úmida, em sacos plásticos que devem ser congelados para garantir a conservação.

O QUILOMBO E O CACAU: O QUASE TUDO DOS SABERES AGRÍCOLAS ANCESTRAIS E O QUASE NADA DA AGRICULTURA INDUSTRIAL

Uma coisa é dar voz às pessoas que vivem no Empata Viagem, no entanto, outra bem diferente é compreender concretamente o que dizem essas vozes. Na sessão anterior o Empata Viagem foi apresentado aos leitores como uma espécie de “dádiva” da mandioca. Não há como excluir a mandioca da história do quilombo e as vozes dos moradores mais velhos dizem exatamente isso. Por outro lado, não é possível negar que a mandioca é constantemente ameaçada pelas *commodities* agrícolas, em especial pelo cacau, cultivado sem descanso nos solos pobres e ácidos predominantes no Empata Viagem, de acordo com as vozes dos moradores mais velhos, impróprios ao cultivo do cacau, mas dadivosos com a mandioca. Assim, a história do cultivo do cacau no Empata Viagem também retrata um processo rico em contornos e matizes. Se por um lado o cultivo comercial do cacau – no movimento de expansão da lavoura, que se iniciou ainda no período colonial e chegou ao proscênio nos anos 1960 com as tecnologias agrícolas desenvolvidas pelo Cepec – foi fator determinante no processo de “privação” da mandioca de suas terras e, mais ainda, no esbulho do território do quilombo; por outro, o cacau, ao longo de um processo secular de conquistas e perdas territoriais, com seus frutos que “valem mais que ouro”, paradoxalmente se consolidou como símbolo importante na luta pela liberdade, ou seja, com uma alternativa para o trabalho extenuante nas roças de mandioca e nos engenhos de farinha. Esses dois matizes, aparentemente antagônicos, são essenciais para correto entendimento das complexas relações do quilombo com a cultura do cacau.

Para tornar esse ponto mais preciso, inicio as reflexões com a história dos primeiros cultivos de cacau na Bahia.

De acordo com Piasentin e Saito (2014), o cacau começou a ser cultivado na Bahia em 1746, quando sementes trazidas do estado do Pará foram plantadas na fazenda Cubículo, localizada às margens do rio Pardo, no atual município de Canavieiras. A tese de doutorado de Lobão (2007) traz importantes informações sobre o avanço e a importância da cultura do cacau para a economia regional. De acordo com o autor, já a partir de meados do século XVIII “[...] torna-se o cacau o grande referencial histórico-cultural, social, econômico e ambiental dos povos dessa região da Bahia”. (LOBÃO, 2007, p. 5). Ao analisar o lugar do cacau na sociedade regional, Lobão registra que, 100 anos antes, em 1665, na comarca de Cairú, pés de cacau já haviam sido plantados em clareiras abertas na mata no processo de extração do pau-brasil, juntamente com essências arbóreas, especiarias e fruteiras, por recomendação do vice-rei, Dom Vasco Mascarenhas, conde d’Óbidos (LOBÃO, 2007). A história não se encerra aí. Lucia Maria Paschoal Guimarães (2001), citando ensaio escrito por Manoel Ferreira da Câmara, “o documento mais antigo que aborda a presença do cacau na região”, afirma que a Coroa Portuguesa, nos anos finais do século XVIII, já incentivava o cultivo comercial do cacau na colônia:

Ao que tudo indica, a rainha d. Maria I, tal qual Montezuma, associou o fruto do cacau ao ouro. Aos olhos da Coroa, o empreendimento significava lucro certo. Tanto assim que, por meio de carta régia, datada de 1780, Sua Majestade ofertou graciosamente sementes secas de cacau aos moradores da vila de Ilhéus, garantindo-lhes um preço mínimo pela arroba do produto a ser colhido, conforme já se procedia na

comercialização do açúcar e do fumo. (GUIMARÃES, 2001, p. 1.061).

Assim, as primeiras roças, abertas ao longo dos vales dos grandes rios do sul da Bahia, não foram obra do acaso, de aventureiros, tampouco resultado do trabalho anônimo e involuntário de Juparás (ANDRADE, 2004; JESUS et al., 2013; ROCHA, 2008), conhecidos como “os maiores plantadores de cacau do sul da Bahia” mas o resultado de grandes empreendimentos agrícolas que contaram com mão de obra escravizada africana e indígena (MAHONY, 2007, p. 738).⁸ Essa questão adquire maior expressão quando se observa a ausência de referências, em estudos científicos e literários realizados na região, às tecnologias agrícolas utilizadas nos primeiros cultivos e aos possíveis agenciamentos de africanos e indígenas na abertura das primeiras roças. Aliás, em contraposição às pesquisas que apresentam a grande lavoura, a monocultura e o trabalho escravo como elementos essenciais da sociedade colonial brasileira (PRADO JUNIOR, 1963); aos relatos de viagem do século XIX que descrevem o trabalho de escravizados nas grandes propriedades agrícolas do sul da Bahia como uma “necessidade indispensável” (HABSBURGO, 2010, p. 149); às fortes evidências da presença de quilombos nas proximidades das grandes plantações de cacau, entre o final do século XVIII e todo século XIX, de uma forma ou de outra, associados à lavoura cacaueira (REIS, 1996; SACRAMENTO, 2008) e aos dados levantados pelo Censo Geral do Império de 1872, que registram a presença de 1.051 escravizados na Vila de São Jorge dos Ilhéus em uma população de 5.862 pessoas (ANDRADE, 2011). Parcela significativa da produção literária local, bem como da produção acadêmica sobre

⁸ O jupará é um mamífero da família *Procyonidae*, também conhecido como quincaju e macaco-da-noite. Ver: <https://bit.ly/2WCpFB4>. Acesso em: 10 dez. 2015.

a cultura do cacau na Bahia (ADONIAS FILHO, 1976; FALCÓN, 1983; FERNANDES, 2008; LOBÃO, 2007; PIASENTIN; SAITO, 2014; SETENTA, LOBÃO, 2012) praticamente não faz referências a agenciamentos de africanos e/ou indígenas escravizados nas roças.

Não há, também, como negligenciar o fato de que os responsáveis pela empresa colonial portuguesa conheciam, de alguma forma, as exigências edafoclimáticas ideais para o cultivo do cacau. A implantação dos primeiros cultivos nos vales dos grandes rios do Sul da Bahia, ao que tudo indica, não foi obra do acaso. De fato, embora o empreendimento tenha obtido bons resultados com o Brasil alcançando a condição de um dos maiores exportadores de cacau do mundo, já no final do século XIX, a verdade é que pouco se sabe sobre as tecnologias empregadas nos primeiros cultivos e, em especial, até que ponto os colonizadores dominavam essas tecnologias. É improvável que os “pioneiros europeus” tenham trabalhado sozinhos na derrubada seletiva das grandes árvores, no plantio do cacau e no manejo das roças. É improvável também que esses pioneiros dominassem plenamente as refinadas técnicas de cultivo no sub-bosque da floresta. Convence menos ainda a afirmação de que muitos dos cacauzeiros foram plantados por macacos juparás que, de algum modo, “adquiriam” as sementes e expandiam os cultivos. Nesse ponto, é importante mencionar que indígenas e africanos escravizados foram excluídos da história do cacau na Bahia, por meio de uma engenharia literária que os tornou seres virtuais sem existência real. É nesse plano, alheio ao universo da pesquisa empírica, em um movimento de todo modo desconfortável, que pretos, pardos, indígenas e caboclos, envolvidos no sul da Bahia, sobretudo em atividades agrícolas – mais de 78% da população do município

de Ilhéus nos anos finais do século XIX –, foram excluídos da saga do cacau (ANDRADE, 2011, p. 11).

Em trabalhos científicos e literários, a região cacauceira é representada como uma ilha cercada de maldades por todos os lados, um verdadeiro paraíso no qual até o agronegócio de exportação “[...] conservou e a renovou” a floresta (FREITAS, 2011, p. 8). Aliás, é importante registrar que falar da possibilidade da existência de africanos escravizados em roças de cacau é, ainda hoje, algo impensável para muitos dos descendentes de grandes fazendeiros do passado. E, da mesma forma, é também impensável para essa gente a existência de índios cabrocando matas em grandes plantações ou participando, de alguma forma, no abastecimento alimentar regional. Melhor dizendo, é considerado algo irreal a presença de indígenas nos primeiros roçados de cacau, pois os índios, ainda hoje, são considerados seres “agressivos” e “preguiçosos” que habitam florestas virgens e, por isso mesmo, ocupam *terra nullius*, isto é, terras de ninguém, *domicilium vacuum* (BALÉE, 2008) – portanto, ocupantes ilegítimos do território e usuários ilegítimos dos recursos naturais. A esse respeito, há que se fazer, obrigatoriamente, referência ao projeto de Conservação Produtiva, desenvolvido com participação dos técnicos da Ceplac com envolvimento massivo de organizações da sociedade civil local, baseado no plantio do cacau em cabruças, “[...] sistema desenvolvido na Bahia pelos pioneiros há mais de 260 anos” (SETENTA; LOBÃO, 2012, p. 17).

De fato, para os defensores do projeto, a Conservação Produtiva é uma verdadeira revolução ambiental, um contraponto importante à degradação causada pela Revolução Verde. A ênfase do projeto é posta em um suposto meio ambiente prístino, conservado de alguma forma pelos cacauceiros cultivados sob a sombra das

árvores nativas da Mata Atlântica: o sistema agroflorestal cacau-cabruca. Isso, como já apontado, mesmo em pleno sistema escravista monocultor que atendia às necessidades do empreendimento mercantil português, uma monocultura voltada ao agronegócio de exportação, isenta do trabalho escravo e capaz de conservar e renovar a floresta tropical. A definição do sistema presente no *Manual agroflorestal para a Mata Atlântica* (DEITENBACH, 2008), publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil, é exemplar. De acordo com o manual, o cacau-cabruca é um consórcio agroflorestal estático, no qual as intervenções humanas “praticamente não modificam a composição nem a estrutura do consórcio, [...] não existe poda ou manejo do estrato dominante e basicamente dois estratos são admitidos: o dominante, onde estão as árvores de grande porte, e o arbustivo, onde está o cacau” (DEITENBACH, 2008, p. 23). De fato, conforme o manual, o cacau-cabruca acaba sendo um sistema de cultivo ecológico em decorrência da pouca ou nenhuma presença de atividade humana. E como, além disso, o “extrato dominante” apenas sombreia os cacauzeiros, não havendo maior interação entre os elementos que compõem o sistema e, no extrato arbustivo, “[...] roçadas periódicas mantêm a regeneração natural em níveis bastante baixos” (DEITENBACH, 2008, p. 23), é questionável a tão propalada eficiência ambiental do cacau-cabruca, enredado em uma visão fragmentada do ambiente de floresta tropical e, portanto, inevitavelmente sujeito às limitações impostas pelo modelo monocultural da agricultura de exportação. Ou seja, não há como atribuir ao cacau-cabruca os méritos de manter a Mata Atlântica e sua diversidade.

Refletindo sobre a importância ambiental do cacau-cabruca, “um modelo sustentável de agricultura tropical”, diz-nos o pesquisador

Dan Lobão – um dos maiores entusiastas da Conservação Produtiva
– em artigo publicado no site oficial da Ceplac,

Cacau-cabruca é um termo regional empregado para caracterizar uma forma de plantio de cacauais utilizada pelos colonizadores da região sudeste da Bahia. Há mais de 200 anos, grupos de *migrantes e imigrantes chegados de regiões áridas do nordeste e da Arábia*, enfrentaram os desafios para se estabelecer agronomicamente numa *região de floresta tropical virgem habitada por tribos agressivas e animais bravios*. Com respeito e sabedoria valorizando a exuberância do verde e a fartura dos recursos hídricos, implantaram a cacauicultura no sub-bosque da mata primária, promovendo um convívio harmônico e duradouro com a natureza. (LOBÃO, 2002, grifos nossos).

A definição de Lobão coloca em evidência elementos importantes presentes no imaginário regional. O autor, mesmo fazendo referência ao início do século XIX – há mais de 200 anos – praticamente descarta todo o período de consolidação da cultura do cacau na Bahia entre meados do século XVIII e o final do século XIX, período no qual o Brasil alcança a posição de uma dos maiores produtores de cacau do planeta, começando sua narrativa com a chegada de nordestinos e árabes à região: o que só ocorreu efetivamente a partir dos anos finais do século XIX e início do século XX. Depois, seguindo um plano ambicioso, descreve esses imigrantes como exímios agricultores, responsáveis pelo “convívio harmônico e duradouro com a natureza”. Essa referência à Conservação Produtiva é um ponto de orientação importante para o estudo do Quilombo, em razão da exclusão de indígenas e africanos escravizados da saga do cacau, que teria ocorrido em uma “floresta tropical virgem habitada

por tribos agressivas e animais bravios”, uma atitude preconceituosa das elites locais e, quiçá, uma espécie de abrigo diante de possíveis reivindicações territoriais. É possível afirmar que o que está em jogo no projeto da Conservação Produtiva é a legitimação social e política da elite regional, alicerçada na idealização de uma sociedade que teria sido “dominada por homens que se fizeram por seus próprios esforços, sem lançar mão da exploração do trabalho escravo, e, portanto, bem diferente de outras regiões, no Brasil, onde a aristocracia agrária construiu sua riqueza apoiada no trabalho cativo”. (MAHONY, 2007, p. 738).

Nas vozes das pessoas que habitam o Empata Viagem, não faltam referências ao cacau-cabruca, tecnologia de cultivo presente nas grandes plantações que se instalaram em Empata Viagem, no processo de expansão da cultura do cacau, sobretudo, entre os anos 1970 e 1980, e que as famílias agricultoras, de maneira geral, dominam. Merece destaque o depoimento de um quilombola de “outra nação” que vive com a família no Empata Viagem: “*O cacau-cabruca, pra gente aqui, sabe o que é que dá? É broca no cacau! Dá broca em tudo quanto é pé de cacau!*”. Como explicar o desabafo do agricultor? Afinal, as cabrucas das grandes fazendas de cacau existentes no quilombo não foram cabrocadas pelos próprios agricultores do Empata Viagem? Conclui-se que, embora os agricultores quilombolas sejam exímios “cabrucadores”, não se arriscam plantando o cacau-cabruca em suas roças, pois conhecem muito bem as limitações do sistema. Nas roças quilombolas predominam agroflorestas de quase tudo, sistema *agroflorestal* que também permite o plantio do cacau no sub-bosque da floresta e que apresenta resultados positivos: grande biodiversidade, alto grau de sanidade, alta produtividade de cacau

por planta, presença de outros cultivos comerciais e não comerciais e abrigo e proteção para a fauna silvestre.

Para entender esse movimento, que coloca em relevo a biodiversidade e que chegou ao proscênio com a crise provocada pela epidemia da vassoura-de-bruxa, é necessário ir ao epicentro da problemática, ou seja, aos dois modelos de agricultura em jogo. Primeiro, o modelo monocultural, com suas relações simbióticas com o agrogócio de exportação e a Revolução Verde, no qual está também o cacau-cabruca; e, segundo, os sistemas de policultivo, frutos de tecnologias ancestrais indígenas e africanas, como agrofloresta de quase tudo, sistema agrícola que possibilita aos seres humanos uma interação criativa com os ecossistemas locais a partir da coexistência de plantas silvestres e cultivadas com manutenção e, inclusive, ampliação da diversidade biológica: uma floresta humanizada cujo ponto de partida é, quase sempre, a queimada, sucedida pelo roçado.

Na região, nas discussões em torno da biodiversidade, do cacau-cabruca e da Conservação Produtiva, o que se tem de fato é a inserção dos debates em um campo nebuloso. Os ensinamentos dos anciãos, as vozes dos moradores mais velhos do Empata Viagem e a própria documentação existente sobre a história da cultura do cacau na Bahia não apontam efetivamente para “um modelo sustentável de agricultura tropical” nas grandes plantações do passado, especialmente a partir do final do século XIX. Ao contrário, as evidências mostram que as grandes plantações que se estabeleceram na região estavam enredadas no modelo monocultural da agricultura de exportação. E esse é o traço primordial da cadeia produtiva do cacau no sul da Bahia que se aprofundou com o avanço das roças para as áreas de floresta, a partir dos primeiros anos do século XX e alcançou o auge no último quartel desse mesmo século, com o advento do Cepec,

centro de pesquisa responsável pela consolidação do pacote tecnológico da Revolução Verde na cultura do cacau: tecnologias de produção que recomendam a utilização intensiva de fertilizantes industriais, agrotóxicos e raleamento do sombreamento. No fundo, as pesquisas realizadas no âmbito do Cepec sempre apontaram para a necessidade de um aumento crescente de produtividade. Assim, os cacauais avançaram mata adentro, seguindo um *modus operandi* reducionista, no qual a vegetação existente nos diversos extratos da floresta ou competiam por luminosidade (sombreamento) ou por nutrientes com o cacauero. Apesar da importância do capital genético das regiões produtoras para o equilíbrio dos ecossistemas locais, poucos estudos foram realizados sobre a vegetação nativa e, inclusive, sobre a sua interação com os cacauais. No início dos anos 1960, levantamento realizado pelo Cepec, revelou existência de uma densidade média de 76 árvores de sombra por hectare, de acordo com o estudo, “[...] um excesso de sombreamento a ser corrigido” (PINTO, 1965, p. 60). O levantamento subsidiou uma campanha para reduzir o número de árvores para 25 a 35 indivíduos por hectare visando aumentar a produtividade dos cacaueros. O resultado final das pesquisas foi o cultivo a pleno sol, sistema que, inclusive, envolve maiores riscos e custos de produção (PIASENTIN; SAITO; SAMBUICHI, 2014). É esse afastamento entre os seres humanos e a rica diversidade da floresta que revela o reducionismo do pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec: as grandes árvores da Mata Atlântica são de sombra e nada mais!

É possível afirmar ainda que o sombreamento das grandes árvores – remanescentes da revolução tecnológica desencadeada pelo Cepec a partir dos anos 1960 – bem como a suposta ausência de agenciamentos humanos não garantem a sustentabilidade do

cacau-cabruca, que se mantém vulnerável, exigindo quantidades cada vez maiores de água e energia (adubação) e mesmo de pesticidas e fungicidas para se proteger de inimigos que ele mesmo está destinado a atrair (KIUCH; SHIREMAN, 2003). Portanto, têm razão tanto os pesquisadores do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Bahia (Iesb), quando apontam a ausência da prática rotineira da adubação como fator preponderante para a queda na produção das “cabruças” (ARAUJO et al., 1988, p. 19), e pesquisadores que estudam a incidência de pragas e doenças no sistema (PIASENTIN, SAITO; SAMBUICHI, 2014; SÁNCHEZ, 2011) quanto o agricultor quilombola: *“O cacau-cabruca, para gente aqui, sabe o que é que dá? É broca no cacau! Dá broca em tudo quanto é pé de cacau”*.

O fato é que a ausência de tecnologias apropriadas de cultivo, relatada inclusive por Costa (2012) em sua tese de doutorado, é um problema crucial na cultura do cacau que se arrasta desde o início do século XX. No que pesem as pesquisas e até mesmo as queixas de pesquisadores, técnicos e produtores, os ensinamentos dos moradores velhos revelam que a epidemia da vassoura-de-bruxa é apenas parte de um problema muito maior. Em sua tese, Costa (2012) revela ainda que, na cultura do cacau, a crise é cíclica e está vinculada aos baixos preços das amêndoas no mercado internacional e, sobretudo, à falta de tecnologias adequadas de cultivo – fator determinante para baixa produtividade das roças e para o ataque de pragas e doenças. Quanto à queda na lucratividade dos cultivos, não se pode deixar de mencionar o estímulo dos ingleses à produção africana de

cacau, alicerçada também no trabalho infantil e escravo,⁹ fator que contribuiu para a depressão nos preços internacionais por meio do aumento da produção mundial e principalmente para a redução nos custos de produção, e que colocou a cacauicultura baiana em posição secundária no mercado internacional já nos primeiros anos do século XX. De acordo com Caio Prado Júnior (1970, p. 248), a partir da segunda década do século XX, “o país manterá o segundo lugar da produção mundial; mas um segundo lugar muito modesto”.

A primeira crise de grandes proporções atingiu a região nos anos 1930, marcando o “final do auge das exportações de cacau” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 248) e provocando uma violenta queda nos preços e limitação nos volumes exportados. De acordo com Costa (2012, p. 70), a crise foi “[...] desencadeada, em parte pela quebra da Bolsa de Nova York, mas, sobretudo do baixo conhecimento das técnicas de cultivo”. Ainda segundo Costa, a intervenção governamental, por meio da criação do Instituto do Cacau da Bahia (ICB), em 1931, conseguiu contornar os efeitos mais perversos da crise “[...] melhorando as condições de produção, comercialização e infraestrutura regional” (COSTA, 2012, p. 6), sem, contudo, superar a tal “barreira imaginária” que impedia a utilização dos tratamentos modernos de produção. Os dados levantados pelo autor são reveladores: no período de atuação do ICB, a cacauicultura baiana enfrentou os desafios apresentados pela concorrência africana com um aumento expressivo de 300% nas áreas de cultivo, que culminaram com um

⁹ A equipe de produção do documentário *Escravidão: uma investigação global* identificou crianças entre 11 e 16 anos (algumas vezes até mais novas) trabalhando em plantações de cacau, cerca de 100 horas por semana. Disponível em: <http://topdocumentaryfilms.com/slavery-a-global-investigation/>. Acesso em: 23 ago. 2016. Ver também o documentário *As crianças escravas da África e o gosto amargo do chocolate*, disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=zESgFuJ_wy8. Acesso em: 1 jul. 2014.

aumento de apenas 100% na produção. Do ponto de vista econômico, um dado preocupante que aponta para um aumento crescente nos custos de produção.

A segunda grande crise ocorreu nos anos 1950, ainda no período desenvolvimentista, no qual prevaleceram ações governamentais voltadas ao aumento da produção e, eminentemente, da produtividade nas grandes lavouras de caráter mercantil (MOREIRA, 1998), com desdobramentos no período do “milagre econômico” (1968-1973), embalado pela ideologia do Brasil-potência (MORAES; ÁRABE; SILVA, 2008). As causas permaneciam basicamente as mesmas: baixos preços do cacau no mercado internacional e custos elevados de produção em decorrência da ausência de tecnologias adequadas de cultivo, fatores cruciais para o endividamento crescente dos produtores. Com o objetivo de superar a crise o Governo Federal, com sua “mão salvadora” criou: 1) o Plano de Recuperação Econômico Rural da Região Cacaueira, executado pela Ceplac, em 20 de janeiro de 1957; 2) o preço mínimo para o cacau, no dia 15 de maio do mesmo ano; 3) o Cepec, centro de pesquisas responsável pela criação e desenvolvimento de uma “[...] tecnologia agrícola comparada e equiparada as mais avançadas do mundo” (COSTA, 2012, p. 100), no ano de 1963; e 4) o Departamento de Extensão da Ceplac, com objetivo de disseminar na região os resultados das pesquisas realizadas pelo Cepec, no ano de 1964.

De acordo com Costa (2012, p. 71), as novas tecnologias desenvolvidas pelo Cepec foram uma resposta efetiva à “falta de amparo de um sistema técnico científico” à cacauicultura, consequentemente, à barreira que impedia a expansão dos cultivos. No início dos anos 1970, diante da impossibilidade dos produtores atenderem às exigências do pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec

– “amparo de um sistema técnico científico” – em decorrência do elevado endividamento do setor, o Governo Federal, por intermédio da Ceplac, implantou um programa arrojado de refinanciamento de dívidas com créditos subsidiados e incentivos fiscais, um dos pilares do Plano de Expansão da Cacaucultura Nacional (Procacau), lançado em 1974, que tinha como meta a implantação de 300 mil hectares de cacauais novos, renovação de 150 mil hectares de roças decadentes e a produção de 700 mil toneladas de cacau/ano até 1993.

Foi em meio a todos esses acontecimentos que o pacote tecnológico da Revolução Verde chegou efetivamente ao Empata Viagem. Tratou-se de uma verdadeira revolução que não só ampliou a cobiça sobre as terras quilombolas, mas também abriu novas perspectivas às famílias agricultoras que se dedicavam basicamente ao cultivo da mandioca. Tal revolução possibilitou que o cacau, até então confinado aos boqueirões e as margens dos córregos, passasse a ser cultivado também em “terras de mandioca”. Há muitas verdades nas vozes dos habitantes do Empata Viagem e certamente a mais contundente revela que, por um lado, a revolução afrontou os saberes ancestrais e, por outro, privou a mandioca de suas terras. Sendo assim, as novas tecnologias proporcionaram a valorização das terras do quilombo, tornando-as cada vez mais alvo da cobiça de grandes empresas agrícolas, além de aumentarem de maneira exponencial a dependência das famílias quilombolas dos insumos agrícolas atrelados ao pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec: fertilizantes industriais e agrotóxicos, cotados em dólar.

A revolução foi ruim porque agiu destrutivamente. O processo de formação da fazenda Nova Luta (Cepel), localizada já nas proximidades do Rio de Contas, é paradigmático. De acordo com as vozes dos moradores mais velhos, as terras do núcleo inicial da

fazenda pertenceram, no passado, ao finado Manuel de Tatu e foram adquiridas por padre Anísio, comerciante residente na cidade de Maraú, que teria ludibriado sua esposa, Antônia, forçando-a a assinar um documento de venda quando Manuel de Tatu encontrava-se enfermo. Após a morte de Manuel de Tatu, padre Anísio se apossou das terras e terminou ampliando seus domínios ao desalojar outras famílias quilombolas que possuíam roças no território almejado por ele. Posteriormente, a fazenda foi vendida a Tonhão, fazendeiro residente na cidade de Ipiaú e, no movimento de expansão patrocinado pelo Procacau, a propriedade foi adquirida pela Cepel, empresa proprietária de diversas fazendas de cacau na região, beneficiada com incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal. No auge da epidemia da vassoura-de-bruxa, as fazendas pertencentes à Cepel foram divididas entre os sócios, cabendo, então, a Luiz Pontes Tanajura a posse das terras da fazenda localizada no Empata Viagem, que passou a ser denominada com Nova Luta.

De qualquer forma, como é um montão de terra, a história do lugar é contada várias vezes. Um habitante dos Craveiros, pequena comunidade localizada no município de Camamu, nascido no Empata Viagem, conta uma dessas histórias:

O meu bisavô também foi dono daqui! Eu não sei falar bem como foi que ele saiu! Antigamente, o povo tinha muita terra, mas eram léguas de beijo, não tinha documento nem nada. O povo dizia que era dono daqui e dizia: “a divisa era ali!” Os mais velhos não ligavam e sempre tinham os mais sabidos. Quando chegou o fazendeiro que comprou do padre Anísio, passou a divisa, e o meu bisavô não ligava! O fazendeiro levou a terra que era do meu bisavô!

A história foi contada em uma tarde de domingo na carpintaria da fazenda Bela Vista, e esse é um dado importante, pois a fazenda

faz divisa com a fazenda Nova Luta. A seguir, em um novo contexto, entra na conversa o carpinteiro herdeiro do lugar que também conta a mesma história, fazendo referência a um pedaço de sua roça tomado pelo fazendeiro:

Naquela época as posses eram tudo de beíço! A divisa na realidade é mesmo aqui, mas eles passaram por lá e aí a gente ficou sem essa mata aí! Aqui ficou um funil. As divisas são os rios, veja onde o rio passa! Mas os velhos não ligavam pra terra e, como era muita terra, deixaram tomar.

Um dos netos da matriarca de Horizonte, comunidade de posseiros localizada no centro da fazenda Nova Luta, revela com maior clarividência o caráter destrutivo da expansão dos cultivos de cacau: “*Eles cercaram a gente aqui, porque uma boa parte dos terrenos eles tomaram! Essa parte de mato aqui, essa parte pra lá. Foi no tempo dos velhos, velho era muito boca aberta*”.

A revolução foi ruim também porque agiu destrutivamente nas agroflorestas de quase tudo. Na fazenda Nova Luta as roças de quase tudo, possivelmente plantadas por Manuel de Tatu, foram quase completamente erradicadas: o sombreamento foi raleado e agrotóxicos e fertilizantes químicos passaram a ser utilizados regularmente. E, se a revolução foi ruim para os seres humanos e para as agroflorestas de quase tudo, foi muito mais danosa para a mandioca, pois nos solos ácidos e com baixa concentração de nutrientes, anteriormente reservados quase exclusivamente ao cultivo da raiz, foram plantadas pastagens para a alimentação do gado do fazendeiro e monoculturas de variedades híbridas de cacauzeiros de alto rendimento, sombreadas por *Erythrinas*.

Pois bem, uma revolução ruim é ruim em todo lugar. No extremo oposto do território do Empata Viagem, nas proximidades do lugar onde teria vivido a Velha Honória, nos anos 1980, em plena vigência do Procacau, duas grandes empresas estimuladas por incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal, que garantiam dedução no Imposto de Renda Pessoa Jurídica em projetos de modernização agrícola, a Andrade Mendonça Agropecuária Ltda. e a Ilhéus Empreendimentos e Participações Ltda. adquiriram grandes glebas e constituíram duas fazendas: Massaranduba e Tô Contente.¹⁰ Nas duas propriedades o receituário agrônomo do Cepec foi seguido à risca. O pouco cacau de boqueirão, plantado pelos moradores velhos, foi raleado; o mato grosso e as capoeiras cederam espaço ao cacau-cabruca; e os roçados de mandioca substituídos por pastagens e cultivos de outras *commodities* agrícolas, especificamente de seringueiras e da noz macadâmia.

A fazenda Massaranduba foi, certamente, um empreendimento agrícola de grande envergadura. Contava com pista de pouso, utilizada pelos diretores da empresa; gerador que fornecia energia elétrica para toda a fazenda (casas dos trabalhadores, oficina, serraria, postes de iluminação e instalações administrativas); e uma pequena feira semanal. Talvez por influência da indústria de pneus Michelin, que tinha acabado de adquirir as plantações da Firestone, localizadas a poucos quilômetros dali, no município de Igrapiúna, na fazenda Massaranduba optou-se também pelo cultivo de seringueiras, além do cacau. No período inicial de implantação, a administração do empreendimento ficou a cargo de um servidor licenciado da Ceplac.

¹⁰ O Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (Fidene) previa um desconto do imposto de renda de 75% – Lei no 4.239, de 27 de junho de 1963 – e Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) – agropecuário – que, a partir de 1974, também previa deduções do IR.

De acordo com esse servidor, na época, mais de 300 pessoas – homens mulheres e, arrisco afirmar, crianças – *“trabalharam na derrubada da mata e na abertura das covas, tudo gente dali mesmo, remunerada pela produtividade, e tinha gente trabalhando noite adentro plantando cacau para ganhar um pouco mais”*. Por outro lado, A Ilhéus Empreendimentos e Participações Ltda., além do cultivo do cacau, optou pelo cultivo da macadâmia, planta de origem australiana que estava sendo cultivada por imigrantes japoneses no município de Taperoá. A macadâmia produz uma noz com grande valor comercial, considerada a mais saborosa entre as nozes comercializadas no mundo (PENONI, 2011, p. 15).

De acordo com as vozes dos moradores mais velhos, nos anos 1960, quando as terras das duas fazendas foram medidas e tituladas, *“tinha mais de trinta e tantos posseiros na época que fizeram a medição e que ficaram presos”*. É preciso entender que a titulação de terras, realizada com apoio institucional da Ceplac nos anos 1960, foi pré-condição para a concessão de empréstimos bancários, utilizados majoritariamente na aquisição de fertilizantes industriais e agrotóxicos. Mas é preciso compreender também que, nas terras adquiridas pelas duas empresas, a medição e titulação não significou a expulsão imediata de todas as famílias de posseiros. O que só ocorreu efetivamente nos anos 1980, período marcado pela chegada dos grandes empreendimentos agrícolas no quilombo, quando jagunços utilizaram armas de fogo para ameaçar a integridade física das pessoas e a soltura de “boi búfalo” para destruir cultivos de subsistência. Dessa maneira, é possível complementar os argumentos com as palavras do escritor baiano Jorge Amado, extraídas do romance *Terras do sem-fim*, e afirmar que, para as famílias que permaneceram em suas

posses, após a medição e titulação, “[...] as noites passaram a ser cheias de medo, de mistério e de surpresas”. (AMADO, 2008, p. 199).

O episódio final desse processo de expulsão está devidamente registrado na escritura de compra e venda das terras que formaram a fazenda Massaranduba, lavrada no ano de 1985, momento no qual as últimas famílias foram finalmente expulsas de suas posses. Na escritura estão registradas indenizações pagas aos últimos posseiros por um ou dois pés de cacau, algum abacateiro, duas ou três touceiras de banana etc. As evidências mostram que os termos postos às famílias que viviam nas terras da fazenda foram simplesmente: ou se acata determinações do fazendeiro, aceitando a indenização e o caminho que leva a fazenda a “aguentar” as pessoas, ou se rejeita os termos impostos pelos novos donos da terra e as famílias passam a viver “espalhadas pelo mundo”, pois naquelas terras, a partir daquele momento, as noites não poderiam mais estar “[...] cheias de medo, de mistério e de surpresas”. (AMADO, 2008, p. 199). O contingente de mais de 300 pessoas trabalhando na implantação do cacau da fazenda é o símbolo perfeito desse novo momento. O que vem depois são os empregos que garantiram a subsistência de muitas famílias e que possibilitaram a replicação das “modernas” tecnologias agrícolas nas roças quilombolas. Essas tecnologias estão em toda parte e não é coincidência que o consórcio cacau-seringa da roça do mais velho dos Monteiro tenha sido plantado no mesmo período em que foi implantado o seringal da fazenda Massaranduba.

Com a chegada das grandes empresas agrícolas, o que se considera saber ancestral, ou tradicional, ou seja, os conhecimentos que, ao longo do tempo, têm possibilitado às famílias agricultoras do Empata Viagem manejar com sucesso os recursos naturais, passaram a sofrer forte pressão. Nada de estranho nisso, pois a “modernidade”

raramente tolera outra tradição que não seja a sua (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). A situação é clara: nas pequenas roças quilombolas, sementes melhoradas, fertilizantes industriais e agrotóxicos passaram a ocupar posição importante no rol dos insumos agrícolas mais utilizados, não obstante os riscos à saúde, ao aumento nos custos de produção – inclusive incompatíveis com a baixa produtividade dos cultivos – e ao potencial de contaminação ambiental. Vale ressaltar que as pessoas não deixam de reagir com suas vozes ao avanço dessas novas tecnologias agrícolas, queixando-se de que a mandioca está “*apodrecendo no pé*”, de que “*a terra está doente*”, de que “*as pessoas estão morrendo*” e de que as pessoas hoje estão devendo ao banco mais do que o valor das suas roças. Mesmo assim, essas tecnologias avançam também com o incentivo de instituições governamentais que atuam com pesquisa e desenvolvimento no setor da agricultura. De fato, tal comportamento está associado à crença inabalável na ciência e na técnica, aceitas como verdadeiras ou eficazes em um movimento misterioso que sacraliza a ciência moderna ocidental (LATOURET, 1994) e desconsidera a diversidade epistemológica do mundo (SANTOS, 2007), mas que, de qualquer forma, possibilita o cultivo do cacau e de outras culturas em todo e qualquer lugar, até mesmo nas terras da mandioca.

De acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 34), “[...] trata-se de um conflito nodal entre as formas agroindustriais e as formas tradicionais de produção”, que pode, inclusive, ser percebido com o cacau cultivado em terras que, ao fim e ao cabo, são “terras de mandioca”. Não obstante o uso crescente de agrotóxicos e fertilizantes industriais, o cacau é cultivado em agroflorestas de quase tudo, juntamente com “*as coisas nativas que não se planta e que só se desfruta e com coisas praticamente nativas que também se planta*”.

Portanto, a mescla das tecnologias ancestrais com o pacote tecnológico da Revolução Verde é patente; no entanto, a verdade é que essa convivência não é tão pacífica quanto aparenta, pois agrotóxicos e fertilizantes industriais representam uma ameaça real à biodiversidade, à saúde de agricultores e agricultoras e a segurança alimentar e nutricional que lastreiam os modos ancestrais de cultivo.

REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS, EPIDEMIAS, CABRUCAS E O QUASE NADA

Mas se a Ceplac trouxe a “modernidade”, acabou também sendo responsabilizada pela epidemia da vassoura-de-bruxa. A doença demonstrou a fragilidade do sistema técnico científico desenvolvido pelo Cepec por cerca de duas décadas e deu um banho de água fria em cacauicultores e, sobretudo, pesquisadores e técnicos que, desiludidos, em meio a uma estiagem prolongada e forte depressão nos preços internacionais do cacau, assistiram à queda de dois terços na produção, e medidas recomendadas para conter a doença aprofundarem ainda mais a crise, “[...] cujo principal impacto foi a destruição de milhares de hectares de cultivos, redução sem precedentes na produtividade das roças e um forte endividamento do produtor”. (COSTA, 2012, p. 67-68). No fundo, portanto, a resposta do Cepec ao problema que perseguia a cultura do cacau na Bahia desde o início do século XX – ausência de tecnologias adequadas de cultivo – se mostrou inconsistente, ou seja, a barreira que impedia a expansão dos cultivos – imaginária ou não – persistia.

Em Empata Viagem, em meio a todos esses acontecimentos, as grandes plantações de cacau, implantadas com incentivos do

Procacau – especificamente nas fazendas Tô Contente e Massaranduba – foram praticamente abandonadas, mas, apesar da crise, ou mesmo em resposta à crise, as famílias agricultoras do quilombo continuaram a cuidar de suas roças e, não obstante os percalços, mantiveram a crença nos fundamentos do pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec, afinal, as conquistas tecnológicas haviam possibilitado de maneira meio mágica o plantio do cacau e outras culturas de alto valor comercial em “terras de mandioca”. Não há nada de espantoso nisso, pois, como afirma Latour (1994, p. 106), “[...] as ciências e as técnicas não são notáveis por serem verdadeiras ou eficazes”, mas sim pela capacidade de criar novas necessidades e novos “híbridos” e, de qualquer forma, pela imposição de modelos que culminam na crença de que os cientistas são intérpretes dos fatos naturais.

Mas, como acontece quando as coisas não funcionam muito bem, essa nova realidade proporcionou também uma pausa no processo de expansão da cultura do cacau e principalmente um arrefecimento na cobiça sobre as terras quilombolas. Tal pausa implicou em mudanças importantes nos programas e projetos desenvolvidos pelos órgãos de fomento à agricultura que, coincidentemente ou não, em Empata Viagem passaram, a partir de então, a atender preferencialmente as famílias agricultoras e – é importante frisar – muito mais em decorrência do estado falimentar das grandes plantações do que de uma possível “opção preferencial pelos pobres”. Nos anos 1990, com apoio técnico e incentivo da Ceplac e com financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste, plantios de coco da Bahia e café, em terras de mandioca, passaram compor o mosaico de paisagens do Empata Viagem no movimento de diversificação agroeconômica, projetado como saída da crise provocada pela epidemia. O mais estranho é que com os novos cultivos a história se repetiu e, dessa

vez, como armadilha. Doenças e pragas nas lavouras e a falta de mercado para a produção causaram grandes prejuízos, e quem havia escapado praticamente ileso à epidemia da vassoura-de-bruxa, por não ter contratado empréstimos bancários para combater a doença, ou mesmo por não possuir grandes roças de cacau, passou a conviver com dívidas e prejuízos. Em suma, a situação de inadimplência de agricultores e agricultoras no Banco do Nordeste tem sido motivo de apreensão quanto às possíveis ações de execução de dívidas.

Além dos cultivos de coco e café do programa de diversificação agroeconômica, outro importante programa governamental “socorreu” as famílias agricultoras no período agudo da crise: o Programa Nossa Raiz, lançado pelo Governo do Estado da Bahia em 2005, que tinha como objetivo incrementar a produção de farinha mandioca e derivados. Com o programa, a mandioca – que até então ocupava lugar secundário nas políticas públicas – passava a receber atenção dos órgãos governamentais. Considerando a envergadura do programa, é possível supor que, naquele momento, a Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia (Seagri) reconhecia a importância da mandioca na cultura alimentar e, mais ainda, que o programa se constituiria em uma espécie de capitulação diante da adaptação natural da mandioca aos solos com baixa fertilidade natural. Nem uma coisa nem outra, muito mais a preocupação com o mercado, ou com os lucros que poderiam ser auferidos com a produção da fécula, goma que confere uma textura especial à farinha e que possibilita a produção do beiju.

Em suma, não havia espaço nos planos governamentais para as virtudes “mágicas” da mandioca, ou seja, produzir alimentos em profusão em solos ácidos e pobres em nutrientes; nem lugar para um bom pirão, com textura espessa, elaborado com farinha de

qualidade, rica em goma; nem para um beiju de massa de mandioca, também rica em goma, ingrediente que atribui à massa de mandioca a liga indispensável ao preparo de um bom beiju. Vem a seguir o beiju de goma e conclui a história do Programa Nossa Raiz: essa delícia preparada como a goma retirada das raízes, uma verdadeira excecência, em um universo dominado pelas *commodities* e, por isso mesmo, submisso aos anseios do mercado. Assim, os resultados mais tangíveis do programa estão na tentativa de substituição do universo “mágico” da mandioca pela “magia” do deus mercado. Tratou-se, naquele momento, exclusivamente das inúmeras virtudes da fécula: matéria-prima importante para a produção de tecidos, papéis, colas, tintas, embutidos de carne, cerveja, cosméticos, produtos de confeitaria e até mesmo para indústria petrolífera (em brocas de perfuração de poços) e de embalagens biodegradáveis, substituindo os derivados do petróleo.¹¹ Como matéria-prima para a indústria, a fécula da mandioca compete em nível internacional com os amidos de milho, trigo e a fécula da batata. Tendo os anseios do mercado como horizonte, o programa objetivou a superação dos arcaísmos, financiando a modernização dos cultivos, com estímulo à utilização de insumos agrícolas por meio da distribuição de fertilizantes industriais, agrotóxicos e recursos financeiros que deveriam ser utilizados na mecanização dos tratos culturais. Algo já disseminado na cultura do cacau, sobretudo nas grandes plantações, mas impensável até aquele momento nos cultivos de mandioca. Dá para perceber que os idealizadores do programa não conheciam muito bem as virtudes da mandioca. Não obstante a dedicação dos técnicos, de maneira geral, os insumos agrícolas, distribuídos gratuitamente pelo programa, não foram

¹¹ Cf. Disponível em: <https://bit.ly/2WztDu5>. Acesso em: 29 ago. 2015.

utilizados nos cultivos de mandioca, pois as roças de mandioca não carecem de adubação para produzir raízes em abundância, nem da utilização de agrotóxicos para se defenderem de pragas. A destinação dos insumos doados pelo Programa Nossa Raiz não poderia ser outra: de maneira geral, foram utilizados para adubar e proteger os cacauzeiros, plantas muito vulneráveis quando cultivadas nas terras de mandioca.

Os exemplos precedentes retratam um pouco da situação de caos que se instaurou na região com a Grande Crise da Cacaucultura. De acordo com Costa (2012, p. 118), “[...] repetindo o que aconteceu em 1957, como causa da criação da Ceplac, trinta anos depois esse órgão é desafiado pelas mesmas dificuldades do passado”, ou seja, por “[...] fatores tecnológicos, de mercado e da fragilidade do órgão” (COSTA, 2012, p. 67). No entanto, o tão esperado socorro do poder público não chegou,

[...] os adjutórios proporcionados pela União foram o de empurrar apenas os prazos de pagamento, continuando o produtor endividado e sem poder contrair novas modalidades de financiamento para a recomposição da lavoura. (COSTA, 2012, p. 122).

E como, além do socorro financeiro, os cacauicultores também ansiavam por soluções tecnológicas, a Ceplac acabou sendo responsabilizada pela crise em três níveis distintos: 1) em decorrência de uma possível prática de terrorismo biológico pelos seus técnicos;¹² 2) pelos desacertos da revolução tecnológica iniciada nos anos 1960 – denunciada inclusive pelos defensores da Conservação Produtiva

¹² Cf. Reportagem da revista *Veja*, edição 1.961, de 21 de junho de 2006. Disponível em: http://veja.abril.com.br/210606/p_060.html. Acesso em: 6 dez. 2013.

– que levou às últimas consequências o modelo monocultural da Revolução Verde, responsável pelo desequilíbrio ambiental que teria proporcionado um incremento na infestação de pragas e doenças (ROMEIRO, 1996, p. 10); e 3) pelo insucesso das recomendações técnicas de combate à doença, pois, “[...] o modo linear de produção de conhecimento, que partia da Ceplac e seguia para os produtores, não havia funcionado”. (FIORAVANTI; VELHO, 2011, p. 261).

Não obstante a epidemia afetar duramente o cacau-cabruca, sistema de cultivo predominante na região, a desilusão com a revolução tecnológica veio acompanhada, de maneira paradoxal, do retorno ao tempo dos pioneiros, período idílico no qual o cacau teria sido cultivado em cabruças abertas na floresta, um sistema de cultivo que possibilitaria a convivência harmônica dos seres humanos com o meio ambiente (JESUS *et al.* 2013; LOBÃO, 1997; LOBÃO, SETENTA; VALLE, 2004; OLIVEIRA *et al.* 2011; SETENTA; LOBÃO, 2012), como já explicitado, supostamente criado por nordestinos e árabes vindos de regiões áridas do nordeste e da Arábia (LOBÃO; SETENTA; VALLE, 2004). Nessa lógica, os nordestinos não estão circunscritos ao passado, muito pelo contrário, são elos frágeis em uma temporalidade não linear e não progressiva, na qual o passado “[...] não se encontra ultrapassado, mas retomado, repetido, envolvido, protegido, recombinao, reinterpretado e refeito”. (LATOOUR, 1994, p. 74). Assim, os nordestinos foram importantes no passado, em especial após o término do regime escravista, continuaram importantes durante todo século XX e, ainda hoje, são considerados trabalhadores laboriosos e tenazes pela capacidade de sobreviver e plantar em uma região com baixíssimo índice pluviométrico e, portanto, inóspita. É certo que, com a crise provocada pela epidemia da vassoura-de-bruxa e pelos baixos preços

pagos pelo cacau, o fluxo de nordestinos para a região cacauceira só arrefeceu, mas nunca foi interrompido.

E, como a agricultura tem um lado avesso e outro direito, de maneira geral, hoje as elites locais acreditam que o direito é como os nordestinos fizeram e ainda fazem, ou seja, o cacau-cabruca, e o avesso é como faz a ciência moderna com o sombreamento homogêneo ou o cacau plantado a pleno sol. De todo modo, lados complementares que coexistem complacientemente e que podem trocar de posição a qualquer momento, de acordo com as tecnologias de ocasião. É, portanto, o momento que faz a diferença entre as duas faces. Por outro lado, como os conhecimentos dos descendentes dos primeiros habitantes do lugar são, de todo modo, irrelevantes diante dos objetivos da agricultura comercial de exportação, a agrofloresta de quase tudo não está nem do lado avesso, nem do lado direito dos conhecimentos agrônômicos: a agrofloresta de quase tudo representa o irrepresentável, o escândalo de um sistema de produção que não se submete aos anseios monoculturais da agricultura comercial de exportação.

A conclusão sobre o tema é que, na verdade, o reconhecimento da suposta virtuosidade do cacau-cabruca não significou exatamente um retorno ao passado, ou mesmo uma persistência do passado, mas a idealização de uma monocultura de cacau sustentável por estar sombreada pelas grandes árvores da floresta primária – remanescentes da revolução tecnológica desencadeada pelo Cepec a partir dos anos 1960 – que, como já apontado, no manejo praticamente prescinde de agenciamentos humanos. Por certo, no cacau-cabruca os desafios da agricultura no sub-bosque da floresta foram quase completamente desconsiderados em nome de um sistema de cultivo, no qual os adjetivos ecológico e sustentável, acredito, existem apenas no imaginário, ou até mesmo na ficção, e por isso mesmo persiste em

70% dos 700 mil hectares de cacau cultivados na Bahia (ARAÚJO *et al.*, 1988). De todo modo, a ideia dominante na região cacauceira, de que a persistência do sistema agroflorestal cacau-cabruca teria sido uma consequência da incompletude da revolução tecnológica do Cepec, também não corresponde à realidade. O que persiste, na maioria das grandes fazendas, é uma cabruca decadente, raleada e tecnificada, ou seja, roças de cacau planificadas e adensadas, com sombreamento raleado de acordo com o receituário agrônômico difundido pelo Cepec a partir dos anos 1960; situação que se agravou, inclusive, nos anos 1990, quando cacauicultores descapitalizados, como heróis lutando contra um inimigo transcendental que controlava os acontecimentos – o fungo basidiomiceto *Moniliophthora perniciosa*, agente responsável pela epidemia da vassoura-de-bruxa – chegaram a um final trágico e acabaram por se render definitivamente ao pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec ao se desfazer das últimas grandes árvores nativas da Mata Atlântica que sombreavam suas roças, vendidas aos madeireiros no período agudo da crise.

Para compreender convenientemente o problema, é necessário, ainda, fazer referência ao Programa Árvores da Cabruca, mais especificamente ao concurso Maiores Árvores da Região Sul da Bahia, promovido pelo Instituto Cabruca em parceria com a Ceplac, que visa homenagear anualmente espécies ameaçadas da Mata Atlântica, premiando os agricultores que possuem os maiores “indivíduos arbóreos” em suas fazendas e “*tombamento dos maiores exemplares de diferentes espécies na região, como patrimônio histórico, cultural e paisagístico*”. Já foram homenageados o jequitibá (2013), o pau-brasil (2014) o vinhático (2015), o cedro (2016), o pau-sangue (2017), pau-ferro (2018), e estão programadas homenagens ao putumuju (2019)

e ao pequi (2020), e a lista de árvores ameaçadas e homenageadas não para de crescer.

É possível arriscar aqui conclusões controversas. Com efeito, a primeira e talvez mais controversa é que, sob as novidades trazidas pelo Concurso Árvores da Região Sul da Bahia, esconde-se o abandono do cacau no “andar inferior” da floresta, fruto do desconhecimento de tecnologias apropriadas à prática da agricultura no sub-bosque. A segunda, quiçá ainda mais desafiadora, é que o Concurso aponta para a possibilidade concreta de aprofundamento no corte do fluxo de energias que garante a própria sobrevivência do cacau cultivado no sub-bosque da floresta tropical, em decorrência do “tombamento” de árvores centenárias, pois, como ensinam Kiuchi e Shireman (2003), na floresta tropical, acomodação é morte.

O mais estranho nessa história de Conservação Produtiva, de Concurso Árvores da Cabruca e tombamento de árvores como patrimônio histórico, cultural e paisagístico é a ausência de referências a medidas de salvaguarda voltadas ao sistema agroflorestal cacau-cabruca, ou mesmo à patrimonialização dos conhecimentos ancestrais a ele supostamente associados como patrimônio imaterial. Há um duplo sentido para essa história e para seu epílogo: por um lado, o problema talvez seja a concepção de patrimônio como um bem exclusivamente de caráter material, categoria na qual as grandes árvores, de certa forma, estão enquadradas não obstante serem seres vivos que nascem, crescem, morrem e têm capacidade de reprodução, ou seja, de dar origem a novas árvores. Por outro lado, a ausência de referências aos conhecimentos ancestrais associados ao cacau-cabruca como bens culturais imateriais pode demonstrar também certo desconforto diante do caráter ficcional do sistema, um estratagema que nega saberes ancestrais ameríndios e africanos,

inequivocamente presentes nas primeiras roças de cacau, precursoras das cabucas raleadas, tecnificadas e insustentáveis de hoje.

É assim também que o *jupará*, um mamífero da ordem dos carnívoros e da família dos procionídeos, entra na história da cultura do cacau na Bahia como “macaco plantador de cacau”. De acordo como Jesus *et al.* (2013, p. 6), o cacau no sul da Bahia foi “[...] altamente favorecido por espécies de macacos que ingeriam suas sementes e as disseminavam pela região, aumentando exponencialmente a quantidade de pés férteis”. Por outro lado, Maria Luiza Nora de Andrade (2004), professora da Universidade Estadual de Santa Cruz, afirma que os próprios agrônomos da Ceplac reconhecem as habilidades do Jupará como plantador de cacau. O “macaquinho” foi, inclusive, homenageado no vídeo institucional comemorativo dos cinquenta anos da Ceplac, quando o técnico agrícola Edésio Moran Cruz lembrou que o jupará se alimenta do cacau: “*ele engolia essas sementes e saía distribuindo para outras áreas, e os pés de cacau iam nascendo dentro da mata, aí, surgiam plantas dentro da mata*”.¹³

Não há como negar que a presença marcante do macaquinho jupará no imaginário regional (ROCHA, 2008) acabou confundindo agricultores e até mesmo pesquisadores e técnicos. Um engenheiro agrônomo que trabalhou na Ceplac por mais de duas décadas, entrevistado durante o trabalho de campo, chegou a registrar em sua fala que foi o jupará que difundiu a cultura do cacau no sul da Bahia: “*O jupará plantava o cacau em determinado local, vinha o sol e matava, por isso que os grandes cultivos ficaram nas margens dos grandes rios até o final do século XIX. Os primeiros cacauicultores só colhiam!*”. Foi assim, com essa história de plantio de cacau pelo macaco jupará, que técnicas de manejo agroflorestal e de plantio direto do cacau, com

¹³ Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/videos/video14/>. Acesso em: 8 nov. 2016.

três sementes em cada cova aberta com a ponta do facão – largamente utilizadas até os dias atuais no Empata Viagem e em toda a região cacauceira – foram invisibilizadas no discurso do agrônomo.

Chegou, finalmente, a hora de concluir essas reflexões. E o faço lembrando o pensamento de Dan Érico Lobão (2007), quando afirma que o plantio do cacau em cabruças valoriza as características agroecológicas e agrossilviculturais do fruto, possibilitando a produção sem devastar a floresta e sem reduzir a diversidade de espécies. Tais noções, quase inteiramente apartadas da realidade empírica, no mais das vezes estão enredadas naquilo que Mary Ann Mahony (2007) denomina “mito dos desbravadores”, mito histórico de origem que conta a história da cultura do cacau no sul da Bahia e que encobre, oculta não só aqueles que possibilitaram a abertura das primeiras roças, como também o contexto sociocultural da epopeia narrada no mito. O fato é que a narrativa também encobre aspectos importantes do processo de consolidação da economia agroexportadora no âmbito da lavoura cacauceira, sobretudo a partir dos últimos anos do século XIX, quando o Brasil já se destacava como um dos maiores exportadores de cacau do mundo. E, como no passado o cacau não podia ser cultivado em qualquer lugar, ou em todo lugar, é possível conjecturar ainda que a intensificação dos cultivos e a perspectiva monocultural já imperavam nas primeiras roças. Portanto, esse ressurgimento do sistema agroflorestal cacau-cabruca tem lugar em uma temporalidade que nada tem de temporal e se desdobra em um passado que não se encontra ultrapassado. E, se é assim, não há por que voltar ao passado, à tradição ou à repetição (LATOURE, 1994).

CACAU E MANDIOCA EM TERRAS SEM FIM

No que se segue argumento que o processo de formação do quilombo ocorreu em uma conjuntura que pode ser resumida nos seguintes termos: terras livres (devolutas), solos pobres, mato grosso, capoeiras, roçados, farinha de mandioca, cacau de boqueirão em agroflorestas de quase tudo e liberdade. Trata-se quase de um truísmo afirmar que moradores velhos possuíam “terras sem fim”. Resta afirmar que nessas terras predominavam solos pobres, nos quais o adjetivo pobre, além de se referir às características de solo, faz referência também ao baixo retorno econômico e, sobretudo, ao reduzido prestígio social da atividade mandioqueira. Mas, nessas mesmas “terras sem fim”, o antônimo de pobre, ou seja, “rico”, também está presente: primeiramente, de maneira evidente, na diversidade dos cultivos, ou seja, no quase tudo que é cultivado juntamente com a mandioca e com o cacau; mas acima de tudo, também nos cacauzeiros bem cuidados dos boqueirões, que produzem os frutos que “valem mais que ouro”. E que essa riqueza do cacau, o mais das vezes, uma riqueza eminentemente simbólica, possui um significado importante de liberdade.

Há ainda uma característica desses solos pobres e ácidos muito pouco estudada e que viola a condição de pobreza, o papel desempenhado pelo mato grosso e pelas capoeiras, de acordo com os fundamentos da agricultura que se intitula moderna, terras abandonadas

e improdutivas. De acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 125), “uma falsa ideia”. Em *Empata Viagem as capoeiras e*, em especial, o mato grosso, em diferentes estágios sucessionais, são importantes reservas de fertilidade, ou seja, de riqueza. De acordo com um sistema local de classificação, os solos dos boqueirões e das margens dos córregos são férteis, de primeira, adequados ao cultivo do cacau. O nível de fertilidade cai nas terras altas – terras de mandioca – a partir de um gradiente que abarca o grau de descanso, ou seja, quanto mais cansadas, mas pobres são as terras. As melhores terras, os solos de primeira, e mesmo de segunda, estão no mato grosso, ou na capoeira grossa – terras descansadas. Como no tempo dos moradores velhos, o mato grosso e as capoeiras são espaços agrícolas importantes também por fornecerem inúmeros produtos às famílias agricultoras, como ervas medicinais, lenha, madeira para construção, animais de caça e muito mais.

Como não devo me alongar nesse ponto, retorno ao cultivo da mandioca, ou melhor, às técnicas de cultivo associadas à agricultura de corte e queima presentes tanto nas tradições ancestrais das populações ameríndias quanto de africanos e que têm surpreendido os pesquisadores. De acordo com Danevan (2009), na Amazônia, a agricultura pré-europeia era certamente mais intensiva e mais produtiva do que a agricultura pós-contato. No entanto, “[...] após 1492, os machados de metal tornaram-se disponíveis, resultando em uma revolução tecnológica em termos de instrumentos e eficiência na limpeza de áreas florestadas” (DANEVAN, 2009, p. 83), mas uma verdadeira involução agrícola em direção ao cultivo itinerante. Vale ressaltar que o quilombo de *Empata Viagem* surgiu exatamente nesse contexto de “revolução tecnológica”, de “cultivo itinerante”, de farinha de mandioca comercializada pelo mundo todo para alimentar

peças (MINTZ, 2001) e de “terras sem fim” que possibilitavam a expansão praticamente ilimitada dos cultivos.

Tal paradoxo é bastante simples de formular: antes da invasão europeia, as populações nativas praticavam uma agricultura intensiva ou semi-intensiva com o uso do fogo e conseguiam, ao longo dos anos, aumentar a fertilidade dos solos, não obstante a crença tanto entre cientistas quanto entre leigos de ser o uso “descontrolado” do fogo um legado indígena – responsável pela destruição das substâncias húmicas do solo (PIASENTIN; SAITO, 2014). Essa verdade, até certo ponto inoportuna, não é em nada surrealista e a prova disso é a relação umbilical entre o cultivo da terra e a agricultura de corte e queima no Empata Viagem, pois é inconcebível plantar a mandioca ou qualquer outro vegetal sem ao menos sapecar a terra e essa verdade não se opõe a outra: ao longo dos anos as famílias agricultoras de Empata Viagem, vítimas do esbulho do território, foram obrigadas a intensificar de maneira progressiva o cultivo em seus pequenos talhões, queimando e requeimando suas roças. Esse fator é resultante inclusive da redução das áreas de mato grosso e de capoeiras, progressivamente transformadas em monocultivos de *commodities* agrícolas que, em muitas situações, não se mostram muito rentáveis.

Obviamente, no passado as pressões do mercado podem ter sido decisivas para o cultivo itinerante da mandioca e, em algumas situações, até para a degradação ambiental, mas a história não acaba aí. Por um lado, já faz muito tempo que a importância da mandioca no Empata Viagem transcende o mercado, pois a raiz tem sido cada vez mais alimento que mercadoria e, por incrível que pareça, mesmo com a intensificação dos cultivos não há muitas evidências do potencial destrutivo da agricultura de corte e queima. Por outro lado, as pressões do mercado, os agrotóxicos e fertilizantes industriais do

pacote tecnológico da Revolução Verde que possibilitaram o cultivo do cacau nas terras de mandioca são hoje, não raramente, fatores de degradação ambiental, de comprometimento da saúde de agricultores e agricultoras e de insustentabilidade muito mais poderosos do que a agricultura de corte e queima, que é eficiente e ecologicamente sustentável à baixa pressão de uso do solo (MUNARI, 2009).

Essas questões serão aprofundadas um pouco mais adiante, neste mesmo capítulo, tendo como referência as temáticas da mandioca, do cacau de boqueirão, do cacau em terras de mandioca, do cacau-cabruca, da agrofloresta de quase tudo e das novas *commodities* agrícolas introduzidas na região no movimento de diversificação agroeconômica das regiões produtoras de cacau, e como essas temáticas se articulam entre si em três “pedaços” do quilombo, nos quais se tece a trama do cotidiano: espaços onde o progresso técnico – leia-se Revolução Verde – e a agricultura comercial de exportação – leia-se mercado – têm conspirado fortemente contra o bem-estar social (GEERTZ, 2001).

HORIZONTE, “ENCLAVE” NA FAZENDA NOVA LUTA: ALGUMA MANDIOCA, POUCO CACAU E UM POUCO DE QUASE TUDO

Em geografia política, enclave é um território com distinções políticas, sociais e culturais. Sendo assim, Horizonte é um pequeno enclave, com não mais que de cinquenta hectares de terras devolutas, encerrado nos limites geográficos da fazenda Nova Luta, não obstante o caráter de certa forma involuntário da segregação (MARCUSE, 1997). De fato, em Horizonte, as famílias agricultoras

vivem encurraladas em uma pequena gleba garantindo a posse do que ainda resta de um grande território ancestral. Cumpre ressaltar, essas famílias não arredam pé de Horizonte porque, de acordo com a moradora mais velha do lugar, são “*gente nascida daqui, nascida da terra [...]. Essa parte de mata e o cacau eles tomaram, e a gente ficou aqui nesse aperto. Foi no tempo dos velhos!*”. É evidente, portanto, que ao longo dos anos a comunidade perdeu parcelas importantes do território em decorrência do avanço dos limites da fazenda por sobre o território da comunidade. Assim, mesmo tendo como referência o caráter, de certa forma, espontâneo da permanência, não há como esconder que as noites em Horizonte ainda estão “[...] cheias de medo, de mistério e de surpresas”. (AMADO, 2008, p. 199).

Em Horizonte predominam pequenos cultivos de mandioca, algum cacau de boqueirão em agrofloresta de quase tudo, tímidas capoeiras e muito pouco mato grosso, tudo compartilhado por 13 famílias de posseiros, sendo que apenas oito residem efetivamente na comunidade. Horizonte é, assim, uma espécie de elo perdido, ou seja, um pequeno pedaço do Empata Viagem que permanece encravado no interior da maior propriedade agrícola existente, hoje, no território do quilombo. Aliás, a única grande fazenda de cacau que ainda resiste à grande crise da cacaucultura. Todas as 13 famílias de posseiros de Horizonte possuem algum grau de parentesco com o velho Sebastião – são, portanto, herdeiras dos moradores velhos. Das 13 famílias, apenas três possuem o documento de registro da terra no Incra (declaração do ITR), documento imprescindível para obter empréstimos bancários e, principalmente, do benefício da aposentadoria rural. Essa situação representa a realidade de muitas famílias que vivem em Empata Viagem. É certo que a realidade tem mudado em ritmo acelerado nos últimos anos; no entanto, a falta de

documentação da terra ainda é um grande obstáculo ao acesso às políticas públicas. A moradora mais velha do lugar se encontra nessa situação. Embora trabalhe desde pequena na roça, como não possui documentação da terra, não consegue se aposentar.

Em Horizonte há aqueles que não vivem em sua posse, pois moram na roça dos outros, onde trabalham “na meia” ou como trabalhador “fichado” da cultura do cacau; tem posseiro que mora em Horizonte e que também trabalha na roça dos outros. O importante nessa situação é a manutenção dos vínculos com Horizonte. É o que ilustra o depoimento de Domingos, um dos netos da matriarca: *“assim não dá! Eu mesmo trabalhei de meeiro e o fazendeiro queria que eu ficasse lá de domingo a domingo. Não tem como, não! Aí eu falei que só dá pra trabalhar aqui e no meu!”*. Há também o posseiro que vive em Horizonte, que detém a posse de três hectares de cacau em terras de mandioca e dois hectares de roçado onde planta mandioca. Ele é neto da matriarca do lugar, vive em uma pequena casa com a mulher, quatro filhos e uma tia “emprestada” paraplégica que recebe uma “aposentadoria”, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que tem sido crucial para a manutenção da família.¹⁴ Na voz do neto da matriarca, a intensificação do cultivo da mandioca em seu pequeno talhão: *“a vida aqui é muito difícil. [...] Isso aqui tem que descansar a terra é de quatro a cinco anos, mas a terra não descansa aqui. A gente vai arrancando e plantando outra (mandioca) na mesma hora”*. Resta dizer que a fazenda Nova Luta aguenta muita gente de Horizonte: tem gente de Horizonte que trabalha na fazenda

¹⁴ O Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas) é a garantia de um salário-mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou ao cidadão com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

e mora com a família na vila dos trabalhadores e tem gente que, mesmo trabalhando na fazenda, vive em Horizonte com a família.

No contexto de uma racionalidade econômica que privilegiava a manutenção das unidades familiares, é possível afirmar que as famílias que vivem em Horizonte maximizam a diversificação da produção em minúsculos talhões de terra. Tanto os roçados de mandioca, quanto os de cacau são roças de quase tudo, no entanto, ambas sofrem as mesmas ameaças oriundas das políticas de modernização da agricultura sob modelo de desenvolvimento alicerçado na uniformidade. Por um lado, tendo como referência o pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec, roçados de mandioca, capoeiras e o pouco mato grosso que ainda resta começam a ceder espaços às monoculturas de seringueiras e aos consórcios cacau-seringa, financiados pelo Banco do Nordeste. Por outro lado, em meio a um processo fundamentalmente homogeneizador, os posseiros também são induzidos a reduzir o sombreamento dos cacauzeiros eliminando essências florestais nativas e árvores frutíferas nas agroflorestas de quase tudo, com objetivo de aumentar a produtividade.

Antes de prosseguir com as questões que motivam o escopo desse capítulo, permitam-me uma breve digressão para aprofundar reflexões sobre o isolamento e as condições de acesso à comunidade. Afinal, o leitor já deve estar se perguntando: “como as pessoas fazem para chegar a esse lugar paradigmático?”. O caminho que leva a Horizonte é, por assim dizer, sinuoso para o meio do mundo, verdadeiro labirinto que segue por entre roças de cacau, como aqueles caminhos do imaginário de Adonias Filho, autor do romance *Sul da Bahia: chão de cacau*. Nas palavras de Adonias Filho (1975, p. 7), “[...] os cacauzeiros dominavam, subiam as colinas, desciam as planícies, cobrindo a terra seca e escura”. O caminho revela muito da

história do lugar. Para início de conversa, para chegar até Horizonte, só atravessando as terras do fazendeiro. A estrada de terra batida corta toda a fazenda. O cacau da fazenda Nova Luta, ainda nas proximidades da Estrada do Empata Viagem, produz certo tipo de imagem que lembra o pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec: sombreamento planejado com *Erythrinas* e eliminação de espécies vegetais teoricamente não articuladas com o ciclo produtivo do cacau e utilização de fertilizantes industriais e agrotóxicos, sobretudo, herbicidas. Nesse contexto, é possível afirmar que as roças de cacau da fazenda, possivelmente plantadas por Manuel de Tatu e seus descendentes, foram planejadas em uma perspectiva monocultural com a eliminação da agrofloresta de quase tudo, atendendo recomendações técnicas de “plantações racionalmente instaladas” (PINTO, 1965, p. 60); que variedades híbridas de cacau de alto rendimento foram introduzidas e, possivelmente, seguindo as mesmas orientações, que “cacaueiros com mais de 100 anos de idade ainda explorados” foram substituídos por plantas novas, “[...] dez vezes mais produtivas”. (VELLO, 1965, p. 2).

Não há como negar que os labirintos que conduzem a Horizonte aguçam a percepção do caráter destrutivo da expansão dos cultivos de cacau. A voz dos moradores mais velhos colocam em evidência o verdadeiro plano de guerra desencadeado pelo Cepec contra os “inimigos” do cacaueiro. A matriarca do lugar faz referência especificamente ao BHC: “*o tal BHC deixou muita gente doente, aquele pó, fedendo. Batia lá na fazenda, aqui a gente sentia! O motor era de um pó bravo!*”. O que tenho a dizer sobre isso? Em primeiro lugar, que essas vozes revelam que não é possível falar sobre as comunidades quilombolas que se formaram na região sem fazer referência às “armas” utilizadas para proteger os cacaueiros de

seus inimigos e estimular o crescimento e a produtividade; ao fim e ao cabo, armas que reverberam em doenças nas famílias agricultoras privadas de suas roças. Em segundo lugar, que a utilização em larga escala do hexaclorocicloexano (HCH), ou BHC (GRANGIER; ALVIM, 1965), comprovadamente prejudicial ao meio ambiente e à saúde humana, responsável por alterações no desenvolvimento do trato reprodutivo, carcinogênico e com efeitos neurocomportamentais (BURIOLA; OLIVEIRA, 2013), é um exemplo paradigmático disso. Relatórios técnicos da Ceplac fazem referências à pulverização do BHC por meio de helicóptero. Há um traço que assinala todo esse procedimento. É a pulverização compulsória das roças:

O trabalho, iniciado em fevereiro para terminar em março próximo, compreende duas etapas: a primeira, em caráter experimental, com polvilhamento de BHC por meio de helicóptero, cobrindo cacauais situados em Rio do Braço, Cepec, Primavera, Serra Grande, Cordilheira, Jacarandá e Uruçuca. A segunda, com uma equipe de 33 homens em operação terrestre cobrindo uma área selecionada no município de Itajuípe. (VELLO, 1964, p. 14).

Há também farta documentação sobre as recomendações de aplicação em terra e fotos publicadas nos mesmos boletins técnicos mostrando como deveria ser a pulverização e, creio eu, como se supunha que o BHC era inofensivo aos seres humanos, sem a necessidade de utilizar equipamentos de proteção individual. Esses procedimentos provocam certo desconforto e, talvez, não seja precipitado relacionar o BHC e outros agrotóxicos às doenças que acometem hoje habitantes do Empata Viagem, como a cegueira de agricultores idosos, os problemas de visão nas crianças ou mesmo os casos de

câncer, até certo ponto comuns. Segundo a publicação do Ministério da Saúde do Brasil, *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde* (DIAS, 2001), a utilização do BHC pode ser associada a mielodisplasias e neutropenia.

O significado das pulverizações, de qualquer forma, suscita um mosaico de imagens. Por um lado, no Empata Viagem prevalecem imagens de trabalhadores de grandes fazendas pulverizando as roças com “*aquele pó, fedendo*”, que, no caso de Horizonte, alcançava o cacau de boqueirão em agrofloresta de quase tudo das famílias aquilombadas, as roças de mandioca e as próprias residências. Por outro, na cidade de Ubaitaba, imagens de um helicóptero despejando inofensivos “folhetos educativos”, esclarecendo a população sobre a importância dos “defensivos” agrícolas no combate às pragas e, conseqüentemente, no aumento da produtividade do cacauero. Os boletins técnicos publicados pela Ceplac revelam também que os fertilizantes industriais passaram a ser utilizados em larga escala. Com o avanço da agricultura industrial de exportação foi vedado o acesso dos descendentes dos moradores velhos às reservas de vegetação nativa. Por outro lado, roçados de mandioca, capoeiras e muito mato grosso foram transformados em pastagens e novas roças planejadas de cacau: tudo medido e titulado com o apoio da Ceplac. Em Horizonte, o que vem a seguir é o papel importante do fazendeiro de “aguentar” as famílias, pois quase todos os adultos trabalham ou trabalharam na fazenda. Seguramente, a voz de uma das filhas da matriarca é emblemática por revelar algo de muito ruim que agiu destrutivamente na sua vida: “*Eu só vivia ali trabalhando! Com nove anos eu fui trabalhar na roça dos outros! Trabalhei na roça bandeirando cacau, coroando, era plantando capim, era tudo! Era aí na Cepel, e o fazendeiro pagava como ele queria pagar!*”.

Após esse desvio não há como não retornar ao caminho que leva a Horizonte. Ainda no início do trajeto, mas já no interior da fazenda, as variedades híbridas de cacau de alto rendimento, sombreadas por *Erythrinas* – novidades trazidas pelo pacote tecnológico do Cepec – de maneira surpreendente cedem lugar às grandes árvores nativas da Mata Atlântica – ou não –, dando forma ao que os órgãos de pesquisa e extensão rural, os fazendeiros e os próprios habitantes do lugar denominam de cacau-cabruca e, seguindo a regra, roças de cacau decadentes, sombreadas por grandes árvores em estado de senilidade. As diferenças entre as imagens estão na substituição de um sombreamento homogêneo (*Erythrinas*) por outro com diversas espécies e na predominância de variedades nativas de cacau ainda plantadas de acordo com o conhecimento ancestral dos moradores velhos, adensadas com plantas híbridas de alto rendimento, e – é importante registrar – uma monocultura de cacau sombreada por grandes árvores e nada mais.

Na chegada a Horizonte, estranhamente e – é sempre importante frisar – distante das expectativas iniciais, as imagens dos consórcios cacau/seringa, meio que desordenadamente, dominam a paisagem, quiçá revelando o que será o quilombo em um futuro próximo. No contexto das pesquisas agronômicas esse consórcio é um sistema de cultivo ecológico pelo potencial de sequestro de carbono e pelo grande retorno econômico (COTTA *et al.*, 2008; PEREIRA *et al.*, 1996). As publicações do Cepec revelam que o corpo técnico da instituição aposta nesses consórcios como alternativa para a crise provocada pela epidemia da vassoura-de-bruxa. Os técnicos afirmam que o consórcio cacau-seringa é um sistema de produção moderno capaz de “[...] atender às novas demandas de um mundo cada vez mais globalizado”. (MARQUES, *et al.*, 2004). A introdução dos

consórcios no quilombo seria, portanto, um passo importante rumo à modernidade. O cultivo da seringueira se mostra tão promissor que o corpo técnico do Cepec tem recomendado a substituição das *Erythrinas* por seringueiras no sombreamento do plantio tecnificado de cacau. Aliás, recomendação que os responsáveis pela fazenda Nova Luta não estão atendendo, possivelmente em decorrência dos baixos preços pagos pelo látex no mercado. A isso se soma o fato de as famílias agricultoras do Empata Viagem não terem revelado muita satisfação com os resultados da heveicultura. Por um lado, o cacau cultivado no consórcio tem apresentado produtividade muito baixa; por outro, os baixos preços pagos pelo látex têm inviabilizado a sangria das seringueiras.

No interior de Horizonte, de maneira surpreendente, mas, de qualquer forma, agora de acordo com o esperado, o cenário muda radicalmente. Da janela da sala da maior residência de Horizonte surgem imagens que lembram o episódio inicial de um filme que narra a história daquela gente, em cenas que parecem estar ocorrendo diante de nossos olhos: no centro do cenário uma grande represa que, no passado, possivelmente moveu a roda d'água de algum grande engenho; no entorno, protegendo as margens da represa, cacau de boqueirão em agroflorestas de quase tudo; nos pontos mais altos mato grosso, capoeiras, queimadas e roças de mandioca, tudo ainda enredado em um histórico de coexistência com os ecossistemas locais; e, em meio a tudo isso, construções distribuídas de maneira esparsa no território, quase imperceptíveis. Na linha do horizonte, imensas pastagens, mato grosso, as cabrucas raleadas e decadentes do fazendeiro e os vestígios das roças de boqueirão que um dia pertenceram ao finado Manoel de Tatu. Essa é a janela da “tia emprestada” do neto mais novo da matriarca, que, talvez, seduzida

pela força das imagens, permanece ali, quase imóvel, em sua cadeira de rodas improvisada, dia após dia, contemplando um mundo constantemente ameaçado e já em ruínas, mas que, de qualquer forma, se apresenta praticamente congelado diante daquela janela paradigmática, que se abre para o passado sem, contudo, esconder as agruras do presente e os desafios do futuro.

Em contraponto ao monocultivo das roças de cacau planificadas da fazenda Nova Luta, as agroflorestas de quase tudo e os roçados de mandioca de Horizonte são marcadores privilegiados dos saberes das famílias ali aquilombadas. É assim que a matriarca do lugar, uma mulher octogenária, se mostra orgulhosa com sua pequena roça “*de mais ou menos dois hectares*” e, mais ainda, com sua coleção de jabuticabeiras plantadas por ela, pelos moradores velhos, quem sabe pelos animais, ou talvez até mesmo pelos curupiras – seres mágicos defensores das matas (SALES, 2014), que podem ter plantado aquelas árvores para as famílias agricultoras de Horizonte e viajantes desfrutarem, entre uma infinidade de outras árvores frutíferas, plantas ornamentais, medicinais e grande diversidade de espécies vegetais e animais nativos do lugar. Trata-se de um sistema produtivo que revela a sagacidade diante de necessidades reais de sobrevivência, construído ao longo do processo histórico de ocupação do território e alicerçado em saberes ancestrais, oralmente transmitidos de geração para geração.

A jabuticabeira, árvore nativa da Mata Atlântica que demora cerca de dez anos para produzir os primeiros frutos, possui um lugar especial nessa roça paradigmática e, como é muito exigente em água, solos férteis, profundos e ricos em matéria orgânica, é mais uma espécie vegetal que se adapta perfeitamente bem aos boqueirões e às margens dos córregos. O modo como são tratadas é revelador:

não há preocupação com uma possível competição por nutrientes com o cacau, ou outra planta qualquer e, apesar da grande produção, as jabuticabas não são fonte de renda monetária e, segundo a proprietária, “*são chupadas na roça mesmo*”. Essa relação da agricultora com suas jabuticabeiras e com os demais seres que habitam sua roça coloca em evidência características estruturais da agricultura e processos ecológicos que envolvem atores ou agentes sociais que interagem com um rico acervo de diversidade biológica (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). A inserção dessa história de jabuticabas merece um pouco de atenção. Ela não surgiu do nada. As jabuticabas são um ingrediente muito importante para ser deixado de lado, nas relações da matriarca com sua roça e com o restante do quilombo. A história se refere a uma espécie de memória gustativa que se insere naquela outra história de agrofloresta de quase tudo e que também é capaz de reafirmar o lugar da roça da matriarca no contexto das demais agroflorestas do Empata Viagem, não obstante o isolamento, até certo ponto, forçado dos moradores de Horizonte.

A roça “paradigmática” também produz lenha – indispensável na cozinha, na casa de farinha e no secador de cacau – que é recolhida após os vendavais que ocorrem com frequência nos meses mais quentes do ano, sobretudo em janeiro e fevereiro; fornece, ainda, a madeira utilizada nas edificações, a medicina para os males que afetam humanos e animais e alguma caça. O sistema de manejo garante a manutenção da produtividade da terra, da fauna e da flora. Esse lugar pode ser definido como “[...] paisagens vivas em que o solo ele mesmo é vivo” (BALÉE, 2008, p. 18). Nesse âmbito está inclusive a prática de capturar animais silvestres e criá-los juntamente com animais domésticos. É importante destacar que essas dinâmicas

adquirem maior expressão, assim como grande importância no contexto de isolamento em que vivem os moradores de Horizonte.

Em Horizonte, a agrofloresta de quase tudo não é de modo algum o único espaço agrícola. Bem ao contrário, é um espaço complementar aos cultivos de mandioca e até mesmo às minúsculas capoeiras e ao pouco mato grosso, quiçá, algum dia, futuros roçados de mandioca, ou mesmo uma nova agrofloresta de quase tudo. A mandioca está em praticamente todo e qualquer lugar: em minúsculos roçados, pequenas clareiras fragmentadas no interior das agroflorestas de quase tudo, nas margens das trilhas que cortam a comunidade e no quintal das pequenas casas de madeira. Para evitar muita generalização, passo a palavra para a matriarca do lugar. Ela tem muito pouca terra, quase não tem mandioca na roça e também não tem mais forças para o trabalho pesado da casa de farinha e, em decorrência desses desencontros da vida, sempre recebe alguma farinha e beijos dos seus filhos e netos: *“tem que dar a farinha porque eu sou a mais velha daqui. Eu não tenho mais como fazer farinha!”*.

Como em todas as roças de Empata Viagem, a casa de farinha de Horizonte não para, pois a farinha e os outros subprodutos da mandioca têm presença obrigatória em todas as mesas. E há, inclusive, mandioca que não é cultivada em Horizonte e que é processada nessa casa de farinha centenária: a mandioca que é plantada de meia alhures e que garante o abastecimento alimentar de quem não tem mais terra para plantar, como a cultivada de meia por um dos filhos da matriarca, lá pros lado do São Raimundo, comunidade quilombola localizada nas proximidades do Rio de Contas. Coincidências à parte, é importante registrar que o tamanho reduzido das roças é o maior problema da gente que vive em Horizonte. De acordo com a matriarca, *“é quase tudo cacau, não tem mais capoeira, mais nada”*.

Decerto, a existência de capoeiras e mato grosso é um fator importante para o desenvolvimento das atividades agrícolas, pois além de serem “reservas de lenha e área de caça” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 125), são reservas importantes de solos em regeneração. As pessoas com quem conversei em Horizonte conhecem bem as virtudes das capoeiras e do mato grosso. De acordo com os ensinamentos dos moradores velhos, mato grosso é terreno de primeira, bom pra fazer roçado, terra descansada. Peço licença para concluir o parágrafo com uma voz que se recusa a calar, a da matriarca do lugar: “*e isso tem muito pouco aqui!*”.

Cabe ressaltar que, não obstante o isolamento, os cultivos da diversificação agroecônômica apresentados como alternativa à crise da cultura do cacau também estão presentes em Horizonte. Foi com a obtenção de um empréstimo no Banco do Nordeste, por meio do projeto Mata Verde, da Seagri, que uma das filhas da matriarca conseguiu as mudas, os insumos (fertilizantes e agrotóxicos) e o acompanhamento técnico necessário à transmutação de um pequeno roçado de mandioca e “quase tudo” em uma roça de seringueiras e “mais nada”. Com respeito a essa questão, é importante ter em conta dois fatores. Em primeiro lugar, é preciso registrar que a agricultora foi a primeira pessoa a conseguir um empréstimo bancário para projetos agrícolas em Horizonte, o que não ocorreu apenas em decorrência do seu “espírito empreendedor”, mas especialmente devido ao empenho do seu companheiro, que foi atrás do registro da roça no Incra, condição indispensável para obter o financiamento. Em segundo lugar, é um dado importante que a agricultora tenha “optado” pelo monocultivo de seringueiras, em detrimento do consórcio de cacauzeiros com seringueiras. Nos dois sistemas, os juros são os mesmos, de 1% ao ano; no entanto, os prazos de pagamento são de

cinco anos para o consórcio cacau *versus* seringa e quatorze anos para a plantação de seringueiras. Assim, como o dinheiro é sempre bem-vindo, é possível concluir que, nesse modelo de financiamento, o dinheiro do empréstimo é o objetivo principal.

Foi nesse ambiente de cultivo de seringueiras e cacauzeiros em terras de mandioca que conheci um jovem agricultor de Horizonte que ficou sem roçado de mandioca, ou seja, sem nem mesmo a farinha do prato. Aí se diferenciam dois trajetos. Há um primeiro, em linha reta, no qual está o roçado de seringueiras financiado pelo banco, que garante um bom empréstimo com juros baixos, utilizado inclusive para a compra da farinha do prato, enquanto se aguarda o látex que será produzido pelas seringueiras, mas que depende da assistência técnica e se desdobra na esperança de um dia render algum dinheiro, necessário ao pagamento do empréstimo e também para continuar comprando a farinha do prato. Esse é essencialmente um caminho que garante a inserção de muitas famílias do quilombo na agricultura comercial de exportação. Há outro caminho, com labirintos, que pode ou não levar à farinha do prato, que está sendo trilhado inclusive pelo jovem agricultor de Horizonte: sem empréstimos bancários, sem assistência técnica, sem farinha do prato, mas prene de muita esperança de um dia conseguir algum dinheiro com a venda das *commodities* cacau e látex para comprar a farinha do prato.

Nesse ponto, com pequenas diferenças, os objetivos se encontram. A situação é exemplar, pois, enquanto o dinheiro da *commodity* não chega, a agricultora compra a farinha com o dinheiro do empréstimo. Mas, como o jovem não tem mais o roçado de mandioca nem o dinheiro do empréstimo, a alternativa para garantir a farinha do prato – que, aliás, não é apenas do seu prato ou dos de sua família, mas também do prato de sua avó, de sua tia emprestada e de outras

peessoas menos afortunadas que vivem em Horizonte – foi a compra de um pedaço de mato grosso, ali mesmo em Horizonte, de uma tia que mora fora para fazer um novo roçado de mandioca. Os objetivos se encontram também na confiança na ciência e nas modernas tecnologias de cultivo, ou seja, nas intenções “modernizantes” do programa governamental de diversificação agroeconômica, muito embora o jovem tenha dispensado o empréstimo bancário e, conseqüentemente, as orientações técnicas. Considerada como uma contribuição seminal para as ciências humanas, Bruno Latour (1994, p. 15) ressalta que, “[...] quando as palavras ‘moderno’, ‘modernização’ e ‘modernidade’ aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável”, termos que assinalam um combate no qual há vencedores e vencidos. É assim que, considerando os desequilíbrios do combate, o que vem depois são as dívidas, não obstante o moderno espírito empreendedor.

Foi, portanto, nesse enredo de *commodities*, de farinha do prato e de tecnologias agrícolas modernas que o jovem agricultor foi obrigado a investir todo o dinheiro da família na compra de um pedaço de mato grosso – também o dinheiro do BPC da Tia Emprestada – ali mesmo, em Horizonte, uma alternativa segura para a farinha do prato. Mas, nesse novo roçado, foi a avó quem orientou o jovem sobre as tecnologias de cultivo. Aliás, orientações que ele não seguiu no roçado das *commodities* cacau e seringa. As lições colocam em evidência uma sabedoria que se distancia do ritmo acelerado da agricultura comercial de exportação e se aproxima dos saberes dos moradores velhos, condição para um bom roçado de mandioca:

Queima a roça assim: bota fogo, devagarzinho vai fazendo a coivara e vai queimando, sempre devagarzinho. Ajeita os paus e vai queimando, queimando, sempre devagarzinho. Não pode esturricar a terra! A terra muito queimada

a mandioca dá mais ruim, porque a terra ressecou, queimou demais e você passou fogo no mato, queimou pelo maior, deixa a cinza, deixa o carvão, pode reparar. Quando queima tudo, fica tudo limpo, não presta.

Como a mandioca é uma planta com muitas virtudes que se adapta bem aos solos ácidos e pobres de Horizonte, os roçados, de maneira geral, são muito produtivos. Dessa forma, são vulneráveis, o mais das vezes, apenas ao ataque de animais silvestres como o caititu, uma espécie de porco selvagem, e a paca, que se alimentam da raiz da mandioca. De acordo com o jovem agricultor, “*aqui ‘ajunta’ a paca e o caititu! A paca cava! No lugar da mandioca de lá de cima, a paca tá acabando a roça, está comendo a mandioca toda!*”. No imaginário da gente que vive em Horizonte esses animais são quase gente e possuem atributos humanos em um movimento que subverte a relação clássica natureza *versus* cultura: sentem dor, medo, ansiedade, alegria, raiva e chegam a partilhar de algumas habilidades intelectuais humanas de raciocínio e cognição (PARDINI, 2012). O jovem neto da matriarca descreveu um desses ataques de caititus a roçados de mandioca:

Santana estava contando que o cara botou uma roça bem perto de casa, na linguagem dele, por causa do caititu! Aí ele foi e arrancou a mandioca e deixou na roça. Aí, quando foi no outro dia, que ele levantou, estava o rastro do caititu na beira da casa, na beira da cozinha! Aí ele foi pra roça buscar aquela mandioca. Quando chegou lá, os caititus “ajuntou” tudo na ruma de mandioca, comeram a mandioca toda! E foi assim: teve um caititu que foi ver se ele estava dentro de casa, pois estava o rastro na cozinha! Ele chegou na roça, a mandioca toda esbagaçada!

É certo que em Horizonte, como ocorre em todo o Empata Viagem, na maioria das famílias os homens trabalham fora, portanto, o trabalho nas agroflorestas de quase tudo, nos roçados de mandioca e

na casa de farinha está, de certa forma, reservado às mulheres, exceto quando sobra tempo aos homens, quando é dia de colheita de cacau, quando é final de semana, quando os homens estão “parados”, ou seja, desempregados, ou quando as pessoas idosas dependem diretamente de filhos e netos. É o caso da matriarca do lugar que depende dos filhos, *“afinal, a mais velha daqui sou eu, não tenho de onde tirar, e eu não aguento mais trabalho de roça!”*. Ela tem uma filha que vive fora e que ajuda na roça quando pode. Essa filha também tem um lugar em Horizonte, deixado como herança pelo pai, com uma roça de boqueirão, um pedaço de mandioca e de um hectare de seringa. Essa filha é também a única pessoa em Horizonte associada à AQREV, condição que possibilita a participação nos projetos de PAA. Mas, além da ajuda da filha, a matriarca conta com os seus filhos e netos.

Existem também aquelas pessoas que saíram de Horizonte em busca de melhores condições de vida. De acordo com a matriarca, *“tem muita gente espalhada pelo mundo, tem gente até em São Paulo, gente vivendo bem!”*. Essas pessoas mantêm vínculos que se renovam em visitas regulares e, se não há mais o vínculo com a terra por meio do trabalho, a farinha de mandioca se torna uma espécie de troca-dávica, muito mais do que um simples presente, uma obrigação que vivifica laços entre os que partiram e os doadores da farinha. A farinha dada aos parentes que visitam a comunidade, ou enviada por meio de portadores confiáveis, leva algo do ser dos seus doadores. Ao dar a farinha, dá-se algo de si mesmo: dias de trabalho na roça, cortando a capoeira, queimando a vegetação, limpando a terra, plantando as manivas, roçando a mandioca e dias de trabalho na casa de farinha, descascando a mandioca, ralando as raízes, prensando a massa, zanzando e torrando a farinha no alguidar. Nesse sentido, o poder da dádiva está na sua corporificação como algo que é doado

aos que partiram, também descendentes dos moradores velhos, portanto, beneficiários da herança: o mato grosso, as capoeiras, as roças de cacau e a casa de farinha (MAUSS, 1974).

É revelador que em toda e qualquer conversa sobre grilagem de terras no Empata Viagem haja menção a gente do quilombo “espalhada pelo mundo”. Coloco aqui uma pergunta que não quer calar. Quais as perspectivas dessa gente? Tem gente sem muita esperança de um dia voltar porque perdeu tudo para o fazendeiro. Tem gente que perdeu quase tudo e não consegue mais sobreviver do pouco que ainda lhe resta e que acabou entregando sua roça de meia para algum parente ou amigo mais tinoso que teima em permanecer no quilombo. Tem gente que ficou com muito pouco após séculos de partilha de uma herança deixada para muitos herdeiros, consequência até certo ponto natural da evolução das famílias, e que também deixou a roça de meia para algum parente próximo. No Empata Viagem tem até gente que “*partiu num rabo de foguete*”, como o agricultor suspeito do assassinato do homem que ameaçava o povo e que, por isso mesmo, pode até sonhar com a volta de todo mundo que partiu, como na música “O bêbado e a equilibrista”, de Aldir Blanc e João Bosco¹⁵.

Mas, as paisagens, de qualquer forma, não estão congeladas. As mudanças estão acontecendo e parecem confirmar a lógica da história. Uma lógica que aparece na redução no tamanho dos roçados de mandioca – independentemente do esbulho do território – e no avanço dos cultivos de cacau e seringueiras sobre as “terras de mandioca”. As mudanças estão presentes também na negação das tecnologias

¹⁵De acordo com os depoimentos, o proprietário da fazenda Branca, Mário, assassinado no ano de 2011, quando do reconhecimento de Empata Viagem como comunidade quilombola, entrou com um documento no Incra questionando a identidade quilombola da comunidade. Ainda, segundo os depoimentos, Mário chegou a ameaçar os membros da associação quilombola com o uso de arma de fogo.

agrícolas ancestrais e na onipotência da agricultura comercial de exportação, aliada inseparável do pacote tecnológico da Revolução Verde. O aumento exponencial na utilização de agrotóxicos e fertilizantes industriais, recomendados inclusive pelo técnico que acompanha o monocultivo de seringueiras de Horizonte, segue essa trilha. Há um agrotóxico que simboliza todo esse movimento. É o herbicida Roundup, nome comercial do agrotóxico mais utilizado no quilombo, fabricado pela multinacional Monsanto, cujo princípio ativo é o glifosato, que chega a ser vendido livremente no comércio das cidades próximas e que tem sido utilizado também em substituição ao fogo nas roças de Horizonte. O Roundup já alcançou os quintais e ameaça adentrar as cozinhas das pequenas casas de madeira. Com efeito, o que está acontecendo parece orientado a servir a um jogo cujas regras estão alinhadas com a lógica do mercado e com a perfeição máxima da maquinaria da agricultura que se intitula moderna.

O problema maior está na conexão e sincronização de ações que negam tecnologias agrícolas ancestrais e estimulam a monocultura. É nesse contexto que o Programa Mata Verde da Seagri alcança seus objetivos mais contundentes: produção de látex em larga escala para a indústria de pneus Michelin. As vozes dos moradores velhos revelam que essa lógica é destrutiva: ela contribui para a contaminação do solo com agrotóxicos e fertilizantes industriais, ameaça produção de alimentos destinados a autoconsumo, acirra problemas associados ao aumento crescente da pressão demográfica e aponta para a insustentabilidade econômica, na medida em que o preço pago pelo látex, de maneira geral, tem estado abaixo dos custos de produção. Por um lado, o programa opera no sentido da redução dos roçados de mandioca, das áreas de mato grosso e de capoeiras: enquanto a monocultura avança, a mandioca e outros cultivos de

subsistência recuam. Por outro lado, condiciona o acesso ao crédito à utilização do pacote tecnológico da Revolução Verde, aumentando a dependência das famílias agricultoras dos insumos da agricultura que se intitula moderna.

Trata-se quase de um truísmo afirmar que essa lógica não é linear. A adesão ao programa, para a maioria das famílias, acaba sendo mais uma oportunidade de acesso ao empréstimo bancário, e mesmo aqueles que comungam com os objetivos do programa não demonstram muito entusiasmo com os resultados, pois os preços pagos pelo coágulo são baixos. Nada exemplifica melhor a supremacia do empréstimo bancário do que o pouco interesse na sangria das seringueiras. Não obstante o grande engajamento das famílias agricultoras no programa, poucos seringais estão sendo efetivamente sangrados. De qualquer forma, muitas famílias “ensaia” a sangria do seringal contatando especialistas, mas sem muitos resultados. Com efeito, o preço baixo pago pelo coágulo tem sido um entrave quase intransponível.

Se as questões enunciadas estão corretas, a correção está em uma espécie de dualismo presente no fazer agrícola. Não há como afirmar que o resultado final de tudo isso será simplesmente a proliferação de monocultivos de seringueiras ou consórcio de cacauzeiros com seringueiras aqui, ali e acolá, por toda parte no Empata Viagem. Como cada família interage com sua roça de uma forma muito particular, consciente ou inconscientemente, criando paisagens que maximizam a biodiversidade, é possível prever outro resultado final. Mas, de qualquer forma, não é prudente descartar a lógica monocultural desenhada pelos idealizadores do programa, afinal, segundo o jovem neto da matriarca, *“esses caras só querem um hectare de sua roça e o restante não entra, portanto, tem que fazer direito”* – postura

que pode fazer desse hectare uma espécie de “área demonstrativa”. É importante ficar claro ainda que esse um hectare é muito em um contexto de roças com quatro, cinco ou até mesmo apenas um hectare, e não há como negligenciar a fé praticamente inabalável de muita gente do Empata Viagem na Ciência Agronômica que se intitula moderna (LATOURE, 1994), capaz de manter as famílias agricultoras vinculadas aos objetivos do programa e expandir esses objetivos.

Chegou a hora de concluir essa breve viagem a Horizonte, o que faço retornando por um atalho à roça do neto mais velho da matriarca. De todo modo, é importante registrar que os problemas do jovem agricultor com seu roçado de seringueiras e cacauzeiros não se restringem à impossibilidade de produção da farinha do prato. No roçado há uma grande barreira que atrapalhava os planos do agricultor, quase idêntica à tal “barreira imaginária” que impedia o produtor de cacau dos anos 1950 de “[...] avançar com tratamentos mais modernos de produção”. (COSTA, 2012, p. 127). Nesse contexto, o importante é não se deixar seduzir pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, o que, aliás, ocorreu com o produtor de cacau das histórias de Francisco Costa. Como o produtor de cacau, o jovem tem se esforçado para superar o obstáculo, investido muito tempo de trabalho e algum dinheiro na compra de insumos. No entanto, apesar dos esforços, o roçado não prospera: a mandioca não avança e as mudas de cacau e seringa não conseguem se desenvolver bem. Quando se percebe que o neto da matriarca atua na mesma zona estranha e fora do contexto do produtor de cacau, ou seja, distante das tecnologias agrícolas ancestrais adaptadas aos trópicos, é fácil concluir que não há nada de muito estranho nessa barreira que, de todo modo, não é imaginária.

É preciso estar atento ao contexto. Sabe-se que os cacauzeiros e as seringueiras da roça foram plantados a partir de mudas produzidas em viveiros, em solo muito seco e pobre em nutrientes, de acordo com a voz da matriarca, não apropriado ao cultivo dessas plantas, ou seja, é um solo de mandioca. Por outro lado, o fogo utilizado na limpeza da área foi desproporcional e, no plantio da mandioca, não foram observadas as funcionalidades da planta no contexto sucessional. Aqui, nos ensinamentos dos moradores velhos, mandioca é uma planta que cria outras plantas. Arrisco afirmar que a barreira que atrapalhava o jovem foi o preço pago por não acreditar nos ensinamentos dos moradores velhos. Os ensinamentos da matriarca revelam exatamente isso: “*na terra esturricada, uma terra muito queimada, a planta dá ruim*”; “*a mandioca não pode ser assim, é planta que protege as outras plantas*”; e “*na capina com enxada, o povo limpa tudo com enxada, aí corta a raiz*”. Há ainda a importância do plantio direto com a semente: “*três sementes em cada cova aberta com a ponta do facão*”, imprescindível ao sucesso do roçado.

RUA DE PALHA, A HERANÇA DOS MORADORES VELHOS: POUCA TERRA, NENHUMA CAPOEIRA, POUCA MANDIOCA E MUITO POUCO CACAU

De todas as expressões que emanam dos olhares sobre Rua de Palha, o esbulho do território adquire uma dimensão especialmente notável, uma vez que reflete a dimensão das perdas territoriais e o isolamento do lugar. Rua de Palha é o que ainda resta do talhão deixado por Domingas, irmã de Tomé, para sua filha, Alicia, todos parentes desse pessoal dos Monteiro. Esse pedaço é um lugar isolado,

mas não como Horizonte. De fato, é possível afirmar que a localização espacial de Rua de Palha, de certa forma, desmente a tendência da historiografia brasileira de se referir “[...] aos quilombos sempre no passado, como se estes não fizessem mais parte da vida do país”. (ANJOS, 2004, p. 2). Como os antigos quilombos, Rua de Palha está localizada em um vale com acesso restrito e muito difícil, no qual poucas pessoas se aventurariam a estabelecer moradia, é o que se pode denominar como espaço invisível. É um lugar isolado que praticamente só se articula com a sociedade envolvente por meio de seus especialistas em agricultura – sobretudo em cacau – e das mulheres e meninas, que trocam o trabalho na roça pela vida nas cidades, no mais das vezes como domésticas. A terra é muito pouca, portanto, a produção agrícola é insignificante. Sendo assim, não há como produzir nem a farinha do prato com a mandioca colhida em Rua de Palha.

Essa dimensão espacial do isolamento está presente na fala da matriarca do lugar. Isso mesmo, da matriarca, pois em todo e qualquer pedaço do Empata Viagem as mulheres são, de maneira geral, as autoridades máximas. Exceto no pedaço pertencente à maior liderança do quilombo, homem octogenário com mais de 40 filhos e filhas, em que prevalece a autoridade masculina, uma espécie de patriarca do quilombo. E isso não parece ser mera coincidência. Na voz da matriarca talvez esteja o aspecto mais brutal do isolamento: *“Pra chegar e sair daqui é muito ruim. Eu só saio daqui quando tá enxuto e no animal e não tem como não! Aqui não chega de carro! Eu tenho que sair carregada!”*. Há outras dimensões desse isolamento que podem ser observadas nas dificuldades de acesso às políticas públicas: não há agentes de saúde atuando na comunidade e nenhuma das famílias de Rua de Palha possui documento emitido pelo

Incra, condição necessária ao acesso às políticas públicas voltadas ao mundo rural. Por outro lado, os habitantes de Rua de Palha não estão associados à AQREV. Convém registrar: não participam dos projetos de PAA da associação, do PNHHR e nem dos programas de financiamento agrícola dos bancos públicos. Além disso, até o direito básico da aposentadoria especial para o trabalhador rural é encarado com desconfiança e como algo distante. A resposta dada pela matriarca, quando indagada sobre sua “aposentadoria”, exprime essa desconfiança: *“Eu, eu vou me aposentar ainda! Há, há, há... Não dou conta de quando me aposentei... É minha filha que recebe”*. A partir das vozes que ecoam em Rua de Palha, é possível conjecturar que a matriarca recebe, na realidade, um BPC.

Quando se fala do isolamento, fala-se também da quebra do isolamento. Nessa perspectiva, a chegada da energia elétrica é um marco inquestionável. *“A luz chegou aqui e tirou todo mundo do turvo”*, afirmou uma das netas da matriarca. Hoje, na maioria das casas, não falta geladeira e televisão e, é importante registrar, na casa da matriarca não há nada disso. De qualquer forma, a “luz” fez muito mais. Os tratores da construtora abriram estradas para o transporte de postes e outros equipamentos, melhorando significativamente as condições de acesso. E isso não ocorreu só em Rua de Palha, todo o quilombo foi beneficiado. A energia elétrica chegou ao Empata Viagem há pouco mais de dez anos, por meio do Programa Luz para Todos do Ministério de Minas e Energia, lançado em novembro de 2003 (Decreto nº 4.873 de 11/11/2003), criado com o objetivo de acabar com a exclusão elétrica no país.

É certo também que, para viver em Rua de Palha, segundo o filho mais velho da matriarca, *“só mesmo a gente que já acostumou, ninguém quer ficar aqui. Aqui é difícil, não é todo mundo que*

fica”. Prova disso é que ele, viúvo e “aposentado”, não encontra uma mulher que queira viver em Rua de Palha. A voz do filho mais velho da matriarca ecoa com clarividência:

[...] tem umas que aqui não quer ficar. Tem umas que dá graças a Deus de encontrar um lugarzinho pra vim, mas aqui não quer ficar. Tem um filho meu aí que teve uma mulher, ela veio e não ficou, e com 15 dias voltou. Já veio duas e não ficou. É por que elas não aguentam aqui dentro. Elas não acostumam aqui dentro. O carro não vem aqui [...]. Aqui é muito ruim. Eu mesmo, com esse menino doente, eu tive de levar nas costas. [...]. Essa filha daí teve doente, e eu tive de levar nas costas. Ali, quando chove, nem moto ali desce. Quando o povo vê essa ladeira ali, aqui dentro não acostuma. No Empata não, daquela roça pra lá, não! É difícil uma pessoa vir aqui. Aqui só acostuma a gente mesmo! Eu falo pra apanhar uma coroa, mas não fica aqui! Aqui ninguém quer ficar, não!

A citação é exemplar ao revelar as dimensões de um isolamento que impede livre circulação das pessoas. Não obstante a melhoria das vias de acesso, não há como chegar à Rua de Palha utilizando automóveis, mesmo que eles disponham de tração nas quatro rodas. De fato, embora a trilha mais utilizada tenha sido alargada recentemente pelos tratores da prefeitura,¹⁶ a grande declividade impede o acesso de veículos motorizados, condição agravada pela inexistência de uma ponte sobre o pequeno rio que demarca os limites territoriais da comunidade. O ponto de partida dessa trilha é o centro do quilombo, nas proximidades da Escola Quilombola e do campo de futebol. A trilha segue em direção ao cemitério do Empata Viagem, localizado no alto de uma pequena colina, de onde se descortina uma vista privilegiada do território; corta as roças

¹⁶ Retroescavadeira, motoniveladora e caminhão-caçamba doados pelo Governo Federal para municípios com até 50 mil habitantes, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2).

dos Monteiro e segue em direção a uma encosta íngreme que termina nas margens de um pequeno rio (Figura 2). O percurso é vencido em aproximadamente 20 minutos de caminhada.

Figura 2 – Ladeira que dá acesso à Rua de Palha



Fonte: Foto do autor (2015).

Uma segunda trilha – possivelmente bem mais antiga – ainda conserva as marcas deixadas pelos moradores velhos. É um daqueles caminhos quase imperceptíveis, no qual os viajantes penetram em um ponto qualquer e, de súbito, reaparecem inesperadamente em outros locais do território. Descobri a trilha acidentalmente durante uma visita à fazenda Serra Dourada. Partindo da Estrada do Empata Viagem, alcança-se a trilha contornando a casa do meeiro da fazenda, filho da matriarca da Rua de Palha. A trilha segue ladeira abaixo. No meio da ladeira, já nas terras da Fazenda, nota-se a existência de uma pequena casa de madeira e de uma garagem que abriga um velho automóvel, tudo contornado por uma pequena agrofloresta de

quase tudo, ou melhor, um quintal agroflorestal. Segundo o meeiro da fazenda, aquilo tudo foi feito por ele e a mulher – tanto as construções quanto a pequena roça – e, por isso, não pertencem ao fazendeiro. O lugar é pequeno, segundo o meeiro, “*coisa de uma tarefa ou duas*”, o quintal chama atenção pela riqueza e diversidade de plantas, segundo as falas, “*tudo direto no adubo*”. A pequena garagem, além de abrigar uma velha *Pickup*, é utilizada como depósito de insumos agrícolas. A casa da família é uma construção simples, em madeira com piso de cerâmica e, como na maioria das casas do quilombo, possui geladeira, televisão, “som” e fogão a gás. Nos fundos da casa, um “puxadinho” abriga um fogão a lenha onde são preparadas as refeições, e um tanquinho utilizado para lavar as roupas da família.

No final da ladeira há uma represa infestada de sucuiubas – designação local para a sucuri –, serpente sul-americana da família *Boidae*, pertencente ao gênero *Eunectes*. Aliás, uma das maiores serpentes do mundo. Elas se alimentam de animais silvestres, de animais domésticos e até mesmo de seres humanos. Mas nem por isso a represa deixa de ser local de batismo dos adeptos da Congregação da Assembleia de Deus do Empata Viagem. A trilha segue até o vertedouro de uma represa muito antiga, certamente utilizada no passado para armazenar as águas que moviam o engenho de farinha do lugar e, como a tubulação está quase completamente destruída, a transposição exige muito cuidado, principalmente no período de máximas pluviométricas, quando as águas transbordam e correm forte sobre o paredão. Logo abaixo, seguindo o curso das águas, ainda é possível enxergar os vestígios do que teria sido o engenho de farinha. A partir desse ponto, a trilha segue por entre pastagens e roças de cacau pertencentes ao fazendeiro, capoeiras, roçados de mandioca e quase tudo, e muito mato grosso, pertencentes à família

do meeiro. Os maiores obstáculos são os brejos quase intransponíveis – possivelmente também infestados com as tais sucuiubas – e o mato grosso que demarca a divisa da fazenda Serra Dourada com Rua de Palha. De acordo com as vozes que emanam de Rua de Palha, tudo terra que no passado pertenceu ao Empata Viagem. No final da trilha, os cenários que vão se descortinando revelam a existência de casebres de madeira ou taipa esparsos no território, circundados por pequenas agroflorestas de quase tudo, com predominância de cacaeiros e minúsculos roçados também de quase tudo, mas com um pouco mais de mandioca. Adentrando um pouco mais o território, observa-se uma tosca casa de farinha de uma das famílias do lugar, mas utilizada por todas as famílias de Rua de Palha. No centro do território, a casa da matriarca: um casebre de madeira com apenas dois cômodos, uma sala/quarto na qual a dona da casa vive e outro espaço, contíguo ao cômodo principal, destinado ao fogão à lenha.

Rua de Palha está na linha de fronteira do quilombo com grandes fazendas de cacau. Certamente, essa situação geográfica foi determinante para o aprofundamento do processo de esbulho do território. Contrastando com o que ocorreu em Horizonte, Rua de Palha está literalmente “acossada” por grandes fazendas e, se em Horizonte a terra é pouca e as melhores terras ficaram com fazendeiro, em Rua de Palha o esbulho do território foi ainda mais dramático. Não há mais mato grosso nem capoeiras para serem “sapecados”; não há, portanto, possibilidade de abertura de novos roçados de mandioca, e os poucos pés de cacau produzem muito pouco, muito menos do que em Horizonte e do que em qualquer outro pedaço do Empata Viagem.

Os roçados de mandioca se sucedem nos mesmos locais, ano após ano e, talvez em virtude desse uso intensivo da terra, são

protegidos do “mau-olhado” pelo pinhão-roxo e pelo pinhão-branco, plantas de uso mágico que nascem espontaneamente e que, de acordo com a tradição oral, são portadoras de poderes sobrenaturais e terapêuticos, utilizadas em banhos de descarrego. De acordo com os ensinamentos dos moradores mais velhos, o pinhão-branco é que serve de remédio. O roxo é mais pra descarrego mesmo. Bomfim, um desses quilombolas que vive espalhado pelo mundo, revela na sua voz a importância do pinhão-roxo na medicina do lugar:

O pinhão-roxo é nascido, aí a gente deixa. Diz o povo que é pra mau-olhado, mas eu sou um pouco descrente. Deixa aí, não tá dando prejuízo, deixa! Serve de remédio, remédio pra puxamento. Não tem remédio melhor! A gente corta um galhinho, tira três ou quadro gotas do leite, coloca dentro d'água e dá pra criança beber, e aí já era, e não ataca mais nunca! Agora, quem toma não pode saber o que é, senão não funciona!

Quanto às pequenas roças de cacau, a situação chega a ser dramática: como a terra é pouca e os solos são muito pobres, o cacau não rende quase nada e o custo de produção é muito grande, pois “*aqui, cacau mesmo só dá no adubo*”, afirmou com proficiência o filho mais velho da matriarca (Figura 3). De qualquer forma, todas as famílias possuem uma pequena roça, quase sempre entregue aos cuidados das mulheres que, auxiliadas pelos filhos e filhas, se encarregam da colheita, da quebra e da extração do mel. Nesse ponto, é necessário mencionar que, como em Horizonte, os homens geralmente trabalham fora principalmente como meeiros em fazendas de cacau do entorno. É verdade que o meeiro é obrigado a entregar 50% da produção ao fazendeiro, o que, em muitas situações, é muito, tendo em vista a baixa produtividade e os baixos preços pagos pelo cacau no mercado. Mas, por outro lado, o meeiro tem autonomia para determinar o ritmo de suas atividades (DANTAS, 2014) e,

de maneira geral, pode fazer roçado livremente e criar pequenos animais na fazenda – atividades praticamente inviáveis em Rua de Palha. É importante registrar que, quando o fazendeiro recebe algo daquilo que é cultivado nesses roçados ou criado na fazenda, é pela boa vontade do meeiro. Aliás, uma lógica antiga que surgiu ainda nos primeiros tempos da cultura comercial do cacau na Bahia, pois o que importa para o fazendeiro é, quase sempre, apenas o cacau, o fruto que vale “ouro” das *commodities*. Além disso, é desses roçados que saem boa parte das raízes de mandioca que são processadas na Casa de Farinha de Rua de Palha.

Figura 3 – Roça de cacau praticamente improdutiva em Rua de Palha



Fonte: Foto do autor (2015).

Essas reflexões nos levam à família de meeiros da Fazenda Serra Dourada.

A fazenda está localizada nas margens da estrada do Empata Viagem, em terras que um dia pertenceram aos quilombolas. O meeiro é responsável por tudo na propriedade: como “empregado” contrata, quando absolutamente necessário, trabalhadores diaristas, entrega o cacau na firma e compra os insumos necessários. Como “barcaceiro”, é responsável pelos coxos de fermentação e pela secagem do cacau. Como “troteiro”, está encarregado dos cuidados com os animais de serviço e, como “peão”, encara o trabalho pesado de roçagem, poda e desbrota dos cacauzeiros. Ele é responsável ainda pela colheita, bandeiramento e quebra do cacau. Conforme citado, a meação da fazenda envolve toda a família, portanto, o filho da matriarca de Rua de Palha não está só. A mulher e os filhos e filhas estão presentes em todas as tarefas e, não é exagero afirmar, os saberes dessa mulher, bisneta de índios, pegada no mato a dente de cachorro, estão presentes sobretudo nos roçados de mandioca e quase tudo existentes na fazenda. Nos roçados é possível observar uma rica diversidade de cultivos, inclusive uma grande variedade de aipins, raiz comestível que, pelas similaridades com a mandioca, pode enganar o consumidor. Não posso deixar de reafirmar – só o consumidor! Pois, pelo que percebi no Empata Viagem, agricultoras e agricultores não se deixam iludir. A “bisneta de índios” é uma dessas agricultoras que nunca se enganam. E o conhecimento dela vai além! No roçado, não obstante o mar verde proporcionado pela folhagem da mandioca, ela distingue o que é o quê, ou seja: o que é mandioca, o que é aipim e, mais desafiador ainda, o que é aipim-peito-de-pombo, o que é aipim-cacau etc. Nesses roçados, também há o conhecimento de tecnologias associadas à agricultura de corte e queima: controle da

intensidade do fogo e a manutenção no solo dos restos da madeira, da cinza e do carvão resultantes da combustão incompleta do material orgânico.

O cacau da fazenda é todo em cabruca e, não obstante os cuidados dos meeiros e a utilização regular de fertilizantes, a produção é muito pequena e, como os custos de produção têm sido muito altos, em decorrência do alto preço dos insumos (fertilizantes industriais, corretivos de solo e agrotóxicos), o cacau da meia tem sido insuficiente para a manutenção da família. É verdade que o padrão de vida da família revela uma realidade um pouco diferente das famílias que habitam Rua de Palha. O que explica esse aparente paradoxo é o sucesso dos roçados de mandioca e quase tudo da família, a participação da família no projeto de PAA da AQREV e o pouco cacau da meia. Talvez não seja supérfluo registrar que, como a produção de cacau da fazenda tem sido muito pequena, nos últimos anos os posseiros não têm repassado a parte da produção que caberia ao fazendeiro.

Ainda que o contrato de parceria possibilite ao meeiro o acesso a tudo isso, de maneira geral, quem não é meeiro também não deixa de fazer roçado na terra dos outros. O roçado pode, inclusive, estar inserido em uma estratégia sucessional que visa à transformação do mato grosso, ou até mesmo da capoeira, em uma pastagem, uma futura roça de cacau ou até mesmo roça de seringueiras. Os primeiros passos dessa estratégia são a derrubada do mato grosso, a queima da área, a limpeza e o plantio da mandioca pelo dono do roçado. Após três ou quatro capinas, o roçado é colhido e a mandioca processada na casa de farinha. Esse roçado pode ser refeito uma ou mais vezes em consonância com acordos firmados, quando, então, a terra limpa é devolvida ao fazendeiro. Os roçados podem ser feitos também em terra que é arrendada em troca de uma parte

das raízes da mandioca colhida, em terra cedida para tal fim por um agricultor ou agricultora mais afortunado, ou até mesmo em terras de alguém que receberá 50% da farinha resultante do processamento das raízes. O resultado final de tudo isso é o movimento incessante da casa de farinha.

Rua de Palha faz fronteiras com fazendas medidas e tituladas no movimento de expansão da cultura do cacau, que se acirrou a partir dos anos 1960 e, como ocorreu em Horizonte, entre os resultados desse movimento destaca-se a perda progressiva do território. E ninguém melhor do que o meeiro da fazenda Serra Dourada para reconhecer isso, afinal, seus roçados estão em “terras sem fim” que no passado pertenceram aos moradores velhos do Empata Viagem. De acordo com a voz do meeiro, *“na medição, muita terra ficou presa nas divisas das grandes fazendas, as pessoas não ligavam, pois as terras não tinham valor”*. O ponto extremo do problema está, portanto, no fato de que muito do mato grosso de Rua de Palha, que no passado estava enredado no ciclo de renovação da agricultura de coivara, está hoje fora do domínio das famílias agricultoras, ou seja, está preso nas terras dos grandes fazendeiros. É verdade, também, que muitas capoeiras foram convertidas em monocultivos de cacau e em pastagens. A inserção dessas duas cenas merece exame. Elas revelam que a grilagem de terras em Rua de Palha foi mesmo desmedida e que muita terra que um dia pertenceu aos quilombolas permanece tal qual no tempo dos moradores velhos, a exemplo das ricas reservas de mato grosso da fazenda Serra Dourada e, nessa situação, o roçado está atrelado à boa vontade e aos interesses dos fazendeiros.

De qualquer forma, o cultivo da mandioca se mantém essencial em Rua de Palha, não obstante a pouca terra e a presença de monocultivos de seringueiras e consórcios de cacauzeiros com seringueiras

do Programa Mata Verde nos calcanhares, isto é, nas pequenas roças situadas nas imediações da comunidade. A terra em Rua de Palha já foi dividida pela matriarca. Cada um dos herdeiros e herdeiras tem seu lugar, e a terra é tão pouca que, na maioria das roças, não há como encontrar espaço para cultivar outra coisa a não ser a mandioca para produzir a farinha do prato. Mas a resposta não é assim, tão evidente, pois aos olhos de gente leiga, ou até mesmo da assistência técnica rural que atua na região, a pouca terra de Rua de Palha é abandonada, e a agricultura praticada na comunidade, uma manifestação de piromania de agricultores ignorantes que plantam mandioca “*queimando e requeimando o solo*” ao longo dos anos. Como, então, não acreditar que esses cultivos estão exaurindo completamente os solos e “[...] destruindo substância húmicas” (PIASENTIN; SAITO, 2014, p. 66)? Os roçados, herdados da matriarca, estão ali para desmentir esse mau presságio e revelar que esses olhares pertencem ao domínio do preconceito e do etnocentrismo e que, conseqüentemente, acabam apontando a adesão à agricultura da Revolução Verde – ou mesmo a uma agricultura orgânica bastante refinada que se sustenta com insumos externos – como alternativa para uma utilização mais “racional” das pequenas áreas agrícolas que ainda restam em Rua de Palha. Isso não tem muito sentido, pois, não obstante a pobreza dos solos e a suposta ignorância de agricultores e agricultoras, os roçados de mandioca de Rua de Palha, em solos queimados e requeimados, continuam produzindo muita mandioca e garantido a farinha do prato.

Estamos, assim, novamente diante de um paradoxo: embora o cultivo da mandioca em Rua de Palha não esteja mais enredado em um ciclo de renovação de “terras sem fim”, não há redução expressiva na produção, pelo menos é o que pode ser observado nas pequenas roças familiares. Há, na realidade, um tímido processo de

“rotação de culturas” que, de certa forma, tem sido incentivado pela Seagri por meio da doação de sementes de feijão e milho, cultivadas normalmente com a utilização de fertilizantes industriais, mas tal procedimento não é regra. Bem ao contrário, de maneira geral, os roçados de mandioca se sucedem ano após ano nos mesmos talhões que, pela exiguidade, alcançam os quintais e, em situações extremas, adentram as cozinhas sempre com o uso das técnicas da agricultura de corte e queima, ou seja, com a terra apenas sapecada, sem a utilização de fertilizantes industriais e agrotóxicos, com intervalos curtos de descanso e, surpreendentemente, com boa produtividade. O que pode ser atribuído ao elevado teor de matéria orgânica no solo, em decorrência da proximidade das residências, à presença da cinza e do carvão fruto da combustão imperfeita, fatores realçados, inclusive, nas pesquisas de Danevan (2009) sobre as origens da terra mulata da Amazônia e por uma estratégia de manejo agrícola que trata o roçado de mandioca como uma despensa, na qual as raízes são retiradas paulatinamente, de acordo com as necessidades do prato.

Da mesma maneira que em Horizonte – e talvez bem mais – as mulheres de Rua de Palha são também imprescindíveis e cruciais. É das mulheres a maioria dos roçados de mandioca, são também as mulheres que cuidam das pequenas roças de cacau e, certamente bem mais importante, são as mulheres que cuidam da matriarca do lugar – mulher idosa, cega e com dificuldade de locomoção em decorrência de uma ferida na perna esquerda que não cicatriza. Embora more fora de Rua de Palha, a filha mais velha visita a mãe todos os dias, providencia os medicamentos, faz o curativo e acompanha a alimentação. Nesse âmbito, a matriarca também é uma mulher imprescindível e crucial em Rua de Palha ao contribuir com o sustento da família com o dinheiro que recebe da “aposentadoria”.

NAS MARGENS DO RIACHO DA VELHA HONÓRIA: O QUILOMBO, O “DESEJAR POUCO”, O “VIVER FELIZ NO POUCO” E AS VONTADES ILIMITADAS DO MERCADO¹⁷

Aqui não dá nada sem adubo! Aqui, com adubo, abaixo de Deus nós temos tudo. A mandioca dá! A mandioca, onde a gente planta aqui, dá. Nesse pelador aí, quando arranca, olha a cepa da mandioca retada! [...] Meu pai, quando ele chegou a falecer, ele não deixou nada, por quê? Tirava a mandioca, não plantava um pé de nada! Tirava a mandioca, nem, quando nada, um pé de capim! Aí, a mandioca foi ficando em arrancada, foi acabando e acabando. Eu penso assim, meu pai viveu aqui e não plantou nada.

Essas palavras são de Celenildo, filho caçula de uma agricultora proeminente do lugar, e revelam a relação intrínseca entre a mandioca e o “nada”. Tal relação tem como base o fato de que a mandioca, mesmo tendo sido por gerações a principal fonte de renda monetária e, ainda hoje, base da alimentação, ninguém no Empata Viagem tem nada da mandioca, ou seja, a mandioca é só cansaço. Esse “nada” adquire grande expressão produtiva, assim como relevante importância paisagística diante das virtudes do pacote tecnológico da Revolução Verde que possibilitou a expansão dos cultivos de cacau – e outras *commodities* – para regiões com predominância de solos com “baixa fertilidade natural”. (PIASENTIN; SAITO, 2014, p. 64). Mas, de qualquer forma, sem suplantando as principais virtudes da mandioca que, mesmo cultivada de forma intensiva no mesmo tipo de solo, dispensa a utilização de fertilizantes industriais e agrotóxicos. Essas virtudes da mandioca são exemplares e podem evocar inclusive uma analogia, mesmo que ariscada, entre o roçado

¹⁷ Expressões tomadas de empréstimo de Marshall Sahlins, em *The original affluent society* (2006).

de mandioca e as sociedades de caçadores e coletores estudadas por Marshall Sahlins (2006, p. 79), povos que possuem somente o necessário para viver, ou seja, quase nada, e “vivem felizes no pouco”. Como afirmam Gabriel *et al.* (2014, p. 90), essas virtudes estão associadas a uma eficiente absorção de nutrientes em decorrência da “[...] associação de fungos micorrízicos arbusculares nativos (espécie *Glomus manihotis*), presentes e com alta colonização nas raízes de mandioca e que se desenvolvem melhor em solos ácidos”.

Considerando as virtudes da mandioca, a racionalidade econômica que impera no seu cultivo e sua importância na cultura alimentar, é possível arriscar também outra analogia, agora entre as famílias agricultoras do Empata Viagem e as mesmas sociedades de caçadores e coletores estudadas por Marshall Sahlins. Chegamos, assim, ao lugar de uma agricultora proeminente, uma viúva afortunada que detém a posse de um dos maiores talhões do quilombo, ainda enredado em um ciclo de renovação de “terras sem fim”. Em contraposição ao seu filho caçula, a agricultora possui uma espécie de estilo zen de vida, caracterizado pela frugalidade, sobriedade e parcimônia. Como muita gente no Empata Viagem, ela não cogita tomar empréstimos para plantar seringueiras; não esboça a intenção de utilizar herbicidas; mesmo adubando uma pequena roça de cacau – e quase tudo – em terras de mandioca, não demonstra muita confiança no pacote tecnológico da Revolução Verde; mantém sua casa de farinha em pleno funcionamento só para fazer farinha e beijus para consumo da sua família, repartidos inclusive com aqueles que não têm mais terras para plantar mandioca; só gosta da farinha quentinha da hora e não abre mão de comer beijus no café da manhã. É conveniente registrar que a agricultora, frequentemente, empresta

sua Casa de Farinha para as famílias vizinhas, que retribuem com um pequeno pagamento em farinha pela utilização dos equipamentos.

A viúva afortunada não descuida nunca do seu bem-estar, mas se contenta com o pouco que tem. No seu lugar, prevalecem pequenas roças de mandioca, capoeiras, áreas de mato grosso e o cacau de boqueirão plantado por seus antepassados nas margens do riacho da Velha Honória, em agrofloresta de quase tudo, é importante frisar! Na roça, tudo é manejado com bastante cuidado e esmero e o mais distante possível do mercado globalizado. Há no lugar, também, uma pequena agrofloresta de quase tudo em terras de mandioca, com cacauzeiros e alguns craveiros safreiros, importantes na geração de renda monetária. Ali prevalece a generosidade de uma velha senhora, corporificada na doação ao genro, após a morte de sua filha, de um pequeno talhão com um pouco de mato grosso, alguns craveiros e cacauzeiros safreiros em agrofloresta de quase tudo e uma pequena capoeira, que se recupera após safras seguidas de mandioca. No lugar do genro há duas construções muito rústicas: uma casa onde ele mora com a nova família (a esposa e os filhos do segundo casamento) e outra casa, onde mora sua mãe.

A viúva afortunada já conseguiu acesso à rede de energia elétrica. Em casa ela já tem lâmpadas em todos os cômodos; uma geladeira, na qual há sempre água gelada para as visitas; um “som” que seus filhos, netos e vizinhos ligam todo o tempo; um telefone celular com antena que estreita as distâncias entre ela os filhos e filhas que partiram; e um fogão a gás bem conservado que muito raramente é utilizado. No exterior da casa há uma cozinha com um fogão a lenha que nunca se apaga e uma área de serviço utilizada para lavar roupas e preparar alimentação, com torneira abastecida com água transportada por um complicado sistema de mangueiras que segue por mais

de 500 metros serra abaixo. Se a essas dimensões acrescentarmos a predominância da farinha de mandioca na alimentação, o “viver no pouco” atinge seu nível máximo. A farinha está presente em todas as refeições nas mais diversas combinações, e talvez a mais corriqueira seja a da farinha quentinha da hora com jaca dura, pelo menos durante a safra da jaca nos meses de verão. É possível arriscar uma conclusão controversa: no seu estilo de vida, a Viúva Afortunada

[...] nega esta lógica da economia moderna que afirma ideologicamente que nossas vontades são ilimitadas, enquanto os meios para supri-las são insuficientes – é a eterna busca por saciar o insaciável. (BINDE, 2008, p. 35).

Há muita gente em Empata Viagem que não comunga com esses objetivos. A controvérsia está presente até mesmo em sua própria família, como pode ser observado na voz do filho caçula: “*meu pai viveu aqui e não plantou nada*”. Ele poderia perfeitamente dizer a mesma coisa sobre sua mãe, que só planta mandioca e cuida com todo esmero do pouco cacau de boqueirão deixado pelos ancestrais. No depoimento que dá início a esta seção, não há como separar a mandioca dessa história de “viver feliz no pouco” e, por isso mesmo, o jovem agricultor não pretende fazer pouco dinheiro alimentando as pessoas, plantando mandioca e fazendo farinha. Ele quer mais, muito mais! No entanto, ao contrário do que se possa imaginar, no seu lugar também há um roçado de mandioca, do qual ele retira raízes de mandioca para fazer a farinha do prato, só para o consumo da casa, pois a farinha de mandioca também está na base da alimentação de sua família. Essa situação, de certa forma, também aproxima o jovem agricultor do “viver feliz no pouco”, pelo menos na dimensão da alimentação.

Mas seguir por esse caminho talvez seja ir um pouco rápido demais. Pois em outras paragens a mandioca é mais uma *commodity* – em decorrência das virtudes da sua goma (fécula) – e parece exigir muito, muito mais. De acordo com notícia veiculada pelo *site* da BBC Brasil, uma doença que ataca a mandioca “tem o potencial de ameaçar a subsistência de 300 milhões de pessoas na África”: o listrado castanho da mandioca.¹⁸ Na mesma matéria, Calir Hershey, diretor do programa de pesquisas da mandioca no Centro Internacional de Agricultura Tropical na Colômbia, afirma: “Estamos enfrentando uma tragédia humana”. A doença é uma espécie de vassoura-de-bruxa da mandioca e, segundo o *site*, a infestação “pode resultar em quedas de 50% na produção de mandioca na África, com consequências fatais”. O problema tem “preocupado” também a Monsanto, um dos maiores produtores de agrotóxicos do mundo, fabricante do herbicida Roundup, que tem investido no projeto da Mandioca Resistente ao Vírus para a África (Virca) que, segundo a empresa, permitirá um aumento da produtividade “[...] para que os agricultores tenham os recursos necessários para educar seus filhos e pagar um bom tratamento médico”. (RELATÓRIO..., 2012, p. 78).

O que acontece, então, com a mandioca, planta que se contenta com muito pouco? Do começo ao fim, duas linhas se entrelaçam. Não sei se as coisas são bem assim, mas, de qualquer forma, essa é outra “história de espantar”. De um lado, uma *commodity* que também “vale ouro” – a fécula (goma), imprescindível na composição de uma boa farinha – e que faz que a mandioca “necessite” de quantidades cada vez maiores de agrotóxicos e fertilizantes industriais para produzir em profusão. Do outro, um “bom tratamento médico” para

¹⁸ Disponível em: <https://bbc.in/2Ylwfwk>. Acesso em: 25 out. 2015.

compensar as intoxicações oriundas dos agrotóxicos e fertilizantes industriais utilizados em larga escala nos roçados. Portanto, uma mandioca sem virtudes e, por isso mesmo, dependente dos insumos agrícolas do pacote da Revolução Verde! Aqui, certamente, repousa a essência do que significa “valer ouro”. Trata-se, literalmente, da valorização das *commodities* pelo mercado, ou melhor, dos anseios do mercado que, de qualquer forma, em muitas situações, independem do próprio retorno econômico a quem produz.

Com base nessas considerações, é importante reconhecer que os vínculos que ligam a mandioca ao “ser feliz no pouco” são tênues e estão associados principalmente às virtudes de uma planta que produz em profusão em solos ácidos e pobres, às tecnologias ancestrais utilizadas no cultivo e no processamento da farinha e ao lugar da mandioca na cultura alimentar. De todo modo, essa não é a realidade das grandes plantações africanas de mandioca, nem das grandes plantações da raiz existentes no Brasil, debitárias do modelo de agricultura industrial cujas consequências para os seres humanos e o ambiente têm sido visivelmente danosas. Convém lembrar que, no Empata Viagem, esse modelo de agricultura atingiu sua máxima expressão no pacote tecnológico disseminado pelo Cepec que possibilitou o cultivo do cacau e de outras *commodities* em terras de mandioca.

No lugar da velha senhora, exceto no que se refere à pequena dimensão dos atuais cultivos de mandioca, as coisas ainda estão praticamente no mesmo lugar que os moradores velhos deixaram, e não há motivo aparente para que não seja assim. Decerto, muito diferente do que ocorria no passado, a mandioca é pouca, mais ainda é cultivada em “terras sem fim” e, praticamente, só garante a farinha do prato e algum beiju para as visitas e para o consumo da família;

o cacau de boqueirão reforça o orçamento doméstico no período de safra e o cravo socorre, em especial, filhos e filhas no final do ano, ou quando o orçamento da família está apertado e o cacau está no fim. O que a agricultora ganha com a “aposentadoria”, com a venda do cravo e das amêndoas de cacau, é suficiente para viver e, inclusive, para construir uma casa nova, próxima à casa velha carcomida pelo tempo – com madeira retirada do mato grosso do seu pertence –, mas que resiste em ocupar, pois não consegue se afastar de sua cozinha e do velho e prático fogão a lenha.

Chega-se, assim, a uma conclusão importante sobre as virtudes da farinha de mandioca, alimento capaz de multiplicar o pouco que se tem: o feijão, a rabada, o fato, uma caça ou qualquer outro alimento. Sem contradizer o poeta popular, Jorginho do Império, existe algo mais importante que a água que se adiciona ao feijão quando chega mais um: a farinha de mandioca, pois sem ela não há como colocar mais água no feijão. Na forma de farinha ou de beiju, a mandioca é, portanto, o pouco que possibilita que as pessoas se alimentem, vivendo felizes e de barriga cheia.

Essa característica, de certa forma utópica da farinha de mandioca, é também o que leva a velha senhora a refletir sobre o passado: “*a vida em Empata Viagem sempre foi muito difícil, as pessoas sempre trabalharam muito por nada*”. Seu irmão, quilombola de “outra nação”, pequeno agricultor com posses nos dois lados do riacho da Velha Honória, complementa a argumentação: “*no passado, para fazer feira em Ubaitaba, eram dois dias: saía na sexta e só chegava sábado, ou até mesmo no domingo, nos períodos de muita chuva*”. As mercadorias só chegavam e saíam nas tropas de burro. A farinha de mandioca era vendida nos lugarejos próximos, além de seguir sertão adentro ou mesmo em direção aos portos da baía de Camamu.

O pouco cacau, também transportado em lombo de burro, seguia a mesma trilha em direção ao litoral, abastecendo firmas compradoras, instaladas na Barra do Rio de Contas (hoje cidade de Itacaré) e na cidade de Camamu. Existiam também firmas compradoras de cacau sertão adentro, mais especificamente em Ibiaçu, atualmente distrito do município de Maraú; no arraial da Faisqueira, hoje lugarejo pertencente ao município de Ubaitaba e na cidade de Itapira, atualmente Ubaitaba. É importante registrar ainda a importância da figura do tropeiro, imprescindível e crucial naqueles tempos difíceis.

Vale registrar que esse não é um passado muito distante, pelo menos para as famílias agricultoras do Empata Viagem. Ao contrário do que se possa imaginar, o tráfego regular de automóveis e caminhões no local só começou a ocorrer a partir dos anos 2000 e, mesmo assim, com constantes interrupções em decorrência das fortes chuvas, comuns da região. Além disso, a malha de estradas que interliga as diversas “regiões” do Empata Viagem só foi aberta recentemente pela construtora responsável pela implantação da rede de energia elétrica do programa do Governo Federal, Luz para Todos, mas sem atender o Empata Viagem por inteiro, e isso nos primeiros anos do século XXI. Apenas em 2015 a Prefeitura Municipal de Maraú, atendendo à solicitação da AQREV, utilizou máquinas doadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para melhorar as estradas já existentes e abrir novas variantes. Na voz da velha senhora, *“as coisas modificaram, [...] quando saía, tinha que ir no lombo de burro, agora vai andando, e até de carro! De primeiro morria gente aqui, porque não tinha carro!”*. E continua a fala, esboçando uma expressão de saudosismo:

[...] o de comer não! De primeiro a gente caçava, e aí comia bem! E agora não, agora não pode matar! Aqui ninguém caça, porque não

tem cachorro! Tempo de São João, a gente botava laço e pegava seis, sete saruê, era um bocado de caça pra gente pelar, e aí fazia aquelas paneladas. Porco a gente não comprava, e todo mundo tinha porco. Eu também não crio. Pescava muito, agora todo mundo tá rico e ninguém pesca. Eu pescava com água até a cintura. No passado o povo era mais fraco, mas era mais feliz!

No final do relato uma verdade produzida pelo automatismo das palavras: “*o povo era mais fraco, mas era mais feliz!*”. Não pode passar despercebido que os argumentos se referem especificamente à alimentação, e o cultivo comercial da mandioca está muito longe dessa felicidade do povo fraco. Essa verdade é, na realidade, uma verdade de todas as famílias agricultoras do Empata Viagem, pois no cultivo comercial da mandioca, como de resto, hoje, no cultivo da seringueira e no do próprio cacau, o retorno econômico é muito pequeno. Há muitas e significativas “verdades” nas vozes dos habitantes do Empata Viagem que não se encaixam facilmente nessa história do “viver feliz no pouco”. Se por um lado, no período da escravidão, os grandes produtores dependiam de muito trabalho cativo para garantir algum lucro na cultura da mandioca (COSTA, 2009), por outro, a abolição colocou em risco os roçados que, em decorrência do baixo preço pago pela farinha, em muitas situações, foram abandonados pelos antigos senhores. Os dados levantados revelam que, nesse contexto, no Empata Viagem, a atividade mandioqueira ficou, sobretudo, nas mãos de quilombolas e libertos, que se viram enredados em uma cena da história do capitalismo na qual passaram a produzir alimentos para muitas pessoas, mas fazendo muito pouco dinheiro com isso.

Embora o destino de muitas famílias agricultoras de Empata Viagem seja o de capitular diante do modelo da agricultura comercial

de exportação, a velha senhora resiste às novidades que prometem verdadeiros milagres: “*Eu tenho medo desse veneno que bate nas roças, o Roundup. Na minha roça eu não quero essas coisas de veneno, na minha mandioca eu não aceito de jeito nenhum bater veneno. Se é pra comer, como é que vai botar veneno?*”. Da mesma forma, não concorda com os monocultivos do Projeto Mata Verde, pois “*a seringa é barato de tudo e o cacau não dá bem com a seringa*”. Por outro lado, mesmo ensaiando plantar cacau nas terras de mandioca, o cultivo é misturado com quase tudo; as plantas são cultivadas diretamente na terra a partir de sementes – três sementes em cada cova, conforme os ensinamentos dos moradores velhos – e o quase tudo é criado pela mandioca. Aqui, a mandioca criadora de plantas contribui para a superação de visões pautadas por hierarquias e binarismos ao transcender o universo da natureza e penetrar no domínio humano da cultura, participando do processo de criação de uma roça que se estrutura como um espaço de sociabilidade entre humanos e não humanos (LATOURE, 1994), na qual há lugar para quase tudo, inclusive para planta criando planta (Figura 4).

Figura 4 – Craveiro sendo “criado” pela mandioca na roça da agricultora Afortunada



Fonte: Foto do autor (2015).

Mas, por outro lado, parece que as vontades do filho caçula, citadas logo no início da seção, são mesmo ilimitadas. Além da roça de cacau e seringa manejada com todo esmero, o jovem meeiro em fazenda de cacau localizada nas imediações do quilombo recentemente concluiu um roçado de guaraná, que já está produzindo os primeiros frutos, e vem se dedicando ao plantio de uma pequena área de pimenta-do-reino, além de ter acabado de concluir um novo roçado de mandioca “*só para a farinha do prato*”, frisou em sua fala. É sempre com orgulho que se refere ao seu lugar: “*o cacau clonado é novo, mas já está produzindo! [...] O guaraná ainda é muito*

novo, mas já produz um pouco!”. As mudas de pimenta-do-reino foram trazidas pelo irmão, trabalhador em estaleiro no Espírito Santo: “*são mudas melhoradas e com garantia de grande produtividade!*”. Paulatinamente, seu lugar adquire uma expressão paisagística alicerçada nas “conquistas” tecnológicas da Revolução Verde, sem, no entanto, prescindir do quase tudo e da farinha do prato. Como resultado, o jovem agricultor espera melhorar de vida e, “*quem sabe, até pegar um carrinho para carregar as coisas*”. Tal postura é inerente à situação, pois, em decorrência da exiguidade de seu talhão e, sobretudo, dos baixos preços pagos pela farinha de mandioca, a produção dos roçados de mandioca certamente seria insuficiente para a consecução dos seus objetivos. No entanto, a substituição dos roçados de mandioca por cacauzeiros, seringueiras, roçados de guaraná, pimenta-do-reino e algo mais que surja como uma *commodity* de ocasião, também não parece ser uma boa alternativa. O problema é que não é assim tão evidente que o jovem consiga realmente ter mais, ou viver feliz com mais, em seus quatro hectares com a produção de *commodities* e com as necessidades criadas pelo pacote tecnológico da Revolução Verde.

É o que reconhece Manuela Carneiro da Cunha (1999, p. 159), em conferência no Instituto de Estudos Avançados, ao afirmar que a Revolução Verde, ao favorecer a monocultura em detrimento da policultura, tem provocado erosão da diversidade biológica, “erosão nas condições de produção de conhecimento local e dos sistemas de circulação de conhecimento”; além de fomentar a dependência de insumos industriais, de favorecer a redução de rendimentos em decorrência do alto custo desses insumos, fatores que, juntamente com a queda nos preços internacionais das *commodities*, ameaçam a soberania e a segurança alimentar.

Nesse ponto, é necessário olhar para outros lugares que, embora não tenham as mesmas paisagens que estão sendo desenhadas aqui, revelam a existência de objetivos não muito diferentes. O lugar da cunhada da velha senhora é exemplar. Como em praticamente todos os lugares do Empata Viagem, ali a mandioca também é só para a farinha do prato. O roçado é uma espécie de despensa e as raízes são retiradas paulatinamente de acordo com as necessidades do prato. Por outro lado, o cacau avança lentamente sobre as terras de mandioca em velocidade determinada pela quantidade de “pratos” existentes na casa e, conseqüentemente, pela disponibilidade de terras para o plantio (mato grosso e capoeiras). A cunhada da velha senhora sabe que as terras de mandioca não são apropriadas ao cultivo do cacau, por isso não descuida da aplicação dos corretivos de solo e fertilizantes industriais – durante muito tempo tecnologias de uso quase exclusivo das grandes fazendas. Nas roçagens também recorre aos herbicidas, pois “*a mão de obra é muito cara*”. Além disso, plantar cacau parece ser um passo importante para se romper definitivamente com a situação de invisibilidade em que vivem ela e seu companheiro.

Cumpre salientar, ainda, que essa imagem do cacau enrodilhada em si mesma evoca cortes no processo histórico de *invisibilidade* das famílias agricultoras do Empata Viagem. Em um primeiro momento, no movimento de expansão das roças de cacau sobre terras tradicionalmente reservadas ao cultivo da mandioca, quebrando o isolamento secular de famílias que viviam da produção de farinha para o mercado, do pouco cacau de boqueirão e do quase tudo produzido nas roças. Em um segundo momento, em meio à crise provocada pela epidemia da vassoura-de-bruxa, que praticamente inviabilizou o cultivo do cacau na região e mobilizou órgãos públicos

de assistência técnica e extensão rural na organização de programas de diversificação agroecômica, permeados pelos interesses combinados da indústria, de grandes empresas agrícolas e comerciantes, comprometidos com a continuidade de padrões de exploração da força de trabalho ainda enraizados no regime escravista.

No que segue, é importante colocar em evidência as mulheres, também ali imprescindíveis e cruciais, pois praticamente todos os homens trabalham fora como meeiros ou diaristas em roças de cacau. O trabalho na roça e na casa de farinha está, portanto, praticamente circunscrito às mulheres, não obstante a idade avançada e os problemas de saúde de muitas delas.

MANDIOCA, CACAU DE BOQUEIRÃO, QUASE TUDO E TERRAS SEM FIM: TUDO POR UM FIO?

Num certo sentido, e de forma mais ou menos nuancada, nos estudos sobre o período posterior à abolição prevaleceu por um bom tempo a imagem da anomia, da marginalidade e do despreparo dos ex-escravos para o trabalho autônomo na ordem capitalista competitiva. (VELASCO E CRUZ, 2010, p. 323).

As palavras de Velasco e Cruz são uma incitação ao aprofundamento da reflexão sobre o processo de formação do quilombo do Empata Viagem: a ancestralidade africana e indígena, a conquista e a perda dos territórios, a agricultura ancestral, o abastecimento alimentar e a organização social, e as interfaces de tudo isso com a sociedade regional – questões que alimentaram as reflexões já apresentadas sobre três pedaços do quilombo. De um lado da equação,

a negação de conhecimentos e saberes ancestrais, o esbulho de um território legitimamente conquistado, a negação de uma agricultura complexa e diversificada alicerçada na conservação dos recursos locais, na biodiversidade, em formas de organização do trabalho não capitalistas e no abastecimento alimentar local. Do outro, um profundo conhecimento dos ecossistemas locais, o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis tanto ecológica quanto culturalmente e uma organização social que permitiu o compartilhamento de um território, uma identidade e uma organização econômica camponesa que persegue, sobretudo, a satisfação das necessidades das famílias.

De fato, nos momentos finais do sistema escravista e mesmo em período anterior, quando a região já se destacava como grande produtora de farinha de mandioca, as terras hoje ocupadas pelos quilombolas do Empata Viagem eram praticamente destituídas de valor. O que realmente possuía valor era a força de trabalho escravizada, imprescindível nas roças de mandioca e nos engenhos de farinha; um conjunto de tecnologias agrícolas sofisticadas que possibilitam o cultivo secular da mandioca nessas terras com predominância de solos pobres e ácidos; o pouco cacau de boqueirão e as tecnologias agrícolas a ele associadas; e as tecnologias utilizadas na destoxificação da mandioca, na produção da farinha, do beiju e de outros de seus derivados.

Deste modo, foi nessas terras sem valor – mas abundantes e, portanto, sem fim – que escravizados em plantações de mandioca, engenhos de farinha, plantações de cacau e, com o término do regime escravista, também descendentes dos últimos escravizados conquistaram a liberdade, cultivando o cacau nos solos férteis dos boqueirões, em agroflorestas de quase tudo; plantando a mandioca e o quase tudo nos solos ácidos e pobres e produzindo farinha de

mandioca em grandes engenhos movidos pela força hidráulica para o mercado, certamente e em especial para o autoconsumo – ou seja, para a farinha do prato. Porém, como a liberdade não é algo dado, definitivo, mas “uma dimensão dinâmica da vida social e política” que está sempre por um fio, no qual “[...] ser ou não ser livre é uma porta que se abre ou que se fecha, uma barreira que se ergue ou se transpõe” (VELASCO E CRUZ, 2010, p. 115), fica evidente que a qualquer momento a liberdade corre o risco de se tornar apenas um sonho. É exatamente esse risco de tornar a liberdade apenas um sonho que se renova nas maquinações do mercado internacional de *commodities* agrícolas e do pacote tecnológico da Revolução Verde, responsáveis pelo incremento de processos de especialização produtiva a partir da substituição dos sistemas de policultivo por monoculturas; pela maior vulnerabilidade social das famílias, em decorrência do incremento no processo migratório; pela insegurança alimentar fruto da redução na produção de alimentos, da contaminação desses alimentos por agrotóxicos e fertilizantes industriais; e pelos processos de mercantilização social e econômica que geram necessidades crescentes de aquisição de insumos e utilização de tecnologias agrícolas avessas à herança ancestral e com alto impacto ambiental e social.

Com essa ideia das maquinações em evidência, é possível refletir um pouco mais sobre a que fim se destina o *modus operandi* das instituições ou agências governamentais que atuam com pesquisa e desenvolvimento no setor da agricultura no Empata Viagem. Está evidente que a produção de *commodities*, preferencialmente direcionadas ao mercado exportador, tem sido um fim na atuação desses órgãos. Moraes, Árabe e Silva (2008, p. 57) equacionam o problema:

[...] postular a exportação como um fim significa abandonar, praticamente, a reflexão com base na nação como unidade de análise. Apenas uma colônia [...] pode ser definida como um ente fundamentalmente exportador, orientado para a realização dos fins de outro ente, a metrópole. A colônia não pensa, é pensada. Não se declara, é declarada.


Ademais, é importante salientar que a famosa lei da oferta e da procura não funciona muito bem nesse mundo de *commodities*, bem como a teoria do sábio alemão, do valor-trabalho (MARX, 2006), pois não há relações sólidas entre o *quantum* de trabalho necessário à produção, a oferta do produto no mercado e o preço de venda das *commodities*. O que prevalece mesmo é a especulação. Segundo Fontes (2013, p. 51),

[...] o cacau é considerado entre todas as *commodities* negociadas no mercado internacional como o produto que apresenta o maior índice de instabilidade na formação dos preços internacionais

Com um índice de 49,4%, maior do que a própria borracha natural, com 46,2%. Nesse jogo, os preços pagos pelo mercado dificilmente acompanham os custos de produção, formados por insumos agrícolas geralmente indexados ao preço do petróleo (agrotóxicos, fertilizantes industriais e combustíveis). E, de maneira especial, os custos com mão de obra – que no âmbito da agricultura familiar podem ser estrategicamente ignorados por instituições ou agências governamentais que atuam com pesquisa e desenvolvimento no setor da agricultura, alinhadas aos interesses de grandes empresas que dominam o mercado global de *commodities*, tampouco se submetem aos condicionantes de um estoque internacional criado para garantir

o equilíbrio de preços. A planilha elaborada pelos técnicos da Ceplac com os custos de implantação de um hectare do consórcio cacau/seringa é um bom exemplo da atenção dispensada ao item mão de obra nos cultivos de *commodities* agrícolas. Na planilha, os técnicos, suficientemente informados quanto aos altos custos de produção e os baixos preços pagos pelo mercado, omitem os custos com mão de obra como se fosse um item não mensurável (Figura 5), ou, talvez, até como se fosse um item destituído de valor.

Figura 5 – Planilha elaborada pelos técnicos da Ceplac com os custos de implantação de um hectare do SAF Cacau/Seringa



**CUSTO 1,0 Ha – A. F.*
Implantação**

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
ANO I	1.670,50
MÃO-DE-OBRA	0,00
INSUMOS	1.670,50
ANO II	306,00
MÃO-DE-OBRA	0,00
INSUMOS	306,00
ANO III	306,00
MÃO-DE-OBRA	0,00
INSUMOS	306,00
TOTAL	2.282,50

* AGRICULTURA FAMILIAR

Fonte: Rocha ([20--?]).

A prevalência desse modelo anacrônico pode ser observada também na heveicultura, atividade econômica em franca expansão no Empata Viagem. De acordo com a Associação de Produtores de Borracha Natural do Brasil (APBNB) e a Câmara Setorial da

Borracha do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento “a queda anômala do preço da *commodity* borracha nas bolsas internacionais está inviabilizando os seringais de cultivo e as usinas beneficiadoras” (LIMA, 2016, p. 117). Segundo a Ceplac – principal parceira da Seagri na operacionalização do Programa Mata Verde –, a queda contínua no preço da borracha natural no mercado internacional está ameaçando a sobrevivência econômica de seringalistas, usineiros e trabalhadores envolvidos no setor, na medida em que o preço da borracha no mercado internacional, entre 2010 e 2014, período de plena execução do programa, sofreu uma redução de 72%. De acordo com os técnicos,

[...] neste cenário de dificuldades, as usinas de beneficiamento operam no vermelho e os produtores de borracha não têm como manter os custos de exploração dos seringais. O quadro torna-se mais agravante pelo fato de o mercado internacional apontar para preços mais baixos em curto e médio prazo. (VIRGENS FILHO, 2014).

Os dados são claros: nessas condições não há muita diferença entre o trabalho extenuante gasto na produção das *commodities* cacau e, principalmente, borracha natural, e mesmo na produção da farinha de mandioca para o mercado, embora isso não seja assim tão evidente no Empata Viagem, pois, não obstante o baixo preço pago pelas *commodities* cacau e látex e o trabalho extenuante de agricultores e agricultoras nas duas culturas, as reclamações se concentram na cultura comercial da mandioca para produção de farinha. As vozes da cunhada, da nora e do filho caçula da viúva afortunada são reveladoras:

Eu hoje não aguento mais fazer farinha, fazer farinha... De graça! Desde os 18 anos não tinha paradeiro de rodo. (Cunhada da viúva afortunada).

É só cansativo esse negócio de mandioca. Ninguém tem nada de mandioca! Eu fico assim, pensando! Naquele tempo que o pessoal tinha muita mandioca, era pra ter melhorado de vida. Era pra ter alguma coisa! A mandioca é só pra dar trabalho, é cansativo! (Nora da viúva afortunada).

Aqui tinha roça de mandioca que você não via o outro lado, e aí as pessoas não tinham nada e não deixaram nada para os filhos [...], a mandioca é só cansaço! (filho caçula da viúva afortunada).

Entrementes, os mesmos depoentes apontam o cultivo da seringueira e especialmente do cacau como alternativas ao trabalho extenuante na mandioca. Fica evidente nas vozes que a pobreza do lugar está diretamente relacionada ao cultivo da mandioca e à produção de farinha, pois as pessoas tinham muita mandioca, trabalharam muito, não conseguiram melhorar de vida e não deixaram nada para os filhos. No entanto, é preciso encarar os fatos, pois é exatamente em relação ao trabalho extenuante que a farinha de mandioca produzida sobretudo para o mercado se aproxima das novas *commodities* agrícolas. Com uma particularidade importante: a utilização em larga escala de fertilizantes industriais e agrotóxicos nos cacauzeiros e nas seringueiras. Ou seja, tanto a produção de farinha quanto de cacau e acima de tudo de látex de seringueira nas terras de mandioca são só cansaço, pois não há como obter um preço justo pelo produto final e essa, certamente, não deixa de ser uma questão crucial. Como afirma Latour citando Serres (1992 apud LATOUR, 1994, p. 74), “[...] somos trocadores e misturadores de tempos”, não avançamos nem recuamos, deslocamos nossa atenção.

Sempre selecionamos ativamente elementos pertencentes a tempos diferentes. Ainda podemos selecionar.

É a seleção que faz o tempo, e não o tempo que faz a seleção. (LATOURE, 1994, p. 75).

Para aprofundar ainda mais a reflexão, dispomos de outros indícios importantes. Em Empata Viagem, o Programa Mata Verde financia pequenos monocultivos de seringueira (500 árvores/ha) e consórcios de seringueiras (400 seringueiras/ha) com cacauzeiros, nos quais o cacau é ator coadjuvante, plantado com o objetivo de garantir o sustento das famílias, enquanto as seringueiras, protagonistas, não estão em produção. A preocupação dos técnicos é com a produtividade das seringueiras, ou seja, com a produção de borracha natural. As mudas de seringueiras de alta produtividade e resistentes aos fungos comuns na região, que estão sendo plantadas no Empata Viagem, foram desenvolvidas pelo Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento da França (Cirad); são produzidas em viveiros pertencentes à Michelin e vendidas, segundo material de divulgação da empresa francesa, a preço de custo aos produtores. Assim, não há como esconder que a produção de borracha natural no Empata Viagem está atrelada aos interesses da Michelin. Há também o respaldo financeiro do Banco do Nordeste, que oferece às famílias financiamentos com juros de 1% ao ano e prazo de pagamento de cinco anos, para o consórcio cacau *versus* seringa, e 14 anos para a plantação de seringueiras e, como afirmado anteriormente, o dinheiro dos empréstimos é sempre bem-vindo. A concessão do empréstimo bancário está condicionada, ainda, ao cumprimento de recomendações técnicas oriundas do Cirad e um profissional faz visitas regulares para orientar as famílias agricultoras. Outro ponto crucial é que, no passado, esse aparato tecnológico era privilégio de grandes fazendeiros, hoje, em um ambiente de queda acentuada nos preços internacionais, passou a

ser direcionado aos pequenos agricultores que devem arcar com os custos do material genético de alta qualidade, com a aplicação de agrotóxicos e fertilizantes industriais e, sobretudo, com o baixo preço da mão de obra.

Os termos da equação são simples. A exploração extrativa da *Hevea brasiliensis* (seringueira), planta que na floresta amazônica ocorre naturalmente nos solos argilosos e férteis das margens de rios e várzeas, seguiu o curso dos grandes rios amazônicos em um período que se estendeu de meados do século XIX à segunda década do século XX, quando entrou em franca decadência (PRATES; BACHA, 2011). Uma história semelhante, em período diferente e em condições agrônômicas muito distintas ao das primeiras plantações de cacau do sul da Bahia, localizadas inicialmente nas áreas mais férteis e úmidas também nas margens dos grandes rios, em um período que se estendeu de meados do século XVIII à segunda década do século XX. Essa onipresença de cacauzeiros e seringueiras, cultivados em “todo lugar” ou até mesmo em “qualquer lugar”, é uma conquista da Revolução Verde que está saindo cara demais para as famílias agricultoras: utilização intensiva de fertilizantes com o objetivo de prover nutrientes aos cacauzeiros e a aplicação de agrotóxicos para “defender” os cultivos de pragas que as próprias plantas estão destinadas a atrair em decorrência da ruptura com as exigências edafoclimáticas das espécies (KIUCH; SHIREMAN, 2003, p. 124).

A visão empresarial da empresa Plantações Michelin da Bahia Ltda., localizada no município de Igrapiúna, privilegia nitidamente a produtividade das seringueiras e os órgãos públicos visualizam primordialmente as oportunidades oferecidas pelo mercado, pois o Brasil é um dos poucos países do mundo com áreas disponíveis para novos seringais. Assim, a Seagri encara com muito otimismo

o cultivo da seringueira, uma “alternativa para o desenvolvimento sustentável” da região.

No sistema de produção SAF serão implantadas 400 árvores por hectare. A produção esperada com estes novos clones é de no mínimo mil quilos de borracha fresca por hectare ao ano. “Esta produção, se adquirida a R\$1,50 o quilo, renderá ao produtor R\$1.500,00 por hectare ao ano. Esta renda possibilita uma remuneração bruta média de R\$4,16 ao dia, ou R\$125,00 ao mês durante a exploração, o que irá totalizar cerca de R\$3.750 milhões /ano para os 2.228 mil agricultores dos territórios contemplados”, completou o diretor de Fomento à Produção da Suaf, Jeandro Laytinher. (LOIOLA, 2009).

A afirmação de Jeandro Laytinher, diretor de Fomento à Produção da Superintendência de Agricultura Familiar da Seagri, evoca uma questão simples de aritmética. Não há como considerar satisfatório um rendimento de R\$1.500,00 por hectare/ano, ou seja, R\$125,00/mês, em uma conjuntura na qual o tamanho médio das propriedades não ultrapassa cinco hectares principalmente quando se trabalha com sistema monocultural, ou mesmo bicultural, como no caso dos consórcios cacau/seringa. Em segundo lugar, essa história dos R\$125,00/mês se refere ao valor bruto e em condições de solo extremamente favoráveis, o que, de maneira geral, não é a situação predominante na agricultura familiar nos territórios contemplados pelo projeto. É preciso então encontrar outra via para justificar o Projeto Mata Verde, pois os “R\$ 3.750 milhões/ano” e os “os 2.228 mil agricultores beneficiados” refletem muito mais os anseios do mercado, ou seja, da própria Michelin – maior compradora de borracha natural da região. O paradoxo interno à agricultura familiar na região

expõe, portanto, a fraqueza dos argumentos: uma agricultura que se desenvolveu em terras de baixa fertilidade, entre os latifúndios do agronegócio umbilicalmente ligados ao modelo colonial agroexportador e, talvez por isso, “condenada” a produzir *commodities* agrícolas comercializadas no mercado a preços que raramente cobrem os custos de produção.

Essas reflexões são uma boa referência para fixar transformações que ocorreram ao longo do tempo e refletir sobre as continuidades e rupturas que hoje caracterizam a decadência do cultivo da mandioca e da produção de farinha, bem como o cultivo e a comercialização do cacau e da borracha natural no Empata Viagem. Nessa perspectiva, uma boa ideia é voltar um pouco no tempo; exatamente ao final do século XIX, período da transmigração dos cultivos da *Hevea brasiliensis* da Amazônia para o Oriente. Naquele período, a borracha natural foi produzida com base na exploração colonial, tanto no Brasil quanto no Oriente:

A mão-de-obra no Oriente era formada pelos chamados *coolies*, largamente explorados pelos ingleses e holandeses, formados, em sua grande maioria, por tamiis, javaneses e chineses. Tal força de trabalho era dez vezes mais barata que a mão-de-obra amazônica, além de mais abundante. Os custos empresariais no Oriente eram bem mais favoráveis do que nos seringais amazônicos. O recrutamento e a manutenção do seringueiro (*tapper*) e os obstáculos de ordem natural, como as doenças típicas da floresta, entre outros fatores, deixavam a produção da Amazônia em grande desvantagem quando comparada ao cultivo oriental. Desde o estabelecimento de contratos, a fixação de preços por categoria de trabalhador (*tappers*, trabalhadores ordinários, mulheres e menores), as

condições de higiene das áreas de cultivo – nada escapou aos olhos de Huber, inclusive a exploração da mão-de-obra infantil, a pobreza e a subnutrição das populações locais. [...] do ponto de vista econômico e financeiro a borracha oriental era produzida em bases “racionais”, do ponto de vista social as condições de trabalho não eram tão diferentes das amazônicas, posto que igualmente baseadas na assimetria social e na exploração colonial. (CASTRO; SANJAD; ROMEIRO, 2009, p. 509).

Hoje, parece que a situação não mudou muito, pelo menos na Ásia. De acordo com o relatório de 2013 do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, produtores de borracha no Camboja, Libéria, Indonésia e Filipinas utilizam trabalho infantil, e a borracha de Myanmar é extraída por meio de trabalho infantil e escravo.¹⁹

No âmbito da cultura do cacau a situação é um pouco diferente, mas a exploração da força de trabalho e a atuação dos ingleses, ao que tudo indica, são similares. No mesmo período em que o Brasil perde a posição de maior produtor mundial de borracha natural, também começa a perder posição no mercado mundial de cacau. Os ingleses repetiram em África a proeza que estavam realizando no Oriente com a produção de látex de seringueira. Com grandes inversões de capital, conseguiram deslocar a cacauicultura baiana para uma posição secundária no mercado externo (ALMEIDA, 2008, p. 14). De acordo com Caio Prado Júnior (1970, p. 248),

O sucesso foi rápido e notável: em 1895, a Costa do Ouro contribui para o comércio internacional

¹⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2HaTumM>. Acesso em: 30 jun. 2015. Ver também: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/ipecc/pub/relatorio_global_2006_339.pdf. Acesso em: 30 jun. 2015.

com apenas 13 toneladas de cacau; dez anos depois alcançará 5.620. E com mais um decênio de desenvolvimento terá ultrapassado largamente todos seus concorrentes, com uma exportação de 78.574t. A Costa do Ouro alcançará pouco depois, e a conservará, uma produção que corresponde a cerca de 40% do total mundial.

Como nas plantações asiáticas de seringueiras, as plantações de cacau em África também proporcionam aos investidores ingleses muito lucro e rentabilidade, garantidos pelo mesmo trabalho infantil e escravo, renitentes nos grandes seringais asiáticos.²⁰ Para uma possível explicação, é importante retornar às reflexões iniciais sobre exploração colonial nas primeiras lavouras de cacau da Bahia, fator responsável por cicatrizes que persistem até hoje. De acordo com Mahony (2007), o trabalho escravo está na gênese da cultura do cacau na Bahia e, de todo modo, as cicatrizes do regime escravista permanecem no trabalho extenuante, nos baixos preços pagos pelo cacau no mercado internacional de *commodities*, nos baixos salários pagos aos trabalhadores e trabalhadoras e na precariedade das relações de trabalho.

Emiliano Ferreira Dantas (2014), em sua dissertação de mestrado, analisa mudanças nas relações de trabalho, a partir do início dos anos 1990, nas grandes fazendas de cacau do sul da Bahia, em decorrência da crise provocada pela epidemia da vassoura-de-bruxa e da queda acentuada nos preços da *commodity* cacau no mercado internacional. De acordo com o autor, se por um lado, com o avanço dos contratos de parceria, o trabalhador passou de uma condição “de fichado para meeiro”, situação na qual o contrato de

²⁰ Cf. documentário As crianças escravas da África e o gosto amargo do chocolate, disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=zESgFuJ_wy8. Acesso em: 1 jul. 2014.

trabalho (parceria) passou a envolver toda a família; por outro, o fazendeiro passou de uma condição “de patrão para parceiro”, o que significou o fim do mandonismo (DANTAS, 2014, p. 36). Ou seja, com as mudanças, fazendeiros e trabalhadores passaram à condição de sócios no negócio, em uma conjuntura que eliminou obrigações trabalhistas e a sujeição ao trabalho pelo “mando” dos patrões. Isso remete à afirmação importante de um agricultor de Rua de Palha: “*a parceria é boa porque tem liberdade, não tem horário e, quando não quer ir, não vai. Mas tem muito trabalho, tira muito pouco e, quando tá na safra, todo mundo trabalha, é criança, é todo mundo!*”. Essa afirmação de que “*a parceria é boa*” pode até soar um pouco fora da realidade, na medida em que o parceiro, além da grande carga de trabalho, dificilmente consegue, ao final de um mês de trabalho, tirar um salário mínimo e de não ter direito a férias anuais, ao décimo terceiro salário, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao Seguro Desemprego. Mas, de qualquer forma, pode ser compreendida refletindo-se um pouco mais sobre a importância da liberdade.

Não obstante essa superação do mandonismo representar um passo importante rumo à liberdade, é possível concluir que os melhores dividendos ficaram mesmo com os fazendeiros, que continuam como os legítimos donos das terras – inclusive das melhores, como no Empata Viagem – e garantem um rendimento alto nos seus empreendimentos, em torno de 50% na maioria das fazendas, independentemente dos custos de produção. Flora Bonazzi Piasentin (2011), em estudos realizados para sua tese de doutorado, identificou que os estabelecimentos que empregavam mão de obra em regime de parceria apresentavam os menores graus de sustentabilidade. Na amostra selecionada pela pesquisadora, 32% dos parceiros obtinham renda mensal inferior ao salário-mínimo. É importante observar

que, de acordo com a mesma pesquisa, os meeiros, geralmente com contratos precários, não possuem direitos trabalhistas nem garantia de estabilidade nos vínculos de parceria. É importante frisar, ainda, que esse “desvio” mantém vivo o trabalho extenuante nas roças de cacau, mesmo com o propalado fim do mandonismo. No entanto, um trabalho extenuante um pouco mais brando, se isso é possível de fato. Por outro lado, o trabalho extenuante nas roças de cacau não é uma particularidade do trabalho nas roças dos outros, como meeiro, diarista ou trabalhador com Carteira de Trabalho assinada. Em que pese o inestimável valor da liberdade – trabalhar na sua própria roça com os seus –, os custos de produção do cacau nas roças do Empata Viagem em terras de mandioca também são altos e o pouco que se ganha é muitas vezes investido na aquisição de fertilizantes industriais e agrotóxicos.

Decerto, trata-se de uma situação muito similar ao que ocorre no cultivo da seringueira, mas com diferenças sutis, pois os preços pagos pela borracha natural são ainda mais baixos, e as roças, de maneira geral, pertencem às próprias famílias agricultoras, uma espécie de caminho alternativo traçado pelas grandes indústrias associadas a agências governamentais de fomento à agricultura. Objetivando superar a barreira da baixa rentabilidade dos seringais, grandes empresas de pneumáticos em associação com agências governamentais que atuam com pesquisa e desenvolvimento no setor da agricultura estão incentivando “sistemas produtivos semelhantes aos praticados no sudeste asiático, onde 80% da produção estão nas mãos dos chamados pequenos produtores com área plantada com seringueira que varia de 0,5 a 5,0ha” (PEREIRA *et al.*, 2000, p. 62). De acordo com Brum (2012), embora a demanda mundial de borracha natural aumente ano após ano e a produção não consiga acompanhar o ritmo

de crescimento, os preços internacionais permanecem em queda. A alternativa para tal paradoxo seria, portanto, a produção via agricultura familiar, como ocorre nos países asiáticos, maiores produtores mundiais. Segundo Brum (2012, p. 23), é alternativa segura, tendo em vista os custos reduzidos dos empreendimentos, “[...] apropriados a pessoas de poucos recursos”.

Talvez não seja precipitado afirmar que esse é um destino já traçado pela maquinaria da agricultura comercial de exportação, inseparável do pacote tecnológico da Revolução Verde, pois, aparentemente, não há como entender muito bem como se sustenta tal paradoxo. Não é pela falta de instrumentos de investigação que os técnicos da Ceplac omitem os custos com mão de obra na implantação dos sistemas agroflorestais cacau/seringa. Ao contrário, a omissão é necessária para justificar uma sustentabilidade, “ótima opção” que os cultivos evidentemente não possuem e que até a própria Ceplac já reconheceu na VII Reunião da Câmara Setorial da Borracha, em maio de 2014, quando concluiu pela inviabilidade da heveicultura nacional. Mas há outro tipo de análise que, embora sirva à trama, tem o poder de ir além: a expressividade dos números – R\$ 3.750 milhões/ano para os 2.228 agricultores, que omite todos os custos, inclusive os com os insumos.

INDÍGENAS, AFRICANOS, JAPONESES E O MACACO JUPARÁ NA AGROFLORESTA DE QUASE TUDO

O sucesso agrícola das famílias agricultoras do Empata Viagem está estreitamente associado a uma grande diversificação da agricultura, ferramenta importante na construção de um sistema de manejo agroecológico que garante a conservação e a recuperação da fertilidade dos solos (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 110). Esse sistema de manejo dos campos agrícolas, mais antigo que o próprio quilombo, permitiu a criação e o desenvolvimento de sistemas de policultivo que possuem valor substancial, tanto no contexto da agricultura de autoconsumo quanto no âmbito da agricultura comercial voltada para o mercado, por possibilitar uma interação sustentável com um dos mais ricos acervos de diversidade biológica do planeta: a Mata Atlântica. Mas, afinal, qual a origem dessas tecnologias agrícolas? No fundo, tratam-se de tecnologias muito antigas que abarcam desde sofisticadas técnicas de manejo agrícola do fogo aos complexos sistemas agroflorestais de cultivo que possibilitam a “conversão de florestas naturais em florestas humanizadas”.

O sistema configura uma maneira de reconstruir as florestas naturais por meio do cultivo e da coexistência de plantas silvestres e cultivadas, buscando conservar as características estruturais e os processos ecológicos das

florestas naturais em benefício das comunidades locais e mantendo certa diversidade biológica. (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 37).

Pesquisadores das mais diversas áreas têm registrado a presença de sistemas agroflorestais por todo o planeta. A pesquisadora da Escola de Agronomia da Universidade de Lisboa, Marina Padrão Temudo (2009, p. 246), afirma que pequenos agricultores africanos, no período pré-colonial, manejavam sistemas agroflorestais “que para ‘não entendidos’ pouco se distinguem das florestas originais”.

[...] técnicas de instalação do pomar preconizadas pelos agentes externos entravam assim em contradição com as técnicas agroflorestais tradicionais, as quais, numa perspectiva agroecológica, parecem estar mais adaptadas às condições locais e à necessidade global de manter estável, ou mesmo de incrementar, o potencial de sequestro de carbono. (TEMUDO, 2009, p. 251).

De acordo com dados etnoecológicos levantados por William Balée (2008), é possível afirmar que, em África, a própria formação de florestas esteve relacionada à atividade humana – cultivo, plantação e transplante deliberado de árvores, pelas populações locais – que culminou também com a formação de florestas onde antes havia. Quanto ao continente americano, Lucia Munari (2009) afirma que é visível a intervenção intencional de populações humanas na floresta tropical, capaz de tornar o ambiente produtivo e adequado ao uso humano. O manejo da floresta é, portanto, uma prática muito antiga na Amazônia e na própria Floresta Atlântica. Pesquisas sobre o assunto apontam para o fato de os povos pré-colombianos terem vivido da floresta, em uma conjuntura na qual o manejo da vegetação e a horticultura aumentam a diversidade ecológica ao invés de

reduzi-la, processo inverso ao que é normalmente esperado a partir de práticas agrícolas intensivas (SCHEEL-YBERT *et al.*, 2010). De acordo com Magalhães (2008), pesquisador do Museu Paraense Emilio Goeldi, é possível que 60% dos 6,5 milhões de hectares da composição da floresta úmida amazônica tenham sido manejados pelos povos pré-colombianos de maneira eficaz. Por outro lado, de acordo com Clement e Junqueira (2008, p. 45), “[...] a agricultura, chegou à Amazônia junto com os europeus: antes da conquista os povos amazônicos praticavam horticultura e arboricultura”, produziam alimentos em profusão e viviam em aldeias que chegavam a ser maiores e mais populosas que muitas capitais europeias da época.

Os estudos privilegiam nitidamente essa relação dos seres humanos com a diversidade da floresta tropical. Isso destoa do processo de ocupação do território a partir da expansão da agricultura colonial de exportação que marcou, inclusive, a cultura do cacau no Sul da Bahia e, de certa forma, também a própria cultura da mandioca nas proximidades da Barra do Rio de Contas. De qualquer maneira, não obstante a importância da cultura da mandioca voltada à produção comercial de farinha para o abastecimento do mercado local, regional e, quiçá também para a exportação e a proximidade do quilombo das grandes plantações de cacau do Vale do Rio de Contas, essa relação dos seres humanos com a floresta está na base da agricultura que se desenvolveu no Empata Viagem, tanto no cultivo da mandioca em roças de quase tudo, em solos pobres e ácidos, quanto nas agroflorestas de quase tudo, localizadas, em sua maioria, nos boqueirões – solos de melhor qualidade do lugar, onde tradicionalmente são cultivados os cacaueiros.

Pesquisas sobre a temática da agricultura familiar têm registrado a importância dos sistemas policultivo no baixo sul da Bahia.

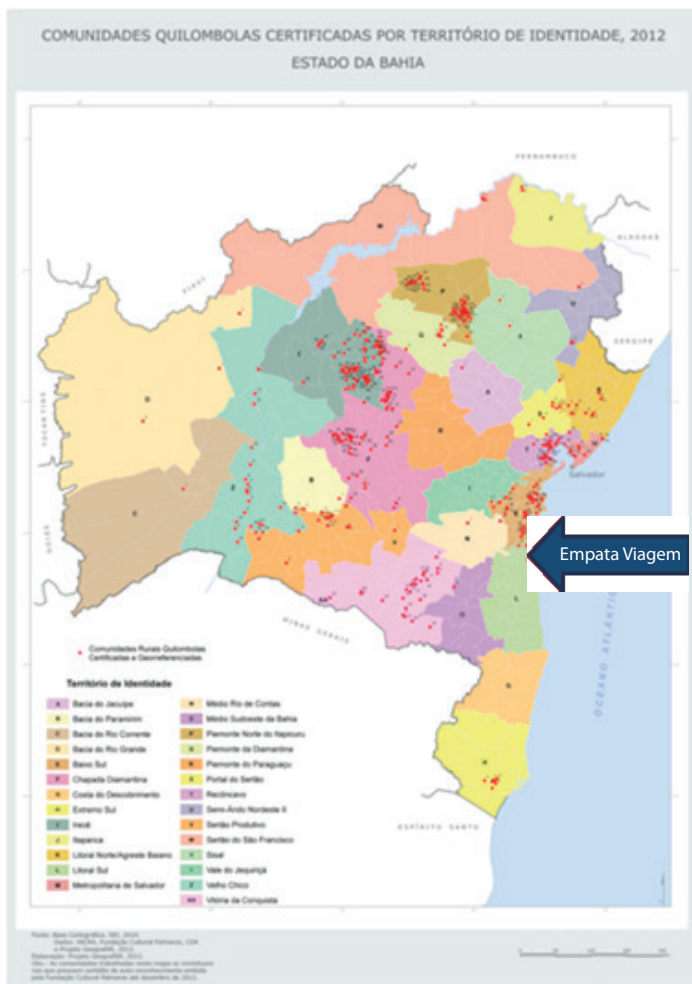
De acordo com as pesquisadoras da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Matos e Uzêda ([20-]), no baixo sul “o tamanho das propriedades é muito reduzido e o aproveitamento do terreno é quase total [...], com sistemas produtivos muito diversificados voltados para a geração de renda e segurança alimentar”. Considerando que Empata Viagem não está nem lá, nem cá, isto é, não está na região cacauera nem no baixo sul – está nos limites, nas fronteiras e principalmente nos encontros –, é correto supor que os sistemas de policultivo existentes no local compõem a mesma partitura dos sistemas presentes no baixo sul. Mas com uma diferença importante: a presença dos grandes monocultivos de cacau da agricultura comercial de exportação nos calcanhares, em Empata Viagem. De acordo com dados levantados pelo Censo Agropecuário de 2006 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006), no município de Maraú, onde se localiza o quilombo do Empata Viagem, e no baixo sul, predominam pequenas propriedades com menos de dez hectares que produzem de quase tudo.

Segue-se que, tanto no baixo sul quanto no Empata Viagem, o trabalho compulsório de indígenas e africanos escravizados na cultura da mandioca e no processamento da farinha esteve no âmago do processo de ocupação do território. Do mesmo modo, durante a vigência do regime escravista, dezenas de quilombos surgiram e prosperaram no baixo sul e, com o fim da escravidão, descendentes dos últimos escravizados, indígenas e quilombolas que já haviam conquistado a liberdade passaram a cultivar a mandioca, outras culturas de subsistência e o próprio cacau em “terras livres” – devolutas – situação muito semelhante ao que ocorreu na região da Barra do Rio de Contas. A esse respeito há que se fazer referência à forte presença negra na população do baixo sul – mais de 80% da

população é preta ou parda, segundo o Censo de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010) –, e aos numerosos mocambos e quilombos “formados por negros fugidos da dominação escravista” (OLALDE, 2006). O mapa (Figura 6), elaborado pela equipe do Projeto Geografar da Universidade Federal da Bahia, mostra claramente a grande concentração de comunidades quilombolas no baixo sul da Bahia – e a proximidade dessas comunidades do Empata Viagem – em contraste com o vazio da região cacauera, em que estão as melhores terras para o cultivo do cacau.

Onde existem quilombos predominam, geralmente, solos com baixa fertilidade natural e planta-se de tudo, pois as roças devem produzir de tudo que as famílias precisam para viver e sempre com a preocupação em manter a produtividade da terra, enriquecendo a fauna e a flora, bem como melhorando a habitabilidade do ambiente, pois a terra é pouca. Mas parece que não é tão evidente para a Ciência Agrônoma o protagonismo negro e indígena na agricultura que se desenvolveu em todo o baixo sul, na região da Barra do Rio de Contas e, particularmente, no Empata Viagem.

Figura 6 – Mapa com a localização das principais comunidades quilombolas da Bahia. Em destaque, o quilombo de Empata Viagem



No baixo sul, os sistemas policultivo da herança ancestral indígena e africana são, digamos assim, colocados de lado pela pesquisa agrônômica convencional, enquanto imigrantes japoneses e seus descendentes “roubam a cena” com novidades teóricas em trabalhos científicos sobre os sistemas de cultivo da agricultura familiar. Aqui certamente repousa a essência da problemática. Nas pesquisas, o agricultor japonês sintetiza o novo, o inesperado e mesmo o inusitado, pois, embora tenha chegado à região em meados do século XX, se destaca de forma surpreendente como “inventor” dos sistemas de policultivo – plantar misturado – principal característica da agricultura regional (MATOS; UZÊDA, [20--]; OLALDE, 2005, 2006; SANTOS *et al.* 2006; SILVA *et al.* 2009).

Essa diversificação agrícola, no mais das vezes gerada pelo saber ancestral africano e indígena, característica essencial do baixo sul da Bahia, na pesquisa agrônômica tem sido atribuída aos imigrantes japoneses. Pesquisadoras da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), em trabalho apresentado ao VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, de maneira pertinente, caracterizam o baixo sul como uma região essencialmente policultora. No trabalho, as pesquisadoras utilizam dados da história oral e fazem um levantamento dos processos de implantação dos sistemas agroflorestais entre agricultores do Projeto Onça, no município de Taperoá, concluindo que “[...] foi com os japoneses que as comunidades aprenderam a plantar ‘misturado’”. (OLALDE, 2006, p. 18).

O que mais chama atenção em tais pesquisas é a persistência de uma perspectiva epistemológica – e até mesmo agrônômica – “monocultural” que impede a emergência de outras formas de saber. Não raramente, os cientistas confundem diversificação agrícola com

sistemas de policultivo; apresentam cultivos em consórcio como exemplos do plantar misturado, ou sistemas agroflorestais e, sobretudo, negam o protagonismo de indígenas e africanos escravizados e seus descendentes na criação e desenvolvimento do plantar misturado, em uma manifestação clara de epistemicídio – negação e destruição de formas de saber local e de visões multifacetadas de mundo por eles protagonizadas (SANTOS, 2007). É possível, ainda, perceber nas pesquisas lacunas em evidências empíricas claras e, inclusive, o distanciamento das bases documentais da historiografia regional.

É evidente que esse saber agrônomo guarda as marcas do regime escravocrata que perdurou no Brasil por mais de 350 anos e dos anos de exclusão social da população negra que se seguiram. Há um traço que assinala todo esse período que é o isolamento de comunidades formadas por fugitivos da dominação escravista e descendentes dos últimos escravizados. Essas comunidades dependiam – e, de maneira geral, ainda dependem – diretamente dos componentes bióticos e abióticos da paisagem para satisfazer necessidades básicas, produzindo praticamente de tudo que necessitavam, desde alimentos, instrumentos domésticos e de trabalho, materiais de construção e até medicina. Pelas dificuldades de acesso e, em muitas situações, pela própria necessidade do isolamento, as trocas econômicas feitas para a obtenção de produtos manufaturados com o dinheiro obtido com a venda de algum produto, ou pelo escambo, sempre foram incipientes. O resultado final de tudo isso foi a adoção de uma estratégia que maximiza a produção de variedade de produtos voltados ao atendimento das unidades familiares ao longo do ano (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 75). Esse traço separa radicalmente a agricultura herdeira de tradições agrícolas africanas e indígenas, que se desenvolveu no baixo sul e no Empata Viagem, dos imigrantes

japoneses que chegaram à região entre os anos 1950 e 1960 (JESUS, 2013) e que, de qualquer forma, permanecem à margem dessa tradição agrícola ancestral negra e indígena.

Não é por acaso que as pesquisadoras da Embrapa, Eloina Matos e Mariella Uzêda, em pesquisa realizada entre os anos de 2004 e 2005 em três municípios do baixo sul da Bahia, com agricultores familiares, identificaram um sistema de produção agroflorestal – denominado “Salada” pelos próprios agricultores – que deveria ser incentivado pelo poder público como “[...] alternativa para a agricultura familiar da região úmida da Bahia” (MATOS; UZÊDA, [20--]). Na pesquisa, as autoras atribuem o sistema agroflorestal Salada à “influência de agricultores japoneses”, responsáveis diretos pela diversificação agrícola regional:

Possivelmente por ser uma região marginal à região cacaueteira, pela baixa fertilidade química dos solos, pela grande inclinação dos terrenos, pela falta de infraestrutura, pelo tamanho reduzido das propriedades e *pela influência de agricultores japoneses*, a agricultura familiar do baixo sul da Bahia desenvolveu por iniciativa própria uma grande diversificação agrícola. (MATOS; UZÊDA, [20--], grifos nossos).

Mas se, por um lado, o plantar misturado da agricultura familiar do baixo sul acabou sendo obra dos japoneses, por outro, para muitos pesquisadores e técnicos, como não há japoneses nas imediações de Empata Viagem, as agroflorestas de quase tudo simplesmente inexistem, ou seja, não são nada. Assim, o cultivo do cacau misturado com outras culturas, ou mesmo o plantio da mandioca misturada com quase tudo que é levado à mesa do quilombo – verduras e legumes – acabou sendo ignorado por instituições ou agências

governamentais que atuam com pesquisa e desenvolvimento no setor da agricultura, que, de maneira geral, insistem no incentivo às roças de quase nada da agricultura comercial de exportação. E como a diversidade das roças de cacau é evidente demais para ser negligenciada, as agroflorestas de quase tudo dos boqueirões são vistas como um sistema de cultivo meio surrealista, obra de um “agricultor natural” (ANDRADE, 2004, p. 6) – o macaco jupará, mamífero que vive nas florestas do sul da Bahia, que, na realidade, nem macaco é. De acordo com um engenheiro agrônomo que trabalhou na Ceplac por mais de 20 anos, o “macaquinho” teria sido responsável pela expansão dos cultivos de cacau na região. A voz do engenheiro agrônomo revela detalhes:

Não houve escravidão no cacau! [...] Eles [os pioneiros] fizeram de qualquer jeito. E quem difundiu o cacau foi o jupará. Agora... ele plantava em determinado lugar, aí vinha o sol e matava. Então, por isso os cultivos ficaram nas margens dos rios e nos boqueirões. Não tinha cultivo nenhum, eles [os pioneiros] só faziam colher o cacau. Igual ao que ocorria na Amazônia.

Paralelamente a essa visão surrealista do processo de formação das primeiras roças de cacau do sul da Bahia, surge na fala do engenheiro agrônomo certo tipo de imagem do quilombo dominada pelo princípio da inércia, na qual o dado surreal do macaco agricultor que tornou o Brasil um dos maiores produtores de cacau do mundo, entre o final do século XIX e início do século XX, combina-se com a imagem de quilombolas como seres fadados à resignação, que “não têm nada” e praticam uma agricultura “sem foco”. A voz do engenheiro agrônomo continua esclarecedora:

Eles [quilombolas de Empata Viagem] não têm nada, na verdade! Eles não têm foco! Eu ajudei a implantar uma associação que, no dia que eu estava dando uma palestra, o camarada estava lá com os cajus todos perdidos! Não existe um planejamento para se diversificar do ponto de vista de sustentabilidade: como é que o limão ia dar sustentabilidade? O cara ia trazer duas dúzias de limão pra feira?

Na verdade, para o engenheiro agrônomo, a questão do mercado é importante demais para ser deixada de lado por pessoas que possuem em suas roças um ou dois pés de limão, de jaca, de caju, de fruta-pão, de cedro ou de jacarandá, dezenas de ramas de inhame e assim por diante. Para o agrônomo, a realidade concreta é, portanto, o cultivo em escala e sempre para atender ao mercado. Essa abordagem representa, em essência, um modelo produtivista de desenvolvimento agrícola, engendrado no processo que convencionalmente tem sido denominado de Revolução Verde e que tem como objetivo a “inserção crescente da agricultura ao complexo agroindustrial, quer pela integração aos setores industriais produtores de insumos a montante, quer pela sua vinculação ao mercado transformador da produção agrícola a jusante”. (TEIXEIRA; LAJES, 1996, p. 348).

É preciso estar atento ao contexto da problemática, pois, se as primeiras roças de cacau foram obra do macaco jupará, um “agricultor natural”, o que veio a seguir foi obra de nordestinos e árabes, ou seja, de “*migrantes e imigrantes chegados de regiões áridas do nordeste e da Arábia*”, como defendem os adeptos da Conservação Produtiva: o sistema agroflorestal cacau-cabruca. Em certo sentido, uma atribuição que aprofunda ainda mais o abismo que separa os saberes ancestrais africanos e indígenas dos conhecimentos agrônômicos que possibilitaram a introdução do cultivo do cacau no sul da Bahia e, sobretudo, a expansão desses cultivos a partir dos últimos anos

do século XIX e que, de todo modo, os pesquisadores têm evitado revelar, ou seja, a falta de tecnologias adequadas de cultivo, problema que, de certa forma, atormenta ainda hoje o corpo técnico das agências governamentais que atuam com pesquisa e desenvolvimento no setor da agricultura na região.

É possível afirmar que essa fixação das elites locais na figura do “macaco agricultor” e de nordestinos, exímios agricultores, desloca a história da cultura do cacau no sul da Bahia para o universo do imaginário e, quiçá, da ficção. Há muito tem sido habitual falar da história da cultura do cacau nesses termos. Arrisco afirmar, nada tem sido mais prejudicial aos descendentes de escravizados e indígenas do que isso. Reafirmo aqui, não obstante a avidez dos “desbravadores”, nessas “terras do sem fim” do sul da Bahia, a vida pululava com a presença de indígenas e quilombolas aqui, ali e acolá, em todo lugar. Um exemplo paradigmático dessa presença renitente é a existência, no período colonial, de milhares de famílias “invisíveis”, em pequenas posses, resistindo ao projeto agroexportador e que ainda hoje permanecem praticamente invisíveis, em pequenas posses que gravitam em torno de grandes fazendas de cacau, no mais das vezes latifúndios decadentes e improdutivos, ou mesmo em fundões desses mesmos latifúndios, na condição de posseiros, com noites “[...] cheias de medo, de mistério e de surpresas”. (AMADO, 2008, p. 199). É dentro desse panorama que se destaca o processo de desapropriação da fazenda Cachoeira Bonita, localizada no município de Ubaitaba, sul da Bahia. A fazenda, pertencente a um dos maiores fazendeiros da região, foi vistoriada pelos técnicos do Incra em meados dos anos 2000, desapropriada para fins de reforma agrária e entregue às famílias sem terra. A leitura do laudo de vistoria do imóvel produz a imagem de uma grande propriedade agrícola devastada pelo fungo

basidiomiceto *Moniliophthora perniciosa*, agente causador da epidemia da vassoura-de-bruxa e, sobretudo, pelos baixos preços pagos pela *commodity* cacau no mercado e nada mais. Portanto, não é sem sentido que a leitura do laudo acione também o princípio da invisibilidade que, no documento, se combina com o dado ficcional de terras sem-fim. É assim que um laudo de vistoria, enrodilhado em si mesmo, esconde as mais de 20 famílias de posseiros da propriedade imemorial de roças localizadas nos limites da fazenda; famílias que hoje reivindicam o direito de permanecer em suas terras entregues pelo Governo Federal a agricultores sem terra.

O MOSAICO DE PAISAGENS E A “AGROFLORESTA DE QUASE TUDO”

Os sistemas agroflorestais desenvolvidos por Ernest Götsch na fazenda Três Colinas, no município de Piraí do Norte, na região do baixo sul do estado da Bahia, são experimentos que objetivam a harmonização das atividades agrícolas com os processos naturais dos seres vivos (GÖTSCH, 1997, p. 1). Os experimentos imitam a formação florestal e criam as condições para que as plantas cultivadas façam parte de um conjunto com a vegetação nativa do lugar. De acordo com Monte (2013, p. 11), Götsch nutriu-se “das lições de manejo agroecossistêmico aprendidas junto a comunidades indígenas descendentes dos maias na América Central”, no período em que permaneceu na Costa Rica desenvolvendo pesquisas sobre recuperação de solos degradados.

Tal conjunção revela, com razão, a estreita correlação entre as tecnologias de manejo agroecossistêmico desenvolvidas por Götsch e

as tecnologias agrícolas ancestrais dos quilombolas de Empata Viagem. Essa correlação inclui também o distanciamento da agrofloresta de quase tudo, do cacau-cabruca e, sobretudo, dos sistemas agrícolas monoculturais da Revolução Verde, de certa forma, também associadas ao cacau-cabruca, que avançam no quilombo sistemas de uma agricultura na qual “[...] o homem tenta adaptar as plantas e ecossistemas às ‘necessidades’ da tecnologia” (GÖTSCH, 1997, p. 1). Essas agroflorestas de quase tudo testemunham séculos ou até mesmo milênios de ocupação do território, que implicaram na alteração da composição química e física dos solos, assim como na dispersão antropogênica de sementes e plantas (BALÉE *et al.* 2014, p. 145), fatores que possibilitam o entendimento dos processos de interação entre a população local e as paisagens em uma perspectiva histórica.

O processo de criação de uma agrofloresta de quase tudo se inicia com o roçado, ou seja, com a limpeza e fertilização da área a partir da queimada, e segue com o plantio da mandioca e do cacau, mesclado com outras espécies vegetais plantadas, poupadas durante a queimada e nascidas espontaneamente, seja a partir do agenciamento de animais, de sementes presentes no solo ou do rebroto da vegetação, em um movimento que imita o processo de regeneração natural da floresta. Ao final do ciclo, surge uma espécie de “floresta cultural”, conforme denominação utilizada por William Balée (2008), significativamente mais diversa do que a floresta original, na qual um dossel descontínuo permite a penetração da luz no sub-bosque. Com o tempo, os diferentes estratos da agrofloresta ganham forma. No “andar superior” as grandes árvores dominam as paisagens, exibindo o que pode ser chamado de um novo maciço florestal. Esse maciço se renova continuamente, pois as formas de vida que o dominam, necessariamente, um dia morrem dando lugar a outras em um ciclo

contínuo de renovação. No “andar térreo”, além da grande diversidade de fauna e flora, casas de morada, barcaças e casas de farinha registram a forte presença humana e, “nos andares intermediários”, a vida também pulula.

As espécies vegetais que frequentam o “andar superior” da agrofloresta, além da sombra que protege a vegetação existente nos “andares inferiores”, disponibilizam nutrientes que alimentam a vida existente no sistema e frutos que alimentam humanos e animais (PENEIREIRO, 2007, p. 4). As grandes árvores são também uma espécie de “poupança”. É, portanto, prudente esperar o momento oportuno para lançar mão dessa reserva, seja dos pranchões estocados em casa, seja da árvore em pé. Quando se trata da árvore em pé, o corte deve ser realizado sempre no tempo certo, o que implica em um diâmetro ideal do tronco e lua crescente, por serradores experientes e com a utilização de motosserra, ferramenta agrícola existente em praticamente todas as roças. O bom serrador é aquele que consegue derrubar a árvore sem danificar muito a roça e tirar pranchões bem aplainados. A derrubada de qualquer dessas árvores é sempre um dilema, pois o tombamento pode danificar alguma construção, os cacauzeiros ou outras árvores importantes para o sistema. De qualquer forma, quando as árvores começam a apresentar sinais de senilidade, ou quando estão sombreando demais, podem ser aneladas, ou seja, a porção externa da seção transversal onde se encontra o floema (casca) é retirada impedindo a condução da seiva e, com o tempo, tombam naturalmente, em especial durante as grandes ventanias que atingem a região principalmente nos meses de verão.

Nesse ponto, é necessário mencionar o avanço das construções com blocos cerâmicos, cada vez mais comuns, em decorrência

da melhoria das estradas de acesso e, sobretudo, do aumento da renda das famílias. Essas construções não dispensam a madeira, imprescindível na armação do telhado, na confecção de portas e janelas e na construção das “áreas de serviço”, cômodo à parte construído em madeira onde está o fogão a lenha e se faz o movimento da cozinha e as atividades domésticas de maneira geral – um contraponto à cozinha “[...] limpa, ordenada e organizada em torno do fogão a gás” e da geladeira (SILVA, 2008, p. 7) do interior das residências. Não obstante a presença das casas de bloco, a maioria das construções ainda é “barraco de madeira” e, para garantir maior durabilidade, a escolha do material de construção segue critérios rígidos de seleção. As tábuas, utilizadas na montagem das divisórias internas, podem ser de “madeira branca”, mais frágil e pouco resistente à água. As paredes externas e os esteios da estrutura exigem peças e tábuas de madeira mais nobre, que resistem melhor às chuvas abundantes no Empata Viagem. Como os telhados, de maneira geral, são cobertos com telhas de cimento amianto – artefato que substituiu a palha da patioba e até mesmo as telhas de cerâmica –, utiliza-se muito pouca madeira, mas esta tem que ser resistente à água e ao ataque de cupins. Além disso, em praticamente todas as roças, há sempre uma barcaça para secagem do cacau e uma casa de farinha, construídas geralmente em madeira. A situação é clara: as grandes árvores que crescem nas roças estão presentes em praticamente tudo.

Como a agrofloresta de quase tudo é um sistema agrícola dinâmico e dependente acima de tudo de um processo de regeneração similar ao da floresta, o sistema de roçagem que inibe regeneração natural através da eliminação da vegetação rasteira e o uso contínuo de herbicidas – barreira quase intransponível à regeneração natural da vegetação nativa – são as principais ameaças. Na sequência, outra

ameaça importante é a legislação ambiental que proíbe o corte das árvores nativas. O notável é que essa legislação foi pensada como ferramenta que garantiria a preservação da biodiversidade. Ao contrário do que se poderia supor, as leis ambientais foram, na realidade, mais um leitmotiv para um corte na dinâmica do sistema, pois a proibição tem repercutido negativamente no hábito de poupar árvores nas roçagens e de “criar” árvores, pois não há muito sentido em manter pequenas árvores na roça, uma vez que não haverá como cortá-las no futuro. Nesse contexto, é importante registrar o corte preventivo de grandes árvores nativas da Mata Atlântica dos anos 1990, quando, em decorrência da eminência de aprovação de novas leis ambientais, muita madeira do Empata Viagem foi vendida aos serradores.

As árvores também compõem um circuito de reciprocidades. Construir uma casa, uma barçaça, uma casa de farinha, uma cozinha, um comércio, mais um puxado na casa de bloco ou no barraco de madeira, uma cerca, ou até mesmo consertar a carroceria de um caminhão, sela laços de solidariedade entre indivíduos e famílias. Doar alguma peça de madeira, emprestar ou até mesmo vender, cria laços importantes de reciprocidade, principalmente em uma situação de carência na qual a madeira é material cada vez mais raro e caro.

Os sistemas agroflorestais contêm centenas de espécies vegetais, a maioria das quais úteis aos seres humanos, e uma infinidade de espécies animais. Para as famílias agricultoras do Empata Viagem, as roças encerram um sentido simbólico fundado na diversidade. “*Na minha roça você encontra quase tudo!*” A afirmação é de um dos diretores da AQREV, mas bem que poderia ser de qualquer agricultor ou agricultora do Empata Viagem, não importa muito, pois é quase um truísmo a afirmação de que se planta quase tudo nas pequenas roças. Com essa ideia do quase tudo, o sistema acaba incluindo qualquer

coisa, desde plantas nativas e exóticas cujas propriedades podem ser, inclusive, desconhecidas por quem planta, até aos animais que vivem nas roças juntamente com os seres humanos. Essas formas de vida vicejam em diferentes estratos. As espécies de vida curta e crescimento rápido estão circunscritas ao “andar inferior” e vicejam apenas na fase inicial. Enquanto essas espécies de vida curta são suplantadas, outras formas de vida ocupam esse mesmo nicho em movimento contínuo. O cacau e uma infinidade de espécies frutíferas e medicinais se estabelecem no que pode ser denominado sub-bosque competindo por luz, nutrientes e espaço com as grandes árvores, ou seja, com o dossel, ou melhor: com o “andar superior”.

No “andar inferior” vicejam ainda plantas espontâneas de pequeno porte, comumente associadas ao mato e, por isso mesmo, as mais ameaçadas pelos herbicidas, como o coentro-largo, indispensável no tempero do peixe; a taioba, com presença quase obrigatória no bom caruru; o xixi-de-galinha, planta medicinal utilizada no tratamento de processos infecciosos; o sabugueiro, muito importante no tratamento da gripe com a eliminação do catarro e como vomitório; a capeba, largamente utilizada no tratamento dos males do fígado, da bexiga e dos rins; a cana-de-macaco, também indicada para os males que afetam o fígado e os rins e uma infinidade de outras plantas.

As diversas variedades de inhame que lançam suas ramas por entre a vegetação e –saturando ainda mais o texto com um procedimento analógico que aproxima as coisas da natureza do universo dos humanos – “escondem” seus caules abaixo do solo, ou melhor, no “subsolo” da agrofloresta, também estão ameaçadas pelos herbicidas. Os inhames se destacam entre as plantas alimentícias pela rusticidade e pelo potencial nutritivo. Algumas variedades nascem espontaneamente na roça, outras, basta deixar uma semente para manter a

rama. Estas podem, inclusive, ser adubadas com terra de casqueiro, mas essa não é uma prática comum. Os inhames mais comuns são o quiçare, variedade que só amadurece no período da Semana Santa, e o inhame-roxo, colhido no mês de setembro, após as últimas chuvas de agosto. O inhame-roxo viceja próximo às touceiras de banana, aos “paus podres”, às cercas ou em qualquer outro lugar úmido e rico em matéria orgânica onde se deixe alguma semente. Na época da colheita as folhas secam anunciando que o inhame está maduro. O trabalho de colheita exige destreza, pois é importante preservar a integridade dos caules (inhames). Não se utiliza ferramentas metálicas e a terra é cavoucada com as mãos ou com o auxílio de pedaços de madeira. Os inhames são retirados do solo um a um e pequenas sementes são deixadas para garantir a continuidade da rama que produzirá novos inhames no próximo ano. Os inhames são verdadeiras iguarias, consumidas preferencialmente no café da manhã e, atualmente, estão entre os produtos agrícolas mais requisitados pelas famílias beneficiadas pelo projeto de PAA da AQREV.

A ÁGUA E O HABITAR

Os roçados de mandioca e quase tudo, o cacau de boqueirão em agroflorestas de quase tudo, as capoeiras, o próprio mato grosso e as roças de *commodities* agrícolas em terras de mandioca são, por assim dizer, dádivas do regime pluviométrico de chuvas abundantes, que caem durante praticamente todo o ano, irrigando as plantações, abastecendo o lençol freático e garantindo a manutenção de nascentes, córregos e rios. A abundância de recursos hídricos possibilita também a existência de um sistema de abastecimento de água por

gravidade que atende praticamente todas as casas. O sistema é formado por uma complexa rede de mangueiras flexíveis que capta a água em pequenas represas construídas ao pé de nascentes localizadas em diferentes pontos do território. O sistema dispensa aparatos mecânicos e não respeita os limites territoriais das pequenas roças, tampouco das grandes fazendas de cacau onde estão as melhores reservas de água potável. De maneira geral, não existem muitos tanques para o armazenamento, pois o fluxo de água é contínuo. É verdade também que nos períodos de seca – cada vez mais frequentes – o volume de água das nascentes se torna insuficiente para o abastecimento de todas as casas e, como em algumas situações o sistema interliga várias residências, ocorre um controle do fluxo de água, estabelecendo-se uma espécie de rodízio.

Embora a água corra em abundância durante praticamente todo o ano, na maioria das roças, as atividades de lavagem de roupas e de utensílios de cozinha não ocorrem nas residências. A esse respeito, é significativo que essas atividades aconteçam sempre fora do ambiente doméstico, em córregos e pequenas represas localizadas nas baixadas, mas sempre próximas às casas. A lavagem dos utensílios de cozinha e de roupas é, sobretudo, uma atividade das mulheres que transformam esses momentos em encontros de socialização. Mas, de qualquer forma, em muitas residências há espaços específicos para essas atividades, uma espécie de área de serviço utilizada na lavagem da roupa da casa, na lavagem dos utensílios de cozinha e no preparo da alimentação.

A água do sistema é utilizada também na irrigação de pequenas hortas domésticas, criadas para atender especialmente as demandas dos projetos de PAA. Essas hortas produzem vegetais como alface, rúcula, couve, coentro e cebolinha, que se destinam às entregas do

programa, e algum excedente que é consumido pelas famílias. É importante reconhecer que essas hortas, além de gerar renda monetária direta, estão impactando na cultura alimentar local por meio do estímulo ao consumo de determinados alimentos que, de maneira geral, não integravam o rol de alimentos consumidos pela comunidade. Atendendo exigências dos técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a área da horta é cercada com telas para impedir o acesso de animais silvestres e principalmente domésticos. Não há sistemas de irrigação instalados, e o que se observa em algumas hortas é a existência de uma torneira ligada diretamente à rede de mangueiras do sistema de abastecimento. No entanto, na maioria das hortas, nem isso: recolhe-se a água em baldes no ponto d'água da casa para molhar os canteiros. De qualquer forma, o êxito das hortas está diretamente relacionado às chuvas abundantes.

As chuvas abundantes também destroem as estradas e tornam críticas as condições de mobilidade. Nos meses de maior pluviosidade, entre março e junho, as vias de acesso ficam praticamente intransponíveis, inclusive para veículos equipados com tração nas quatro rodas. Nesses meses de máximas pluviométricas, os automóveis “hibernam” nas garagens; nos momentos mais críticos o transporte dos estudantes para as escolas do distrito de Ibiaçu é suspenso, pois nem os ônibus do transporte escolar, nem os caminhões equipados com correntes conseguem subir as ladeiras íngremes que dão acesso ao Empata Viagem. O deslocamento até a cidade de Ubaitaba para as feiras de sábado, para a ida ao banco ou para uma consulta médica, torna-se uma verdadeira aventura que, em muitas situações, requer caminhadas de três ou quatro quilômetros. Mas não há como se queixar, pois são essas chuvas abundantes, juntamente com as altas temperaturas, que garantem uma boa safra de cacau e a fartura nos roçados de mandioca.

É dentro desse panorama que as condições pluviométricas do lugar se integram ao mosaico de paisagens. Nas agroflorestas de quase tudo, a elevada porosidade dos solos, graças à presença de microrganismos, os protege contra a erosão, e a grande densidade e diversidade da vegetação impede a lixiviação de nutrientes. Peneireiro *et al.* (2008a, p. 38) apresentam a questão da seguinte maneira:

As chuvas tropicais são geralmente torrenciais, com grande intensidade, ou seja, grande quantidade de água precipita em curto período de tempo. Quando a chuva cai sobre uma floresta, primeiramente as copas das árvores, arbustos e outras plantas retêm parte dessa água e reduz a velocidade das gotas, que cairão como precipitação interna. Outra parte da água escorre pelos troncos. As gotas que chegam ao chão encontram um manto de folhas secas, que também contribuem para neutralizar o impacto da gota sobre o solo.

O solo protegido e com muitos poros, graças à atividade das minhocas, outros animais e microrganismos, funciona como uma esponja, que propicia a alimentação do lençol freático. Assim, ao invés de escorrer, como enxurrada, a água penetra no solo.

A malha de raízes se encarrega de captar os nutrientes solúveis, evitando que os mesmos [sic] sejam lixiviados, ou seja, lavados ao longo do perfil do solo. Além disso, toda essa proteção não deixa o solo ser levado por erosão, o que entupiria igarapés e rios.

A água que emerge dos olhos d'água, alimentando rios e brejos, abastecendo as casas, irrigando as hortas e garantindo uma boa safra, é a água da chuva que infiltrou nos solos. Dessa forma, a agrofloresta de quase tudo, o mato grosso, as capoeiras e os roçados

de mandioca compõem um mundo extremamente dependente da água e que não se divide em categorias estanques. A agrofloresta de quase tudo, localizada no boqueirão, é um sistema produtivo no qual as famílias quilombolas “criam” árvores e, conseqüentemente, “plantam” água. É também uma barreira que dificulta a lixiviação dos nutrientes carregados pelas chuvas, sobretudo nos roçados de mandioca. Por outro lado, o mato grosso e a capoeira, além de protegerem os solos, garantem a reposição dos nutrientes lixiviados por meio de um complicado processo de ciclagem. Ainda, de acordo com Peneireiro (2007, p. 4),

As plantas retiram do solo os nutrientes que precisam para crescer, viver e dar frutos, mas também devolvem ao solo parte dos nutrientes que utilizaram através da queda das folhas, galhos, ou mesmo quando morrem, pois já cumpriram sua função e chegaram ao fim de seu ciclo de vida. Todo material que cai no chão da floresta é transformado pelos agentes decompositores, que através desse processo, disponibilizam novamente os nutrientes para que outras plantas possam aproveitar.

É na agrofloresta de quase tudo que os seres humanos e a grande maioria dos animais e vegetais vivem efetivamente a trama da vida. No interior dessas agroflorestas estão a maioria das casas de morada, as casas de farinha e as barcaças para a secagem do cacau. As construções são, geralmente, de madeira – material de construção de fácil manuseio e que permite a circulação das construções no interior das roças como “pegadas” que registram a presença humana. A degradação dos materiais de construção – madeira ou taipa – é o sinal para a edificação de uma nova casa de morada, uma nova casa de farinha e de uma nova barcaça. É assim que os chãos das

construções, ou as próprias construções abandonadas, demarcam a ocupação do território pelas famílias.

A circulação das construções nas agroflorestas de quase tudo é um processo relativamente fácil de ser acompanhado. Basta redirecionar um pouco a atenção ou deixar um pouco de lado a rica biodiversidade natural do lugar e olhar um pouco mais de perto as atividades humanas, que, ao fim e ao cabo, também se enquadram nessa rica biodiversidade. Isso foi exatamente o que fiz. Em determinado momento, concentrei o trabalho de observação nas atividades humanas. Acompanhei esse processo de circulação em uma pequena roça do Empata Viagem, quando a casa de farinha da família foi desmontada e transferida para outro local, aparentemente sem justificativa convincente. Na operação, os esteios de madeira em bom estado, os alguidares de chapa de aço, a prensa centenária e as telhas de cimento amianto foram cuidadosamente retirados e levados para o local onde a nova casa de farinha estava sendo construída, mas parece que esse procedimento de desmonte e reaproveitamento do material na nova construção não é regra. Nas três outras situações que presenciei, as antigas construções foram simplesmente abandonadas. No lugar da viúva afortunada citada no capítulo anterior, acompanhei a construção de uma nova casa de madeira, muito parecida com a casa velha, localizada a cerca de 50 metros de distância, mas com tudo novo. A família se mudou lentamente para a nova residência e a casa velha ainda permanece lá, “abandonada” e entregue à ação do tempo, talvez como um marco da passagem da família. Em Rua de Palha, na última visita, cheguei a perder o rumo ao não encontrar a residência do filho mais velho da matriarca: a casa de taipa tinha sido abandonada e o mato encobria os caminhos. É assim que, aqui, ali e acolá há sempre uma construção abandonada,

ou uma pequena clareira formada pelo que teria sido um dia uma casa de morada, uma casa de farinha ou uma barça. Habitar no quilombo é, portanto, habitar um ambiente sempre em construção.

Arriscando mais uma analogia, é possível afirmar que esse movimento de circulação de seres humanos no chão da agrofloresta de quase tudo aproxima ainda mais as famílias agricultoras dos demais seres que habitam o sistema. Dessa forma, o movimento pode ser interpretado como um registro da presença humana no território, mas também como algo que dinamiza e que é dinamizado pelo fluxo de energias que renova continuamente o sistema agroflorestral. Há também outra maneira de destacar a importância desse processo de circulação – por sinal, bem mais arriscada –, fazendo referência os ensinamentos de Kiuchi e Shireman (2003): na floresta tropical, acomodação é morte.

Casa de alvenaria e de tijolos ou blocos cerâmicos sempre foi raridade no Empata Viagem, pelo menos nas pequenas roças. Concretamente, as construções existentes nas grandes fazendas que se instalaram no quilombo, no movimento de expansão da cultura do cacau, propiciado pelo pacote tecnológico do Cepec e as casas de famílias quilombolas afortunadas, estão fora dessa equação. Vale ressaltar ainda que as casas de alvenaria e blocos cerâmicos estão cada vez mais presentes, resultado da melhoria das condições de acesso e, em especial, do aumento da renda das famílias beneficiárias dos programas sociais do Governo Federal. Convém, ainda, citar as 40 casas do PNHR que estão sendo construídas no Empata Viagem (Figura 7).

Figura 7 – No primeiro plano, residência construída no âmbito do PNHR, ao lado antiga casa de madeira coberta com telhas de amianto



Fonte: Foto do autor (2016).

A imagem da casa construída no âmbito do PNHR ao lado da casa de madeira é uma imagem forte e, de certa forma, revela que as famílias do Empata Viagem começam a habitar um mundo previamente mapeado, muito diferente do mundo em contínua construção, propiciado pelas edificações sempre provisórias de taipa e madeira (INGOLD, 2015, p. 86). De todo modo, dada a sujeira provocada pelo fogão a lenha, as atividades demoradas e pesadas do trabalho doméstico e, quiçá, também as principais demandas da trama da vida cotidiana, nas novas “casas de construção” a maioria das atividades domésticas – cozinhar, lavar e até mesmo o prosear – continuam sendo realizadas em espaços fora do corpo principal da residência, o mais das vezes em uma segunda cozinha (SILVA, 2008, p. 105), invariavelmente construída em madeira ou taipa.

Sendo assim, as novas casas de construção e, em especial, a chegada da energia elétrica e o aumento da renda das famílias propiciaram uma nova forma de organizar o espaço interno das residências, que passou a contar com sala equipada com televisor e aparelho de som e uma cozinha equipada com fogão a gás, liquidificador, geladeira e, em algumas residências, o tanquinho. Isso apesar de a lavagem de roupas, o preparo da alimentação, a produção da puba, o processamento do azeite de dendê, o preparo do corante de urucum e o abate de pequenos animais continuarem ocorrendo em espaços localizados fora do corpo principal da residência. Esses espaços adquirem maior expressão no que diz respeito à organização espacial das residências, assim como maior importância social por se constituírem espaços de sociabilidade, locais onde se tece boa parte da trama cotidiana da vida. São nesses espaços que ocorrem a maioria das reuniões de família; que as visitas mais próximas são acolhidas e que os mascates geralmente convencem a clientela. Uma casa em Empata Viagem sem esse espaço corre o risco de tornar-se um ambiente vazio, portanto, sem vida.

As novas casas construídas com blocos cerâmicos estão concentradas nas proximidades da Estrada do Empata Viagem, em decorrência da facilidade no transporte do material de construção e, numericamente, são pouco representativas. As técnicas de construção com barro – como o adobe e a taipa – e com a madeira, que dispensam cimento, fogo e permitem a circulação das construções pelo território, permanecem vivas no interior das agroflorestas de quase tudo, sempre locais de difícil acesso.

Essas roças também são habitadas por animais silvestres que podem conviver pacificamente com os humanos, servir como alimento, competir por alimento ou até mesmo colocar em risco a vida de

seres humanos e animais domésticos. O luiz-cacheiro, também conhecido como ouriço-cacheiro, ou porco-espinho (*Coendou villosus*), pequeno roedor com hábitos noturnos que também se alimenta dos frutos do cacauero, é caça abundante e também ameaça importante aos cães de caça. A razão para isso são os espinhos que cobrem todo o corpo do animal, que são liberados quando atacados. São inúmeros os relatos de bons cães de caça que ficaram cegos após acuarem o luiz-cacheiro. Por certo, o caititu, pelo risco que representa aos roçados de mandioca, é também um animal temido, pois apenas um consegue destruir rapidamente todo um roçado. Segundo os depoimentos, o caititu “*fuça, fuça tudo e não fica nada!*”. A presença de caititus nas proximidades dos roçados mobiliza as famílias agricultoras que se unem para a vigilância, colocação de laços e organização de incursões de caça. Outro animal que ameaça os roçados é o veado. De acordo com a viúva afortunada referenciada no capítulo anterior,

[...] quem mais come mandioca é o caititu, mas o veado, a corsa, come as folhas e acaba a roça. Quando a mandioca está pequena ele sai quebrando que só um boi, comendo as folhas! Aqui um dia veio comer as folhas de couve aqui na porta. Amanheceu o dia as folhas estavam comidas, folhas largadas tiradas o pedaço. Aí olhei estava o rastro assim [...].

O gavião, o saruê – mamífero, parente do gambá, conhecido também como sariguê – a raposa e as serpentes representam uma grande ameaça aos animais domésticos, em especial às aves e suas crias. Por outro lado, os grandes felinos representam uma ameaça aos próprios seres humanos. Nesse âmbito, não posso esquecer-me de citar uma notícia, amplamente divulgada em *sites* de notícias da região, programas de rádio e jornais, de um trabalhador rural que havia sido devorado por uma onça, no município de Camamu, portanto, nas proximidades

do Empata Viagem, que chamou atenção dos moradores. De acordo com reportagens publicadas em *sites* de notícias e *blogs* da região²¹, um trabalhador rural da cidade vizinha de Ubaitaba foi devorado por uma onça na Zona Rural de Camamu a 50km ao norte de Itacaré. Ainda, conforme as informações, um caçador teria desferido um tiro certo e matado a onça dias depois. Não há dúvidas de que a notícia da morte do trabalhador sensibilizou toda comunidade, no entanto, o boato de que o caçador havia sido preso por crime ambiental gerou certa perplexidade e muitos comentários.

No passado, os animais silvestres representavam uma fonte importante de proteína animal. O emprego de laços no mato grosso, nas capoeiras, nas agroflorestas de quase tudo e até mesmo nos roçados de mandioca era prática comum e os animais capturados garantiam abundância de carne. Na voz da viúva afortunada, “*naquela época ninguém passava fome, não tinha era dinheiro, mas o de comer tinha*”. Hoje, mesmo sendo atividade ilegal, de acordo com a legislação em vigor, crime ambiental e, para algumas pessoas no Empata Viagem, atividade antiecológica, a caça ainda é praticada. Caçar é uma atividade tipicamente noturna, essencialmente masculina e voltada à proteção de roçados e criações contra o ataque de animais silvestres, sem deixar de ser fonte importante de proteína animal. Não se pode deixar de apontar a importância dos cães de caça para a boa realização da prática. Assim, todo caçador possui bons cães e se orgulha disso. De um lado, a presença da carne de animais silvestres nas panelas não é raridade, mas, por outro lado, a publicização disso não é prática muito comum, pelo menos com as pessoas de fora da comunidade. Se a essa dimensão adicionarmos o fato de que os caçadores dificilmente se assumem enquanto tal, é porque o ato de

²¹ Disponível em: <https://bit.ly/2VhNNas>. Acesso em: 29 ago. 2015.

caçar acaba sendo caracterizado como algo clandestino, certamente em decorrência da legislação ambiental, mas não só em função disso. O fato de a caçada ser atividade essencialmente noturna não deixa de contribuir para esse aspecto de clandestinidade, pois a noite oculta o caçador, um ser que não respeita os limites impostos pelas cercas e que, por assim dizer, exerce uma atividade que se situa à margem. De todo modo, dificilmente uma boa caçada rende um estoque grande de carne para a família do caçador, pois a caçada só se completa com a partilha da carne entre parentes, amigos e vizinhos, talvez uma desdobração natural dessa clandestinidade e, sobretudo, da não observância de limites territoriais.

A caçada e a partilha são expressões importantes das relações de cooperação e de reciprocidade que as famílias agricultoras mantêm internamente e entre si, enredadas naquilo que Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 140) denominam saberes locais que “[...] formam um complexo de entendimento sobre as estruturas naturais e suas relações e dinâmicas ecológicas sempre incertas e em constante transformação”. Assim, a chegada da energia elétrica e a aquisição de *freezers* pelas famílias não foram suficientes para uma alteração radical nos costumes ligados à caça e à partilha. Hoje, muitas famílias possuem um *freezer*, no entanto, a partilha da carne, oriunda das caçadas, permanece prática comum. Não é de bom alvitre estocar a carne congelada de animais silvestres abatidos em caçadas por muito tempo. A conclusão sobre esse tema é que as caçadas continuam e, quando um animal é abatido, rapidamente a carne é dividida. Histórias de caçadas só ouvi após conquistar a confiança das pessoas envolvidas. Reproduzo abaixo uma “história de espantar” de uma caçada, na qual estavam envolvidos dois irmãos, que teria ocorrido em noite de lua cheia, contada por Zé, um ex-presidente da AQREV:

Foi assim, estavam ele e o irmão; o cachorro encontrou uma paca. Eles cavaram, cavaram, pegava o barro com o cesto e dava ao irmão para jogar fora e, quando ele olhou e viu a paca... quando cavou para tirar a terra, ele viu um pico-de-jaca e pegou com uma mão. Aí o irmão falou: olhe outra! Ele pegou com a outra mão... Luta daqui, luta dali, sacudiu. [...] Quase desmaiou, mas reagiu e matou as cobras esfregando as cabeças no barro. Aí, [...] sangrou a paca.

Nas últimas décadas e, especialmente, nos últimos anos, tem ocorrido um decréscimo significativo na regularidade das caçadas e as justificativas apresentadas pelos caçadores são muitas. A primeira é a falta de bons cães de caça. Em segundo lugar, a diminuição das áreas de mato grosso e de capoeiras, em decorrência do avanço das roças de cacau sobre as terras de mandioca. Uma terceira justificativa está relacionada ao aumento da renda das famílias, em decorrência dos programas sociais do Governo Federal. Uma quarta justificativa, e talvez a mais importante, está relacionada à quebra do isolamento secular das famílias agricultoras do Empata Viagem. As estradas encurtaram os caminhos, e caminhões de frete e vans garantem o transporte regular entre a cidade de Ubaitaba e o Empata Viagem, fatores que, juntamente com o aumento da renda das famílias e a chegada da energia elétrica, possibilitaram incremento no consumo de peixes e frangos congelados: uma viagem que no passado chegava a demorar dias, hoje pode ser realizada em menos de uma hora. É assim que as carnes congeladas conquistam espaço nas cozinhas, e é assim também que essas carnes começam a ser comercializadas em pequenos pontos comerciais no próprio Empata Viagem. Hoje também não falta carne fresca de gado, pois todo final de semana um agricultor da Baixa Funda assume o papel de magarefe: abate um boi ou uma vaca e comercializa a carne em um ponto comercial em Pé de Serra. A isso se soma o fato de que o objetivo final do magarefe

é a abertura de um pequeno açougue nas proximidades da Escola Quilombola, em terreno comprado dos Monteiro.

É comum a criação de animais silvestres, capturados em caçadas ou achados, desgarrados de suas mães – possivelmente abatidas por caçadores – perambulando nos roçados. Os pequenos animais são acudados pelos cães, capturados e criados nas proximidades das residências. Os filhotes crescem nos terreiros na companhia dos humanos e de animais domésticos. Não há notícias sobre o abate desses animais. Em termos gerais, os animais não conseguem se adaptar ao cativeiro, muitos morrem e, na maioria dos casos, fogem para o mato. Registra-se também a presença de animais silvestres criados como bicho de estimação, como o papagaio do casal de chegantes de Itagibá. É comum também a presença de aves silvestres nos terreiros. Na mata, as pessoas recolhem ovos que são postos para chocar em ninhos de galinhas. Não é algo surreal a existência de filhotes de urubu sendo criados por galinhas nos terreiros, convivendo tranquilamente com pintos e outros animais domésticos. Também não há como estranhar a presença de jacus convivendo com galinhas e patos. É verdade que essa convivência não é muito tranquila. Na fase inicial de vida, as pequenas aves são criadas pelas galinhas ao lado dos pintos. Com o passar do tempo, geralmente, tornam-se agressivas. Logo, em muitas situações, fogem ou passam a viver confinados em gaiolas. Tal conjunção de fatores parece ser suficiente para coibir a ação dos fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama). Não há como calar a voz de Dona Dalva, agricultora quilombola de muitos afazeres, inclusive como criadora de galinhas, patos e toda e qualquer ave que se aventure em seus roçados, afinal “*o Ibama não tem nada com isso, pois, se os ovos são chocados aqui e é tudo cria de galinha, não é?*”.

A agrofloresta de quase tudo parece trazer a solução para uma eminente separação do universo dos seres humanos do universo dos não humanos. Nessas agroflorestas, o campo cultural – o universo dos humanos – em suas relações com o campo dos não humanos flutua como um espectro por sobre um mundo fluido e sem fronteiras definidas, criando um ambiente meio mágico no qual humanos, animais, vegetação local e fenômenos da natureza (chuvas, ventos etc.) atuam como agentes em um ciclo contínuo de renovação de paisagens que resulta, quase sempre, em melhorias ambientais (BALÉE, 2008, p. 9). Tudo isso contrasta com a instrumentalização da Ciência Agrônômica que se intitula moderna, alicerçada em monoculturas e em consórcios atrelados a um modelo produtivista de desenvolvimento agrícola, que primam pela simplificação das paisagens, “[...] desfazendo os controles e equilíbrios intrínsecos por meio dos quais a natureza mantém as espécies dentro de determinados limites”. (CARSON, 1969, p. 20).

Aqui repousa, em essência, o significado de um modo de vida muito particular em que humanos, vegetais, animais e os próprios fenômenos da natureza formam uma espécie de sociedade. Os animais plantam determinadas espécies vegetais (dispersão de sementes); em certas situações competem por alimentos – como no ataque de caititus aos roçados de mandioca –, ameaçando a sobrevivência dos humanos. No entanto, esses mesmos animais também são fonte de alimento nutritivo e muito valorizado (caça), e “ensinam” aos humanos os segredos da roça, quando alertam para chuvas eminentes ou para o início do ciclo produtivo de determinada planta, a exemplo da revoada de tucanos, sinal para a presença de cachos maduros de pupunha na roça.

Os vegetais, por outro lado, além de fornecerem muito do que humanos e animais necessitam para viver, demarcam as estações do ano, revelam sutilezas do ciclo de produção de determinadas culturas e são indissociáveis das paisagens “arquitetadas” pelos humanos. É assim que as pessoas ficam sabendo que a próxima safra de cacau será grande ou pequena, como revela um ensinamento importante dos moradores velhos: ano de pouca jaca é ano de pouco cacau! Essa é uma informação importante que possibilita que as pessoas programem os orçamentos domésticos, ou mesmo ampliem ou diminuam os roçados de mandioca, adiem ou antecipem a compra de algo, ou realizem algum investimento, como a construção de uma nova casa de morada, uma casa farinha ou mesmo uma barcaça. O que os fenômenos da natureza fazem, afinal, é criar condições para a existência dessa sociedade agroflorestal, impondo limites e abrindo possibilidades. Tal modo de vida possui um maestro, responsável pela elaboração das partituras e pelo ajuste das entonações: o ser humano.

A riqueza botânica das agroflorestas está diretamente relacionada à trajetória das famílias, ao agenciamento dos animais e, com certeza, às forças da natureza. É assim que, a princípio, qualquer semente que chegue às mãos dos humanos é plantada e, embora sempre haja uma preocupação quanto ao aspecto econômico e, mais ainda, quanto à inserção da planta no abastecimento alimentar e na medicina, as novidades são sempre bem-vindas. É assim também que as novas plantas conseguem transpor os limites territoriais das roças familiares: por meio do intercâmbio entre as famílias, da ação inconsciente dos animais silvestres que se alimentam dos frutos e “plantam” as sementes e da ação involuntária das forças da natureza (o vento, as chuvas e o fluxo incessante dos cursos d’água). E como as forças da natureza impõem limites às ações dos humanos e às ações dos

não humanos, essa ampliação da biodiversidade está subordinada, sobretudo, às condições de adaptabilidade das espécies. E isso ocorre sem acréscimo de nenhum porém, em tom absolutamente franco. O que pode revelar as forças da natureza? Aqui, uma vez que o foco das análises está nos infortúnios causados pela Revolução Verde, é quase impossível não buscar as respostas na decadência das grandes monoculturas. Uma dessas revelações seria a de que o verdadeiro motivo do ocaso da fazenda Tô Contente foi uma “repreensão” das forças da natureza àqueles que desrespeitaram verdades encarnadas.

Nessas agroflorestas, afóra a mandioca criadora de árvores e os cacauzeiros, cuidadosamente plantados de acordo com os ensinamentos dos moradores velhos, a grande variedade do que é cultivado, nascido ou transplantado não está sujeito ao circuito da troca de mercadorias, mas aos princípios da reciprocidade e do autoconsumo, e muito daquilo que é produzido é riqueza que ao circular revela a generosidade e o prestígio dos doadores e, no mais das vezes, possui algo como uma personalidade. Tomo aqui de empréstimo as reflexões de Marcel Mauss (1974) no seu “Ensaio sobre a dádiva” e destaco como exemplares: a relação das famílias agricultoras do Empata Viagem com suas jaqueiras, algumas delas patrimônio de família, que produzem jacas duras e moles, habilmente preservadas e até mesmo reverenciadas por suas qualidades e levadas à mesa inclusive acompanhadas da farinha de mandioca; o cuidado de um dos filhos da mais importante liderança do quilombo com seus abacateiros, em especial com um pequeno que simplesmente nasceu entre as seringueiras do projeto Mata Verde, plantado ninguém sabe por quem e que foi eliminado por recomendação do técnico que acompanha o projeto para o Banco. Esse técnico também alertou o agricultor sobre a inconveniência do abacateiro, ao afirmar que naquele lugar

só são admitidos cacauzeiros e seringueiras e nada mais, condição *sine qua non* para liberar recursos oriundos do empréstimo. Ressalto também as jabuticabeiras que conheci em Horizonte, muitas delas centenárias, algumas nascidas, outras plantadas, algumas herdadas dos moradores velhos, outras plantadas ninguém sabe por quem, cujos frutos “*são comidos na roça mesmo*” pela dona da roça, pelos demais moradores de Horizonte, pelos caminheiros, pelas visitas ilustres e pelos animais.

Entre aquilo que é produzido nessas agroflorestas há, ainda, uma diferença importante entre o que deve ou o que pode ser comido na roça mesmo, o que precisa ser processado, transformado na cozinha e o que vai diretamente à mesa, que se sobrepõe inclusive à instrumentalização técnico-científica da Ciência Agrônômica que se intitula moderna na diferenciação entre o que é plantado intencionalmente pelos humanos e o que simplesmente nasce nas roças pelo agenciamento de animais e de fenômenos naturais. Existem frutas que devem amadurecer no pé e que são importantes componentes da merenda, durante as jornadas de trabalho na roça, como a jaca, que pode, inclusive, ser colhida de vez e deixada amadurecer em um local fresco, geralmente nas proximidades da jaqueira, mas que, segundo sabedoria da gente do lugar, o bom mesmo é colher madura; as laranjas e tangerinas que, em suas diversas variedades, preenchem os intervalos da merenda nos meses de junho e julho, período de chuvas abundantes e, coincidentemente de colheita do cacau; as goiabas, sejam brancas ou vermelhas, que sucedem laranjas, tangerinas, cajus, cajaranas e uma infinidade de frutas pouco conhecidas, ou até mesmo desconhecidas de quem vive na cidade, como o coco-de-sapucaia. As frutas (ou a merenda) marcam a passagem do tempo, ou seja, regulam a jornada de trabalho e, de qualquer forma, cada fruta tem sua época. O resultado

disso não é apenas a marcação do tempo. É também um componente essencial da cultura alimentar: as pessoas geralmente tomam apenas um café preto pela manhã e vão pra roça de barriga vazia e, em muitas situações, não têm a merenda reforçada que deveria vir da casa. Ao fim e ao cabo, as frutas surgem como alimento muito importante na cultura alimentar do Empata Viagem.

A merenda coloca em evidência a capacidade de repartir, de esperar a vez, ou seja, exercita a reciprocidade e a identificação com o outro. O comer juntos, além de fortalecer os laços de amizade entre quem trabalha junto na roça, serve para reforçar as relações entre as famílias, pois é comum a troca ou mesmo a compra de dias de trabalho. A jaca, invariavelmente presente em todas as roças, talvez seja a merenda mais importante por frutificar no período de entressafra do cacau e, sobretudo, por ser um alimento forte, que tira a fome. O odor agradável da fruta madura interrompe de súbito as atividades laborais e, se a jaca é boa, alguém sobe na jaqueira, uma árvore frondosa que pode atingir até 20 metros de altura, colhe a fruta, que pode pesar mais de dez quilos, em algumas situações desce da árvore com a jaca entre os dentes e divide entre todos os presentes.

A voz de um dos diretores da AQREV, também filho da mais importante liderança do quilombo, ilustra bem a importância das coisas que se come na roça mesmo, a relação dessas coisas com a jornada de trabalho e com o avanço das monoculturas.

[...] eu tenho aqui a Cepel, ali de espelho pra poder tá colocando a Cepel. Na Cepel você não encontra nada disso, por quê? Porque ali, a gente tem que acabar com isso, pois ali ainda se aglomera uma pequena escravidão. Porque eles caíram nessas frutas, nessas coisas que tinha, mataram tudo pra impedir que os peões, os funcionários

comendo uma jaca, um negócio desses, deixassem de estar ali trabalhando, mataram tudo!

Não se pode deixar de apontar que, no âmbito de uma racionalidade eminentemente utilitária e capitalista, não há espaço para essas coisas que se come na roça, algo que é emblemático em uma sociedade com projetos e propósitos de ação que aproximam o ser humano da natureza. Portanto, tomada no sentido da necessidade de maximização dos lucros das grandes fazendas, formadas sobretudo no movimento de expansão da cultura do cacau, proporcionado, de certa forma, pelo pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec, adquire sentido a eliminação das árvores frutíferas, pois a merenda rouba um tempo precioso que não pertence mais aos quilombolas.

Nessas agroflorestas não só se planta ou se colhe, também criam-se pequenos animais em um sistema integrado no qual porcos, galinhas, patos, filhotes de animais silvestres, cães, gatos etc. se alimentam e são alimentados com o que é produzido, com o que sobra do processamento da mandioca, com restos das cozinhas e, em situações especiais, com ração e milho comprados no comércio das cidades e lugarejos próximos. Em pequenos pastos, sempre próximos às casas de morada, descansam os animais de montaria e de serviço, no mais das vezes, mulas e burros que, pela resistência nas subidas e descidas nos terrenos acidentados do Empata Viagem, são os responsáveis pelo transporte da feira de sábado do quase tudo que é produzido nas roças, das manivas e raízes da mandioca, do cacau mole quebrado na roça, do cacau seco nas barcaças, do adubo e do calcário utilizados nas plantações, tudo sempre acondicionado em panacuns. Em algumas roças, cria-se também um boi de arrasto, utilizado na limpeza das capoeiras e principalmente no transporte da madeira que alimenta as carpintarias. Não há dúvidas de que, no

passado, os animais de serviço eram muito mais importantes, pois não havia como transportar a feira de sábado, bem como a farinha de mandioca e o pouco cacau para fora do quilombo sem bons animais de serviço. E, de maneira geral, esses animais permanecem imprescindíveis no trabalho da roça pelas características do relevo e pelas especificidades do manejo agroflorestal.

Nesse contexto, a criação de porcos possui significado especial. As falas dos moradores mais velhos revelam que no passado esses animais foram muito importantes como fonte de carne e, sobretudo, de banha, gordura que rivalizava com o azeite de dendê nas preferências culinárias. É importante registrar que, nesse passado, a grilagem de terras e a ludibriação dos quilombolas na venda de suas posses ainda não imperavam no Empata Viagem. Naquele tempo, os animais eram criados soltos, quase como bichos do mato e não fuçavam nem as roças dos proprietários dos porcos, nem as roças dos vizinhos, pois as famílias possuíam muita terra. Hoje, quem cria porco, cria poucos animais e, como não há o costume de construir pocilgas, os animais são criados amarrados. Os animais são abatidos geralmente em datas festivas (aniversários, Natal, Ano Novo e São João) e em grandes fari-nhadas, fornecendo, além da carne, o toucinho e a banha. No passado, a carne e o toucinho eram conservados por meio da defumação e da salga e, juntamente com a banha, abasteciam as cozinhas. A banha também era muito utilizada na conservação da carne por meio de um método muito simples: os pedaços de carnes eram cozidos e acondicionados em recipientes fechados mergulhados na banha.

Se, por um lado, o porco perdeu o *status* de “quase bicho do mato”, as aves domésticas mantêm esse *status*. Na maioria das roças as aves domésticas, especialmente galinhas, são criadas soltas na proximidade das casas e em completa liberdade. As aves fazem o ninho

no mato e, quando menos se espera, aparecem com a ninhada. No entanto, como os porcos, as aves também atrapalham na roça, pois ciscam tudo, mas, diferentemente dos porcos, elas andam pouco, não atrapalhando as roças dos vizinhos. A alternativa para a criação, orientada inclusive pelos técnicos que acompanham o projeto de PAA, tem sido a construção de galinheiros. No entanto, como a ração e o milho estão muito caros, a recomendação não tem sido atendida pelas famílias beneficiárias do programa. Nesse contexto, é importante observar que em muitas roças o galinheiro só é utilizado quando a criação ameaça alguma cultura em particular, como foi possível observar nos momentos iniciais de um roçado de milho. O galinheiro tem sido importante também no abrigo da criação à noite, uma proteção contra o ataque de animais silvestres. Pode-se afirmar, ainda, que o galinheiro não é unanimidade no Empata Viagem. Na realidade, poucas pessoas optam por prender suas galinhas como alternativa para proteger as plantações. A estratégia mais utilizada é o cercamento das plantações, especificamente das hortas do PAA, essa é mais bem-sucedida. Uma conclusão sobre esse tema é que os porcos e as galinhas necessitam de liberdade para remexer e explorar os solos em busca de alimentos e, como a roça está encolhendo e os plantios estão cada vez mais próximos das casas, não há como criá-los soltos sem colocar em risco as plantações e, sobretudo, sem incomodar os vizinhos.

CURUPIRAS, ENCANTADOS E OS OUTROS SERES MÁGICOS

No Empata Viagem, o ritmo das mudanças está sendo traçado pelos avanços e recuos da agricultura industrial de exportação, que

põe em ação uma relação produtividade/tecnologia, que pertence a um paradigma produtivista de desenvolvimento agrícola que substitui as continuidades e progressões, próprias de um modelo que harmoniza as atividades agrícolas com os processos naturais dos seres vivos (GÖTSCH, 1997, p. 1), por uma agricultura baseada na descomplexificação e na entropia, que promove cada vez menos vida (LEITE, 2014, p. 27). Esse cenário tem as raízes muito bem fincadas nos primeiros anos do século passado, quando o Brasil passou a ocupar uma posição de destaque no mercado mundial da *commodity* cacau; alcançou grandes proporções a partir dos anos 1930, quando a produção africana passou a representar uma ameaça, período marcado por queixas quanto à ausência de tecnologias apropriadas ao cultivo do cacau, pela queda no preço internacional da *commodity* e pela criação do ICB (COSTA, 2012); chegou ao clímax em meados do mesmo século, no movimento de consolidação do pacote tecnológico da Revolução Verde e, nesse conturbado início de século, período no qual as *commodities* parecem definitivamente controlar a vida das pessoas, ganha novo fôlego com os incentivos à produção de outra *commodity*, o látex, essa talvez ainda mais perversa pela impossibilidade completa de ser levada à mesa e, sobretudo, pelo baixo preço, consequência direta da utilização de trabalho escravo e infantil em outras paragens. Aqui certamente repousa a essência do significado das mudanças que têm ocorrido na maneira como os seres humanos se apropriam dos bens e serviços da natureza. Trata-se do avanço e da consolidação daquilo que pode ser descrito como era das *commodities*.

Se há um fato que assinala todo esse processo – que pode muito bem ser adjetivado como uma reinvenção da cultura do cacau no sul da Bahia – é a elevação em 310% na produção nacional de cacau, nos

primeiros 20 anos de existência do Cepec (ROCHA, 2008, p. 58), demonstração perfeita da superioridade da Ciência Agrônômica que se intitula moderna com suas “poções mágicas, portadoras de poderes sobrenaturais”. E, se até o advento da revolução respeitavam-se as exigências edafoclimáticas do cacauero, cultivado nos vales dos grandes rios, as novas tecnologias mudaram o sentido da história com os cacaueros cultivados em todo lugar e, até mesmo, em qualquer lugar e, acima de tudo, resolvendo os principais problemas que afligiam a cultura do cacau, como a até então inimaginável e improvável extinção de insetos e pragas que ameaçavam os lucros dos grandes fazendeiros.

Perfaz o roteiro um olhar científico que desconecta o cacauero das demais formas de vida existentes no ambiente de floresta tropical. Tal lógica fez das tecnologias agrícolas um encadeamento de ações voltadas à eliminação de toda e qualquer forma de vida que potencialmente ameaçasse o cacauero. O combate às diversas espécies de formigas, em especial a caçarema (*Azteca chartifex spiriti*) e a formiga-de-enxerto (*Azteca paraensis bondari*), hoje consideradas inofensivas e até benéficas ao cacauero, é um bom exemplo dessa lógica (DELABIE, 1989). De acordo com Sousa (2010), essas formigas podem até prejudicar a planta com seus ninhos, mas, por outro lado, ao se alimentarem da secreção de insetos nocivos ao cacauero, como pulgões e percevejos, contribuem no controle de pragas e doenças (SOUSA, 2010, p. 2). De todo modo, o ponto extremo dessa lógica ocorreu entre os anos 1970 e 1980, período no qual o pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec chegou a um ponto em que, é possível afirmar, as ações foram desmedidas: o combate às formigas, percevejos e bezourinhos com helicópteros, equipados com armas verdadeiramente poderosas, que despejavam compulsoriamente toneladas de agrotóxicos sobre as roças, atingindo indistintamente

plantas, seres humanos e animais; tecnologias impressionantes diante de uma agricultura necessariamente baseada na diversidade e na crescente complexificação do ambiente. Há, portanto, um traço que assinala o pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec. É a fragmentação, ou seja, a impossibilidade de uma visão holística que dê conta da complexidade das paisagens tropicais.

A esse preço, o pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec, sob a batuta do seu idealizador, Paulo de Tarso Alvim Carneiro, cultuado na região como uma espécie de herói fundador, foi meticolosamente massificado nas regiões produtoras através das Escolas Médias de Agropecuária da Região Cacaueira (EMARC) e das equipes extensionistas, vinculadas aos escritórios municipais da Ceplac, enquanto os principais pilares de uma revolução que alterou radicalmente os modos de fazer agricultura na região sul da Bahia. O resultado final foi o aumento da produtividade do cacau de boqueirão e o cultivo intensivo do cacau e de outras *commodities* agrícolas, como a seringueira e a macadâmia em solos ácidos e com baixa fertilidade natural, ou seja, em terras de mandioca. Ao que tudo indica, com efeitos deletérios sobre a saúde humana e o meio ambiente, além do aumento crescente nos custos de produção (PETERSEN, 2015). A proeza garantiu ao Cepec o reconhecimento internacional como um dos centros de pesquisas mais avançadas do mundo e ao doutor Paulo Alvim a gratidão e o reconhecimento de todo o corpo técnico da CEPLAC, pelos seus feitos pela cultura do cacau (ÁLVARES-AFONSO, 2011) e, por que não dizer, como um verdadeiro “mago” responsável pela transposição de barreiras até então intransponíveis e, quiçá, também “imaginárias” que impediam a felicidade dos grandes fazendeiros (COSTA, 2012, p. 96).

Com essa ideia de superação de uma suposta “barreira imaginária” que impedia o avanço de tratamentos culturais mais modernos de produção (COSTA, 2012), as promessas do pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec entre os anos 1960 e 1970 aproximaram o receituário agrônomo de uma espécie de “cientificismo mágico”. Não é de admirar que os poderes de curupiras e outros seres encantados que povoam as roças tenham sofrido duro revés, pois a luta dos seres humanos para controlar a natureza havia finalmente terminado, ou acreditava-se que havia terminado. Nesse contexto, a Engenharia Agrônoma, sob a direção do corpo técnico do Cepec, aparece como ciência privilegiada, apta a controlar as forças da natureza. Como em um passe de mágica, todos os problemas da cultura do cacau – e agrônômicos de maneira geral – acabaram sendo resolvidos pelo pacote tecnológico desenvolvido pelo centro, em um moderno canto de sereias. De qualquer forma, a eficácia de práticas mágicas implica em crença na magia que, de acordo com Claude Lévi-Strauss (1975, p. 194),

[...] se apresenta sob três aspectos complementares: existe, inicialmente, a crença do feiticeiro na eficácia de suas técnicas; em seguida, a crença do doente que ele cura, ou da vítima que ele persegue, no poder do próprio feiticeiro; finalmente, a confiança e as exigências da opinião coletiva, que formam a cada instante uma espécie de campo de gravitação no seio do qual se definem e se situam as relações entre o feiticeiro e aqueles que ele enfeitiça.

O desenrolar dos acontecimentos confirma exatamente essa lógica da história. Mas, como ocorre com os poderes de curupiras e de outros seres encantados, o tal “cientificismo mágico” também

contém falhas. Assim, as tais “poções mágicas” do pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec não foram suficientes para livrar a cultura do cacau do “mau humor” dos mercados, das incertezas climáticas, muito menos do ataque de fungos minúsculos mas poderosos que invadiram as roças encapsulados em vassoura-de-bruxa.

Embora muita gente no sul da Bahia e principalmente no Empata Viagem acredite que essa conjunção de fatores tenha sido um “castigo” decorrente da utilização em larga escala de fertilizantes industriais e agrotóxicos nas roças, “verdadeiros pecados praticados contra a sabedoria do criador”,²² não ocorreram muitos recuos nos protocolos de atuação das instituições ou agências governamentais que atuam com pesquisa e desenvolvimento no setor da agricultura. É certo que ocorreu uma pequena pausa na expansão dos cacauais; no entanto, no tocante a outras culturas (também *commodities*), em especial no cultivo da seringueira, o pacote da Revolução Verde avançou ainda mais, e isso no âmbito do Programa de Diversificação Agroeconômica das Regiões Produtoras de Cacau da Bahia, projetado como alternativa à crise da cacauicultura. O programa foi lançado pela própria Ceplac – já bastante combatida – e contou com a atuação marcante da EBDA, autarquia da Seagri, extinta em 2015, e de empresas privadas do setor de borracha atuantes no Programa de Desenvolvimento do Setor da Borracha Natural do Estado da Bahia, como a Michelin que, em parceria com o Cirad, passou a se dedicar

²² Referência ao epitáfio gravado na lápide do túmulo de Justus Von Liebig (1803-1873): “Pequei contra a sabedoria do Criador e com razão fui castigado. Queria melhorar o seu trabalho porque acreditava, na minha obsessão, que um elo da assombrosa cadeia de leis que governa e renova constantemente a vida sobre a superfície da Terra tinha sido esquecido. Pareceu-me que este descuido tinha que emendá-lo o frágil e insignificante ser humano”. (GUIMARÃES, 2014).

à criação de uma seringueira mais resistente aos fungos que atacam plantações na região.²³

E esse desenrolar da história parece confirmar exatamente as virtudes agrícolas das terras brasileiras citadas pelo escrivão da esquadra de Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha, ao afirmar que “aqui... em se plantando, tudo dá...”. Aliás, virtude dependente da crença nos poderes da ciência moderna. Embora seja possível afirmar que as palavras do escrivão não passam de palavras, ou seja, possuem pouca realidade, pode-se dizer que a carta de Caminha faz reverberar a clarividência de um autor que anteviu a importância da jovem colônia portuguesa no mundo globalizado que se avizinhava. Essa história retrata com certa fidelidade o que está no âmago da revolução propiciada pelas conquistas tecnológicas da Revolução Verde, trazidas para a região cacaueteira da Bahia pelo Cepec. As novas tecnologias transformaram palavras com pouca realidade em palavras mágicas, e a realidade das palavras – saberes ancestrais – em crenças e superstições, tudo alicerçado nas virtudes de “poções mágicas” capazes de proporcionar a superprodução de determinadas *commodities*, valorizadas por grandes conglomerados industriais, é verdade; em muitas situações escassas no mercado internacional, mas, paradoxalmente, em determinados contextos, cotadas nas bolsas com preços abaixo dos custos reais de produção.

Tomando de empréstimo reflexões de Marshall Sahlins sobre a obra de Adam Smith e sua famosa “mão invisível”, é possível afirmar, ainda, que essas tecnologias agrícolas modernas acabam sendo “[...] o espírito encarnado da ‘pacífica’ penetração do mercado: de uma expansão comercial que prometia trazer a civilização aos ignorantes

²³ Disponível em: <https://bit.ly/2PXELi7>. Acesso em: 9 jul. 2015.

e riquezas para o mundo inteiro” (SAHLINS, 1997, p. 167), mas que na realidade, conforme aponta Luiz Binde (2008, p. 36), analisando o mesmo artigo de Sahlins, “[...] se mostra mais concreta do que nunca mediante as consequências de suas ações, instaurando a escassez no mercado econômico, onde a aquisição de qualquer bem sempre se dá mediante a privação de outro bem”.

Com essa ideia da “mão invisível”, em um movimento circular, podemos voltar aos curupiras e encantados por outro caminho. O caminho dos defensores míticos da floresta, dos rios, dos campos e dos lagos, um caminho que revela uma faceta perturbadora de seres mágicos que castigam seres humanos por abusos cometidos contra a natureza e, sobretudo, contra outros seres humanos e não humanos que precisam das matas e dos rios para sobreviver, e que sabem como utilizar os recursos naturais sem destruí-los. Seres mágicos que podem, inclusive, ser responsabilizados por pragas e doenças, como a vassoura-de-bruxa.

Decerto, essa presença renitente de seres mágicos é um caso-limite em que o saber ancestral se mantém, anulando a onipotência da ciência que se intitula moderna. Assim, em uma versão mais óbvia, as histórias que ouvi no quilombo parecem confirmar a ideia de que a epidemia da vassoura-de-bruxa não foi apenas uma vingança de curupiras e encantados contra os efeitos deletérios do pacote tecnológico desenvolvido pelo Cepec no meio ambiente e na saúde das pessoas, mas também uma reação desses mesmos seres às consequências ainda mais perversas de ações desenvolvidas pela Ceplac no patrocínio da medição e titulação de terras e no estímulo à instalação de grandes empreendimentos agrícolas em territórios ancestrais, beneficiados com incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal. A voz daquela velha senhora que vive na fronteira

do Empata Viagem com o Minério, detentora de “terras sem fim”, herança deixada pelos pais e pelo marido, é reveladora da presença renitente dos seres mágicos no Empata Viagem: “*a vassoura-de-bruxa pegou foi os barões. Aqui, a ‘Macadami’ acabou tudo! O Paes Mendonça ficou com os sem terra, e a Patioba, que era do avô do meu genro, acabou tudo também*”. E, pelo visto, a reação ainda não se completou, pois doenças ainda mais devastadoras como a monilíase do cacauieiro, endêmica na América Latina e Central, e a cochonilha-rosada que, inclusive, já chegou às fazendas de cacau no Recôncavo baiano; estão cada vez mais próximas das roças do sul da Bahia.

A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que os curupiras e encantados acabaram sobrevivendo às “poções mágicas” do pacote da Revolução Verde e, coincidência ou não, entre as evidências mais notáveis da existência desses seres estão os pés de pinhão-roxo, que brotam espontaneamente nos roçados de mandioca, nos quintais das casas e no entorno das agroflorestas de quase tudo, cuidadosamente preservados, pois quase todas as pessoas no Empata Viagem conhecem, de alguma forma, as virtudes do pinhão-roxo contra o mau-olhado e outros perigos quem rondam as roças. Mas, como essa suposta “vigância” aponta, a transição para outro nível de realidade que, mesmo exercendo grande fascínio, não é objeto do nosso estudo, devemos retornar às maquinações do mercado, ao agronegócio de exportação, ao abastecimento alimentar, às tecnologias agrícolas ancestrais e também ao “cientificismo mágico” da Ciência Agrônoma que se intitula moderna, temas talvez mais importantes.

CACAU EM TERRAS DE MANDIOCA? SÓ COM QUASE TUDO!

É verdade que o monocultivo da seringueira, do cacauero e os consórcios de cacaueros com seringueiras não são unanimidade em Empata Viagem e muito menos predominam na paisagem. Ao contrário, na maioria das roças o êxito das monoculturas não é muito evidente. Na realidade, há outro tipo de agricultura que resiste, revelando a presença ou convivência das tecnologias agrícolas ancestrais com as tecnologias da agricultura que se intitula moderna. Por um lado, contrariando os ensinamentos dos moradores velhos, planta-se o cacau em terras de mandioca. Por outro, contrariando também os fundamentos da agricultura industrial de exportação, planta-se o cacau, e a seringueira, misturado com quase tudo! Mas, como os solos, por assim dizer, são de mandioca, ou seja, pobres e ácidos, e o cacauero não possui as mesmas virtudes da mandioca, utilizam-se em profusão corretivos de solo, fertilizantes e agrotóxicos nos cultivos. Em certo sentido, é isso que agricultores e agricultoras transmitem em suas vozes quando se referem ao cacau cultivado para além dos boqueirões e das margens dos córregos: se não adubar, não dá!

Mas há ainda outro tipo de exigência do cacauero que, embora sirva à trama, tem poder de ir além: nas terras de mandioca o cacauero e o quase tudo dependem diretamente da queimada, “essencial na limpeza da área, o fogo é importante para reduzir a acidez do solo e, disponibilizar através das cinzas produzidas, os nutrientes armazenados na biomassa vegetal, tornando o solo mais favorável ao plantio”. (MUNARI, 2009, p. 17). Portanto, no mesmo sentido, é isso também o que agricultores e agricultoras do Empata Viagem transmitem em suas vozes quando se referem ao cacauero

cultivado em terras de mandioca: se não queimar, também não dá! Nesse movimento, o cultivo do cacau e da seringueira segue o ritmo sucessional de criação de uma agrofloresta de quase tudo.

Considerando ainda o alto custo com os insumos, o preço das *commodities* em baixa e a mão de obra cada vez mais cara e escassa, o cultivo do cacau e da seringueira nas terras de mandioca acaba ficando quase completamente enredado nas conquistas tecnológicas da Ciência Agrônômica que se intitula moderna, e em uma espécie de beco sem saída que conduz ao aumento crescente da dependência das famílias agricultoras dos setores industriais produtores de insumos. Assim, o bisco tem sido substituído nas roçagens por herbicidas, fechando um círculo iniciado pelos fertilizantes industriais e agrotóxicos, esterilizando ainda mais o solo ao eliminar a flora e a fauna, microrganismos e vermes fundamentais à manutenção da fertilidade natural (BARRETO, 2007). Esses fatores que contribuem para uma demanda de doses cada vez maiores e/ou diversificadas de agrotóxicos, para aumento nas carências de micronutrientes “[...] ocasionada pela perda de atividade biológica no solo” (BARRETO, 2007, p. p. 46) e para a diminuição na qualidade alimentícia das plantas e maior suscetibilidade ao ataque de pragas.

É verdade que essa situação conduz à falência das famílias agricultoras, mas essa falência é cuidadosamente controlada. Como já foi mostrado nos capítulos anteriores, o que tem justificado o avanço dos cultivos de cacau sobre as terras de mandioca é, em primeiro lugar, o valor das amêndoas no mercado (o cacau vale ouro) e, em segundo, a liquidez do negócio, pois não importa a origem, o volume produzido, nem a qualidade das amêndoas, há sempre um comprador. Essas justificativas escondem questões relevantes. Uma primeira questão diz respeito ao mercado, ou seja, ao cacau

como mercadoria (*commodity*) produzida para atender os anseios do mercado globalizado; uma segunda, mas não menos importante, o *status* diferenciado conferido a quem produz o cacau – cacaucultor ou cacaucultora – que, de certa forma, participa de um mercado internacional dominado por grandes conglomerados econômicos que ditam regras e, em última instância, determinam preços. Ou seja, de um lado, uma *commodity* que “vale mais do que ouro”, mas que no âmbito do mercado acaba sendo negociada por preços abaixo dos custos de produção; de outro, cacaucultores e cacaucultoras cujo *status* varia em função do *quantum* de amêndoas de cacau produzidas, independentemente do grau de endividamento no sistema de crédito agrícola. Pois bem, não obstante a decadência da cultura do cacau, em decorrência da epidemia da vassoura-de-bruxa, do aumento dos custos de produção e da queda nos preços internacionais da *commodity* – fatores que levaram a falência os maiores fazendeiros da região –, plantar cacau e negociar sacos ou mesmo mochilas de amêndoas secas, ou seja, pequenos sacos com menos de quatro arrobas, nos armazéns especializados, ainda é um sinal importante de prestígio. Deve-se registrar também que plantar mandioca e produzir farinha é uma atividade tida como secundária, certamente por trazer a marca dos tempos da escravidão.

De fato, as tecnologias agrícolas do pacote tecnológico da Revolução Verde avançam e se mesclam com os saberes locais. Nesse âmbito, o cultivo do cacau nas agroflorestas de quase tudo que vicejam nas terras de mandioca acaba sendo uma tentativa de combinação das tecnologias ancestrais – grande diversidade e manejo sequencial das diferentes espécies – com as conquistas da Revolução Verde, mas, acima de tudo, também uma forma de capitulação dos conhecimentos ancestrais diante da agricultura industrial de

exportação, caminho que se afirma a cada dia como de mão única e distancia as famílias agricultoras das práticas ancestrais de manejo agroecológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A FRAGMENTAÇÃO DO PACOTE TECNOLÓGICO DA REVOLUÇÃO VERDE E A PRODUÇÃO DA DIVERSIDADE

Antes de tudo, algumas palavras finais precisam ser ditas sobre os dois principais sistemas agroflorestais de cultivo existentes hoje no Empata Viagem: a agrofloresta de quase tudo e o sistema agroflorestal cacau-cabruca. A agrofloresta de quase tudo é o sistema de cultivo da herança ancestral africana e indígena e está presente em praticamente todas as roças. Decerto, embora a expressão “quase tudo” seja um termo de uso corrente, utilizado para designar a riqueza das roças, o termo “agrofloresta” não é uma categoria nativa. Utilizei esse termo para fazer justiça a um conjunto de tecnologias agrícolas que permitem uma grande diversificação da produção agrícola e são capazes de contribuir com preservação do ambiente florestal, reduzindo impactos e pressões antrópicas. No Empata Viagem, a agrofloresta de quase tudo é um sistema ancestral de uso da terra muito rico por possuir como princípios a diversidade e o dinamismo da sucessão natural no qual convivem as mais variadas espécies vegetais, cultivos agrícolas, animais, o próprio ser humano e que produz quase tudo que famílias agricultoras do Empata precisam para viver. Permitam-me

um leve trocadilho: um sistema agrícola bom é bom porque é rico em diversidade. É exatamente essa via privilegiada do dinamismo e da riqueza, presente na diversificação da produção que permite a analogia entre o quase tudo que é produzido nessas agroflorestas, as joias da Coroa Britânica e os braceletes e colares que circulam no Kula das Ilhas Trobiand, “coisas que são possuídas pela posse em si”, de acordo com os ensinamentos de Bronislaw Malinowski (1976, p. 80).

O problema é que, uma vez tendo enaltecido as virtudes da agrofloresta de quase tudo, quase obrigatoriamente há de se fazer referência a outra agrofloresta, ou melhor, a algo que se intitula sistema agroflorestal, mas que, de acordo com as vozes que emanam do Empata Viagem, é um sistema agrícola desprovido de virtudes. Faço referência aqui ao sistema agroflorestal cacau-cabruca, um sistema de cultivo agroflorestal “pobre” – não sei bem se isso é possível, mas, de qualquer forma, é assim que as vozes do Empata Viagem se referem ao cacau-cabruca. Um olhar aprofundado revela que esse sistema nega os princípios da diversidade e do dinamismo da sucessão natural, inerentes à floresta tropical. O sistema foi introduzido no Empata Viagem pelas grandes empresas agrícolas, beneficiadas com incentivos fiscais do Governo Federal e sob os auspícios da Ceplac, e é um verdadeiro paradoxo: uma agrofloresta estática (DEITENBACH *et al.*, 2008, p. 28) e de quase nada, extremamente dependente de insumos externos em que os cacauzeiros, sombreados por grandes árvores, são a única riqueza. Permitam-me outro leve trocadilho: um sistema agrícola ruim é ruim porque é pobre em diversidade. O cacau-cabruca está, portanto, em uma situação inversa à da agrofloresta de quase tudo, na medida em que suas supostas virtudes ecológicas são drenadas pelo mercado. Essa exacerbação do papel do mercado possibilita que as diferentes cabrucas possam ser livremente substituídas

por cópias ou por sistemas com atributos equivalentes, como o cacau planejado, sombreado por *Erythrina*, ou mesmo o sistema agroflorestal cacau *versus* seringa, exatamente o avesso do que ocorre com as agroflorestas de quase tudo. Certamente, o mais importante na diferenciação entre os dois sistemas é que as agroflorestas de quase tudo são apreciadas sobretudo pelo valor simbólico que possuem para as famílias agricultoras, ao passo que o cacau-cabruca vale apenas pelo valor da *commodity* cacau no mercado internacional.

Pensar cada um desses sistemas agrícolas é pensar a relação entre duas formas de organização das paisagens. De um lado, a agrofloresta de quase tudo, sistema agroflorestal ricamente diversificado no qual o cacauzeiro, planta extremamente exigente em condições de clima e solo, que produz frutos com grande valor de mercado e, inclusive, com grande valor nutricional (EFRAIM; ALVES; JARDIM, 2011; VICENTIM; MARCELLINO, 2012) é cultivado juntamente com quase tudo que as pessoas do quilombo necessitam para viver. Tal lógica faz da agrofloresta de quase tudo um sistema de cultivo singular não fungível, ou seja, não há cópias ou sistemas equivalentes nas diferentes roças. Citando Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 173), em reflexões sobre sistemas agroflorestais da Indonésia, “um sistema que toma caminhos diferentes, dependendo do tamanho das propriedades, das condições ambientais, da qualidade do solo, da situação econômica da família e das oportunidades de comercialização”.

Do outro lado, uma monocultura na qual o cacauzeiro, planta extremamente exigente em condições de clima e solo, que produz frutos com grande valor de mercado é cultivado sob a sombra de grandes árvores e nada mais. É correto afirmar que a sombra das grandes árvores é um sucedâneo interessante à ausência da umidade natural presente nos boqueirões e nas proximidades dos cursos

d'água. Partindo dessa afirmação, o cacau-cabruca pode ser encarado como uma tecnologia importante, utilizada na expansão dos cultivos de cacau para além dos vales dos grandes rios. Ela pode ter funcionado relativamente bem nos momentos iniciais do movimento de expansão da cacauicultura, com solo ainda vivo, mas a extrema simplicidade do sistema e a crescente agressão perpetrada pelos corretivos de solo, fertilizantes industriais e agrotóxicos levaram à derrocada do sistema. Não há dúvidas quanto ao epílogo dessa história. O cacau-cabruca é um sistema de cultivo que necessita de quantidades cada vez maiores de fertilizantes para continuar produzindo e de agrotóxicos para se proteger de inimigos que ele mesmo está fadado a atrair (KIUCH; SHIREMAN, 2003) – resultado, até certo ponto necessário ao completo êxito das maquinações da Revolução Verde.

O desenrolar dessa história diferente do cacau no sul da Bahia revelou exatamente essa lógica. De um lado, verdades até certo ponto inoportunas para homens e mulheres que, fascinados pela possibilidade de uma “conservação produtiva”, se submetem estritamente ao roteiro de uma trama traçada pelo mercado e, por assim dizer, também pela Revolução Verde. De outro, um sistema de relações que, no seu âmago sacrílego, contraria tanto os anseios do mercado internacional de *commodities* agrícolas quanto a lógica da Revolução Verde. É significativa a negação dos agenciamentos humanos no sistema agroflorestal cacau-cabruca, um sistema de cultivo que foi introduzido no Empata Viagem no movimento de expansão dos cultivos de cacau, subsidiado pelo Governo Federal, em pleno período de exceção. São significativos também a grilagem de terras e a ludibriação das famílias quilombolas na venda de suas posses que lastream a abertura das grandes cabucas do Empata Viagem. Essas são verdades inoportunas sobretudo para as elites locais.

E é importante que se diga: são inoportunas duas vezes, porque revelam a insustentabilidade de um sistema de cultivo que nega saberes ancestrais africanos e indígenas e principalmente porque essas verdades nutrem a etnogênese quilombola do Empata Viagem. Uma verdade boa é boa porque age construtivamente em processos identitários.

O que há de particularmente ameaçador nessas verdades para os grandes fazendeiros não é, simplesmente, o fato de elas revelarem inverdades, mais sim o fato delas colocarem no centro dos debates as tecnologias agrícolas ancestrais e, conseqüentemente, os agenciamentos humanos nas agroflorestas de quase tudo. Essas são questões de importância crucial para a compreensão dos vazios que envolvem o cacau-cabruca. Afinal, as queixas dos grandes cacauicultores quanto à ausência do estado em prover “[...] tecnologias de cultivo tão indispensáveis para amenizar o ciclo de perdas da lavoura” (COSTA, 2012, p. 216) são reais. É real também o sentimento desses grandes fazendeiros de que a floresta atlântica permitia a produção do cacau “[...] independente de tratamentos culturais” (COSTA, 2012, p. 166), ou seja, sem agenciamentos humanos. Assim, não há como esconder que a Ceplac nasceu com a finalidade de suprir essas ausências, ou melhor, como afirma Francisco Costa (2012, p. 9), “[...] com finalidade de financiar o produtor para limpar o passivo da lavoura e recuperá-la dos graves problemas tecnológicos”. De fato, a Ceplac atendeu os anseios dos grandes produtores – pode não ter atendido muito bem, mas atendeu. Criou, por meio do Cepec, uma “[...] tecnologia agrícola comparada e equiparada as mais avançadas do mundo” (COSTA, 2012, p. 100), alicerçada em conquistas tecnológicas desenvolvidas alhures, ou seja, em uma Revolução Verde que atendia os anseios dos grandes produtores agrícolas do norte. E sem subterfúgios, na realidade, o Cepec

criou, ou melhor, importou “modernas armas de guerra”, silenciosamente utilizadas na eliminação do quase tudo que compartilha com o cacauero a sombra acolhedora da floresta atlântica. O que há de espetacular nessa verdadeira corrida armamentista é a elevação da produção em paralelo com a utilização das “armas de guerra”.

Decerto, haverá quem queira objetar que os argumentos colocados aqui subestimam algo de absolutamente positivo: a elevação em 310% na produção nacional de cacau, nos primeiros 20 anos de existência do Cepec (ROCHA, 2008). Em contraponto, convém também lembrar aqui que essa elevação exponencial na produção se deu em paralelo com uma elevação, também exponencial, na utilização de fertilizantes industriais, agrotóxicos e nos agenciamentos humanos, nos tratos culturais sucedidos pelo ataque do fungo *Moniliophthora perniciosa*, responsável pela derrocada de todo o sistema produtivo. E trata-se de uma distorção no mínimo maliciosa, a tentativa de excluir o cacau-cabruca de tudo isso, uma tecnologia de cultivo presente em 70% dos 700 mil hectares de cacau cultivados na Bahia (ARAUJO *et al.*, 1988). Certamente, o cacau-cabruca está intrinsecamente enredado na revolução tecnológica propiciada pelo Cepec, ou seja, na guerra. Arrisco afirmar ainda que, seguramente, esse clamor tão forte da cacauicultura baiana por tecnologias adequadas de cultivo é um estratagema utilizado para invisibilizar tecnologias ancestrais adaptadas aos trópicos, capazes de proporcionar a produção do cacau sem degradar o meio ambiente e, concomitantemente, negar direitos territoriais de indígenas e quilombolas. E decerto não é uma verdade plausível que o Brasil tenha alcançado a posição de um dos maiores produtores de cacau do mundo, nos anos finais do século XIX, sem uma tecnologia de cultivo adequada.

Não há razão para crer que o corpo técnico da Ceplac, no auge do processo de expansão, não endossasse essa visão do cacau-cabruca como um sistema de cultivo ecológico. As vozes de agricultores e agricultoras do Empata Viagem revelam exatamente isso. A voz de Bar, um dos filhos do mais velho dos Monteiro, é reveladora: “*eles queriam que abrisse as roças em cabruças, não era pra cortar as árvores grandes não. Tinha que ser tudo ecológico*”. E o “*tudo ecológico*” certamente excluía os seres humanos, literalmente expulsos de suas posses. Seres que só retornaram às terras do fazendeiro após a eliminação do quase tudo, para dar segmento à guerra. A verdade é que, no âmbito dessa suposta perspectiva ecológica, a sabedoria ancestral africana e indígena, a grilagem de terras e a conseqüentemente expulsão das famílias agricultoras de suas posses são, por assim dizer, drenadas no bojo de um pacote tecnológico “alienígena”, alheio ao ambiente florestal da floresta atlântica.

Nessa história de fascínio pelo “ouro” de *commodities* há dois tipos de passividade e seus efeitos que, embora necessárias ao sucesso da trama, são radicalmente diferentes. Em primeiro lugar, no cacau-cabruca, a passividade que surgiu do pesadelo provocado pela falência de grandes empreendimentos agrícolas que se instalaram no Empata Viagem, sobretudo na década 1980, e que foi contornada com o abandono das roças, como na fazenda Tô Contente; pela divisão dos prejuízos, nas roças entregues a meeiros, como na fazenda Serra Dourada; e pelo socorro governamental propiciado por boas indenizações pagas na desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária, a exemplo do que ocorreu com a fazenda Massaranduba. Mas nem todos os grandes empreendedores se livraram do pesadelo. No Empata Viagem, há ainda a fazenda Nova Luta, propriedade na qual o fazendeiro continua acreditando no “ouro” das *commodities*.

Mas, de qualquer forma, não é a fazenda Nova Luta que pode destruir ou subverter, a lógica das maquinações da Revolução Verde e do mercado internacional de *commodities*. Ao contrário, ela é necessária ao seu êxito. Em segundo lugar, nas agroflorestas de quase tudo das famílias agricultoras do Empata Viagem, em terras de mandioca, uma passividade que surgiu do pesadelo representado pelos baixos preços das *commodities*, pela infestação de pragas e doenças e pelo aumento nos custos dos insumos agrícolas (fertilizantes e agrotóxicos), e que persiste diante da completa impossibilidade de se contornar o pesadelo abandonando roças, colocando-as de meia ou mesmo se beneficiando com uma boa indenização do Incra.

O cacau de boqueirão cultivado em agrofloresta de quase tudo está em uma situação diferente. As roças tem o poder de transcender objetivos comerciais imediatos. Nessas roças valem mais as exigências edafoclimáticas do cacauzeiro, cultivado juntamente com as “*coisas nativas que não se planta e que só se desfruta e as coisas praticamente nativas que também se planta*”. Assim, plantas alimentícias, ervas medicinais, lenha, madeira para construção e animais de caça são, no mais das vezes, investidas de significados e, de maneira geral, “posuídas pela posse em si”, como os *vaygu’a*: braceletes e colares do Kula das Ilhas Trobiand e as joias da Coroa Britânica (MALINOWSKI, 1976, p. 80). Mas há algo muito importante que diferencia o quase tudo tanto dos artigos do Kula das Ilhas Trobiand quanto das Joias da Coroa Britânica; é que, enquanto os artigos do Kula são de posse temporária e o “tesouro europeu precisa ser de posse permanente”, nas agroflorestas de quase tudo, embora a posse das roças também seja permanente, as “*coisas nativas que não se planta e que só se desfruta e as coisas praticamente nativas que também se planta*”, que convivem pacificamente com os cacauzeiros, não são de usufruto exclusivo das

famílias agricultoras que detêm a posse permanente das roças. Em outro sentido, essas coisas, para alcançar em plenitude o significado simbólico que lhes é atribuído, precisam circular livremente entre as famílias agricultoras e, inclusive, para fora do território do quilombo.

E a produção é tão grande que seria uma espécie de sacrilégio impedir a circulação desses bens. Assim, não há como negar uma jaca, alguns abacates, um punhado de jabuticabas, goiabas, cajus, uma vara de podão, um cabo de enxada, um punhado de cipós para a confecção de um panacum, uma erva medicinal qualquer e uma infinidade de outras coisas produzidas nessas roças a parentes, vizinhos, amigos ou mesmo viajantes. E cada uma dessas coisas possuem um nome e uma espécie de história e estão umbilicalmente associadas às famílias agricultoras: é a jaca de determinado lugar, o abacate de outro, o cipó verdadeiro da roça dos Monteiro etc. Em suma, nessas agroflorestas de quase tudo há, portanto, bens de posse permanente, “bens de raiz” incomuns que produzem outros bens que devem circular livremente. As árvores pertencem efetivamente a quem as plantou ou herdou e o valor de troca de seus frutos é, por assim dizer, drenado no processo de circulação, pois são “[...] coisas que são possuídas pela posse em si”. (MALINOWSKI, 1976, p. 80).

A FARINHA DE MANDIOCA E IDENTIDADE: UMA COZINHA SÓ PARA A MANDIOCA!

Chegou a hora de finalmente concluir, o que faço revisitando a casa de farinha, principal espaço gastronômico do quilombo. Afinal, de modo geral, ali é produzido o principal prato da cozinha quilombola, que está na base da alimentação de praticamente todas

as famílias agricultoras do Empata Viagem: a farinha de mandioca, principal subproduto da mandioca com a qual se faz também o beiju e a puba. Em outro sentido, a casa de farinha é também uma boa referência para um aprofundamento das reflexões sobre continuidades e rupturas que caracterizam as relações do Empata Viagem com a sociedade envolvente e com o mercado, na medida em que foi a mandioca que colocou o quilombo nas mesas citadinas e, em última instância, criou condições para o surgimento e consolidação da comunidade. Conforme registrado no início do trabalho, o quilombo do Empata Viagem é uma “dádiva da mandioca”, e a mandioca, ou melhor, a farinha de mandioca, alimento que se afirma como um dos alicerces da identidade quilombola, uma identidade aberta, contraditória, inacabada, fragmentada e continuamente deslocada, localizada no espaço e no tempo simbólico (HALL, 2006). Aliás, características que assinalam toda construção do texto, caracterizada pela fragmentação e circularidade, apresentado aqui em capítulos que giram em torno de um tema central que inquieta o próprio autor. Do começo ao fim, aparecem alternadamente a mandioca e o cacau ou vice-versa, em determinados pontos os dois ao mesmo tempo e, em uma situação-limite, o cacau, juntamente com outras *commodities*, invadindo as terras de mandioca em um movimento que sugere a impossibilidade da proximidade. Como justificar toda essa fragmentação e circularidade? Até que ponto elas foram realmente indispensáveis? Na verdade, para mim, elas possibilitaram uma visão do quilombo em partes separáveis e interdependentes, avessas a uma visão que nega a possibilidade da identidade. Afinal, o essencial para os descendentes dos moradores velhos é ser do Empata Viagem, lugar dos descendentes da Velha Honória e onde

“*tudo era mandioca*”, independente dessa história de “quirombola”, “carambola”, ou mesmo “quilômetro”.

No transcorrer do texto foi preciso decompor as realidades para mostrar que o destino traçado para o quilombo – produzir farinha de mandioca para o mercado –, ao longo do tempo, foi suplantado por outros destinos inclusive mais condizentes com os anseios do mercado. Prova disso é o avanço dos cultivos de cacau e seringueiras em terras de mandioca, a conseqüente redução nas áreas de cultivo da raiz e a persistência de pequenas plantações de mandioca destinada à farinha do prato, elaborada em pequenas casas de farinha, ou seja, em cozinhas emblemáticas. Maria Eunice Maciel (2005, p. 50) destaca que não se pode deixar de apontar que “o emblema, como uma figura simbólica destinada a representar um grupo, faz parte de um discurso que expressa um pertencimento e, assim, uma identidade”. O que faz a diferença é exatamente a mesa à qual se destina a farinha. De um lado, a mesa quilombola da farinha de mandioca e do “quase tudo”. Do outro, a mesa antropofágica do mercado de farinha de mandioca, das *commodities* e do quase nada.

É preciso estar atento ao contexto dessa mudança. Em certo sentido, é evidente que o término do regime escravista marcou também o início da decadência no cultivo da mandioca. Tal correlação revela mudanças que ocorreram ao longo de todo século XX. Considerando que, no âmbito das pequenas roças do Empata Viagem, o objetivo final dos cultivos de mandioca é o abastecimento alimentar das famílias, é possível inferir que, mesmo com a redução na produção, a mandioca continuou sendo o produto agrícola de maior expressão. Como resultado, a mandioca manteve-se reverenciada como uma planta com muitas virtudes, capaz de produzir em profusão em solos pobres e ácidos prescindindo, inclusive, dos

fertilizantes e agrotóxicos da Revolução Verde. Hoje, algum excedente pode até ser vendido ou entregue no PAA, mas a farinha é cada vez mais uma “*daquelas coisas que só se desfruta*”, ou melhor, é cada vez mais prato emblemático do que mercadoria. É esse percurso emblemático que se percebe em praticamente todos os pedaços do Empata Viagem, pois nesses pedaços as roças de mandioca ainda se transformam lentamente em capoeiras; as capoeiras engrossam e se tornam mato grosso; as pequenas queimadas não param, assim como também não param as pequenas casas de farinha, protegidas no seio das agroflorestas de quase tudo. O resultado dessa síntese é a farinha de mandioca onipresente em todas as mesas, como símbolo de uma identidade quilombola emergente, ou seja, uma espécie de “marcador étnico”. (MINTZ, 2001, p. 35).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Henrique de. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. *In*: ALMEIDA, Paulo Henrique de; CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 13-52. Disponível em: <https://bit.ly/2VXuS9w>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ÁLVARES-AFONSO, Frederico Monteiro. *Paulo Alvim: mestre e amigo*. Ilhéus: Cepec, 2011.

AMADO, Jorge. *Terras do sem fim*, São Paulo. Cia da Letras, 2008.

ANDRADE, Marcelo Loyola de. Mulheres escravas de Ilhéus: população, economia e sociedade, 1872-1890. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-19. Disponível em: <https://bit.ly/2JCrudk>. Acesso em: 18 dez. 2013

ANDRADE, Maria Luiza Nora de. *Um estudo cultural do cacau com perspectiva para o turismo*. 2004. 273 f. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz; Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2004.

ANJOS, Rafael Sanzio Araujo. Cartografia da diáspora da África para o Brasil. *Revista Anpege*, São Gonçalo, v. 7, n. 1, p. 261-274, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araujo. Cartografia e cultura: os territórios das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. *In*: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. *Anais [...]*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. p. 1-22.

ARAUJO, Marcelo *et al*. *A Mata Atlântica do sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional da

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1988. (Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Caderno 8).

BALÉE, Willian. Culturas de distúrbio e diversidade em substratos amazônicos. In: TEIXEIRA, Wenceslau Geraldês et al. *As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas*. Manaus: Embrapa, 2009.

BALÉE, Willian. Sobre a indigeneidade das paisagens. *Revista de Arqueologia*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 9-23, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2JsW09C>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BALÉE, William *et al.* Florestas antrópicas no Acre: inventário florestal no geoglifo Três Vertentes, Acrelândia. *Amazônica: Revista de Antropologia*, Belém v. 6, n. 1, p. 140-169, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Lwfwod>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BANCO MUNDIAL. Relatório nº 21790-BR. *Combate à pobreza rural no Brasil: uma estratégia integrada*. Brasília, DF: Banco Mundial Departamento do Brasil, 2001. (Volume 1: Resumo). Disponível em: <http://bit.ly/2vOEuVg>. Acesso em: 18 mar. 2017.

BARRETO, Clarissa de Araújo. *Agricultura e meio ambiente: percepções e práticas de sojicultores em Rio Verde-Goiás*. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BARTH, Frederik. *Ethnic groups and boundaries*. Oslo: Universitets Forlaget, 1969. Disponível em: http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic446176.files/Week_4/Barth_Introduction_Ethnic_Groups_and_Boundaries_.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

BINDE, João Luis. Feliz no pouco. *Antropos: Revista de Antropologia*, Brasília, v. 2, ano 1, p. 35-38, maio 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Constituição. ADCT de 1988. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 27, 5 out. 1988. Disponível em: <http://bit.ly/2HcAh47>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e uso da Energia Elétrica - “Luz Para Todos” e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4873.htm. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.883, de 20 de novembro de 2003. Transfere a competência que menciona, referida na Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4883.htm. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4885.htm. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, p. 4, 21 nov. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/1Gg0jtp>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BRUM, José Vitor. *Borracha natural e cultivo intercalar*: um estudo na região de Barretos (SP), aplicando análise multicritérios. 2012. 147 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) –

Universidade Paulista, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2HcqM8>. Acesso em: 9 set. 2015.

BURIOLA, Aparecida Aline; OLIVEIRA, Magda Lúcia Felix de. Famílias de agricultores convivendo com praguicidas clandestinos no estado do Paraná – Brasil. *Ciencia y Enfermería*, Concepción, v. 19, n. 1, p. 37-47, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2HcC8pV>. Acesso em: 14 jun. 2015.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*. Disponível em: www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

CARDOSO, João Batista. *Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado*. Ilhéus: Editus, 2006.

CARSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. Tecnologias de governo, regularização de territórios quilombolas, conflitos e respostas estatais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 131-157, 2016.

CARVALHO, Fábio Martins de *et al.* Manejo de solo em cultivo com mandioca em treze municípios da região sudoeste da Bahia. *Ciência Agrotécnica*, Lavras, v. 31, n. 2, p. 378-384, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2HbgyLA>. Acesso em: 27 jul. 2016.

CASTRO, Anna Raquel de Matos; SANJAD, Nelson; ROMEIRO, Doralice dos Santos. Da pátria da seringueira à borracha de plantação: Jacques Huber e seus estudos sobre a cultura das heveas no Oriente (1911-1912). *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 3, p. 503-545, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2DWMJD1>. Acesso em: 30 jun. 2015.

CLEMENT, Charles; JUNQUEIRA, André. Plantas domesticadas: uma história fascinante. *Scientific American Brasil*, São Paulo, n. 1, p. 42-49, 2008. (Coleção Amazônia. Origens).

COSTA, Alex Andrade. *Arranjos de sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

COSTA, Francisco Mendes. *Políticas públicas e atores sociais na evolução da cacauicultura baiana*. 2012. 271 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

COSTA FILHO, Aderval. Quilombos e povos tradicionais. *Textos Analíticos do Mapa de Conflitos Ambientais*, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2YkbHnM>. Acesso em: 15 jan. 2019.

COTTA, Michele Karina et al. Quantificação de biomassa e geração de certificados de emissões reduzidas no consórcio seringueira-cacau. *Revista Árvore*, Viçosa, v. 32, n. 6, p. 969-978, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2LJqTcS>. Acesso em: 28 abr. 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irreductível. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, p. 235-245, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações Tradicionais e a convenção da diversidade biológica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, 1999.

DANEVAN, William. As origens agrícolas da terra mulata na Amazônia. In: TEIXEIRA, Wenceslau Geraldes. *As terras pretas de índio da Amazônia*. Manaus: Embrapa, 2009. p. 82-86.

DANTAS, Emiliano Ferreira. *Os meeiros do cacau no Sul da Bahia: trabalho, corpo e documentação*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

DEITENBACH, Armin et al. (Org.). *Manual agroflorestal para a Mata Atlântica*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008. Disponível em: www.centroecologico.org.br/revista_download.php?id_revista=34. Acesso em: 18 dez. 2013.

DELABIE, Jacques Hubert Charles. O paradoxo das formigas: importância da pesquisa com formigas no Sudoeste da Bahia. *Difusão Agropecuária*, Ilhéus, n. 1, ano 1, p. 17-20, 1989.

DIAS, Elizabeth Costa Almeida (Org.). *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

DIAS, Marcelo Henrique. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. *In*: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (Org.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007. p. 47-116.

EFRAIM, Priscilla; ALVES, Adriana Barreto; JARDIM, Denise Calil Pereira. Polifenóis em cacau e derivados: teores, fatores de variação e efeitos na saúde. *Brazilian Journal Of Food Technology*, Campinas, v. 14, n. 3, p. 181-201, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2vOyBGQ>. Acesso em: 22 jan. 2017.

FALCÓN, Gustavo Aryocara de Oliveira. *Os coronéis do cacau: raízes do mandonismo político em ilhéus 1890 – 1930*. 1983. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1983.

FERNANDES, Cinira de Araújo Farias. *Avaliação da qualidade do solo em áreas de cacau cabruca, mata e policultivo no sul da Bahia*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

FILHO, Adonias. *Léguas de promessa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

- FILHO, Adonias. *Sul da Bahia: chão de cacau*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- FIORAVANTI, Carlos Henrique; VELHO, Léa. Fungos, fazendeiros e cientistas em luta contra a vassoura de bruxa. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 256-283, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2VgDtQf>. Acesso em: 6 dez. 2013.
- FONTES, Maria Josefina Vervloet. *Do cacau ao chocolate: trajetória, inovações e perspectivas das pequenas agroindústrias de cacau/chocolate*. 2013. 216 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro. A formação da região cacauera baiana ou das amêndoas douradas e o seu doce/amargo chocolate. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL “CACAU E CHOCOLATE: PERCURSOS ENTRE PRODUTORES E CONSUMIDORES”, 2011, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Goethe-Institut, 2011.
- GABRIEL, Luana *et al.* Mudança climática e seus efeitos na cultura da mandioca. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, Campina Grande, v. 18, n. 1, p. 90-98, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2W04Diu>. Acesso em: 25 out. 2015.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GÖTSCH, Ernst. *O renascer da agricultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997.
- GRANGIER, Alexandre; ALVIM, Paulo de Tarso. *Efeito de alguns pesticidas sobre o crescimento de plântulas de cacau*. Ilhéus: Centro de Pesquisas do Cacau da Ceplac, 1965. (Relatório Anual 1964).

GUIMARÃES, Eduardo Alfredo Morais. Ciência, técnica e tecnologia: vassoura de bruxa, cacau cabruca e a ideia de progresso no Sul da Bahia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 14., 2014, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: SNHCT, 2014. p. 1-15. Disponível em: https://www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1688. Acesso em 24 jul. 2019.

GUIMARÃES, Francisco Alfredo Morais. Povos indígenas no Brasil e as lições da floresta cultural: a revolução da cultura da mandioca na economia do Atlântico Sul e no continente africano. *Pontos de Interrogação*, Alagoinhas, v. 4, n. 2, p. 29-47, 2014. Número temático: Arquivos e testemunhos sobre língua, cultura e modos de vida indígena.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Memórias partilhadas: os relatos dos viajantes oitocentistas e a ideia de civilização do cacau. *História, Ciências e Saúde*: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 8, (suplemento), p. 1059-70, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2HbyOdg>. Acesso em: 26 fev. 2014.

HABSBURGO, Ferdinand Maximilian Von. *Mato virgem*. Ilhéus: Editus, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

INGOLD, Tim. *Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário de 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2zl2pim>. Acesso em: 29 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2sPwMce>. Acesso em: 29 abr. 2019.

JESUS, Abel Ribeiro de *et al.* *Dossiê técnico: cultivo do cacau orgânico*. Salvador: Instituto Euvaldo Lodi, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2YklRos>. Acesso em: 4 fev. 2014.

JESUS, Elivaldo Souza de. Do Japão à Bahia: tempos, sujeitos e travessias. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 2., 2013, Passo Fundo. Anais Eletrônicos [...]*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2013.

KIUCHI, Tachi; SHIREMAN, Bill. *O que a floresta tropical nos ensinou*. São Paulo: Cultrix, 2003.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEITE, Ilka Boaventura. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2JwIfXB>. Acesso em: 20 dez. 2016.

LEITE, Thiago Vinicius Pereira. *Sistemas agroflorestais na recuperação de espaços protegidos por lei (APP e Reserva Legal): estudo de caso do Sítio Geranium, Brasília*. 2014. 120 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LIMA, Paulo Henrique dias. *A cadeia produtiva da borracha natural brasileira*. 2016. 328 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2016. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5471/1/PAULO_HENRIQUE_SILVEIRA_LIMA.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

LOBÃO, Dan Êrico. *Agroecossistema cacauero da Bahia: cacau-cabruca e fragmentos florestais na conservação de espécies arbóreas*. 2007. 108 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2007.

LOBÃO, Dan Êrico. Cacau-cabruca – um modelo sustentável de agricultura tropical. *Ceplac*, Brasília, DF, 1 fev. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2HgeRlr>. Acesso em: 16 dez. 2014.

LOBÃO, Dan Êrico. Cacau-cabruca: um modelo sustentável de agricultura tropical. *Indícios Veementes*, São Paulo, v. 3, p. 10-24, 1997.

LOBÃO, Dan Êrico; SETENTA, Wallace Coelho; VALLE, Raúl Renné. Sistema agrossilvicultural cacauero. Modelo de agricultura sustentável. *Revista da Sociedade de Agrossilvicultura*, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 163-173, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2LAMWIU>. Acesso em: 21 jan. 2014.

LOIOLA, Ana Paula. Seagri entrega mais 12 mil mudas de seringueira. *Seagri*, Salvador, 27 ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2E0TDaC>. Acesso em: 18 jun. 2015.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade cultural e alimentação. In: MACIEL, Maria Eunice; CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (Org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 49-56.

MAGALHÃES, Marcos Pereira. O mito da natureza selvagem. *Scientific American Brasil*, São Paulo, v. 1, p. 36-41, 2008.

MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauera da Bahia. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, Ilhéus, v. 10, n. 18, p. 737-793, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2Hezvvn>. Acesso em: 25 fev. 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Coleção os Pensadores).

MAPA mostra onde estão as comunidades. *Bahia toda hora*, Salvador, 6 jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2vPRbiP>. Acesso em: 15 jan. 2015.

MARCUSE, Peter. The enclave, the citadel, and the ghetto: what has changed in the post-fordist U.S. city. *Urban Affairs Review*, St. Louis, v. 33, n. 2, p. 228-264, 1997.

MARQUES, José Raimundo Bonadie et al. Proposta para a substituição da eritrina por seringueira em um sistema agroflorestal contínuo com cacauzeiro na Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 5., 2004, Curitiba. *Anais [...]*. Colombo: Embrapa, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2HauZVK>. Acesso em: 25 fev. 2014.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl. *O capital*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (v. 1: O processo de produção do capital).

MASCARENHAS, Claudio de Carvalho; PEIXOTO, José Augusto Saraiva. Saveiros de vela de içar: 400 anos de história, ameaças, potencialidades e propostas. *Revista VeraCidade*, Salvador, ano IV, n. 5, p. 1-21, 2009.

MATOS, Eloina; UZÊDA, Mariella. “Salada” sistema agroflorestal diversificado, invenção da agricultura familiar na Mata Atlântica da Bahia. Brasília: Embrapa, [20--]. Disponível em: <https://bit.ly/2DZeU4w>. Acesso em: 7 set. 2012.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. *Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história*

dos africanos escravizados no Brasil. Rio de Janeiro: Labhoi, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2E0UpEy>. Acesso em: 7 out. 2015.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Edusp. 1974. v. 2.

MAZZOLENI, Eduardo Mello; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. *Revista Economia Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 44, n. 2, p. 263-293, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2HehW5F>. Acesso em: 24 abr. 2019.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/30a8qcA>. Acesso em: 14 mar. 2016.

MONTE, André Luis Zanela. *Sintropia em agroecossistemas: subsídios para uma análise bioeconômica*. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MORAES, Reinado C.; ÁRABE, Carlos Henrique Goulart; SILVA, Maitá de Paula e. *As cidades cercam os campos*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/2LB4Ncb>. Acesso em: 8 fev. 2016.

MUNARI, Lucia Chamlian. *Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade de São Paulo,

São Paulo, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2vOEGUn>. Acesso em: 1 jan. 2014.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 39-88, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2VSDApv>. Acesso em: 3 nov. 2016.

NAKAYAMA, Luiza Hitomi Igarashi; SOARES, Marli; APPEZZATO-DA-GLÓRIA, Beatriz. Contribuição ao estudo anatômico da folha e do caule do cacauieiro (*Theobroma cacao* L.). *Scientia Agrícola*, Piracicaba, v. 53, n. 1, p. 73, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2VyPNQZ>. Acesso em: 8 jan. 2016.

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE E RELAÇÕES INTERÉTNICAS. *Boletim Informativo Nuer*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1997. v. 1.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. *TOMO*, São Cristóvão/Sergipe, n. 11, p. 43-58, 2007.

OLALDE, Alicia Ruiz. Pronaf, sistemas agroflorestais e desenvolvimento sustentável no baixo sul da Bahia. In: CONGRESSO DA SOBER, 43., 24-27 jun. 2005, Ribeirão Preto. *Anais [...]*. Ribeirão Preto: Sober, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2W3e4Ox>. Acesso em: 13 fev. 2014.

OLALDE, Alicia Ruiz. O desenvolvimento de sistemas agroflorestais pelos agricultores familiares no baixo sul da Bahia. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. *Anais [...]*. Quito: Alasru, 2006.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. *Vocabulário controlado sobre escravidão, abolição e pós-abolição: a representação dos conceitos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

OLIVEIRA, Marival Lopes; LUZ, Edna Dora Martins Newman. *Identificação e manejo das principais doenças do cacaueteiro no Brasil*. Ilhéus: Ceplac, 2005.

OLIVEIRA, Raquel Maria de *et al.* Importância do Sistema Agroflorestal Cabruca para a conservação florestal da região cacaueteira, sul da Bahia. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, n. 47, p. 1-12, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/307u2Gx>. Acesso em: 3 mar. 2014.

PARDINI, Patrick. Natureza e cultura na paisagem amazônica: uma experiência fotográfica com ressonâncias na cosmologia ameríndia e na ecologia histórica. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências humanas*, Belém, v. 7, n. 2, p. 589-603, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2HdW0Yw>. Acesso em: 2 jan. 2014.

PENEIREIRO, Fabiana Mongeli. *Agroflorestas sucessionais: princípios para implantação e manejo*. Brasília: Embrapa, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2PWHqZc>. Acesso em: 7 set. 2016.

PENEIREIRO, Fabiana Mongeli *et al.* *Apostila do educador agroflorestal: introdução aos sistemas agroflorestais, um guia técnico*. Rio Branco: Arboreto, 2008a.

PENEIREIRO, Fabiana Mongeli *et al.* *Cuidando da água com agrofloresta*. Brasília: UnB, 2008b. Disponível em: <https://bit.ly/2LzgG2A>. Acesso em: 25 jan. 2019.

PENONI, Edwaldo dos Santos. *Caracterização produtiva física e química de cultivares de noqueira-macadâmia*. 2011. 71 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2PVDjN8>. Acesso em: 2 jan. 2014.

PEREIRA, Airton Vitor *et al.* *Seringueira em sistemas agroflorestais*. Planaltina: Embrapa, 1996.

PEREIRA, Jomar da Paes *et al.* *Cadeia produtiva da borracha natural: análise diagnóstica e demandas atuais no Paraná*. Londrina: Iapar, 2000.

PETERSEN, Paulo. Um novo grito contra o silêncio. *In:* CARNEIRO, Fernando Ferreira *et al.* *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 27-36.

PIASENTIN, Flora Bonazzi. *O Sistema Cabruca no sudoeste da Bahia: perspectiva de sustentabilidade*. 2011. 200 f. Tese (Doutorado em Produção e Agricultura Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2LzjX1N>. Acesso em: 28 abr. 2019.

PIASENTIN, Flora Bonazzi; SAITO, Carlos Hiroo. Os diferentes métodos de cultivo de cacau no sudoeste da Bahia: aspectos históricos e percepções. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 9, n. 1, p. 61-78, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2DZaB9c>. Acesso em: 20 jun. 2014.

PIASENTIN, Flora Bonazzi; SAITO, Carlos Hiroo; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. Preferências locais quanto às árvores do sistema cacau-cabruca no sudeste da Bahia. *Ambiente Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 55-78, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2vQs4fz>. Acesso em: 5 jan. 2015.

PINTO, Cláudio Dessimoni. Raleamento de árvores de sombra em cacauais. *Cacau Atualidades*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 60-62, 1965.

PINTO, Maria Dina Nogueira. *Mandioca e farinha: subsistência e tradição cultural*. 2002. Seminário Alimentação e Cultura apresentado ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro, 2002.

POSEY, Darrell Addison. Etnobiologia: teoria e prática. *In:* RIBEIRO, Darcy (Ed.). *Suma etnológica brasileira: etnobiologia*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 15-25.

POSEY, Darrell Addison. Interpretando e utilizando a “realidade” dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos. In: DIEGUES, Antônio Carlos Santana; MOREIRA, André de Castro C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Nepaub, 2001. p. 279-294.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 601-636, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2HcvIH6>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PRICE, Richard. Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, p. 239-65, 1999.

QUILOMBOS das Américas: articulação de comunidades afrrurrais: documento síntese. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2HcCzAj>. Acesso em: 24 fev. 2016.

REIJNTJES, Coen; HAVERKORT, Bertus; WATERS-BAYER, Ann. *Agricultura para o future: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos*. Rio de Janeiro: Leusden, 1999.

REIS, João José. Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro: Bahia 1806. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *A liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 332-372.

RELATÓRIO de Sustentabilidade da Monsanto 2012. São Paulo: Monsanto, 2012. Disponível em: <http://cebds.org/wp-content/uploads/2014/02/Relat%C3%B3rio-Monsanto-2012.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

- RIAL, Carmem Sílvia Morais. Brasil: primeiros escritos sobre comida e identidade. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (Org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 87-100. Disponível em: <http://bit.ly/2vODOPI>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- ROCHA, Ivan Dias da. *SAF cacau – uma ótima opção para agricultura familiar*. Brasília, DF: Ceplac, [20--?]. Disponível em: <http://bit.ly/2HcD1yL>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- ROCHA, Lurdes Bertol. *A região cacauzeira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação*. Ilhéus: Editus, 2008.
- ROMEIRO, Ademar. A saída está na diversificação da agricultura. *Revista OPS*, Salvador, v. 1, n. 3, p. 8-22, 1996.
- SACRAMENTO, Valdinéa de Jesus. *Mergulhando nos mocambos do Borrachudo*: Barra do Rio de Contas – século XIX. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- SAHLINS, Marshall. The Original Affluent Society. In: SAHLINS, Marshall. *The politics of egalitarianism: theory and practice*. New York: Berghahn Books, 2006. p. 79-98.
- SALES, Maria da Luz Lima. *A presença das narrativas tradicionais no imaginário dos jovens em idade escolar*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Évora, Évora, 2014.
- SÁNCHEZ, Saul. *Cacau e graviola: descrição e danos das principais pragas-de-insetos*. Ilhéus: Editus, 2011.
- SANTOS, Alexandra Pereira dos *et al.* Cultivos promissores para a diversificação da agricultura familiar do baixo sul da

- Bahia. In: CONGRESSO DA SOBER, 44., 2006, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza: Sober, 2006. p. 1-20. Disponível em: <http://bit.ly/2HggI9T>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 79. p. 71-94, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2W3euEB>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- SANTOS, Cristiane Batista da Silva. A África Central e os lugares de memória do tráfico atlântico na Costa de Marauá: etnônimos, etnicidade e diáspora. *Sankofa*, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 63-95, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2PVKQLX>. Acesso em: 7 out. 2015.
- SANTOS, Emilena Sousa dos. “Era uma vez Erês...”. *Revista Nures*, São Paulo, n. 16, p. 1-15, 2010.
- SANTOS, Lara de Melo dos. *Resistencia indígena e escrava em Camamu no século XVII*. 2004. 103 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- SCHEEL-YBERT, Rita *et al.* Estudos de paleoetnobotânica, paleoambiente e paisagem na Amazônia Central e o exemplo do sudeste-sul do Brasil. In: PEREIRA, Edithe; GUAPINDAIA, Vera. *Arqueologia amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. p. 909-935.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 72, p. 119-135, 2005. Disponível em: <http://bit.ly/2VgoZzM>. Acesso em: 14 set. 2013.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2001.
- SETENTA, Wallace; LOBÃO, Dan Êrico. *Conservação produtiva: cacau por mais 250 anos*. Itabuna: [s.n], 2012.

SILVA, Henrique Ataíde da; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da Manihot esculenta no estado de São Paulo. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 9, n. 1, p. 37-60, jan./abr. 2014.

SILVA, João Luiz Máximo. *Cozinha modelo: o impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana*. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. Memórias do tráfico ilegal de escravos nas ações de liberdade (Bahia, 1885-1888). *Afro-Asia*, Salvador, n. 35, p. 37-82, 2007.

SILVA, Suely Xavier de Brito et al. Sistemas agroflorestais desenvolvidos por agricultores familiares no território do baixo sul da Bahia. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 4426-4428, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2Jd8va4>. Acesso em: 11 dez. 2013.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 207-236, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2VewGpW>. Acesso em: 7 fev. 2016.

SOARES, Mariza de Carvalho. Engenho sim, de açúcar não o engenho de farinha de Frans Post. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2DZbsXs>. Acesso em: 16 jan. 2015.

SOUSA, Diorcelio Ribeiro de. *Avaliação da entomofauna em agroecossistema cacaueteiro no Km 75 Sul, Medicilândia, PA*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Federal do Pará, Altamira, 2010.

TEIXEIRA, Olívio Alberto; LAGES, Vinícius Nobre. Do produtivismo à construção da agricultura sustentável: duas

abordagens pertinentes à questão. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, DF, v. 13, n. 3, p. 347-368, 1996.

TEMUDO, Marina Padrão. A narrativa da degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau: uma desconstrução etnográfica. *Etnográfica*, Lisboa, v. 13, n. 2, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2HaMSVr>. Acesso em: 9 maio 2015.

TOLEDO, Victor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. *A memória biocultural: a importância ecológica dos saberes tradicionais*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VELLO, Fernando. Combate às pragas do cacau. *Cacau Atualidades*, Ilhéus, v. 1, n. 2, p. 14, 1964. Disponível em: <http://bit.ly/2Q69fyx>. Acesso em: 27 abr. 2019.

VELLO, Fernando. Vamos produzir mais cacau? *Cacau Atualidades*, Ilhéus, v. 2, n. 1, p. 1-2, 1965.

VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 114-135, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2HawpQ4>. Acesso em: 21 ago. 2015.

VICENTIM, Alessandra; MARCELLINO, Márcia Clélia Leite. Efeito do pó de cacau (*Theobroma Cacao*) e seus princípios ativos na pressão arterial de portadores do diabetes mellitus tipo II. *Salusvita*, Bauru, v. 31, n. 1, p. 29-40, 2012.

VIRGENS FILHO, Adonias de Castro. Crise no mercado da borracha ameaça a sobrevivência da heveicultura no Brasil. *Ceplac*, Brasília, DF, 1 jul. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2JsQ0Oh>. Acesso em: 24 set. 2016.

XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. *Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos (1750-1808)*. 2012. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

Formato: 150 x 210 mm
Fonte: Mion Pro, 11
Papel Miolo: Offset 90 g/m²
Papel Capa: Cartão Supremo 300 g/m²
Impresso em 2019
Impressão Bigraf